

# UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

27



**Entrevista:**

**Jacob Gorender**

**Educação e  
trabalho docente**

**Política e cidadania**



## Mídia e Poder

**UNIVERSIDADE E SOCIEDADE** é uma publicação quadrimestral do ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores. Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte.

**CONTRIBUIÇÕES** para publicação na próxima edição: veja instruções na página final.

**ASSINATURAS** e pedidos de números avulsos: utilize o cupom da página final.

**Conselho Editorial:** Antonio Candido; Antônio Ponciano Bezerra; Carlos Eduardo Malhado Baldijão; Décio Garcia Munhoz; Florestan Fernandes (in memoriam); Lauro Campos; Luiz Henrique Schuch; Luiz Pinguelli Rosa; Márcio Antônio de Oliveira; Maria Cristina de Moraes; Maria José Feres Ribeiro; Maurício Tragtemberg (in memoriam); Newton Lima Neto; Oswaldo de Oliveira Maciel; Paulo Freire (in memoriam); Paulo Rizzo; Renato de Oliveira; Sadi Dal Rosso.

**Encargatura de Imprensa e Divulgação:** José Domingues de Godoi Filho

**Coordenação do GTCA:** José Domingues de Godoi Filho, Antônio José Valle da Costa e Adriano Severo Figueiró.

**Editor:** Edmundo Fernandes Dias

**Editores Adjuntos:** Antônio Ponciano Bezerra e Franci Gomes Cardoso

**Secretário Executivo Editorial:** Jair Tenório Jatobá

**Edição de arte e editoração eletrônica:** Dmag Comunicação

**Capa e ilustrações:** Doriana Madeira (Dmag)

**Revisão de textos:** Antônio Ponciano Bezerra

**Revisão final:** Iara Yamamoto

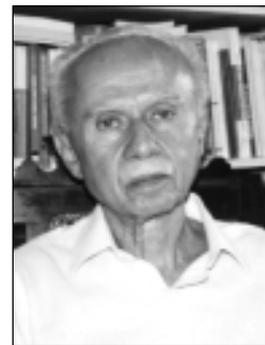
**Impressão e acabamento:** Copy Service

**Tiragem:** 3.000 exemplares

**REDAÇÃO E ASSINATURAS:** ANDES-SN  
Secretaria Regional São Paulo. Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J. 374, antiga reitoria, sala ADUSP, Cidade Universitária, São Paulo-SP.  
CEP: 05508-900,  
Tel. 011-3813-5573, fax: 3814-9321  
e-mail: andes.sp@adusp.org.br  
Home Page: <http://www.andes.org.br>

## Mídia e Poder

- 7 Capital estrangeiro na mídia brasileira.  
*Jair Borin*
- 11 Comunicação sindical e disputa de hegemonia.  
*Vito Giannotti*
- 18 O lugar da política na sociabilidade contemporânea.  
*Antônio Albino Canelas Rubim*
- 31 A política externa do Brasil em matéria de comunicação.  
*César Ricardo Siqueira Bolaño*
- 37 Vozes múltiplas comunitárias recriam cidades e metrópoles.  
*Jonicael Cedraz de Oliveira*



### Entrevista: Jacob Gorender

# Sumário

## Educação e Trabalho Docente

- 55 Precarização do trabalho docente: a educação como espaço de acomodação do capital.  
*Marina Barbosa Pinto*
- 62 A seguridade social e a esfera dos serviços.  
*Cleusa Santos*
- 69 A universidade no processo de reprodução da sociedade brasileira.  
*Wolfgang Leo Maar*
- 74 O financiamento público às escolas privadas.  
*Nicholas Davies*
- 92 Estratégias de democratização da universidade no Brasil e na Itália.  
*Regina Maria Michelotto*
- 100 Práticas educacionais protestantes no século XIX: o caso de Sergipe.  
*Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento*
- 108 Exame Nacional de Cursos (provão): isto é avaliação?  
*Vera Lúcia Jacob Chaves*
- 115 Novas tecnologias e impacto sobre a mulher.  
*Maria Helena Santana Cruz*

## Política e Cidadania

- 129 Gramsci e a política Hoje.  
*Edmundo Fernandes Dias*
- 145 Gramsci e a formação humanística.  
*Dileno Dustan Lucas de Souza*

## Comentário

- 155 Dieese lança livro: A situação do trabalho no Brasil  
*Lilian Arruda Marques*

## Ensaio Fotográfico: Hospitais públicos 161

Jair Borin \*

# Capital estrangeiro na mídia brasileira



Desta vez é para valer. Depois de quase duzentos anos de domínio absoluto, as grandes famílias que detinham o controle da imprensa brasileira buscam parcerias internacionais para engordar os seus lucros e conseguir sair da crise que envolve quase todo o setor midiático nacional. A Câmara dos Deputados, primeiro, e o Senado Federal, recentemente, acabaram de aprovar a Proposta de Emenda ao artigo 222, da Constituição Federal, que reservava aos brasileiros natos a propriedade e o controle das empresas de comunicação de massa no país. O projeto

aprovado, embora limite a participação estrangeira até 30 por cento do capital, não impedirá que grupos internacionais, por meio de pressões sobre o quadro de diretores da empresa, venham a impor a sua linha editorial. Como medida paliativa para assoprar a ferida, o Congresso também aprovou a instalação do Conselho Nacional de Comunicação, com uma composição de representantes não apenas da sociedade civil (como estava previsto por ocasião de sua criação, há doze anos), mas também do empresariado do setor.

Por que as empresas de comunica-

ção de massa brasileiras buscam, finalmente, o aporte de recursos externos e que conseqüências isto trará para o país?

A imprensa nacional é considerada, pelos vários autores que escreveram a sua história, como uma manifestação tardia e precária das forças políticas que acabaram dando configuração à sociedade e ao estado brasileiros. Ela nasce apenas em 1808, cerca de 100 anos depois de ter surgido nos Estados Unidos e na maioria dos futuros países da América hispânica. Seja na mão de um único proprietário, seja controlada por um grupo de empresários, as em-

presas de comunicação de massa sempre se alinharam com as classes detentoras do capital ou com as principais autoridades do governo federal ou dos governos estaduais. São raros os veículos de comunicação que conseguiram fugir à matriz imposta pelo binômio interesses oligárquicos e poder político. Essa imprensa alternativa ao poder hegemônico no país, pela sua fragilidade, ficou mais conhecida como imprensa nãica do que uma força significativa no conjunto das classes sociais brasileiras.

Num país escravocrata e repleto de analfabetos, a imprensa só podia ser acessada e, portanto, defender, os interesses da burguesia agrário-exportadora, atrelada aos capitais internacionais. E foi assim ao longo de todo o século dezenove. Só com a intensificação da emigração européia, que substituiu o trabalho escravo, e o advento da República, começa a surgir um público razoável para a imprensa nacional. Mesmo assim, na virada do século dezenove para o vinte, os três maiores jornais brasileiros (Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias e O Paiz) mal conseguem chegar à tiragem de 20 mil exemplares diários, quando a imprensa dos Estados Unidos já contava com cerca de dez grandes diários com mais de 300 mil exemplares cada. O rádio e a televisão, as duas novas mídias que surgem na primeira metade do século vinte, desde o seu nascimento, foram controladas pelo governo federal, que sempre usou o poder das concessões desses veículos como arma política e eleitoreira.

Preocupado com o poder que a mídia de massas já apresentava nos anos 30, a Constituição de 1934, ao dar ordenamento às transformações do movimento político de base civil, que põe fim à hegemonia das forças conservadoras ligadas ao setor agropecuário, instituiu, em seu artigo

---

*Atualmente, ganha cada vez mais defensores, entre as grandes famílias que detêm o controle dos meios de comunicação no país, a decisão de se associarem aos grandes grupos de mídia internacional.*

---

131, o controle das empresas de comunicação (entendidas aqui as empresas publicadoras de jornais, revistas de informação geral e de entretenimento e as rádios emisoras) a brasileiros natos. O mesmo dispositivo foi preservado na Constituição getulista de 1937, em seu artigo 122, parágrafo 15, letra g. Com mais rigor ainda, a Constituição democrática de 1946, no artigo 160, assegurava: “É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas de ações ao portador e a estrangeiros... A brasileiros (art. 129) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa”. Também a Constituição de 1967, dos militares, e a de 1988, emanada pelo Congresso Constituinte, consagravam os mesmos dispositivos de defesa nacional do setor.

Esses artigos constitucionais refletiam a importância que os legisladores, fossem eles eleitos pelo povo ou até mesmo dos esquemas palacianos, viam na função social dos meios de comunicação de massa. Uma das mais acirradas defesas desses princípios ocorreu justamente em 1963, por iniciativa do então deputado João Doria, do antigo PTB, que conseguiu reunir, pela primeira vez, o número regimental de assinaturas de parlamentares para a instalação da primeira CPI contra o capital estrangeiro na mídia brasileira. Seu principal alvo então era a revista Seleções do Rider Digest, importada por um grupo editorial, tradu-

zida para o português e vendida como publicação independente e o grupo Abril. Também as agências de publicidade estrangeiras, que praticamente controlavam as verbas da propaganda veiculada no Brasil, foram incluídas na CPI. Esta, infelizmente, acabou não chegando a conclusões, por força e pressão dos militares que desfecharam o golpe em 1964. O deputado foi incluído na lista de parlamentares cassados e acabou tendo que curtir um longo exílio na França. Outra CPI ruidosa foi a acionada pelo deputado Eurico de Oliveira, conhecida como a CPI do grupo O Globo-Time-Life. Em duas ocasiões, foram conseguidas as adesões suficientes para a sua instalação. Mas, pressões de todos os tipos levaram a que alguns dos apoiadores retirassem suas assinaturas. Quando, finalmente, ela foi instalada, já não havia clima para se chegar a grandes resultados, embora ela servisse para um alerta contra a força esmagadora que a Globo viria a ter posteriormente.

Atualmente, ganha cada vez mais defensores, entre as grandes famílias que detêm o controle dos meios de comunicação no país, a decisão de se associarem aos grandes grupos de mídia internacional. Esta crença não resulta apenas dos processos de globalização do capital, mas, sim, da possível incorporação de novas tecnologias para a produção e oferta de novos produtos midiáticos, que só se tornam acessíveis com a mundialização do capital. Também a queda da receita publicitária está pressionando na busca de novos parceiros. Assim, os grupos

tradicionais detentores da mídia impressa, que hoje enfrentam um forte desaquecimento da demanda de seus produtos, são os mais entusiastas na defesa da reforma do artigo 222 da atual constituição.

Não há, no país, nenhum diário hegemônico. A partilha desse mercado se dá regionalmente. No eixo Rio-São Paulo, onde se concentram praticamente 60 por cento dos consumidores de jornais, três grandes grupos dividem o mercado: Folha da Manhã S/A, O Globo e a Sociedade Anônima O Estado de São Paulo. Existem grupos locais em cada uma das regiões metropolitanas ou das capitais estaduais, disputando as demais sobras do mercado. Estes grupos menores são mais frágeis e correrão sérios riscos de desaparecimento com a internacionalização do capital da mídia impressa, pois poderão perder totalmente suas pequenas fatias do mercado local, diante de novas mídias mais atraentes para o público consumidor.

Na área de revistas, dois grupos (Abril e Globo) com origens no aporte de capital estrangeiro e alvo das CPIs dos anos 60 dominam o mercado. Além de disputarem o mesmo público segmentado das classes de renda A e B, que somam menos de 20 por cento das famílias brasileiras, eles controlam as duas maiores revistas semanais de informação, praticamente aculturadas pelo capital internacional, *Veja* e *Época*. *Veja*, nas questões sobre políticas internas, tornou-se porta-voz do governo FHC e, nas matérias comportamentais, retira praticamente 50% de seu conteúdo da Internet. *Época* reproduz o jornalismo descomprometido, copiado dos padrões norte-americano e europeu.

Por sua vez, as rádio emissoras se concentram em três conjuntos. Um de origem religiosa, como a Igreja Católica e a Universal do Reino de Deus. Ou-



tro de grupos privados, como o poderoso LC&C e a Globo; e o terceiro, reunindo milhares de estações pulverizadas por todo o território nacional. O mercado radiofônico praticamente não está na mira atual do capital estrangeiro. Todas as emissoras de rádio comercial, hoje dominadas pelo sistema OM ou FM, e que perfazem cerca de 3400 unidades no país, faturam apenas 5% do mercado publicitário nacional, algo em torno de 450 milhões de reais.

A maior cobiça do capital estrangeiro, entretanto, está no restrito cartel das empresas brasileiras de televisão aberta. Seis grupos dominam todo o setor, que faturou em 2001 em torno de 56% do mercado publicitário do Brasil, obtendo uma receita de 4,6 bilhões de reais. A rede Globo, que domina o cartel, faturou cerca de 60% desse mercado, seguida de longe pelo grupo SBT e pela rede Record.

O poder do cartel televisivo brasileiro é incomensurável, na atualidade. Ele molda opiniões, condiciona gostos artísticos e culturais e pode desestabilizar candidaturas presidenciais. São 50 milhões de aparelhos em uso e mais de

2 horas de consumo de programas per capita, diariamente., O tempo dedicado aos programas televisivos no Brasil ultrapassa o de programas radiofônicos.

#### **Desinformação e dependência**

Três questões de fundo pesam nas decisões de internacionalização do capital desses grandes grupos de mídia no Brasil. A primeira é a desestruturação da cultura nacional pelo aporte de produtos massificados, produzidos com o fim único de conquistar índices de audiência, a exemplo dos famigerados show-realities, tipo *Big Brother*, ou filmes televisivos produzidos nos Estados Unidos, que hoje predominam nos horários menos nobres da programação diária. A segunda é a desinformação paradoxalmente resultante do excesso de informação. Como as sociedades modernas geram crescentemente um volume enorme de novas informações, os meios de comunicação de massa cada vez mais sacrificam o espaço para o aprofundamento das questões cobertas e pulverizam os programas ou os cadernos dos jornais com pequenas notas sobre um número cada vez maior de fatos. Assim, ali-

mentam a ilusão de que seu público está melhor informado, quando, na verdade, realizam uma operação de difusão de fatos mas não de elucidação dos temas cobertos de interesse público.

A terceira grande questão que se coloca com a internacionalização dos conglomerados de mídia é a da dependência tecnológica. Com o predomínio do uso da linguagem digital binária, na qual se fundamenta toda a comunicação gerada pela computação eletrônica, Nicolas Negroponte prevê para um futuro muito próximo a convergência de todas as mídias numa única mídia. Provavelmente isso ocorrerá nos próximos 10 ou 20 anos, com a televisão digital de alta definição, englobando todas as mídias e uma central de serviços computadorizados. Provavelmente no ano em curso ou no próximo, o Brasil fará escolha do sistema televisivo de alta definição que vier a adotar. Isto significará um mercado potencial de cerca de 100 bilhões de dólares nos próximos vinte anos. Se ao sistema previsto forem agregados serviços de telefonia, de operações de crédito, de pagamentos e de compras e vendas, este valor poderá facilmente

**Ocorrerá uma forte ampliação da presença de dirigentes seduzidos pela visão neoliberal dos problemas econômicos e sociais.**

ser dobrado ou triplicado.

O grupo de empresas que vier a ter uma fatia significativa nas novas mídias e nos serviços gerais a elas incorporados, terá o domínio econômico do país. É, portanto, nesta perspectiva, que deverá ser analisada a internacionalização das empresas de mídia de massas no Brasil, cujo mercado interno poderá explodir, caso o país consiga sair da estagnação econômica a que está sendo submetido por uma política neoliberal ditada pelo Fundo Monetário Internacional.

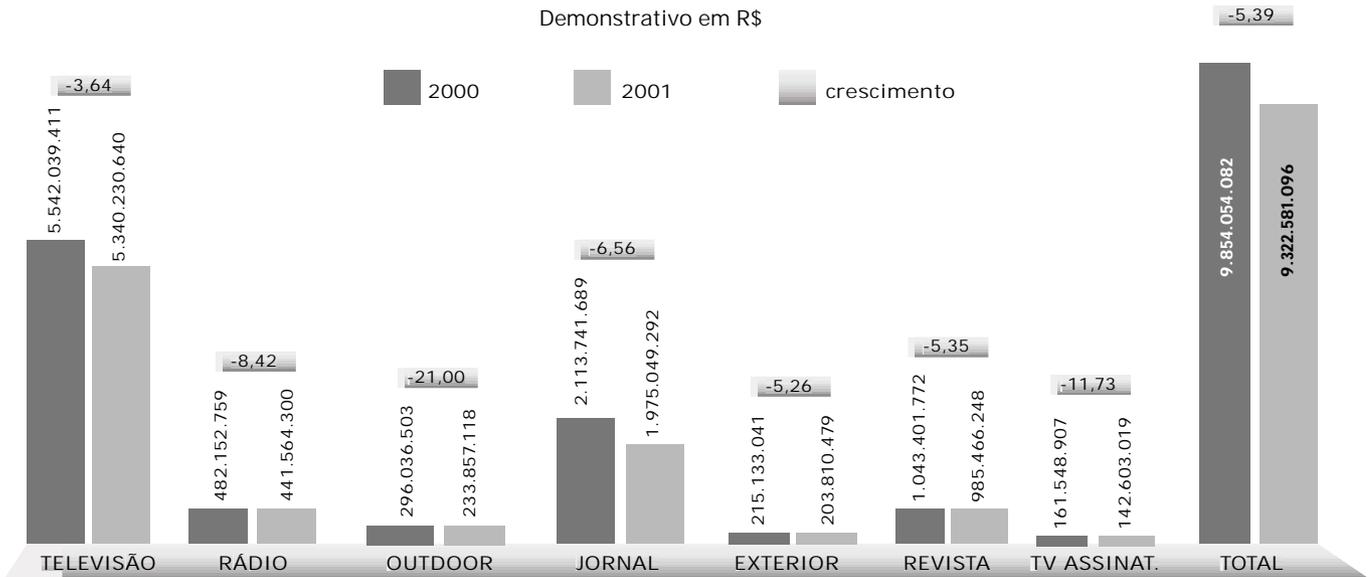
Com a proposta aprovada na Câmara Federal e que só aguarda o aval do Senado, para ir à sanção do Presidente da República, ocorrerá uma forte ampliação da presença de dirigentes seduzidos pela visão neoliberal dos problemas econômicos e sociais. Apesar de os grandes grupos internacionais de mídia terem, num primeiro momento, a participação de apenas 30 por cento no capital das empresas

nacionais, seguramente influenciarão nas suas políticas administrativas e de produção. Além disso, participarão das indicações de dirigentes chaves em suas administrações e no controle de produtos midiáticos de sucesso mundial. Assim, o controle não ocorrerá só pelo aporte de capital, mas sim pelo domínio das tecnologias que irão ser incorporadas aos fazeres midiáticos e pelo controle de postos chaves nas futuras mega-organizações. Portanto, o que se pode esperar disso tudo é uma maior presença da ideologia e de valores neoliberais nos meios de comunicação e o fortalecimento das políticas econômicas gestadas nos países hegemônicos, além de dificuldades crescentes para o discurso socializante, de caráter humanista e crítico à globalização.

*\* Jair Borin é professor-titular do Departamento de Jornalismo da ECAUSP: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.*

**Investimentos publicitários caem 5,39% em 2001**

Demonstrativo em R\$



Fonte: Meio & Mensagem

Vito Giannotti

# Comunicação sindical e disputa da hegemonia



*Já foi dito e escrito que “sem tesão não há solução”. Já foi também escrito, sem ser de forma tão direta, que sem comunicação não há revolução. Lênin, no seu **Por onde começar**, de 1902, deixava isso muito claro, ao afirmar que o primeiro passo a ser dado, para construir a revolução, era a “criação de um jornal para toda a Rússia”.*

*Era a afirmação da centralidade e da necessidade da comunicação para fazer a revolução. Óbvio que*

*Lênin sabia, melhor do que ninguém, que apenas com um ou mil jornais não se chegaria a lugar algum. Mas também sabia que, sem um jornal, a revolução não chegaria nunca. Como os milhões de operários, soldados e camponeses seriam convencidos da sua necessidade? Como teriam informação e formação suficiente para abraçar a ação revolucionária, sem um jornal ?*

*E hoje, qual comunicação é necessária? Um, dois, dez ou centenas de*

*jornais são pouco! De 1917 pra cá, vieram o rádio, a televisão, o fax, o computador, a internet e todo um arsenal de novos instrumentos.*

*Para disputar a hegemonia com seus inimigos de classe, hoje, a classe trabalhadora vai precisar usar todas as armas da comunicação que seus inimigos usam.*

*Este artigo visa recuperar, rapidamente, a prática dos trabalhadores nessa disputa e dar “dicas” sobre como melhorar as condições para*

*essa guerra. Tudo isso para nosso país, hoje. Um país que tem o quarto canal de televisão do mundo, ao mesmo tempo que se situa em 68º lugar em leitura de jornais. Um país onde 90% dos municípios não têm uma livraria e, ao mesmo tempo, a Veja é a quarta revista de informação do mundo, em tiragem.*



A primeira imagem despertada pela palavra comunicação sindical é aquela do jornal do sindicato ou de um boletim de greve. Logo em seguida, passamos a imaginar os típicos temas destes clássicos representantes da comunicação dos sindicatos com os trabalhadores: aumento de salário, condições de trabalho, horário, turnos, planos de cargos e salários, férias, acidentes e por aí vai.

Essa imagem está associada a uma determinada visão de sindicato. Um sindicato que está aí para resolver os problemas concretos dos trabalhadores. Os problemas imediatos, do dia-a-dia. Mas o horizonte da comunicação sindical não se esgota no imediato, no palpável.

Nos cem anos da luta dos trabalhadores do nosso país, essa tensão entre o imediato e o objetivo final será constante. Vejamos, panoramicamente, as várias etapas dessa história.

#### **A comunicação no sindicalismo da época Vargas**

No Brasil, temos uma tradição de sindicalismo oficial, o sindicalismo ministerialista, como era chamado logo que Getúlio Vargas o criou, na década de 30. O típico sindicalismo pelego. Sindicalismo de colaboração de classes que deveria varrer a herança de trinta anos de sindicalismo anarquista baseado no princípio, do começo do século XIX, do confronto de classe contra classe.

O novo sindicalismo, que Vargas queria, deveria afastar-se da luta política, do confronto de classe. Portanto, deveria zelar pela paz social. Este sindicalismo deixaria de ser livre, dependendo unicamente da vontade e decisões dos trabalhadores e passaria a ser controlado pelo governo e pela burguesia que ele representava. Neste sindicato, não haveria espaço para a defesa dos interesses mais globais da classe trabalhadora.

Desempenharia, quando muito, um papel de fiscalizador do cumprimento das leis, num ritual frio de recorrer à Justiça do Trabalho e de periódicas renovações de acordos coletivos. Neste quadro, qual será o espaço da imprensa, da comunicação destes sindicatos com os trabalhadores? Não há espaço. Ou melhor, não há necessidade. Basta um boletim a cada seis meses, ou a cada ano. As únicas coisas a comunicar são: o andamento da colônia de férias, os novos serviços médicos que o sindicato oferece e o índice de reajuste que o governo se digna conceder na época certa. Mas tem mais assuntos que estes sindicatos varguistas podem tratar como, por exemplo, a coroação da rainha da categoria ou a premiação da mãe do ano. E podem chegar até a falar de algum cursinho de leis trabalhistas ou da visita do ministro do trabalho à sede do sindicato. Esse é o modelo dos sindicatos pelegos que brotou na década de 30.

Hoje, de aproximadamente vinte mil sindicatos existentes no país, a imensa maioria ainda está neste estágio. Ou não tem nenhum tipo de boletim, ou possuem um informativo qualquer que bem poderia ser produzido na década de 30 ou 40. É o vazio absoluto. Nele não há governo, não há sistema, não há classe patronal. Quanto menos, realidades como o neoliberalismo ou suas consequências mais evidentes: o desemprego e a perda de direitos.

Evidentemente, neste tipo de sindicalismo, não há disputa nem hegemonia da classe dominante.

#### **Sete centrais sindicais: qual comunicação?**

Existem hoje, no Brasil, sete centrais sindicais. Destas, só a CUT é de oposição ao governo e à classe patronal que ele representa. Por sua definição a favor de uma sociedade socialista, a CUT se coloca conseqüentemente em con-

traposição ao projeto neoliberal deste governo, e contra os interesses que ele representa, sejam eles dos banqueiros, industriais, fazendeiros, atacadistas, nacionais ou estrangeiros.

Neste quadro deixaremos de analisar as seis centrais que não estão preocupadas em fazer uma disputa de classes, como é o caso típico da segunda central brasileira: a Força Sindical. Esta foi pensada, gestada, amamentada e criada totalmente pelos patrões e pelo governo.

É a legítima central deles, uma real força patronal; muito eficiente e conseqüente no seu papel de ser o instrumento da burguesia no meio sindical. Sua imprensa, sua comunicação, naturalmente, cumprirá este papel. Nela não há oposição e sim louvação às medidas que o governo neoliberal de FHC vem tomando. É a defesa, desde a época do Collor, do que ela chamava de “reformas modernizadoras”. Defesa da redução do chamado “Custo Brasil”, com suas conseqüências práticas de flexibilização de todos os direitos e destruição de milhões de empregos.

Dessa política, vêm o apoio e, mais ainda, a apresentação ao governo de propostas concretas como o contrato temporário e a demissão temporária, que nada mais são do que a retirada de direitos.

É essa política que dá ao presidente da tal Força Sindical, no começo de abril deste ano, a liberdade de dizer que “o Governo é bunda mole”, pelo fato de ter dado uma recuadinha temporária na sua determinação de acabar com toda a CLT.

Para resumir, neste tipo de sindicalismo não há comunicação para disputa de hegemonia. Ou melhor, ela faz, sim, esta disputa. Só que do lado contrário. É a disputa contra os interesses dos trabalhadores. Daí vêm os jornais da Força Sindical para o do 1º

de Maio, a partir de 98, com páginas inteiras recheadas de carros zero quilômetro, motos, liqüidificadores, bate-deiras, geladeiras e outros eletrodomésticos para o grande sorteio do Dia do Trabalhador. A partir de 2000, a festa ficou mais incrementada. Foram acrescentados dez apartamento mobiliados para este sorteio proletário. Sindicato que vira bingo e tenta, com isso, fazer esquecer a luta da classe. A disputa de hegemonia fica muito fácil, para quem quer manter a situação do jeito que está.

#### **Os antecedentes da atual comunicação sindical da CUT**

Para os sindicatos da CUT, esta disputa se torna necessária e é bem mais difícil. Esta Central tem como objetivo declarado, nos seus estatutos, lutar pelo fim da exploração do homem pelo homem. Lutar para contribuir na construção de uma futura sociedade socialista. É o que no jargão da Central se chama de classismo.

Os antecedentes do sindicalismo classista, no Brasil, devem ser procurados no sindicalismo anarquista do fim do século XIX e começo do século XX.

Durante uns cinqüenta anos, a principal influência, entre os primeiros trabalhadores imigrantes no Brasil, era o anarquismo. Italianos, espanhóis e portugueses aqui chegavam aos milhões, vindos de terras onde o ideal anarquista era muito difundido. Esta visão predominava sobre a influência socialista. Países do sul da Europa, como a Itália, a Espanha e Portugal tinham sido o ambiente propício às pregações e ações do próprio Bakunin e seus seguidores. Foi justamente através dos emigrantes daqueles países que chegaram essas idéias para as novas terras americanas.

O anarquismo sempre deu uma enorme importância à formação político-ideológica e à divulgação das suas



*Esta Central tem como objetivo declarado, nos seus estatutos, lutar pelo fim da exploração do homem pelo homem.*

idéias entre as massas. De 1875, quando começaram a aparecer as primeiras fabriquetas, até 1920, época de ouro do anarquismo no Brasil, foram publicados, no nosso país, 343 jornais operários diferentes. Seus nomes são reveladores da sua ideologia. Vejamos alguns deles: *O Operário* (Recife, 1879), *O Socialista*, (Salvador, 1890), *A Luta* (Porto Alegre, 1894), *Primo Maggio* (São Paulo, 1892), *A Greve* (Rio de Janeiro, 1903), *O Demolidor* (Fortaleza, 1908), *O Proletário* (Juiz de Fora, 1920). O conteúdo destes jornais era duplo. Por um lado, denunciava as injustiças concretas, apresentava as reivindicações imediatas de uma seção ou de uma fábrica ou grupos de fábricas.

Mas além desses aspectos concretos, imediatos, toda a visão anarquista que era transmitida. O jornal *A Voz do Trabalhador*, porta-voz da primeira central sindical brasileira, desde 1908, quando começou a ser publicado, quinzenalmente, trazia em suas páginas os temas centrais do anarquismo: anticapitalismo antimilitarismo, anticlericalismo e, acima de tudo, a necessidade de uma revolução que acabasse com toda opressão e exploração do homem pelo homem. A necessidade da luta direta sem intermediários, a necessidade da revolução social. Podemos dizer que todos os temas da luta socialista e anarquista eram tratados nesses jornais operários do começo do século.

A partir de 1922, com a fundação do Partido Comunista, o anarquismo perderá fôlego e com ele entrará em declínio aquele tipo de comunicação sindical.



### O período de crescimento do Partido Comunista

Na década de 20, gradativamente, os comunistas passam a ocupar espaço nos sindicatos. Seguindo o clima revolucionário da época, sob forte influência da vitoriosa Revolução Russa, o PC dará maior importância à imprensa partidária do que à propriamente sindical. A imprensa comunista passa a tratar os temas políticos que a época exigia. Ou seja, era uma comunicação que tratava, o tempo todo, das condições presentes, mas se apontava constantemente a perspectiva futura: o socialismo.

Chega a época Vargas, o Estado Novo e a Segunda Guerra. Poucos dias antes da rendição nazista, em 18 de abril de 45, que acabará com a guerra, Vargas decreta a anistia aos presos políticos e o PC poderá, enfim, se legalizar. Menos de um ano depois, os comunistas já tinham oito jornais diários

publicados no país. Jornal diário seria pleonasma, mas não nesse caso. Se eram jornais, seriam diários. Parece óbvio, mas não é bem assim. É comum você perguntar se tal sindicato ou tal partido tem jornal, e receber resposta afirmativa: “Sim, temos jornal que sai todo mês”.

Para os comunistas, em 46, jornal era jornal. Para fazer disputa da hegemonia, eles sabiam que um jornal diário era essencial. É por isso que, sem xerox, sem computador nem internet, eles teimavam em publicar seus oito diários. Diariamente.

No Rio de Janeiro, o jornal comunista *Tribuna Popular* tinha uma tiragem diária de 20 mil exemplares. Exatamente igual à do jornal *Correio da Manhã*, da mesma cidade.

De 45 até 64, os sindicatos, hegemônicos pelo PC, continuaram a dar mais importância à imprensa partidária do que à sindical.

Após o golpe de 64, a imprensa operária entrou em profundo recesso. A imprensa partidária foi toda silenciada na noite do golpe. A sindical se recolheu, silenciada pelos golpes das intervenções militares. Dentro das fábricas, circulavam inúmeros pequenos jornais clandestinos, com tiragem re-

---

*É comum você perguntar se tal sindicato ou tal partido tem jornal, e receber resposta afirmativa: “Sim, temos jornal que sai todo mês”.*

---

duzida e distribuídos, às escondidas, de mão em mão, tentando segurar a resistência à exploração patronal e à ditadura.

Quase todos os sindicatos, decapitados de suas lideranças e debaixo da bota dos interventores colocados pelos militares, se limitavam a fazer seus jornais bem comportados. O peleguismo e o medo imperavam absolutos. A imprensa de quase todos os sindicatos falava de bailes de debutantes, coroação de rainhas, pescarias, futebol e, quando muito, comentavam uma lei ou outra. Só alguns sindicatos, com direções combativas, de esquerda, teimavam em ter seu jornalzinho com um conteúdo político contestatório. Mas esses sindicatos não passavam de algumas dezenas.

Quem desempenhou um papel de confronto com a ditadura e com as classes que ela representava foi a que ficou conhecida como “imprensa alternativa”. Alternativa ao silêncio imposto pelos militares e ponto de referência para quem queria construir uma alternativa política, num espectro que ia da democracia ao socialismo.

Semanários como *O Pasquim*, *Opi-nião*, *Movimento*, *EX*, *Coojornal*, *Versus*, *Em Tempo* e tantos outros passavam a ser o único alimento político permitido ou tolerado pelos militares.

### Trinta milhões de jornais/boletins

A partir da década de 90, a imprensa sindical cresceu muito. Em 1994, nos meios da CUT, havia um número aproximado, mas aceito globalmente, que reflete esse crescimento quantitativo da comunicação dos sindicatos ligados a essa Central. Eram sete milhões de boletins ou jornais por semana. Um total de trinta milhões por mês. Neste número estavam desde os cento e vinte mil jornais diários dos Metalúrgicos de São Bernardo até os três ou quatro mil boletins/jornais publica-

dos semanalmente em centenas de sindicatos. Não se incluíam, nesta estatística, publicações quizenais, mensais ou vezenquandárias, isto é, que saíam vez por outra.

É um volume enorme, se considerarmos que nesta data a *Gazeta de Sergipe*, maior jornal daquele Estado, tinha uma tiragem estimada em dois mil exemplares/dia.

Ou seja, os sindicatos da Central que querem fazer a disputa da hegemonia com a outra classe, tinham e têm um grande poder de fogo a sua disposição.

E essas armas clássicas, jornal e boletins, não são as únicas que o exército da CUT possui. Há uma enorme variedade de outros instrumentos que, juntos, compõe um mosaico completo. São cartilhas, livretos, folders, bonés, camisetas, faixas, bandeiras. E mais, encontramos centenas de carros de som, rádios comunitárias e horários comprados em rádios comerciais.

E isso tudo sem levar em conta a língua de milhões de dirigentes sindicais, liberados a tempo integral, para difundir sua política. Além disso, inúmeros instrumentos que servem ativamente para comunicar uma política e que muitos sindicatos usam, conforme sua criatividade: de uma simples xerox de uma notícia de jornal a uma pequena peça de teatro na porta de uma fábrica ou de um banco.

Não entramos aqui na facilidade, muito pouco aproveitada, da comunicação imediata e riquíssima via internet, ou a ocupação de espaço na TV Comunitária.

Não dá, frente a esse quadro, para continuar com a atitude do derrotado, que acha que é inútil disputar, pois o outro lado é todo poderoso e nosso lado não tem nada. “Eles têm tudo e nós nada”. Aí a disputa da hegemonia já se foi. Não há como fazê-la.

O primeiro passo para vencer qual-

***O primeiro passo para vencer qualquer disputa é acreditar que vai ser uma disputa. É possível ganhar. Depois disso é analisar atentamente as condições necessárias para vencer a batalha.***



quer disputa é acreditar que vai ser uma disputa. É possível ganhar. Depois disso é analisar atentamente as condições necessárias para vencer a batalha.

### Comunicação para vencer a batalha da hegemonia

Antes de tudo, é preciso uma constatação incômoda e provocante. Onde estão os jornais de esquerda do Brasil? Há, em geral, respostas patéticas. Cada militante de esquerda aponta a publicação de seu partido e mostra: “tá aqui! “Boa essa!” Um jornal que sai cada semana ou quinze dias ou, às vezes, cada dois ou três meses... se Deus quiser. Isso não pode ser chamado de

jornal e, sim, de publicação, oxalá regular. Além do mais, suas tiragens são irrisórias, frente a um país continental de 170 milhões de habitantes.

Jornal-jornal, aquele diário, cadê? A verdade é trágica. O jornal de toda a esquerda é nada menos que a **Folha de São Paulo**. De Manaus a Porto Alegre, todos os militantes de esquerda, sindicalistas ou não, vão procurar se informar neste jornal neoliberal de São Paulo. É esta **Folha** que defende, sem titubear, o projeto total de FHC, com suas reformas neoliberais, que vai servir como única informação diária para toda a esquerda. Essa **Folha** que, no ano 2000, seguindo a ideologia do Planalto, escolheu como seu inimigo principal o Movimento dos Sem Terra. **Folha** que, junto com a **Veja**, topou usar todos os meios para derrubar o MST e barrar o avanço da esquerda.

O jornal lido por toda a esquerda é esta **Folha** que, no dia do encerramento do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 5/2/2002, sai com a manchete; "Saramago azeda a festa e a esquerda dança". Seu desejo de afirmar que a esquerda, até que enfim, dançou, foi um ato instintivo, incontrolável, que não deu para disfarçar.

Essa é a tragédia. Desde 1980, as lutas dos trabalhadores cresceram ano a ano. Greves, ocupações, disputas eleitorais locais, administrações de esquerda, quase chegamos lá... à Presidência da República. Nasceu a Central Única dos Trabalhadores, centenas de deputados, vários governadores e senadores. **E cadê nosso jornal?** Continua sendo a **Folha de São Paulo**: o jornal da fina flor do neoliberalismo globalizado.

Como fazer a disputa de hegemonia com nossos inimigos de classe? Sem jornal, sem rádio, sem televisão, realmente fica difícil.

Seria impossível, se não houvesse alguma alternativa. Nestas duas últi-



mas décadas, a imprensa sindical tem tido o desafio de cobrir a falta de uma comunicação político-partidária inexistente. É um desafio enorme, compreendido por uns e desconhecido por muitos sindicatos.

A imprensa sindical acaba tendo um papel muito maior do que se pode imaginar, exatamente pela ausência de uma outra imprensa contra-hegemônica. Hoje existem algumas revistas de esquerda, muito boas e relativamente bem feitas, que servem para esta disputa da qual falamos, mas suas tiragens, seu alcance é muito limitado. Ainda salta aos olhos o enorme poder de fogo que possui a imprensa sindical.

Mas para que a comunicação dos sindicatos cumpra esse papel, há várias condições, sem as quais não adianta ter tamanho.

## 1 - Antes de tudo é preciso ter clareza desta disputa

Não se trata de substituir o papel dos vários partidos de esquerda. Mas, cada sindicato pode apontar, em cada ação, cada jornal ou boletim, a perspectiva de confronto global de classe. E apontar a perspectiva de outra sociedade. De outra hegemonia.

Para isto é preciso que a pauta dos boletins, jornais ou programas de rádio saia do umbigo. Ou melhor, que saiba combinar os interesses imediatos dos trabalhadores com seus interesses históricos.

Combinar a negociação imposta pela empresa, sobre o horário, com a denúncia da flexibilização dos direitos imposta pelo projeto neoliberal. Ligar cada demissão com o combate a todo esse modelo econômico que gera milhões de desempregados. Denúncia desse modelo a ser derrubado nas ruas, nas praças, nas greves e nas próximas eleições.

Ou seja, não se restringir a uma pauta corporativa, limitada. Para isso é só lembrar os estatutos de Central Única dos Trabalhadores, que repetem duas vezes a necessidade da Central **"lutar pelos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo como perspectiva a construção de uma sociedade socialista."**

## 2 - É necessário uma preocupação obsessiva com a linguagem

Em geral, a linguagem usada em boletins/jornais sindicais é uma linguagem incompreensível para o público ao qual se destina.

Tanto quanto o juridiquês, economês, psicologuês, informatiquês, há outra praga típica do meio sindical. É o sindicalês, irmão de sangue do politiquês.

O sindicalês é uma síntese de todas as linguagens específicas com as quais o sindicalista entra em contato. O sin-

dicalista, por necessidade de ofício, se relaciona com advogados, economistas e com uma variedade grande de intelectuais: do psicólogo ao sociólogo. Nada de errado nisso. Só que sua linguagem acaba incorporando centenas de palavras próprias de todos estes meios com os quais entra em contato. A essas influências acrescenta-se uma natural do meio sindical: o politiquês. Esta é a linguagem típica falada nos meios de esquerda que boa parte dos ativistas sindicais freqüentam regularmente.

O resultado é que a linguagem do dirigente sindical muda de acordo com todas essas influências.

Não haveria nada demais, se a linguagem do público-alvo da sua comunicação também tivesse mudado. Mas isso não ocorre.

Com isso temos a maioria dos boletins/jornais sindicais que são escritos numa linguagem absolutamente estranha para seus leitores. O mesmo vale para o discurso, feito num programa de rádio, num palanque ou num carro de som.

E aí fica impossível fazer a disputa da hegemonia. Não porque não haja idéias claras. Não porque não haja vontade, mas simplesmente porque a linguagem usada para se comunicar é inteligível para quem a escuta ou lê.

### **3 - A terceira condição é fazer uma comunicação atrativa**

Se um boletim/jornal ou programa de rádio for de péssima qualidade, este será rejeitado automaticamente.

Não é suficiente ter um bom conteúdo e nem uma linguagem adequada. Se a cara de um boletim / jornal for feia, este será jogado ao chão automaticamente.

Este é todo um item que mereceria um tratamento à parte. Impossível falar dele em poucas linhas. Só vamos dar uma olhada numa das tantas ino-



vações às quais a burguesia recorreu.

Todos os jornais do país, de alguns anos pra cá, se modernizaram. A introdução mais visível é a introdução da cor total em todas páginas. Mas esta é apenas uma das mudanças, filhas da edição eletrônica. Há inúmeras transformações que precisam ser analisadas e introduzidas na imprensa sindical. Sem isso ficaremos a ver navios.

Hoje o leitor exige uma série de portas de entrada para se aventurar numa página ou num artigo. São gráficos, infográficos, chamadas, fotos, legendas e outros recursos visuais, próprios da linguagem televisiva. Uma linguagem visual. Essa é a linguagem que todo mundo gosta, especialmente, no nosso país. Gostam dela os 83% que não terminaram o segundo grau. E também é apreciada pelos 17% que passaram esta etapa e até chegaram ao pós-doutorado.

A comunicação sindical é uma arma poderosa para a batalha da hegemonia. Mas para isso a primeira definição é decidir fazer esta batalha. Uma disputa pela conquista de corações e mentes de milhões.

Uma comunicação de todos os dias, com todas as forças e com a maior variedade de meios possíveis. Uma batalha pela construção de aparelhos de hegemonia capazes de garantir a conquista do poder e a constante construção político-ideológica dessa nova ordem.

### **INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS**

BOITO, Armando. (1991). *Sindicalismo de Estado no Brasil*. SP, Unicamp.

FERREIRA, M. Nazareth. (1988). *A imprensa operária no Brasil*. São Paulo, Ática

GIANNOTTI, Vito. (1999). *O que é Jornalismo sindical*. São Paulo, Brasiliense

GIANNOTTI, Vito. (1986). *O que é Estrutura Sindical*. São Paulo, Brasiliense

GIANNOTTI, Vito; SANTIAGO, Claudia; Domingues, Sérgio. (2000). *Manual de Linguagem Sindical*. Rio de Janeiro, NPC

KAZUMI, Munakata. (1984). *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

KUCINSKY, Bernardo. (1998). *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo, Editora Perseu Abramo.

KUCINSKY, Bernardo. (1990). *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo, Scritta.

MATTOS, M. Badaró. (1999). *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura.

RODRIGUES, I. Jacome. (1994). *Sindicalismo e política*. São Paulo, Scritta.

RODRIGUES, L. Martins. (1990). *CUT os militantes e sua ideologia*. São Paulo, Paz e Terra.

SANTIAGO, Claudia e GIANNOTTI, Vito. (1997). *Comunicação Sindical, a arte de falar para milhões*. Petrópolis, Vozes.

SPINDEL, Arnoldo. (1980) *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo, Símbolo

WALDEMIR, Catanho. (1997). *A importância da recepção na Comunicação sindical*. Fortaleza. tese de mestrado-UFCE.

# O lugar da política na sociabilidade contemporânea



A política parece estar em um lugar problemático na sociabilidade contemporânea. Insistentemente, ela tem sido instalada no registro da crise, quase em situação de não-lugar. O colapso das energias utópicas, a derrocada das grandes narrativas, a depressão dos sujeitos políticos, a insatisfação com as práticas de representação, as repetidas denúncias de corrupção, o desencanto com os

políticos profissionais aparecem apenas como algumas das inúmeras interpelações endereçadas à política pela contemporaneidade.

A circunstância atual apresenta assim visível contraste com a emergência, a conformação e mesmo a exaltação da política acontecida na modernidade. O contraponto entre a situação contemporânea e a era moderna indica, mais uma vez, o estatuto proble-

mático da política hoje e, em seqüência, coloca em cena uma das questões mais agudas a ser trabalhada: a crise da política aparece como um questionamento da política moldada na modernidade ou como um impasse da política "tout court" ?

A hipótese assumida e desenvolvida neste texto opta pela primeira alternativa, pois propõe que o registro da crise indica esgotamentos na atividade

política, especialmente em sua modalidade conformada na modernidade, cuja herança marca ainda hoje a política que realizamos. A hipótese formulada tenta reter exatamente esse mal-estar derivado da inadequação entre uma atividade política, com formatação oriunda da modernidade, e uma contemporaneidade, conformada por outras espacialidades e campos de força.

Em tempo simultâneo, as novas configurações societárias - neomodernas ou pós-modernas - põem novos desafios em cena e possibilitam dar sentido às mutações em profundidade que hoje perpassam o campo político.

Este texto privilegia como alternativa interpretativa para a compreensão da mutações da política na atualidade, dentre outras possíveis, aquela que se centra na conexão contemporânea entre política, sociabilidade e comunicação, com destaque para a sua versão midiática, e nas ressonâncias societárias decorrentes dessa interação. Isso não significa que outras abordagens não possam ser significativas para a elucidação das transmutações políticas em processo. Trata-se apenas da escolha do enfoque privilegiado e possível de ser trabalhado neste texto.

A relação atual entre comunicação e política, reivindicada de modo reiterado nos estudos recentes, tem, quase sempre, se pautado por um tom sombrio, pois a política submerge como dilacerada pela mídia. A política espetacularizada de Schawzenberg<sup>1</sup>, a videopolítica de Sartori<sup>2</sup>, a transpolítica de Mafesolli<sup>3</sup> e o fim da política de Baudrillard<sup>4</sup>, para citar apenas algumas vezes importantes e diferenciadas, parecem convergir em seu diagnóstico quase terminal para a atividade política. De um anterior estatuto instrumental - quando a comunicação está concebida como meramente determinada pela política, como acontece, por

exemplo, na redução da comunicação ao âmbito da ideologia<sup>5</sup> - a comunicação passa, sem mais, a reter um poder tal, que inverte a relação, subjugando e mesmo quase aniquilando a política.

Essas apressadas e unilaterais soluções para complexas questões (im)-postas pela contemporaneidade parecem não se sustentar. Antes, este texto reivindica a densidade dos problemas, afirma a multiplicidade das modalidades de interação e acredita na existência de diversas possibilidades de resolução da relação entre política e comunicação, em uma situação, por vezes, complementar, por vezes conflitiva, mas sempre tensa e em processo de persistente disputa. Uma remissão da relação entre comunicação e política ao ambiente da contemporaneidade torna-se essencial para a elucidação do tema.

#### **Mídia e contemporaneidade: idade mídia**

A rápida incursão deve se iniciar por uma afirmação forte: o estatuto não instrumental, nem meramente superestrutural da comunicação na atualidade. Afinal diversos movimentos confluem para indicar o caráter estruturante

te assumido pela comunicação, em especial pela mídia, na contemporaneidade. Como esquecer, por exemplo, a formidável convergência tecnológica hoje existente entre comunicação, telecomunicações e informática, anotada por inúmeros autores; a expansão gigantesca das indústrias de comunicação e cultura e a atividade viabilizadora da globalização, ensejada, em dimensões diversas, pelas mídias.

Aliás, há algum tempo, tem-se sugerido que a comunicação tornou-se componente essencial na dinâmica de funcionamento do capitalismo. A predominância da concorrência de marcas, em detrimento da concorrência de preços, característica do capitalismo avançado detectada por Sweezy e Baran<sup>6</sup>, afirma essa conexão imanente, pois a comunicação aparece como momento imprescindível para a realização da concorrência de marcas. Na era da exaltação ao mercado, ele já não se mostra capaz de transformar produtos em mercadorias sem recorrer às campanhas de comunicação.

Mas este caráter estruturante pode ser captado também para além de uma atenção com as marcas e os constrangimentos capitalistas da sociedade. Mc Luhan<sup>7</sup>, apesar de seu deslumbramento e determinismo tecnológicos, já havia percebido como a comunicação estrutura o social, fixado como Galáxia Gutenberg ou como Aldeia Global. A sua fórmula "o meio é a mensagem" insiste nisso, antes de qualquer outra coisa. Anterior a ele, Walter Benjamin<sup>8</sup>, em seu iluminado

---

*Como Colombo, ainda não chegamos à América, apenas aportamos nas Índias. Esse novo mundo, possibilitado pelas navegações (virtuais), não pode ser descoberto nesse registro esquemático de verdades e falsidades fixadas.*

---

ensaio, sem submergir ao determinismo tecnológico, também afirmou a capacidade da comunicação, reproduzida tecnicamente, estruturar sensibilidades, produzindo socialmente uma nova estética.

A percepção do estatuto estruturante e das novas dimensões sociais engendradas pela comunicação, em sua etapa midiática, também permeia, em modalidades muito diferenciadas, outros autores<sup>9</sup>. Guy Debord<sup>10</sup>, com sua sociedade do espetáculo, e Jean Baudrillard<sup>11</sup>, com suas teses sobre o simulacro e a simulação, devem ser aqui lembrados, ainda que em ambos essa nova dimensão de sociabilidade engendrada pelas mídias esteja sempre no âmbito do reprovável que se contrapõe a um "real", que assegura (Debord) ou assegurava anteriormente (Baudrillard) o mundo, apesar das possíveis negativas dos autores a esse respeito.

O descobrimento desse novo mundo propiciado pela comunicação torna-se encoberto. Como Colombo, ainda não chegamos à América, apenas aportamos nas Índias. Esse novo mundo, possibilitado pelas navegações (virtuais), não pode ser descoberto nesse registro esquemático de verdades e falsidades fixadas, nem no âmbito de uma circunstância societária aprisionada em sua configuração moderna, mas supõe o risco de uma apreensão aberta e problemática do novo. Só com essa atitude, o novo mundo pode ser descoberto.

O mapeamento desse novo mundo vem sendo tentado por inúmeros autores que, apesar das divergências existentes entre as diversas formulações, parecem convergir na visualização do contemporâneo como estruturado pelas redes comunicacionais. Não por acaso, a atualidade tem sido reiteradamente nomeada por expressões com afinidade com o campo da

---

*Assim como a era da navegações marítimo-geográficas  
inaugurou um novo mundo, também agora,  
por volta de 500 anos depois, vive-se, para o mal e para o  
bem, o limiar de um outro novo mundo,  
de espaço planetário e em tempo real, possibilitado pelas  
redes eletrônicas e televivenciais de comunicação.*

---

comunicação. "Aldeia Global" (McLuhan, 1974), "Sociedade da Informação" (Lyon, 1988; Kumar, 1997, dentre outros), "Sociedade Conquistada pela Comunicação" (Miège, 1989), "Capitalismo de Informação" (Jameson, 1991), "Sociedade Informática" (Schaff, 1991), "Sociedade da Comunicação" ou "Sociedade dos Mass Media" (Vattimo, 1991), "Era da Informação" ou "Sociedade Rede" (Castells, 1996), "Sociedade da Informação ou da Comunicação" (Soares, 1996), "Planeta mídia" (Moraes, 1998) e "Idade Mídia" (Rubim, 2000)<sup>12</sup>. Todas estas denominações, entre muitas outras possíveis, têm sido insistentemente evocadas para dizer o contemporâneo.

Não cabe, nos limites deste texto, uma discussão das convergências e divergências do pensamento dos autores acima citados. Aparece com mais pertinência o registro de alguns traços que caracterizam a contemporaneidade como modo singular de ser e estar no mundo. A sociabilidade atual apresenta-se como tensa e complexa conjunção de: 1. espaços geográficos e eletrônicos; 2. convivências (vivências em presença) e televivências (vivências à distância); 3. tempo real e espaço planetário; 4. local e global, enlace, nesse caso, tão bem apreendido e sintetizado na expressão glocalidade e, enfim, de 5. realidade contígua e telerrealidade.

Além da recorrente nomeação, a enumeração dos traços conformado-

res da singular sociabilidade contemporânea coloca em evidência a atividade estruturante da comunicação. Dimensões inerentes à atualidade como os espaços eletrônicos, as televivenciais, o tempo real, o espaço planetário, o globalismo e a telerrealidade não podem ser concebidos, viabilizados e imaginados sem uma relação de imanência com a comunicação, em sua versão midiaticizada.

A comunicação não só figura como um dos momentos de estruturação da atualidade. Ela configura-se como expressivo ambiente que envolve o mundo, tecendo e atravessando todo o social. Sua manifestação, notável e tentacular, torna-se visível através: 1. da expansão quantitativa da comunicação, observada pelo número de meios disponíveis, pelas tiragens e audiências, pela dimensão de redes em operação etc; 2. da diversidade das mídias existentes; 3. da mediação que realiza, tornando-se o modo dominante de experienciar e conhecer a vida, a realidade e o mundo; 4. da presença e abrangência das culturas midiáticas como circuito cultural dominante, que organiza e difunde socialmente com-

portamentos, percepções, sentimentos, ideários e valores; 5. da ressonância social da comunicação midiaticizada sobre a produção da significação (intelectiva) e da sensibilidade (afetiva), social e individual; 6. da prevalência da mídia como esfera de publicização (hegemônica) na sociabilidade, dentre os diferenciados “espaços públicos” socialmente existentes, articulados e concorrentes; 7. da ampliação vertiginosa dos setores voltados para a produção, circulação, difusão e consumo de bens simbólicos; 8. do crescimento (percentual) dos trabalhadores da informação e da produção simbólica no conjunto da população economicamente ativa e 9. do alargamento do consumo e dos gastos, públicos e privados, com as comunicações.

A mídia, por conseguinte, estrutura e ambienta a contemporaneidade, faz a mediação, possibilitando o compartilhamento simbólico entre indivíduos em territórios distantes, e também cria uma nova dimensão da realidade: a telerrealidade. Esse novo mundo nasce com as redes midiáticas permanentes e se caracteriza por sua conformação quase imaterial, altamente simbólica. Instituições e indivíduos o habitam sob a modalidade de imagens sociais ou públicas. O novo mundo, apesar dessas marcas contrastantes com a substancialidade anteriormente requerida à realidade (contígua), deve ser assumido como tendo um estatuto de realidade. Em verdade, como já anotado, a realidade contemporânea resulta da complexa composição que envolve telerrealidade e realidade contígua. Tal estado de mesclagem, quase indistinção, apresenta-se como atualidade, em especial, nas cidades-metrópoles, lugares, por excelência, de viver o contemporâneo.

Assim como a era da navegações marítimo-geográficas inaugurou um novo mundo, também agora, por volta

de 500 anos depois, vive-se, para o mal e para o bem, o limiar de um outro novo mundo, de espaço planetário e em tempo real, possibilitado pelas redes eletrônicas e televisivas de comunicação. Esse novo mundo - descoberto através de navegações de outro tipo, as virtuais - aparece ainda hoje como zona quase inexplorada, nova fronteira do capitalismo, como demonstra a expansão acelerada da economia na Internet, e como lugar privilegiado das novas lutas políticas e emancipatórias da humanidade.

#### **Mídia e contemporaneidade: globalizações**

A navegação na sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia permite descobrir e aportar nas fronteiras de expansão do mundo contemporâneo. Uma das facetas mais significativas dessa expansão acelerada do mundo normalmente atende pelo nome de globalização. Desnecessário se alongar na afirmação do imanente enlace existente entre globalização e a explosão das comunicações na atualidade. Hobsbawm, por exemplo, considera que as revoluções dos transportes e das comunicações como essenciais para o movimento de globalização<sup>13</sup>.

Para iniciar essa outra viagem, cabe, de imediato, distinguir globalização do termo internacionalização. Por óbvio, toda globalização implica internacionalização, mas não se reduz a isso. Manoel Castells, percebendo a novidade da noção, sugere um outro componente vital:

*“O novo não é tanto que a economia tenha uma dimensão mundial (pois isto ocorre desde o século XVII), mas que o sistema econômico funcione cotidianamente nesses termos. Neste sentido, assistimos não somente à internacionalização da economia, mas a sua globalização, isto é, a uma interpenetração das atividades produtivas e das economias nacionais em um âmbito mundial”<sup>14</sup>.*

Desse modo, soma-se à internacionalidade, própria do espaço planetário, um acontecer cotidiano e, mais do que isso, uma cotidianidade marcada pela possibilidade de simultaneidade e de instantaneidade, de se realizar em tempo real. A mistura desses ingredientes conforma o caráter singular e contemporâneo do processo de globalização.

Apesar de sua utilização generalizante, o termo, em um uso mais rigoroso, deveria acionar sempre um plural: globalizações. Como diversos autores têm observado, o processo de globalização, desigual e combinado, afeta de modo distinto as diferentes regiões do planeta e os diversos campos da sociedade contemporânea. José María Gómez<sup>15</sup>, por exemplo, assinala a capacidade de

---

*Quando as comunicações estão intimamente imbricadas com a cultura, o ritmo do movimento tende a se desacelerar ou a ser dificultado por uma série de obstáculos.*

---

fragmentação e de exclusão inerente ao processo de globalização, o qual, de modo simultâneo e tenso, integra e exclui, totaliza e fragmenta<sup>16</sup>. A globalização nessa perspectiva gera situações de intensa desigualdade entre regiões e mesmo no interior de um determinado território. Renato Ortiz<sup>17</sup>, por outro lado, preocupado com os descompassos existentes nos movimentos diferenciados de globalização presentes nos variados campos sociais, assinala que tais ritmos discrepantes decorrem da natureza dos campos envolvidos, e propõe somente aplicar a noção de globalização às dimensões econômica e técnica do processo, reservando o termo mundialização para a cultura, devido ao significado ocupado pelo lugar nesse horizonte.

As globalizações, no entanto, procedem de modo desigual também quando referidas a um mesmo campo social. Evidentemente, funcionam com dinâmicas diferenciadas o processo de globalização do capital financeiro, altamente volátil e fluido, e aquele realizado pelo setor industrial, certamente em ritmo mais lento. Isso para não lembrar, ainda no campo econômico, as substanciais barreiras impostas à migração da mão-de-obra, que buscam bloquear ou minorar a globalização da força de trabalho<sup>18</sup>. O sólido muro existente entre os Estados Unidos e o México merece destaque neste aspecto.

As comunicações, enquanto conformadas como conjunto convergente de mídias, instalam-se como instrumento sócio-tecnológico viabilizador de parcela significativa das globalizações em curso<sup>19</sup>. As redes informáticas de informação aparecem como imprescindíveis para as movimentações financeiras de capitais nas bolsas de todo o mundo. Nessa perspectiva, elas estão inseridas no cerne dos processos de globalização mais acelerados.

O mesmo não acontece analisando-

se outras angulações possíveis para o processo. Em um recorte mais cultural, quando as comunicações estão intimamente imbricadas com a cultura, o ritmo do movimento tende a se desacelerar ou a ser dificultado por uma série de obstáculos. As culturas das mídias, circuito cultural dominante na contemporaneidade, apesar de sua marca internacional-popular<sup>20</sup>, que propicia fluxos simbólicos compartilhados por amplos segmentos sociais na sociedade contemporânea, não resultam sempre em uma mera homogeneização, como chegou a se pensar inicialmente, mas podem apresentar como resultado também a emergência de fluxos culturais locais. Mike Featherstone, idealizando essa percepção, chegou a escrever:

*“Assim, uma consequência paradoxal do processo de globalização, a percepção da finitude e da ausência do planeta e da humanidade, não é produzir homogeneidade, e sim familiarizar-nos com a maior diversidade, com a grande amplitude das culturas locais”<sup>21</sup>.*

A idealização apontada no autor pode ser detectada na assertiva que afirma o caráter de obrigatoriedade da emergência da diversidade das cultu-

ras locais, olvidando que ela se apresenta como possibilidade, que pode ou não se realizar em circunstâncias dadas. A afirmação também desconhece a desigualdade de potência, quase sempre presente, entre os fluxos internacionais-populares, ancorados em robustas indústrias transnacionais de cultura, e os fluxos locais, muitas vezes destituídos de suportes de tal magnitude.

Mas pode-se aceitar que a dinâmica propriamente cultural, quando não totalmente abandonada, em geral interdita uma homogeneização, sem mais, e faz emergir fluxos locais expressivos que marcam a cultura e a comunicação.

A força do lugar, como insiste Milton Santos<sup>22</sup>, impregna a cultura e transforma o processo de globalização em mundialização, como sugere Renato Ortiz, ou em movimento de glocalização, conforme reivindicam inúmeros autores, pois aos fluxos e estoques internacionais-populares ou globais mesclam-se, em menor ou maior grau, com fluxos e estoques locais, ocasionando a possibilidade de rejeições, assimilações e hibridações<sup>23</sup>. A glocalização deve ser retida, enfim, como tensão em permanente movimento.

A noção de glocal tenta dar conta desse caráter complexo e tenso. Massimo Canevacci, por exemplo, assim comenta a noção:

*“Essa palavra nova, fruto de recíprocas contaminações entre global e local, foi forjada justamente na tentativa de captar a complexidade dos processos atuais. Nela foi incorporado o sentido irrequieto do sincretis-*

---

*Os enlaces entre política e comunicação, (re)adequando-se nesta circunstância de ambiente formatado pelas mídias, possibilitam a emergência de novas configurações da política.*

---



*mo. O sincretismo é glocal. É um território marcado pelas travessias entre correntes opostas e frequentemente mescladas, com diversas temperaturas, salinidades, cores e sabores. Um território extraterritorial”<sup>24</sup>.*

A trajetória desenvolvida até aqui permite intitular mais rigorosamente o processo em estudo, utilizando-se o termo glocalizações. Parece sugestivo recorrer a ele também para compreender a dinâmica e as novas fronteiras da política no mundo contemporâneo. Antes disso, no entanto, torna-se necessário um retorno à política com seus impasses e desafios novos provenientes da idade mídia contemporânea.

### **Política e idade mídia**

O equacionamento privilegiado das novas configurações do campo políti-

co, nesta circunstância histórica e midiática peculiar, deve acompanhar e dar ênfase às suas inovadoras espacializações sociais (instituições), aos registros de funcionamento acionados e aos formatos adquiridos pela política. A Idade Mídia redimensiona a política, resignificando-a: como uma política realizada em redes eletrônicas (telepolítica), através do aparecimento de novos ingredientes políticos e pela redefinição do funcionamento e dos formatos da política realizada em territórios, espaços geográficos determinados (aqui representados pela metáfora da rua), pela virtualidade da sua possível absorção em redes midiáticas (definidas pela noção metafórica de tela). Uma discussão mais aprofundada de todos esses tópicos pode ser encontrada em meu livro recentemente publicado sobre comunicação e política<sup>25</sup>.

Tomando em consideração o quadro analítico esboçado, pode-se detalhar a hipótese que inspira este texto. Tal hipótese especificada pode ser formulada do seguinte modo: os enlaces entre política e comunicação, (re)adequando-se nesta circunstância de ambiente formatado pelas mídias, possibilitam a emergência de novas configurações da política, pois ela se vê afetada pela presença de novos espaços e ingre-

dientes, e pela redefinição de alguns de seus antigos componentes, desenvolvidos desde os primórdios da modernidade, criando assim um desconforto para política formatada para os espaços modernos e simultaneamente impondo novos desafios à atividade política.

No mundo glocalizado, a dimensão pública do espaço eletrônico, constituído pela comunicação midiaticizada, quaisquer que sejam seus suportes sociotecnológicos, torna-se lugar essencial de luta política por poderes, associando-se aos espaços geográficos - ruas, praças, parlamentos, palácios de governo, etc. - tradicionais locais de embate da política. A recente escolha da mídia, equipamento sociotecnológico que dá alguma materialidade ao espaço eletrônico, como alvo prioritário de incursões de lutas pelo poder político, apenas confirma essa percepção atualizada.

A existência desse outro espaço de realização da política, sem dúvida, introduz inúmeros problemas hoje essenciais ao rigoroso entendimento da transmutação da política e da emergência de uma midiaticização da política, ou melhor, de uma política midiaticizada.

Um dos debates fundamentais a esta política à distância - ou telepolítica - localiza-se na questão dos procedimentos de tradução da política nas linguagens e culturas, de intenso teor audiovisual, da comunicação midiática. Essa adequação pode ser entendida em tons radicalmente distintos, que variam desde a suposição de uma mera transposição, sem alterações, da política ao espaço eletrônico, até, em pólo oposto, a crença de uma inevitável subordinação da política às gramáticas (tele)midiáticas, as quais terminariam por “despolitizá-la”, isto é, destituir a política de sua lógica e eficácia intrínsecas. Entre esses dois extremos,

emerge uma infinidade de alternativas outras.

Nesse pólo limite, no qual parece acontecer presumivelmente a desconstrução da política pela comunicação midiática, muitas vezes instala-se a recorrente tese acerca da espetacularização da política pela atuação das mídias. Em geral, a espetacularização aparece como identificada, sem mais, com a absorção midiaticizada da política. Em outros momentos e textos, tal identificação já foi rechaçada, afirmando-se, pelo contrário, a realização da política midiática através do acionamento de inúmeros dispositivos, inclusive, mais apenas por vezes, o espetacular.

Analiticamente se requer a importante distinção entre as linguagens e culturas midiáticas, inerentes indispensáveis ao trânsito na mídia, e à lógica mercantil dominante na comunicação midiaticizada, hoje subsumida ao capital. A pleiteada distinção, apesar de essencial, não pode ser realizada com tranquilidade, pois a lógica mercantil tende no capitalismo a impregnar fortemente as culturas, principalmente, e mesmo as linguagens das comunicações midiaticizadas, tornando a distinção um esforço analítico árduo.

A tradução da política para a dimensão pública dos espaços eletrônicos conformados e operados pela mídia, aqui designada como telepolítica, não esgota, nem contempla todas as mutações da política ocasionadas por sua realização em ambiente tecido pelas redes comunicacionais.

A telepolítica e esse ambiente fazem emergir, simultaneamente, um conjunto de novos ingredientes que se agregam e passam a compor o campo político atual, por mais relutância que alguns de seus representantes tenham a esse respeito. Esse campo da política, agora tensa conjunção de componentes oriundos da modernidade e da contemporaneidade, incorpora, por exemplo, em listagem não exaustiva: as sondagens de opinião, o marketing político, o marketing eleitoral etc.

Os novos ingredientes, antes de serem desqualificados como intrusos e portadores de lógicas estrangeiras à política, devem ser compreendidos em sua novidade e pensados em sua localização, ainda não bem delineada, no campo da política, bem como em sua articulação e tensão com os antigos elementos que davam substância a esse campo. Por certo, estas instalações não podem acontecer sem o enfrentamento dos dilemas, que, por vezes, devem reconfigurar momentos e movimentos da política, tradicionalmente bem equacionados e aceitos.

O envolvimento por esse ambiente, a quase onipresença da mídia, a telepolítica, estes novos componentes políticos, para além deles mesmos, afe-

tam em profundidade a política que se realiza em seus tradicionais lugares: nas ruas, praças, parlamentos, etc.

Primeiro porque a existência dessa complexa constelação redefine os nichos ocupados por cada um dos elementos na "ecologia" da política atual. Tal reorganização, no entanto, não significa, sem mais, que a política das ruas seja eclipsada ou meramente substituída pela tela e por suas formatações políticas afins. Em vez disso, podem ocorrer redefinições, nas quais o reposicionamento dos elementos depende sempre de campos de forças singulares existentes.

Rua e tela ou "plaza y platea", como diz María Cristina Mata <sup>26</sup>, não se eliminam ou se sobrepõem com o aniquilamento do outro. Antes realizam tensas interações políticas, através das quais remanejam hierarquicamente suas espacializações, adquirindo posições de poder, continuamente movimentadas pelas mutações dos campos de força, expressos em acontecimentos singulares. Rua e tela redefinem mutuamente seus poderes, conteúdos, formatos em movimento. Néstor García Canclini, por exemplo, assinala:

*"Quiero aclarar, por último, que analizar sólo la política como 'videopolítica' llevaría a sobrestimar la capacidad manipuladora de los medios. La política también ocurre en otros espacios, en las instituciones clásicas y en microescenas cotidianas. Pero no podemos desconocer que ocurre mucho más en los medios que en el pasado, y que esta acción de los medios ha relativizado la acción de partidos y sindicatos. Es muy difícil que forme parte de la política nacional algo que además de ocurrir en la calle no pase en las fábricas, en organizaciones de base y no pase también por los medios, si los medios no se hacen eco de estos hechos. Aunque se reconozcan otras*

---

*Buscar e produzir "efeitos de mídia" nos acontecimentos de rua, praça, parlamento, etc. aparece como dispositivo fundante da produção de sentidos políticos na atualidade.*

---

*instancias, creo que el problema está en cómo esas instancias se relacionan con los medios” 27.*

Além deste jogo permanente de reposicionamentos, as políticas da rua e da tela podem, em circunstâncias determinadas, ao ser colocadas em sintonia, tornarem-se afinadas e assim potencializar seu desempenho, não mais eivado de contradições, mas em processo dialógico com um horizonte de complementariedade. Aqui poder-se-ia sugerir um movimento de potencialização da realização da política 28.

As ressonâncias políticas da tela sobre a rua transcendem este jogo de “ecologias” e, em segundo andamento, perpassam o próprio movimentar da rua e dos outros lugares afins da política moderna. Em sintonia fina com a contemporaneidade, percebe-se que o sentido produzido pela mobilização na rua em sociedades globalizadas, na maioria das vezes, não se realiza em plenitude, se apenas se retém o significado advindo e circunscrito à rua. Extrapolando estas fronteiras, tal sentido hoje produz-se na interlocução entre rua e suas adjacências eletrônicas.

Buscar e produzir “efeitos de mídia” nos acontecimentos de rua, praça, parlamento, etc. aparece como dispositivo fundante da produção de sentidos políticos na atualidade. Um ato vale politicamente não só - ou mesmo primordialmente - pelo efeito induzido nas suas circunstâncias convivenciadas, mas (também) pelas repercussões que produz à distância na realidade-mundo, através da mediação operada pela comunicação midiática. Em outras palavras, pelo “efeito de mídia” que se consegue “introduzir” no ato.

Desse modo, as críticas arremessadas aos acontecimentos políticos que buscam se produzir também - ou principalmente - para a dimensão pública

**Com as políticas públicas nacionais constrangidas, perdem força os parlamentos, os partidos e as instituições instaladas e atuantes no espaço-nação.**

mediatizada, além de serem consideradas impertinentes, desnudam uma incompreensão profunda da natureza compósita da sociabilidade contemporânea e do novo ambiente da política.

Os “efeitos de mídia” podem ser construídos pelo acionamento de uma diversidade de dispositivos de produção de sentidos. Dentre eles, destacam-se recorrências à espetacularização, adequações às gramáticas telecomunicacionais, aproximações às lógicas midiáticas de representação da realidade/mundo, investimentos em critérios de noticiabilidade, radicalização de contrastes inscritos na realidade etc.

Assim, o impacto desse ambiente de comunicação, dessa Idade Mídia, conforme esse sistema de hipóteses, faz emergir novas e polissêmicas configurações da política que, para o mal ou para o bem, ocupam espaços eletrônicos (telepolítica), trazem à cena novos ingredientes e redefinem os antigos componentes da política moderna, condensados metaforicamente na expressão “rua”.

### **Política e glocalizações**

A política como modo de resolver a questão do poder político, no dizer de Castoriadis, apesar de inventada na Grécia, adquire seus contornos significativos na modernidade. Dentre suas inúmeras características, duas devem ser agora destacadas: a adequação de suas modalidades e formatos de desenvolvimento aos espaços geográficos propícios às convivências e à preponderância de uma dinâmica nacional para a sua realização.

Essa circunscrição marcadamente

nacional das conformações da política fica evidente quando se rememoram as principais instituições do campo da política nascidas na modernidade: o Estado-nação, os parlamentos, os partidos, os sindicatos, as entidades associativistas etc. Também os ritos - eleições, por exemplo - , os espaços públicos e a opinião pública privilegiam nitidamente os horizontes nacionais. Autores como Octávio Ianni, Renato Ortiz e José María Gómez, para lembrar apenas alguns, já anotaram as fronteiras nacionais adquiridas pela política moderna.

A globalização do mundo e especificamente da política redefine também o lugar da política. Ela desatualiza e relativiza locais de atuação, cria novas instâncias passíveis de atuação política, reorganiza a ecologia do sistema de poder político existente e, enfim, obriga a política a enfrentar uma complexa gama de novos desafios. Assim, a crise atual da política também deriva da glocalização em curso. Ianni, a este respeito, escreve: “A globalização desafia radicalmente os quadros de referência da política, como prática e teoria”29.

O Estado-nação, instituição central da política moderna, tem seu poder e soberania deprimidos pela crescente

interdependência dos países, pelo nascimento de pactos macro-regionais, pela emergência de legislações globais e pelo surgimento de instituições transnacionais, políticas ou não. Com as políticas públicas nacionais estrangidas, perdem força os parlamentos, os partidos e as instituições instaladas e atuantes no espaço-nação. Mas longe se está do esgotamento destas instituições políticas nacionais. Renato Ortiz reconhece que: “Preferencialmente, a política continua a ser uma prática demarcada pelas imposições nacionais”<sup>30</sup>. José María Gómez, mais enfático, afirma:

*“Como já se disse, embora cresça a importância e o papel das organizações internacionais regionais e globais, corporações transnacionais, movimentos subnacionais, movimentos sociais e organizações não-governamentais, o Estado e o sistema de estados permanecem no coração da política mundial e no centro dos debates sobre a natureza, alcance e orientação - dominante ou alternativa - das mudanças, de todos os tipos, que operam hoje em escala planetária”<sup>31</sup>.*

Desse modo o Estado-nação continua a reter significativa parcela de poder no jogo político nas sociedades

contemporâneas, apesar de ter seu lugar vivamente redefinido e deprimido no contexto da política atual<sup>32</sup>.

A perda de poder do Estado-nação, em uma circunstância de globalização, atinge inclusive um dos seus mais relevantes potenciais: sua dominância na capacidade de constituir identidades, componente vital de uma era política plena de nacionalismos. A respeito dessa temática, Renato Ortiz observa: “A modernidade-mundo multiplica os referentes identitários, retirando, porém, do Estado-nação a primazia de defini-los”<sup>33</sup>.

A questão do lugar da política surge como essencial nesse novo mundo. Renato Ortiz, por exemplo, depois de voltar a afirmar as fronteiras nacionais da política moderna, escreve:

*“A rigor, um dos dilemas do mundo contemporâneo consiste em responder corretamente à pergunta: qual o lugar da política? Já não é mais suficiente confiná-la no contorno do Estado-nação. A globalização coloca pois um desafio: imaginar a política dentro de parâmetros universais e mundializados”<sup>34</sup>.*

Ianni, nessa mesma sintonia, chama a atenção para a alteração significativa do lugar da política em uma circunstância globalizada. Em suas palavras:

*“...desloca-se radicalmente o lugar da política. Ainda que se continue a pensar e agir em termos de soberania e hegemonia, ou democracia e cidadania, tanto quanto de nacionalismo e Estado-nação, modificaram-se radicalmente as condições ‘clás-*

*sicas’ dessas categorias, no que se refere às suas significações práticas e teóricas”<sup>35</sup>.*

A política deve ocupar então um novo lugar, mas sua delimitação aparece como problemática, pois está em jogo a singularidade do impacto e do processo de globalização no campo político.

Hobsbawm, em sua longa entrevista, chama a atenção para essa peculiaridade:

*“Ainda que se possa dizer que há uma tendência histórica natural para a globalização nas áreas de tecnologias, comunicações e economia, isto certamente não vale para a política. Estamos comparando aspectos diferentes do mundo, aspectos que não se desenrolam de maneira similar”<sup>36</sup>.*

Páginas adiante, ele volta ao assunto para assinalar que a existência de organismos e autoridades internacionais decorre de decisões políticas deliberadas e não de um desenvolvimento automático da economia ou da tecnologia. Pouco depois, Hobsbawm afirma: “Este é um problema que irá dominar o século XXI”<sup>37</sup>.

A singularidade da globalização da política deve reter, por conseguinte, essa persistência do papel do Estado-nação e de uma dinâmica nacionalizada. A política, diferente do que acontecia na modernidade, já não pode ter sua localização primordial no espaço nacional e no Estado-nação, mas não deve subestimá-los, pois esses se mantêm vigentes, ainda que relativizados. Em verdade, o lugar da política contemporânea deve ser pensado como perpassado por contrastes e tensões advindos de um momento histórico de transição, no qual fluxos, interesses, demandas globais e nacionais se entrecruzam em disputa. José María Gómez anota dois destes contrastes: a

---

***O lugar da política contemporânea deve ser pensado como perpassado por contrastes e tensões advindos de um momento histórico de transição***

---

coexistência de uma economia cada vez mais desterritorializada e uma política territorializada e a persistência da soberania nacional em uma situação de crescentes decisões políticas globais<sup>38</sup>. Mas esses contrastes observados não o impedem de assumir que:

*“os processos de globalização mudam radicalmente o contexto da política contemporânea, transformam suas condições, conseqüências e atores, expandem os horizontes da ação (sentidos, valores, constituição de sujeitos e identidades, alianças, antagonismos, etc.) e interpelam as categorias com que habitualmente são pensados seus principais problemas, dilemas e desafios”<sup>39</sup>.*

Em resumo, diferentemente da economia e da técnica que aparecem como mais rapidamente globalizáveis, ou da cultura, que retendo a força do lugar, torna-se híbrida, glocalizando-se, a política tende a associar o global e o local com o nacional, em decorrência do significado adquirido por ele na tradição política moderna.

A afirmação da defasagem histórica entre a criação de instituições políticas e o novo mundo, a constatação da decadência da política (representativa) tradicional e a insistente reivindicação da necessidade de uma nova política, expressas por Tarso Genro<sup>40</sup>, nesse contexto, parecem ganhar plenamente sentido. Almejar e, inclusive, construir uma política que se conforme em sintonia com a nova era, com a sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia e pelos processos de globalizações (ou melhor, glocalizações) torna-se uma possibilidade de atualização da política e de, por conseguinte, encontrar um lugar mais pertinente para essa atividade essencial para a sociedade e seu governo.

Após essa rápida incursão na singularidade do movimento de globaliza-

*Movimentos sociais localizados, como o MST brasileiro e os neo-zapatistas mexicanos<sup>48</sup>, sabiamente não só utilizam a proteção possibilitada pela dimensão pública e pelos valores globais para empreender suas lutas reivindicatórias, como vêm atuando em fina sintonia com o contemporâneo, ao articularem eficazmente o local, o nacional e o global.*

ção da política, cabe tentar descrever, em linhas gerais, alguns dos novos componentes que conformam o jogo político. Em primeiro lugar, assinale-se a emergência de temas reconhecidos politicamente como globais. José María Gómez elenca alguns deles: o meio ambiente, os direitos humanos e a democracia política<sup>41</sup>. Outros poderiam ser facilmente aqui incluídos, a exemplo do narcotráfico. Em segundo lugar, anote-se que esses temas e outros, políticos ou não, transitam e tornam-se compartilhados através da existência de uma dimensão pública instituída globalmente pelas redes midiáticas. Tal dimensão pública global tem importante incidência na política contemporânea e aparece como instituição vital ao jogo político na atualidade.

Winfried Scharlau, dentre os muitos exemplos que poderiam ser rememorados, observa como a presença midiática atuou como catalisadora das manifestações estudantis da Praça da Paz Celestial<sup>42</sup>. Por fim, em terceiro lugar, deve-se elencar os numerosos e novos atores políticos conformados pela nova circunstância societária.

Octávio Ianni, no seu já clássico livro *A sociedade global*, lista os novos agentes dos poderes globais<sup>43</sup>. Dentre eles comparecem: a Organização das Nações Unidas - ONU e instituições congêneres; o Fundo Monetário Internacional - FMI, o Banco Mundial, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e instituições financeiras afins; as empresas transnacionais; as indústrias da comunicação e da cultura, como suas redes mundializadas, e a sociedade civil global.

Podem ser acrescidos a esta lista os pactos macro-regionais, que algumas vezes apenas expressam acordos entre nações, mas que outras vezes adquirem importantes dimensões supranacionais, como acontece com a Comunidade Européia. Também os chamados “regimes internacionais”<sup>44</sup> podem ser somados a listagem dos poderes globais, pois transformam-se em parâmetros e constrangimentos significativos para a intervenção política. Através desses acordos, nos quais convergem expectativas, instituem-se normas e valores que podem ser considerados “politicamente corretos” e tendencialmente universais, tais como: democracia, direitos humanos, liberdade, direitos da mulher e das minorias, individualismo, preservação do meio ambiente, etc<sup>45</sup>. A conotação ocidental de tais valores e relevantes contradições, entretanto, (ainda?) limitam a vigência global de alguns desses “regimes internacionais”. Enfim, um último ator político reivindicado por diversos autores: a cidadania planetária<sup>46</sup>.

Para se ter uma idéia, ainda que apenas numérica, certamente aproximada e um pouco defasada, do crescimento desses novos atores políticos podem ser citados os dados extraídos do livro *Democracy and global order*: as entidades intergovernamentais passaram de 37, em 1909, para 300, em 1989, e as organizações não-governamentais subiram de 176, em 1909, para 4624, em 1989<sup>47</sup>.

Outras mutações devem ser lembradas, além daquelas analisadas no plano nacional ou as pertinentes aos atores, temas e dimensão pública, que configuram dimensões globalizadas. Também o local, na nova circunstância societária, encontra-se transformado, inclusive em sua atividade política. Na contemporaneidade, o local encontra-se perpassado cotidianamente e em tempo real, especialmente nas cidades-metrópole, por fluxos nacionais e globais, passando a conter e considerar no dia-a-dia dados provenientes desses estoques. Movimentos sociais localizados, como o MST brasileiro e os neo-zapatistas mexicanos<sup>48</sup>, sabiamente não só utilizam a proteção possibilitada pela dimensão pública e pelos valores globais para empreender suas lutas reivindicatórias, como vêm atuando em fina sintonia com o contemporâneo, ao articularem eficazmente o local, o nacional e o global. Com isso, potencializam sua intervenção política, pois ampliam sua zona de atuação, suas modalidades de atividade, seu leque de alianças e apoios e suas fontes de legitimidade. Assim, as lutas políticas locais adquirem outros sentidos, dado que se inscrevem em linhas de força nacionais e globais, sendo reterritorializadas, através de fluxos, sendo a maioria deles de natureza simbólica e midiática.

A quase onipresença desses fluxos permitem e, muitas vezes, legitimam também descolamentos entre o local e o nacional. Forças locais, que antes

---

*O imperativo da regulação da sociedade (e do mercado) coloca a política em cena e, mais que isto, aponta o lugar essencial da democracia na constelação que está sendo inaugurada.*

---

se encontravam subjugadas à dinâmica do Estado-nação, podem forjar novas identidades, ganhar expressão e emergir no cenário global, apoiadas justamente na existência desse novo panorama político, no qual se destacam dimensões supra-nacionais.

O novo cenário possibilita, portanto, o nascimento de uma gama de novas estratégias políticas. Algumas com grande capacidade de articular intervenções locais, nacionais e globais, como as anteriormente citadas, outras plenamente instaladas em horizonte globalizado, como acontece com a atuação de entidades da sociedade civil global, como o Greenpeace e a Anistia Internacional, que, apesar disso, realizam tonalidades diferenciadas de atividade política<sup>49</sup>. Entretanto, todas essas estratégias retêm um componente comum: a intrínseca conexão da intervenção política com os recursos de comunicação, que as tornam sintonizadas com as demandas e circunstâncias contemporâneas, como vimos, estruturadas e envolvidas por um intenso ambiente midiático. A rigor, poderíamos melhor denominar

essas estratégias de político-midiáticas. Nessa conformação, elas conseguem assimilar o espaço eletrônico pleno de televivências, no qual ocorrem parte significativa das disputas políticas hoje; a dimensão glocalizada que marca esses embates; e estarem atentas às mídias, esses novos e nada desprezíveis atores políticos contemporâneos. Aqui parecem se reencontrar, não sem tensões, a política, a mídia e o glocal.

### Desafios contemporâneos

Os deslocamentos acontecidos no lugar da política na sociabilidade contemporânea, como foi insistentemente lembrado, colocam novos desafios à política. De início, o desafio pode ser expresso como busca de lugar adequado e sintonizado com circunstâncias societárias contemporâneas, envolvidas por um ambiente marcadamente midiático e glocalizado. Em seqüência, o desafio aparece como investimento necessário à política para ocupar o(s) novo(s) lugar(es) e se realizar enquanto atividade essencial para o governo da sociedade. Esses desafios estão umbilicalmente associados a outro, fundamental para a política e para a sociedade atuais: a democracia.

Hobsbawm fala da possibilidade de controlar o mercado, aparentemente, todo poderoso nos tempos (neoliberais) recentes, recorrendo-se à política<sup>50</sup>. Jacques Levy observa que, diante das dificuldades de auto-regulação do mercado, fica evidente a necessidade de apelar ao político, apesar de reconhecer a ausência de uma dimensão propriamente política constituída no mundo atual<sup>51</sup>. O imperativo da regulação da sociedade (e do mercado) coloca a política em cena e, mais que isto, aponta o lugar essencial da democracia na constelação que está sendo inaugurada.

A democracia na atualidade se vê

traspassada por um intenso paradoxo, como perspicazmente percebeu Tullo Vigevani: “No momento mesmo que o valor democracia parecia universalizar-se, ele tende a ver drasticamente reduzida sua importância”. O autor, aliás, considera esta “talvez a questão central da política nas próximas décadas”<sup>52</sup>.

A instalação e o desenvolvimento da democracia nos espaços eletrônicos, com a democratização das mídias e suas redes, e nos espaços geográficos, para além das fronteiras nacionais<sup>53</sup>, passam a ser requisitos fundantes da possibilidade de se falar em democracia na contemporaneidade. Sem estas democratizações, não existe efetivamente democracia hoje.

Ainda que possa se acreditar, sem mais, que a informação globalizada sem fronteiras, característica marcante de uma sociedade midiaticizada, possa ter um poder democratizante e corrosivo para os regimes autoritários fechados<sup>54</sup>, certamente isso não basta para equacionar de modo satisfatório o tema da democracia dos espaços eletrônicos. A exigência da pluralidade política e ideológica torna-se aqui imprescindível. O controle da sociedade sobre as mídias também. Portanto, novas modalidades democráticas de governo do espaço eletrônico e dos espaços geográficos globalizadas tornam-se essenciais para conformar uma nova situação radicalmente democrática.

Mas algumas possibilidades estão dadas como assinalam alguns autores. Thesing fala de novas modalidades de participação política permitidas inclusive pelas mídias<sup>55</sup>. Tarso Genro, seguindo Pietro Ingrao, diz da possibilidade de conjunção da democracia representativa com momentos de democracia direta, viabilizados pelas mídias<sup>56</sup>. Vigevani, citando outros autores, chega a falar em uma democracia cosmopolita<sup>57</sup>. Finalmente José María Gómez reivindica uma globalização “por baixo”<sup>58</sup>.

Todos eles, para não lembrar aqui outros autores, põem em cena a necessidade e a possibilidade de aprofundamento da democracia nos espaços eletrônicos e geográficos, para além do Estado-nação. Isto requer um governo planetário democrático e um espaço eletrônico glocalizado democratizado, como também novos formatos, novas instituições, novos temas e novos atores políticos.

Em resumo, este texto buscou tematizar as profundas mutações em curso na política contemporânea. A dissociação entre a política, formatada principalmente na modernidade, e as condições societárias transformadas pela transição da modernidade para uma contemporaneidade, marcada por uma ambiente midiaticizado e glocalizado, originou, conjuntamente com outros fatores, uma crise na política. A superação dessa crise depende da capacidade da política de compreender e de se instalar nos novos lugares, especialmente nos espaços eletrônicos e globais, moradas contemporâneas de intenso poder político. A invenção de novas instituições, novos rituais, novos formatos, novos atores, novas temáticas, novas estratégias político-midiáticas-glocais, novas modalidades de realização da democracia passa assim a ser fundamental para a inauguração de uma nova política, sintonizada com o tempo e o espaço contemporâneos.



## NOTAS

1. SCHAWZENBERG, Roger-Gérard. *O estado espetáculo*. Rio de Janeiro, Difel, 1978.
2. SARTORI, Giovanni. *Homo videns*. Roma-Bari, Gius. Laterza & Figli Spa, 1997.
3. MAFESOLLI, Michel. *A transfiguração do político*. Porto Alegre, Sulina, 1997.
4. BAUDRILLARD, Jean. *As estratégias fatais*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.
5. Alguns autores podem ser aqui evocados. Ver ALTHUSSER, Louis. *Os aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1985 e GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Lisboa, Estampa, 1974.
6. SWEEZY, Paul e BARAN, Paul. *O capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
7. McLuhan, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo, Cultrix, 1974.
8. BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teorias da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Saga, 1969.
9. Renato Ortiz, por exemplo, afirma o caráter constitutivo desempenhado pelos meios de comunicação na formação da modernidade-mundo. Ver: ORTIZ, Renato. *Mundialização, cultura e política*. In: DOWBOR, Landislaw; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo-Edgar (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1999, p.273.
10. DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
11. BAUDRILLARD, Jean. *Simulacres et simulation*. Paris, Éditions Gallilée, 1981.
12. Ver: LYON, David. *The information society: issues and illusions*. Cambridge, Polity Press, 1988; KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997; MIÈGE, Bernard. *La société conquise par la communication*. Grenoble, PUG, 1989; JAMESON, Fredric. *Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism*. Durham, Duke University Press, 1991; SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo, UNESP-Brasiliense, 1991; VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Lisboa, Edições 70, 1991; CASTELLS, Manuel. *The information age: economy, society and culture*. Cambridge, Blackwell Publishers Inc, 1996-1998 (três volumes); SOARES, Ismar de Oliveira. *Sociedade da informação ou da comunicação?* São Paulo, Editora Cidade Nova, 1996; MORAES, Dênis de. *Planete mídia*. Campo Grande, Letra Livre, 1998 e RUBIM,

Antonio Albino Canelas Rubim. A contemporaneidade como idade mídia. Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação - ALAIC. Santiago do Chile, 26-29 de abril de 2000.

13. HOBBSAWM, ERIC. *O novo século* (entrevista a Antonio Polito). São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.71.

14. CASTELLS, Manoel. A economia informacional, a nova divisão internacional do trabalho e o projeto socialista. In: Caderno CRH. Salvador, (17):5-34, julho- dezembro de 1992. A citação está na página 8.

15. GÓMEZ, José María. Globalização da política - mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, Pablo (org.) *Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis, Vozes, 1999, p.128-179. Ver também: GÓMEZ, José María. Política e democracia em tempos de globalização. Petrópolis - Buenos Aires, Vozes - Clacso, 2000.

16. Ver também: BAUMAN, Zygmunt. *Globalização. As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

17. ORTIZ, Renato. *A mundialização da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

18. Hobsbawm assinala a atual coexistência entre globalização e controle dos fluxos migratórios. Ver: HOBBSAWM, Eric. ob. cit. p.73.

19. GÓMEZ, José María. Globalização da política - mitos, realidades e dilemas...p.137, por exemplo.

20. ORTIZ, Renato. Ob. cit. p. 105-145.

21. FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo, Nobel, 1997, p.124.

22. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.

23. CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo, Edusp, 1998.

24. CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos. Uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo, Nobel, 1996, p.25.

25. RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação & política*. São Paulo, Hacher, 2000.

26. Para uma perspectiva interpretativa similar a esta, ver o interessante texto de MATA, María Cristina. "Entre plaza y la platea". In: SCHMUCLER, Héctor e MATA, María Cristina

(orgs.) *Política y comunicación*. Córdoba, Catálogos, 1992, p.63-75.

27. CANCLINI, Néstor García. *Cultura y comunicación: entre lo global y lo local*. La Plata, Universidad Nacional de la Plata, 1997, p.59.

28. Acredito que isto possa ter acontecido durante as eleições presidenciais brasileiras de 1989, particularmente na campanha do candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Ver: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Mídia e política no Brasil*. João Pessoa, Editora da UFPB, 1999.

29. IANNI, Octávio. A política mudou de lugar. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo-Edgar (orgs.) *Desafios da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997, p.17.

30. ORTIZ, Renato. Digressão: cultura, cidadania e política. In: \_\_\_\_\_. *Um outro território. Ensaios sobre a mundialização*. São Paulo, Olho d'água, s/d, p.126.

31. GÓMEZ, José María. Globalização da política - mitos, realidades e dilemas...p.171-172.

32. A bibliografia sobre as redefinições contemporâneas do Estado-nação hoje já aparece como vasta. Ver, por exemplo: CORSI, Francisco Luiz. A globalização e a crise dos estados nacionais. In: DOWBOR, Landislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo-Edgar (orgs.) ob. cit. p.102-108; ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Entre o local e o global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capitalismo. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo-Edgar (orgs.) ob. cit. p.175-186.

33. ORTIZ, Renato. Mundialização, cultura e política. In: DOWBOR, Landislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo-Edgar (orgs.) ob. cit. p.274.

34. ORTIZ, Renato. Mundialização, cultura e política...p.275.

35. IANNI, Octávio. ob. cit. p.20.

36. HOBBSAWM, Eric. ob. cit. p.70.

37. HOBBSAWM, Eric. ob. cit. p.88.

38. GÓMEZ, José María. Globalização da política - mitos, realidades e dilemas...p.155 e 159, respectivamente.

39. GÓMEZ, José María. Globalização da política - mitos, realidades e dilemas...p.140.

40. GENRO, Tarso. *O futuro por armar. Democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis, Vozes, 1999.

41. GÓMEZ, José María. Globalização da política - mitos, realidades e dilemas...p.162.

42. SCHARLAU, Winfried. Medios de comunicación, globalización y democracia. In: THE-SING, Josef e PRIESS, Frank (orgs.) *Globalización, democracia y medios de comunicación*. Buenos Aires, Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo Latinoamericano - CIEDLA, 1999, p.414.

43. IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993, especialmente nas páginas 125-146 e 35-52.

44. KRASNER, Stephen. Transforming international regimes. In: OLSON, William (org.) *The theory and practice of international relations*. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1991.

45. VIGEVANI, Tullo. Globalização e política: ampliação e crise da democracia? In: DOWBOR, Landislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo-Edgard (orgs.) ob. cit. p.289.

46. Ver, por exemplo: VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro, Record, 1998.

47. HELD, D. *Democracy and the global order*. Cambridge, Polity Press, 1995.

48. Sobre os neo-zapatismos, ver: RUBIM, Antonio Albino Canelas. Neozapatismo: guerra de imagens. In: *Etcétera. Semanário de política e cultura*. México, (199):18-28, 21 de dezembro de 1996 e RUBIM, Antonio Albino Canelas. Neozapatismo: política na Idade Mídia. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, 19(1):151-173, janeiro-junho de 1997.

49. Para uma discussão das estratégias diferenciadas destas entidades, consultar: RUBIM, Antonio Albino Canelas. Política midiática: entre o global e o local. In: *Comunicação e Sociedade* (no prelo)

50. HOBBSAWM, Eric. ob. cit. p.87.

51. LEVY, Jacques. Entre sociedade civil e sociedade política. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia<sup>a</sup> de e SILVEIRA, Maria Laura (orgs.) *Território. Globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec, 1994, p.221-232.

52. VIGEVANI, Tullo. ob. cit. p.293.

53. Ver sobre isso: THESIN, Josef. ob. cit. p.22.

54. SCHARLAU, Winfried. ob. cit. p.42.

55. THESIN, Josef. ob. cit. p.23.

56. GENRO, Tarso. ob. cit. p.44.

57. VIGEVANI, Tullo. ob. cit. p.295.

58. GÓMEZ, José María. ob. cit. p.173.

\* Antonio Albino Canelas Rubim - FA-COM-UFBA- rubim@ufba.br

César Ricardo Siqueira Bolaño \*

# A política externa do Brasil em matéria de comunicação



A aprovação da emenda constitucional que abre a possibilidade de participação do capital estrangeiro em empresas de comunicação no Brasil é um marco histórico na evolução do modelo brasileiro de regulação das comunicações, promovendo uma mudança dramática em relação a décadas de exclusividade para o capital nacional no setor de radiodifusão, fruto do movimento mais recente de globalização das indústrias culturais,

que levou a uma derrota inédita de um setor tradicionalmente protegido da burguesia nacional, obrigado agora a associar-se, por pressão do mercado, com as grandes empresas oligoplistas internacionais.

É verdade que uma brecha nesse sentido já havia sido aberta na própria Lei do Cabo de 1995, que permitia a participação do capital estrangeiro na propriedade das empresas, em até 49%, e principalmente na regulamen-

tação por portaria das tecnologias posteriores de TV segmentada, que não respeitou aquela determinação legal, permitindo que a propriedade estrangeira de emissoras de DTH ou MMDS fosse de até 100%, fato que acabou muniando o recente projeto do senador Ney Suassuna, sob o argumento da duplicidade de normas, de extensão da regra dos 100% para toda a TV paga.

Mas os jornais e as emissoras de ra-

dio e televisão abertas, assim como o sistema financeiro e o setor de construção civil, sempre foram área privilegiada de uma certa burguesia nacional. A aprovação da PEC 5/2002, alterando o artigo 222 da Constituição Federal, aprovada com o apoio de todos os partidos, exceto o PDT, foi fruto de um acordo que pôs fim, em poucos meses, a um debate de sete anos, graças a uma mudança radical de posição por parte da Globo, para quem o aporte de recursos externos passou a ser mais importante que a defesa que a regra anterior representava para a sua posição hegemônica frente a concorrentes financeiramente mais frágeis.

Em última análise, a mudança explícita a atual situação de crise aberta pela expansão da televisão segmentada e de outras mídias, como a internet - que têm a capacidade de atrair uma parcela crescente da população de interesse do mercado publicitário - e pelo avanço da concorrência internacional trazido por esses novos setores e, sobretudo, pela implantação generalizada do paradigma da digitalização e os elevados investimentos que ela supõe. Mais uma vez, a produção legislativa referenda os compromissos previamente pactuados entre os atores hegemônicos.

Mas nada disso afetará de forma fundamental os conteúdos que são oferecidos para a população brasileira nos canais da TV aberta ou paga, já extremamente internacionalizados, sobretudo estes últimos. No caso da TV aberta, mesmo desconsiderando o importante problema da internacionalização da programação infantil, o elevado índice de nacionalização da programação brasileira mascara o fenômeno da importação de formatos, que tem se acentuado recentemente, quando o negócio dos direitos de autor passa a ser cada vez mais importante quando comparado com o da importação de

programas, dadas as próprias características do meio e da expansão da TV paga e do paradigma da segmentação, consoante as atuais tendências de desenvolvimento do capitalismo.

O fato é que, ao contrário do que ocorre com a propriedade, nunca houve no Brasil uma política nacionalista em relação aos conteúdos, como, aliás, nunca houve concretamente no país uma preocupação com a regulação dos conteúdos em geral. Ainda que em alguns dos mais avançados dos nossos instrumentos legais a questão da produção regional e independente ou da programação cultural e educativa estivessem presentes, o seu resultado prático pode ser considerado praticamente nulo em termos históricos.

O próprio debate sobre o assunto praticamente deixou de existir no país a partir dos anos 80, sem nunca ter sido seriamente retomado, em contraste com o que ocorre em nível internacional, em que o liberalismo dos EUA, que pretendem incluir a cultura nos acordos da OMC, se opõe à tese europeia, amplamente aceita no resto do mundo, da "exceção cultural". O direito dos povos a não apenas preservar a sua cultura local e nacional, mas também apresentá-la e divulgá-la através dos canais e mecanismos mais amplos, aparece, para estes últimos, como um direito fundamental e condição básica de sobrevivência na chamada Sociedade da Informação que se constrói globalmente pela ação decidi-

da dos diferentes estados nacionais, sendo a defesa da diversidade cultural tão importante e vital como a da biodiversidade para o futuro humano.

É nesse sentido que devemos interpretar, por exemplo, como parte dos acordos do Mercosul, a ação dos governos dos quatro países membros, que firmaram, a 3/2/96, na cidade de Canela, um Protocolo de Integração Cultural que propõe a elaboração de programas e projetos regionais no âmbito da cultura, estimulando a co-produção e o intercâmbio; ações conjuntas na área do patrimônio cultural; intercâmbio e capacitação de recursos humanos; circulação de pessoas e bens culturais; promoção de eventos regionais; formação de bancos de dados e articulação dos sistemas de suporte informático aos organismos culturais; pesquisas sobre temas históricos e culturais comuns e harmonização das legislações.

Para execução desses objetivos, que têm como premissas a importância da integração cultural para a integração econômica e a consolidação da democracia, a necessidade de se garantir liberdade de circulação de pessoas e bens culturais no interior do mercado comum e de "*preservar y difundir el patrimonio cultural de la región con el objeto de afianzar su identidad, respetando asimismo las diversidades sub-regionales*", foi definida uma sistemática de programas executivos semestrais, aprovados nas reuniões de Ministros da Cultura,<sup>1</sup> para ações concretas a serem coordenadas pelas máximas autoridades competentes em cada um dos países membros, em consulta com os organismos competentes das suas chancelarias.<sup>2</sup>

Anita Simis avalia da seguinte forma os resultados alcançados até o momento:

*"en la perspectiva de agrandar el mercado para los filmes brasile-*

ños, se han discutido mucho las posibilidades del Mercosur en el plano de las industrias culturales, pero nada se ha concretado aún. Para los libros y las artes plásticas ya no hay tanta burocracia u obstáculos tributarios. Pero para el cine no hay protección ni incentivos a la producción; entre los países miembros del Mercosur hay diferentes legislaciones laborales y barreras aduaneras que impidem, por ejemplo, que se importen equipos por un corto tiempo, para la realización de una película, sin que se paguen tasas aduanales” (Simis, 1998, p. 13).<sup>3</sup>

Não se deve esperar muito no curto prazo, portanto, dos acordos do Mercosul, visto pelos autores do Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, por sua vez, como “uma importante iniciativa de países latino-americanos”, diante da tendência mundial de formação de blocos e mega-mercados regionais, objetivando

*“contribuir para um ambiente de integração e cooperação entre os países membros, permitindo-lhes maior intercâmbio e dinamismo econômico e tecnológico, bem como promover a solidariedade entre os povos da região e o desenvolvimento social e cultural. As novas tecnologias de informação e comunicação são estratégicas nesse esforço, pois constituem um dos elos básicos na quebra das barreiras espaço-temporais, facilitando a comunicação e o intercâmbio regional em todas as áreas de atividades e contribuindo para a intensificação do comércio na região”* (MCT, 2000, p. 8).

Na página anterior, a questão da cooperação internacional é posta no bojo de uma discussão sobre pesquisa

e desenvolvimento:

*“A capacitação para orientar escolhas tecnológicas e para o efetivo domínio de algumas tecnologias-chave requer uma cadeia de investimento e de conhecimento que se traduz numa matriz de competência ampla e diversificada. Para estar apto a acompanhar a rapidez do desenvolvimento da base técnico-produtiva mundial, o país deve ainda manter uma política consistente de investimento em recursos humanos, de modernização da infra-estrutura científico-tecnológica de apoio à integração universidade-empresa e de ativa cooperação internacional”* (MCT, 2000, p. 7).

Esses dois trechos localizam bem o problema da necessidade de definição de uma estratégia internacional do Brasil em matéria de comunicação, dando a devida ênfase para a colaboração latino-americana e no interior do Mercosul, em particular. Infelizmente, o Livro não retoma essa importante questão no capítulo sobre conteúdos, apesar da clareza com que coloca, ao apresentar justamente a questão do marco regulatório, por exemplo, o problema das relações internacionais e a necessidade de uma estratégia nacional:

*“Com a lentidão das negociações dos acordos internacionais, estarão se formando novas barreiras entre os países, em função de regulamentações adotadas unilateralmente e do estabelecimento de padrões de fato. Compatibilização de padrões tecnológicos, leis de proteção aos consumidores e autores, regimes de tributação de bens e serviços são alguns dos pontos em negociação que ganham complexidade em função do caráter transterritorial das transações na internet. Nesse contexto, é importante*

*O governo brasileiro, além de paralisar o processo que deveria levar à redação do Livro Branco da Sociedade da Informação, de acordo com a boa tradição européia, engajou-se, em matéria de políticas de comunicação, numa operação de salvamento das empresas do setor de televisão*

*ampliar o debate interno no Brasil, para definir estratégias e interesses próprios e respaldar o encaminhamento dessas questões nos fóruns internacionais”* (MCT, 2000, p. 7).

O trecho é particularmente feliz porque aponta, ainda que implicitamente, para a complexidade da questão regulamentar, que envolve, com sabemos, temas próprios das leis da informática e do debate sobre as políticas industrial e de desenvolvimento, das leis de incentivo à cultura, dos direitos autorais etc., tudo isso numa situação em que a expansão da internet e do projeto global de Sociedade da Informação favorece os países de maior peso no cenário internacional. Ademais, os autores reconhecem a importância do debate interno para criar um consenso em relação aos interesses nacionais, visando à negociação internacional em torno da regulamentação do setor.

A própria existência do Livro Verde seguia essa lógica, abrindo a possibilidade de ação da sociedade civil e dos diferentes atores interessados em pressionar por avanços efetivos no modelo brasileiro de regulação das co-

municações, o que, lamentavelmente, nunca chegou a ocorrer. Ao contrário, o governo brasileiro, além de paralisar o processo que deveria levar à redação do Livro Branco da Sociedade da Informação, de acordo com a boa tradição européia, engajou-se, em matéria de políticas de comunicação, numa operação de salvamento das empresas do setor de televisão que inclui não apenas a aprovação, no legislativo, da PEC do capital estrangeiro, mas também um vultoso empréstimo do BNDES à Globocabo, recebido como um escândalo nos meios jornalísticos e empresariais.<sup>4</sup>

Assim, sem o prometido debate interno, sem uma desejável política industrial do audiovisual que privilegiasse a desconcentração do sistema, a produção regional e independente, a diversidade cultural e, com ela, a disseminação do conhecimento e, portanto, o incremento da competitividade sistêmica do país na área, sem repensar adequadamente a política de regulação do audiovisual e das comunicações, o Brasil concentrou seus esforços no salvamento de empresas oligopolistas em dificuldades e, no plano internacional, propôs, em 9 de junho de 2001, uma comunicação sobre o audiovisual na OMC, com uma tripla finalidade:

*“a) promover la liberalización progresiva de este importante sector y asegurar al mismo tiempo la autonomía de los gobiernos para preservar y promover la identidad cultural y la diversidad cultural; b) contribuir a los debates sobre los mejores medios para lograr este objetivo, incluso mediante la consideración de sistemas de subvención y mecanismos de defensa comercial; y c) contribuir al aumento de la participación de los países en desarrollo en el comercio de servicios”* (OMC, 2001, p. 1).

**Quanto mais o tempo urge, maiores serão as pressões americanas para que os diferentes países se comprometam com metas específicas de liberalização.**

A posição brasileira parte de uma crítica às duas perspectivas acima citadas (liberal e defesa da exceção cultural):

*“A nuestro parecer, ninguna de esas dos posiciones es acertada. Por un lado, el argumento de la ‘excepción cultural’; aparte de carecer de base en las disciplinas del AGCS, no parece tener en cuenta el hecho de que los productos y servicios culturales forman parte de una industria de clara importancia económica y comercial de la que el sector audiovisual es el segmento más dinámico, de interés por otra parte para las exportaciones de algunos países en desarrollo. Por otro lado, no puede negarse que los servicios audiovisuales desempeñan una importante función en la transmisión y difusión de ideas y valores culturales, que es un objetivo fundamental de las políticas nacionales de muchos países”* (OMC, 2001, p. 2).

A posição brasileira, ao contrário, é de *“promover la liberalización progresiva del sector de manera que se creen en él oportunidades de acceso efectivo a los mercados para las exportaciones de los países en desarrollo sin afectar al margen de flexibilidad de los gobiernos para realizar sus objetivos de política cultural como lo estimen apropiado”* (idem, p. 3). Segundo o documento, a AGCS (Acordo

Geral sobre o Comércio de Serviços) teria os meios para garantir essa liberalização *“sin perder la autonomía para reglamentar con el fin de promover objetivos de política cultural”* (ibidem).<sup>5</sup> Mesmo assim, o documento defende a adoção de instrumentos adicionais, especialmente para a produção e distribuição cinematográfica, como a possibilidade de aceitação de subvenções, enfatizando que *“a este respecto, deberán tenerse debidamente en cuenta las necesidades especiales de los países en desarrollo”* (ibidem).<sup>6</sup> E mais:

*“Ahora bien, además de las consideraciones económicas, tal vez las subvenciones no basten para promover y proteger determinados tipos de producción nacional en la esfera de la producción y distribución de películas cinematográficas. En este caso el mercado mundial se caracteriza por lo general por una estructura oligopolística, dominada por unas cuantas empresas importantes. Se plantea también la cuestión de la fijación de precios de transferencia resultante de la comercialización en el mercado dominante. Los productos audiovisuales se colocan muchas veces a precios de ‘dumping’ en los mercados extranjeros, ya que la mayor parte del costo de producción se ha recuperado ya en el mercado interno del país de producción. Ello crea una situación de competencia desleal que tiene por efecto el desplazamiento de la producción interna de los teatros y otros medios de suministro (televisión de red, televisión por cable, vídeo doméstico, medios electrónicos). Esta situación parecería requerir el establecimiento de mecanismos de defensa comercial apropiados (por ejemplo, disciplinas antidumping específicas) para el sector audiovi-*

sual" (OMC, 2001, p. 2).

A proposta, então, encaminhada ao Conselho de Comércio de Serviços (CCS) é assim formulada:

*"El Brasil propone: (1) Que los Miembros contraigan compromisos específicos en el sector de los servicios audiovisuales teniendo en cuenta los objetivos enunciados en el artículo IV del AGCS (Participación creciente de los países en desarrollo). A este respecto, deberá prestarse especial atención a los servicios audiovisuales en los que tengan mayores posibilidades los países en desarrollo, por ejemplo (pero no exclusivamente) los servicios de televisión (...) (2) Que, en su serie de reuniones extraordinarias, el CCS inicie un debate sobre sistemas de subvención encaminados a lograr objetivos de las políticas nacionales en materia de promoción y preservación de la identidad cultural y la diversidad cultural (...) (3) Que, en su serie de reuniones extraordinarias, el CCS inicie un debate sobre las disposiciones en materia de defensa comercial y/o competencia (...) necesarias para abordar las prácticas comerciales desleales y/o las prácticas comerciales restrictivas en el sector" (OMC, 2001, p. 4).*

Sem entrar na análise do conteúdo específico, bastante simples, da proposta, vale notar que a sua própria existência acabou gerando especulações sobre os verdadeiros interesses do Brasil na área, visto que, de um total de 144 membros da OMC, apenas outros dois (a Suíça e, evidentemente, os EUA, que têm um interesse declarado na liberalização do setor) propuseram uma comunicação sobre o audiovisual. A crítica que se faz à estratégia brasileira é que ela vem, de fato, ao encontro dos interesses dos EUA, na medida em que, ao reconhecer a legi-

timidade da OMC no trato da questão cultural, abre um precedente que poderá levar, mesmo aceitando a proposta de manutenção de formas de subsídios e de políticas nacionais, a uma liberalização ainda maior no futuro, constituindo-se, portanto, em ameaça efetiva para as políticas de defesa das indústrias culturais nacionais e da diversidade cultural.

Até hoje, o Brasil, como a metade dos membros da OMC, não assumiu nenhum compromisso de liberalização no setor cultural no quadro da AGCS, ainda que o recente processo de abertura das empresas de comunicação ao capital estrangeiro, acima citado, aponte para uma possibilidade efetiva



de oferta brasileira nesse sentido. O cronograma da OMC para a liberalização do comércio de serviços prevê a apresentação de demandas iniciais de engajamento específico até o dia 30 de junho de 2002 e ofertas iniciais até 31 de março de 2003. Quanto mais o tempo urge, maiores serão as pressões americanas para que os diferentes países se comprometam com metas específicas de liberalização. O Brasil, ao aceitar explicitamente e propor (à sua maneira) a liberalização, será certamente um dos alvos privilegiados dessas pressões, inclusive pelo peso que tem na OMC e pela liderança que pode exercer em relação a outros países

da América Latina.

Além do fato de que a proposta brasileira pode fazer parte de uma estratégia mais ampla, visando vantagens em outras áreas, ao demarcar uma posição diferenciada para o país no processo global de negociação sobre a liberalização dos serviços, cabe perguntar que atores internos poderiam beneficiar-se da liberalização proposta pelo Brasil para o setor áudio-visual. Sabemos que a competitividade do país na área é questionável, na medida em que se resume hoje basicamente ao domínio, compartilhado com outras importantes empresas latino-americanas, de um segmento do mercado de exportação de produtos de ficção televisiva - como é o das telenovelas - por uma única empresa nacional, que controla de forma extremamente centralizada a capacidade interna de criação. Todo o longo período de domínio da Globo no país, iniciado já na segunda metade dos anos 60, tem-se caracterizado por uma política de centralização da produção que tem impedido o desenvolvimento de uma efetiva competitividade sistêmica para o país na área.

A solução desse problema passa longe das políticas de salvamento acima mencionadas e, mais ainda, de uma política de liberalização como a que se presume o país virá a adotar em futuro próximo. Muito mais importante seria a adoção de uma política industrial para o audiovisual, capaz de disseminar a capacidade (econômica, financeira e de conhecimento) de produção e difusão de conteúdos locais, regionais e independentes, aliada a uma política de inclusão digital e de universalização do acesso aos novos meios por parte das mais amplas camadas da população, reforçando o mercado interno na área e contribuindo para o enriquecimento e a diversidade cultural do país, fontes primárias da competitividade, que tão poucos

têm tido a capacidade de explorar, dadas as características centralizadoras do sistema comercial brasileiro de televisão e a promiscuidade que o modelo de regulação atual enseja nas relações entre interesses políticos e econômicos nacionais e regionais no setor, ainda que alguns instrumentos interessantes no sentido da democratização das comunicações estejam presentes em elementos específicos desse modelo, como é o caso da Lei do Cabo ou da própria Constituição Federal de 1988.

### NOTAS

1. Ficou estabelecido também que as Comissões Técnicas criadas pelo Memorando de Entendimento firmado em Buenos Aires, a 15/3/95, no marco da primeira reunião técnica especializada de cultura, reunir-se-iam 30 dias depois e 45 dias antes das reuniões dos ministros, a fim de garantir o funcionamento do acordo.

2. Na décima reunião de ministros da cultura, por exemplo, realizada em Buenos Aires, no dia 22 de junho de 2000, com a participação do Chile como país associado, foi decidido, entre outras coisas, implementar o projeto "Las industrias culturales: incidencia económica y sociocultural, intercambios y políticas de integración regional". Os antecedentes, principais resultados e desdobramentos, até o momento (maio de 2002) desse projeto da maior importância, inclusive sua articulação com o projeto do Convênio Andrés Bello, que reúne países do grupo andino com objetivos semelhantes de quantificação das atividades culturais, vide Getino (s/d).

3. Segundo a autora, "los cineastas han propuesto la creación de un fondo para el desarrollo de proyectos audiovisuales, una cartera de coproducción de proyectos y la celebración de acuerdos entre los ministerios de relaciones exteriores de los países miembros, con vistas a facilitar la importación, exportación, distribución y exhibición de películas en salas de cine y canales de televisión, en una integración de mercados que significaría un potencial de 200 millones de espectadores al año" (Simis, 1998, p. 13). No concernente ao tratamento aduaneiro para circulação de bens culturais, o Brasil baixou, em 5/3/98 e em 6/3/98, respectivamente, a Portaria Interministerial 43 e a Instrução Normativa 29, da Se-

cretaria da Receita Federal. Provavelmente, a autora não chegou a considerar esses instrumentos no artigo citado, publicado no México em maio do mesmo ano. De qualquer forma, parece que a sua avaliação acima citada permanece ainda válida.

4. Segundo a revista Carta Capital, a operação de socorro à Globo, cuja dívida total atingiria os US\$ 1,3 bilhão, "pode custar ao BNDES R\$ 284 milhões. Disso, R\$ 125 milhões em debêntures de 1999 o banco troca por ações (...) Há três anos o BNDES já entrara com outros R\$ 284 milhões. No total, sem ser feita a conta real-dólar de 1999, e incluindo um financiamento de outros R\$ 220 milhões em 1997, desde então a parceria com o BNDES rendeu à Globo R\$ 639 milhões. Fora penduricalhos: R\$ 58 milhões para o parque gráfico em 1998, outros R\$ 12 milhões para o Projac em 2001" (Revista Carta Capital, ano 8, ed. 181, 20/3/2002). A operação mais recente foi vista como um escândalo pelos concorrentes da Globo e pela imprensa pelo fato de ter ocorrido às vésperas da votação da emenda ao artigo 222 da Constituição Federal (dando à empresa de Roberto Marinho condições consideradas privilegiadas num futuro processo de negociação para a entrada de sócios estrangeiros) e poucos meses antes das eleições presidenciais, no momento exato em que ocorriam os acontecimentos que levaram ao rompimento da aliança PMDB/PFL.

5. "Además de reconocer el derecho de los Miembros, especialmente de los países en desarrollo, de reglamentar y establecer nuevas reglamentaciones con el fin de realizar los objetivos de sus políticas nacionales, el AGCS permite exenciones de la obligación de trato NMF5 y prevé una gran flexibilidad para la consignación en listas de los compromisos por parte de los países, dado su sistema de consignación 'por indicación expresa', de lista positiva, y su disciplina en materia de trato nacional 'negociable'" (OMC, 2001, p. 3).

6. Sobre a legislação brasileira de apoio à produção cinematográfica, vide Simis (1998, 1999; 2000). Vide também Bolaño (2002).

### BIBLIOGRAFIA CITADA

BOLAÑO, C. R. S. (2000). Mercado Brasileiro de Televisão. Segunda Edição Revista e Ampliada. Aracaju, UFS, mimeo.

\_\_\_\_\_ (2002). Políticas de Comunicação e Economia Política das Telecomunicações no Brasil: Convergência, Regionalização e Reforma. [www.eptic.com.br/publicações/livros](http://www.eptic.com.br/publicações/livros) on line.

BOLAÑO, C. R. S. e MELLO, R. O. L. (2000). As Tecnologias da Informação e da Comunicação e o Desenvolvimento Regional. In Eptic On Line II(2), Julio a Agosto. [www.eptic.com.br/revista](http://www.eptic.com.br/revista).

BOLAÑO, C. R. S. e SICSU, A. B. (2002). Sociedade da Informação, Setor Produtivo e Desenvolvimento Regional. In Sicsu et al. (2002). Gestão da Informação na Competitividade das Organizações. Ed. Universitária da UFPE, Recife

BOLAÑO, C. R. S. e BRITTOS, V. C. (2002). A situação atual das Políticas de Comunicação no Brasil e as perspectivas em relação à entrada da TV Digital. Versão Preliminar Mimeo.

CARTA CAPITAL (2002). O jogo do Milhão. Ed. 181, Ano 8, 20/3/2002, São Paulo.

GETINO, O. (s/d). Proyecto de Estudio sobre la Incidencia Económica y Social de las Industrias Culturales en los Países del Mercosur. Reseña del Informe de la Etapa Preparatoria. Buenos Aires. Original gentilmente cedido pelo autor.

SIMIS, A. (1998). Situación del audiovisual brasileño en la década de los noventa. Revista Comunicación y Sociedad, 33, Un. de Guadalajara, mai-ago.

\_\_\_\_\_ (1999). Como (sobre) vive el cine? In: BOLAÑO, C. R. S. et MASTRINI, G. (1999), Globalización y Monopólios en la Comunicación en América Latina, Biblos, Buenos Aires.

\_\_\_\_\_ (2000). Televisão e produção independente. Revista Eptic On line II(1), jan. a abr. [www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br).

### DOCUMENTOS

MCT (2000). Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil

MERCOSUL (1996). Protocolo de Integração Cultural. Canela, 3/2/96.

MERCOSUL (1995). Memorando de Entendimento. Buenos Aires, 15/3/95.

OMC (2001). S/CSS/W/99. Comunicación del Brasil. Servicios Audiovisuales, 9/7/2001.

Portaria Interministerial 43. DOU, 5/3/98. Secretaria da Receita Federal. Instrução Normativa 29, 6/3/98.

\* César Ricardo Siqueira Bolaño é professor na UFS

Jonicael Cedraz de Oliveira \*

# Vozes múltiplas comunitárias recriam cidades e metrópoles

*No desejo de sermos felizes sem ter medo de sê-los.*



## Considerações iniciais

Ofereço aos estudiosos e militantes da democratização da comunicação e da sociedade relatos, considerações teóricas e reflexões críticas iniciais acerca das cidades e metrópoles como lugares do desejo e, nestas, as vozes da radiodifusão comunitária como espaço estratégico de uma produção da subjetividade humana opoente à capitalista. Esse rádio, aí, não é mídia. É a possibilidade de uma comunicação oral à distância. Discuto, então, o rádio comunitário como espaço da produção comunicativa,

livre, dialógica, horizontal, gerida pela maioria da sociedade, representada, então, na cidade ou metrópole, pelos segmentos sociais excluídos em luta pela cidadania; Partindo das possibilidades deste, os excluídos, na forma existencial de identidades sociais em movimento, intervêm no espaço público, hoje ocupado pela mídia do poder e do mercado, para nele, em interação social e, ou, mediação com as pessoas e instituições na totalidade desse espaço urbano, construir, na geração de idéias, afetos e valores, uma perspectiva comum, possível na

diversidade dos olhares e experiências subjetivas das pessoas sobre a cidade e seu *devenir*. Deste modo, os seres cidadãos, socialmente modelados, isto é, *modelizados* em sua subjetividade [Guattari, 1992], em oposição, transformam-se em sujeitos produtores do espaço urbano, tendentes a hegemonizar, na diversidade, uma parte considerável de suas experiências subjetivas que compartilhadas nessa esfera, não significam perdas, em essência, das individualidades; é, pois, aí, em alteridade, que esses seres se hominizam (Muniz, 1996).

Talvez o maior desafio do homem contemporâneo vivente do espaço urbano, sobretudo das metrópoles, seja o de relacionar-se, de modo crítico, com o estranho, o heterogêneo, o não-familiar. Esses seres urbanos, aos quais nos incluímos, modelados em processo pelas heranças históricas, pelas tradicionais redes midiáticas globalizantes e pelas imposições advindas sobretudo do processo de desenvolvimento capitalista, bem como, modernamente, pelo aparente clima de liberdade no contato influente com as redes mundiais de computadores, podem, por outro lado, no *estar* e *devir* cidadão, produzir novas e significativas experiências subjetivas, alterar o percurso ou rota de suas experiências racionais e descobrir na relação com o *outro* novos modos de interações sociais, novas parcerias na geração da subjetividade, e novas práticas necessárias de cidadania, sob novos olhares sobre a cidade, sobre seus modos de vida e o destino da humanidade. E, nesse contexto, inserindo-se, entretanto, nas múltiplas vozes, portadoras da possível consciência do *pertencimento comunitário*, em prática nas emissoras livres das comunidades, capazes, afinal, de transformá-lo de mudo em falante e, ao mesmo tempo, de subalterno em sujeito social transformador [Guattari, 1992; Oliveira, 1998; Caiafa, 2000].

O rádio comunitário, e futuramente a tv, com o uso da tecnologia digital de produção e de emissão de sons, breve de imagens, nas ondas livres de radiodifusão de baixa potência, em conexão com o telefone, câmaras digitais, gravadores e editores digitais e a transmissão ao vivo, também digital, em tempo real, nas redes mundiais de computadores, hoje, disponíveis ainda a poucos cidadãos, permitem, de modo variável, em várias direções, que os segmentos sociais, constitutivos da maioria da sociedade, excluídos da

---

*Talvez o maior desafio do homem contemporâneo vivente do espaço urbano, sobretudo das metrópoles, seja o de relacionar-se, de modo crítico, com o estranho, o heterogêneo, o não-familiar.*

---

produção material e imaterial, inclusive dos benefícios dos avanços tecnológicos, se apropriem, coletivamente, em dimensão comunitária, desses dispositivos, em especial da radiodifusão, de baixa potência, enquanto espaço de produção comunicativa; espaço livre, dialógico, horizontal, projetado de/para dentro e fora do espaço urbano, de modo a que esses cidadãos se produzam, permanentemente, como seres humanos, e venham a se *religarem*, no que há de comum e diverso, no processo de geração, em singularidade, das experiências subjetivas, produtoras de olhares diversos e de sentidos, exatamente nessas interações sociais próprias do *estar* e *devir* das pessoas nas cidades, sobretudo, nas metrópoles.

Nesse *estar* das pessoas que habitam as médias e grandes cidades, sobretudo as metrópoles, não somente as brasileiras, mas as espalhadas em escala planetária, os seres humanos, no seu cotidiano de vida, vistos situados nos espaços de moradia, de trabalho, de estudo, de lazer, etc, ou, por instantes, em circulação entre pontos do espaço urbano, por mais diverso que seja o motivo desse *estar*, se sen-

tem em parte solitários, desenraizados culturalmente, *fisicamente juntos, todavia, socialmente isolados*, mesmo que, por vezes, de modo restrito, em seus contatos, integrem grupos ou tribos urbanas, nas suas desconexas mediações sociais, ou, em instantes, obtenham momentos prazerosos em interações familiares ou duais. Isto posto, encontram-se perdidos, em situação de baixa interação social, resultante de um certo *estranhamento* nas relações com as pessoas e o espaço urbano na sua totalidade; este último contraditório, paradoxal em relação às realizações da subjetividade humana, de idéias, valores, afetos, múltiplas interações socioculturais, relações de poder e ao *devir* no processo mesmo da produção comunicativa, possível na perspectiva de *um outro mundo* onde o homem resgate sua condição de sujeito histórico.

#### **Os cenários urbanos se modelam sob a lógica perversa do capital**

Nesse contexto marcado pelas contradições entre os *desejos* dos indivíduos (sujeitos que somos) e as cidades historicamente modeladas, nos deparamos, então, com os processos, ora simultâneos, de construção e desconstrução dos cenários urbanos, que se modelam sob a lógica perversa do capital, onde os seres humanos que habitam cidades e metrópoles são também modelados e se reproduzem sob essa lógica perversa da *subjetividade capitalística* [Guattari, 1986]. Des-

te modo, socialmente agenciada segundo as necessidades e interesses do capital, nas suas formas da hipermercantilização e a maximização do lucro, resultando, portanto, num modo veloz de expropriação da mais valia social dos cidadãos, as cidades e metrópoles brasileiras, de um modo geral, vivem momentos caóticos, de sucessivas crises urbanas, com as cenas singulares de modernização tecnológica, que se misturam, numa hierarquização dos espaços e funções, aos processos ascendentes de segregação, degradação, privatização e redução do acesso aos serviços e aos espaços públicos. Nesta rota, ancorado pelo poder municipal e de outras instâncias do Estado, o capital põe em risco o mínimo de qualidade de vida das pessoas que nelas habitam, já excluídas do trabalho, da casa própria, em parte da educação, da saúde, do lazer, do transporte, da produção estética, ao final, frustrados em seus *desejos e esperança* de auto-realização nesse seu *estar* na cidade, enquanto lugar de vivência. Uma vivência, ora, por permanência na condição de nascido aí; ora, por escolha, preferencial entre outras; ora, *circuns-*

*tancial*, por emprego, educação, etc ; ou, por *migração* ou *acolhimento* forçado, devido aos êxodos rurais que, por sua vez, alteraram o quadro da distribuição e localização populacional brasileira, elevando no ano 2000, para uma predominância de 81,23% urbana sobre a rural. Desta, 76% são pobres, moradores em favelas ou áreas informais da cidade.

Em última análise, pode-se afirmar que as elaborações e mutações dos cenários urbanos, em geral, longe de ser obra da subjetividade de arquitetos e urbanistas, são socialmente *agenciados* (Guattari, 1992) na cidade pelo poder do capital e não, em exclusividade, pelo poder municipal, tampouco, pela cidade, esta representada, de forma autônoma e democrática, pelas entidades da sociedade civil, isto é, das representações políticas dos segmentos sociais constitutivos do espaço urbano e, de modo ampliado, geo-político do município. Evidente que o legislativo e o executivo municipal, bem como as instituições do Estado e da União, decidem. Mas, essas decisões expressam sempre os vínculos do Estado com as classes sociais, segmentos de classe, etnia e gênero e outros segmentos, inclusos os religiosos. Apesar das mediações sociais diversas, na prática, os vínculos do Estado têm sido com o capital. Por outro lado, surgiram, nos últimos anos, as experiências democráticas de administrações públicas municipais e estaduais, onde os vínculos do Estado estão centrados

nos trabalhadores e segmentos que integram a maioria social excluída. Nestas, opera-se uma redução da esfera econômica do capital no desenvolvimento das políticas públicas, sem, contudo, provocar, na esfera da *produção subjetiva*, (Guattari, 1992) uma ruptura qualitativa com os referenciais dos desejos, idéias, afetos e valores que povoam a subjetividade capitalista. Do ponto de vista hegemônico, todavia, em detrimento dos *desejos* das maiorias das comunidades, os aparelhos do Estado, comprometidos com o capital, partícipes ou cúmplices deste, operam, em parte, diretamente encadeados, os mecanismos da dominação e da exploração, a lógica da mercadoria, o sistema de concessão a terceiros e as parcerias com empresas, ONGs e outros organismos estatais, toda vez que se trate da prestação do serviço público, hoje, visto como política compensatória para amenizar insatisfações e conflitos sociais pontuais, sempre referenciado no ideário e modelagem social da *subjetividade capitalística* (Guattari (1992).

Deste modo, em escala planetária, estes cenários urbanos projetados, modelados, heterogêneos, mas portadores de uma certa homogeneização, singulares das cidades e metrópoles, operados em efeito sob a lógica perversa da *tiranía do dinheiro e da informação*, midiaticizada, tecnologizada, niveladora e globalizante (Santos, 2001), vão mudando, em parte, sempre controlados por um sistema sutil de *ondulações* (Deleuze, 1990). Ondulações, onde a cidade, *figura-fundo* de múltiplas e simultâneas cenas de eventos sociais codificados enquanto mercadoria, e seus habitantes, coadjuvantes ou figurantes, nestas cenas efêmeras ou tornadas rituais, marcam, do ponto de vista da subjetividade humana, sua *sujeição social* e, por vezes, *rejeição* a estes, mesmo que tênues, veladas,

---

*Os aparelhos do Estado, comprometidos com o capital, partícipes ou cúmplices deste, operam, em parte, diretamente encadeados, os mecanismos da dominação e da exploração, a lógica da mercadoria, o sistema de concessão a terceiros e as parcerias com empresas.*

---

desconexas, nas quais o sistema de dominação e exploração, de origem predominante externa à cidade, se espelha sobre o cotidiano do real-social urbano. Nestes cenários, de uma forma ou de outra, o cidadão, também tornado mercadoria, ao relacionar-se com os produtos postos ao consumo, inclusa a paisagem urbana, expressa, em certo sentido, um grau de estranhamento, isto é, de não familiaridade, não pertencimento a esse território urbano, da cidade ou metrópole, social, ecológico, geopolítico, cultural, material e subjetivo, apesar de, no consumo efêmero deste ou daquele produto em particular, vir a sentir-se, em instante, um elevado grau de satisfação de algum desejo, mesmo que seja ilusório. Pois, nesta relação conflitiva, contraditória, coisificado e expropriado do domínio sobre a espacialidade urbana e, em parte, do processo de produção dos *modos de subjetivação* (Deleuze,1990;Guattari,1992) termina, sem conhecimento de causa e efeito, incorporando, socialmente, em suas interações e relações com as pessoas, os objetos e a cidade, nos *territórios existenciais coletivos* (Guattari,1992), idéias, valores, afetos, expressões, modos de ser e relacionar-se, inclusive, de alienar-se face aos desafios do mundo vivido e coletivos da cidade. Torna-se, assim, cúmplice desses cenários e reprodutor dos modos de modelização social próprios da *subjetividade capitalística* (Guattari,1992). Essa expressão de Félix Guattari, com o uso do sufixo “ística”, indica, em escala planetária, a presença material do capita-

lismo e seus modos de subjetivação, para além dos territórios dos principais países capitalistas e dos que estão sob seus domínios, incluindo, pois, as nações ex ou ainda consideradas socialistas, como a China e Cuba, por exemplo, que, em seus territórios, desenvolvem, contraditoriamente, as práticas transnacionais ou multinacionais do mercado capitalista. Ele as denomina, no geral, como capitalística, essas práticas, sejam materiais e imateriais, próprias do mercado, da esfera ampliada do capital, portadoras da ideologia e dos modos da produção subjetiva deste.

Podemos afirmar, então, que esta relação conflitiva homem-cidade, visível na configuração dos cenários urbanos, espelha, na verdade, a contradição entre o homem e capital, isto é, entre as necessidades e os desejos humanos em oposição aos interesses, a lógica de produção e de mercado, e os modos de subjetivação, do modelo de produção material e imaterial do capitalismo, do qual, hoje, decorre, em grande parte, o processo de dominação e exploração do homem pelo homem. Isso, apesar de, nos *modos de subjetivação*, esses desejos apareçam contraditórios nesta relação, em

virtude dos mecanismos sutis de atração, ilusão e mascaramento do real-social. Os fundamentalistas religiosos respondem, pois, pela outra parte, em suas ações referenciadas nas formas arcaicas de relação social, tal como o *confinamento* etc (Foucault-Deleuze,1990), sob as quais processam modos subjetivos de dominação e exploração dos seres humanos, neste momento conjuntural histórico. Tanto ao nível da macropolítica do social (poder instituído) como de uma micropolítica do *desejo*, periférica, que se expande no microtecido social indo até ao corpo do indivíduo, a que se refere Michel Foucault, a *produção maquinica da subjetividade capitalística* (Guattari, 1992), enquanto relação social, se exerce como poder, definindo os rumos da sociedade bem como os *pequenos gestos* do nosso cotidiano. Segundo Guattari (1992), os fatores subjetivos desempenham hoje um papel predominante a partir do momento em que foram assumidos pelos *mass media* de alcance mundial.

Paul Virílio observa que, nos anos 60, uma *reorganização urbana* atinge as cidades, independente de sua tipologia, como resultado dos primeiros efeitos de uma economia multinacional. E, em 70, quando inicia uma nova crise econômica mundial, a expansão das tecnologias, dos transportes aéreos e das comunicações, com os aeroportos, o uso de satélites na comunicação, a microeletrônica, as teleestradas, a implantação de sistemas de controle e de segurança regulando o acesso do *estranho* aos espaços urbanos e às residências, ao mesmo tempo, disponibilizando aos consumidores o acesso aos serviços e produtos, em especial da indústria cultural, via tecnologias de ponta na relação homem versus máquina. Deste modo, uma nova arquitetura, onde o homem dispensa cada vez mais a circulação

---

*Os fatores subjetivos desempenham hoje um papel predominante a partir do momento em que foram assumidos pelos mass media de alcance mundial.*

---

entre pontos do espaço urbano, pois, dominado pelo medo, *confinado* (Foucault-Deleuze, 1993) na residência, hoje, também, local de produção material e imaterial, pode, via janela eletrônica, informar, ser informado, realizar seu lazer, controlar seus negócios ou realizar tarefas sob o controle dos sistemas de agenciamentos das empresas do capital globalizado. Faz crer que, com a presença e a possível *disponibilidade* (Caiafa, 2000) generalizada da tecnologia, a relação do homem com o espaço físico da cidade é, por esta, contaminada e deslocada do real para o virtual e do físico para o tecnológico, onde aí, o homem refunda seus contatos, rever suas relações e vínculos sociais, numa nova arquitetura, num novo cenário, de uma cidade e mundo tecnologizados, que, em efeito, termina tecnologizando, no seu modo de vida, na subjetividade real-social, o homem já modelado, *coisificado* pelo existente *modo de produção capitalístico* (Guattari, 1986).

Octávio Iani (2002) nos diz que, neste século XXI está em curso o desenvolvimento de um novo ciclo de profundas transformações sociais, compreendendo as forças produtivas, isto é, o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão do trabalho social, o mercado, o planejamento e o monopólio da violência. Aos poucos ou de repente, abalam-se os quadros sociais e mentais de referência de uns e outros em todo o mundo. Multiplicam-se os espaços e aceleram-se os tempos, em todas as direções, em todas as esferas de atividade e imaginação, graças às tecnologias eletrônicas com as quais se globalizam ainda mais intensa e generalizadamente. Mas, explica Milton Santos (2001) que, pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiro, gostos, largamente se difundem sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades

*Pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiro, gostos, largamente se difundem sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo dos séculos houvessem sido extintas.*

tecidas ao longo dos séculos houvessem sido extintas. Indaga se não seria um mito a idéia do mercado regulador global, pois,

*em apenas três praças, Nova York, Londres e Tóquio, concentram mais da metade de todas as transações e ações; as empresas transnacionais são responsáveis pela maior parte do comércio dito mundial; os 47 países menos avançados representam juntos apenas 0,3% do comércio mundial, em lugar dos 2,3% em 1960. (Santos, 2001:41)*

Se a globalização é antes de tudo um mito justificador, há um caso em que ela é real: o dos mercados financeiros. Graças à diminuição dos custos de comunicação, caminha-se para um mercado financeiro unificado, o que não quer dizer homogêneo. Em suma, a globalização não é uma homogeneização; mas, ao contrário, é a extensão do domínio de um pequeno número de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais - assinala Pierre Bourdieu (1998:53-54). Sob essa lógica perversa, o *capitalismo hoje se ocupa cada vez mais de*

*captar o desejo e colocá-lo a serviço da economia do lucro* (Guattari, 1986). O global é, portanto, um componente destacado, dentre outros, da presença incisiva da subjetividade capitalista no espaço urbano, sobretudo, nas metrópoles. Basta observar, além dos veículos e produtos midiáticos multimídia e audiovisuais, os demais e os serviços, por sua origem, propriedade e *disponibilidade* (Caiafa, 2000:25) em sistema de rede, postos no mercado local para o consumo, apesar de restrito às pessoas que, portadoras de um *poder de compra*, assumem o papel social de consumidores. Ao lado da rede de bancos, de lojas, supermercados, restaurantes, lanchonetes, shopping center, jogos eletrônicos, cinema multiplex, bingos, hotéis, estacionamento, estão, então, os serviços públicos privatizados da água, do gás, da energia elétrica, de transporte urbano, de telefonia e de transmissão digital de dados, sons e imagens, bem como os *pedágios* (Virilio, 1993) privados restritivos ao acesso à circulação no e entre espaços urbanos, todos nivelados nos quadros referenciais da economia política e da economia subjetiva. Temos, aí, consumidores, sim, cidadãos, não! Por outro lado, na esfera da cidade, inclusa a vertente globalizante, essa subjetividade se reproduz tanto ao nível dos opressores quanto ao nível dos oprimidos, não permanecendo apenas no plano da consciência, mas também em planos semióticos heterogêneos, circunscritos nos *territórios existenciais coletivos* (Caiafa, 2000; Deleuze, 1990; Guattari, 1992).

Hoje, tanto no Brasil como em todo o mundo, evidencia-se o fenômeno da urbanização como espaço social, por excelência, ecológico, geopolítico, cultural e da subjetividade, até então circunscrito na noção de territorialidade que limita a cidade, redimensiona a metrópole e, num primeiro momento, o distingue do que se tem denominado como rural. Mas esse conceito de urbano tende a dissolver os limites tradicionais entre o urbano e o rural, repensar as relações entre a cidade e o campo, à medida em que o modo de vida urbano (Louis Wirth, 1967; em parte por George Simmel, 1967) se estende para além da metrópole que, sob sua atração sobre as pequenas cidades, sobretudo no seu entorno, e destas sobre as áreas rurais, mediados basicamente pelas máquinas modernas de transporte (veículos motrizes) e de informação e comunicação unidirecionais (jornais, rádio, tv, sites diversos) envolve os que habitam as vilas, povoados, até mesmo aldeias, e casas isoladas no campo, incluindo-as, de certo modo, à esta dimensão ampliada do território subjetivo da urbanização. O planeta habita, hoje, 69,2% da população em áreas consideradas urbanas. Para Louis Wirth,:

“As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos pontos e as diversas atividades num universo.” [Wirth, 1967 :98]

O espaço urbano, em sentido restri-

---

*Quanto mais densamente habitada e mais heterogênea a comunidade, tanto mais acentuadas serão as características associadas ao urbanismo. É possível novos híbridos culturais.*

---

to, a cidade ou a metrópole, é o *território utilizado por uma dada população*, e mais que isso, um dado *sentimento*, como define Milton Santos:

o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está se falando em território usado, utilizado por uma dada população [Milton Santos, 2001: 96-97].

Um espaço social, denso e heterogêneo, constituído, talvez, de pessoas vindas de pontos diversos do planeta, mas, predominantemente, das áreas rurais ou de aglomerações menores regionais, também, possivelmente portadoras de diferenças etárias, de gênero, de classe social e de mistura de raças, etnias, povos, culturas e religião, no qual habitam, em grandes números, *uma área de ocupação restrita ou de alta densidade*. Quanto mais densamente habitada e mais heterogênea a comunidade, tanto mais acentuadas serão as características as-

sociadas ao urbanismo. É possível novos híbridos culturais. Na visão de Louis Wirth (1967:106), são esses os fatores seletivos e diferenciadores que atuam na composição da população. Janice Caiafa (2000) mostra, entre os fatores, o fenômeno local das formas segregadas da população urbana brasileira, não característico da cultura, diferente da segregação cultural americana, não obstante, uma sociedade desigual, gerando hierarquia, mas misturando, fazendo desaparecer fronteiras nítidas. *Nas cidades brasileiras é sobretudo a desigualdade social e econômica que produz os guetos*. Já Geogr. Simmel (1967) aborda a questão da vida mental do homem metropolitano, em contraste com as experiências de vida dos rurais e das pequenas cidades, onde as práticas mercantis, diferentes, em efeitos e velocidade, dos modos de subjetivação capitalista, produzidos pela *economia monetária* na metrópole sobre o intelecto, os relacionamentos e o modo de vida, ainda mantém, em boa parte, os modos associativos, laços familiares e de solidariedade entre as pessoas. Descreve, então, a coisificação humana nas metrópoles, na qual a mente passa a operar sob as noções racionais do valor de troca, do impessoal, do número, da cifra, da senha, numa a relação bancária a que se refere Paulo Freire, e de controle, visto por Foucault; no reverso da liberdade, a solidão; E, nestas relações, uma atitude de *reserva*.

De certo modo, o conflito entre o homem e a cidade, no contexto dos cenários produzidos pela lógica per-



versa do capital, se configura nos desejos insatisfeitos; no modo do acolhimento e de inserção na paisagem urbana; num certo *estranhamento* entre as pessoas, independente de suas origens, e destas numa relação sensível com o *território* físico, existencial, social e cultural urbano, seja ele cosmopolita, metropolitano ou simplesmente citadino; na conformação dos *modos de subjetivação* dos habitantes como *multidões* ou *massas* urbanas não-cidadãs consumidoras de serviços, produtos e *falsas visões* do real-social; no sentir-se solitário(a), por vezes, e com intensidade; na redução do acesso ao solo urbano, à casa própria e aos espaços públicos; no direito e ir e vir afetado pela privatização do transporte público; na tendência à segregação de pessoas, de classe e etnias em áreas demarcadas no espaço urbano ou, fora desde, em áreas fronteiriças, além do *aprisonar-se* nas próprias residências; na violência, que recai indistintamente sobre as pessoas, produzindo um medo generalizado; na diminuição das possibilidades de emprego e de

renda, com o hiperdesemprego global e a pobreza estrutural; nos estímulos midiáticos aos serviços e produtos tornados *desejos insatisfeitos*; na rara presença cidadã em oposição às práticas mercantis no espaço da produção comunicativa; nos discursos sufocados das identidades emergentes e subalternas; nos ruídos provocados nos fluxos de informação marcados pelo volume, velocidade, saturação de mensagem, dispersão e deslocamento dos focos de interesse para eventos globais, ocultando os conteúdos que emergem das mediações, relações, vínculos e interações sociais diversas e dos desafios cotidianos da relação homem-cidade; nas tramas sutis que envolvem vivências e narrativas, com entaves às relações e interações sociais facilitadoras de uma linguagem trans-

versal, transubjetiva e social que signifique e experimente outras relações de produção, outros modos de valoração, outros olhares sobre o real-social, numa ruptura com a existente produção de subjetividades sobrecodificadas e homogeneizadas (Rolnik, 1989). É preciso, pois, deter, se não, reduzir, a força motriz do capital sobre os cenários modelizadores das paisagens urbanas.

### Transformando a natureza e a rota das experiências subjetivas

A afirmação cidadã da presença humana no espaço urbano, seja metropolitano ou cosmopolita, como potencial força produtiva dos *territórios subjetivos coletivos*, vai além das diferenças, do *outro*, da prática alternativa, quase *sempre* opondo-se às investidas visíveis (pois, escapam às sutis) da subjetividade capitalística, através das *formas espontâneas* de resistências (Caiafa, 2000) e, também, nas lutas gerais urbanas ou específicas, de identidades sociais em movimento, geralmente contextualizadas nas esferas da produção comunicativa, da cultura e da política, marcando, deste modo, olhares novos, múltiplos, plurais, todavia, transformadores das concepções e práticas urbanas. Existentes concep-

---

*De certo modo, o conflito entre o homem e a cidade, no contexto dos cenários produzidos pela lógica perversa do capital, se configura nos desejos insatisfeitos.*

---

*Essas vozes livres, múltiplas, comunitárias,  
de natureza transformadora, são educativas em relação  
à mutação dos consumidores em cidadãos.*

ções e práticas que têm legitimado e reproduzido no espaço urbano, tanto no Brasil como em escala planetária, a desigualdade social em todas as suas dimensões e implicações, as contradições sociais historicamente constituídas e o sistema de dominação e exploração, vistos na base da produção material e, sobretudo, da subjetividade social, instâncias inseparáveis dos universos da subjetividade; uma subjetividade que, *sob o ângulo da sua produção não implica* - segundo afirma Félix Guattari - *em nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca, pois, não mantém relações hierárquicas obrigatórias, fixadas definitivamente*. Trata-se, pois, na visão do autor, de uma *subjetividade, de fato, plural, polifônica, para retomar uma expressão de Mikhail Bakhtine*. Nesse sentido, exemplifica a variação dos índices da bolsa de valores em relação às flutuações das opiniões; as manifestações dos estudantes chineses que, apesar das palavras de ordem, as cargas afetivas deram a palavra final; bem como, a queda do muro de Berlim já cristalizada por um *imenso desejo coletivo*. E, no Brasil, inclui-se o movimento das *Diretas já*, em

1984, e da queda do Presidente Fernando Collor, em 1992; resultante desta, a cristalização do desejo coletivo da *ética na política*, com sucessivas mobilizações da sociedade e, em efeito, as ações punitivas aos políticos corruptos. Félix Guattari vê, nestas manifestações, frutos de movimentos sociais, em efeito, uma *mutação existencial coletiva*. Todas elas, com inúmeros eventos nas grandes cidades e metrópoles, unidirecionados, ressignificados e espetacularizados pela mídia globalizante.

A rota das experiências subjetivas, sociais, coletivas, dos que habitam as cidades ou as metrópoles, transformando, em processo, sua natureza, sua perspectiva, diferente dos modos de subjetivação da exclusão social capitalista, sobretudo em oposição a estes modos, na utopia de que o mundo pode e deve ser conhecido e transformado para garantir uma sobrevivência, em particular, uma cidade digna de todos, passa, necessariamente, pela mutação destes cidadãos, enquanto sujeito-objeto do consumo generalizado e da própria cidade como objeto do desejo, isto é, consumidor consumido, em *individuo-cidadão* (Muniz Sodré, 1996: 45), produtor da subjetividade social, num compartilhar com o outro urbano, não mais estranho. Antes mudos, enquanto audiência das emissoras de rádio e TV do mercado e do poder instituído, passam a *falantes*, produtores livres, críticos do real-social, através das vozes múltiplas, plurais, que revolucionam, na forma e conteúdo, as emissoras livres das comunidades, o *estar* e o *dever* das pessoas na cidade e, acima de tudo, as concepções e as

práticas da vida urbana, os cenários construídos e os territórios existenciais coletivos, em suma, a cidade ou metrópole. Essa possibilidade da mutação dos *mudos em falantes*, com a apropriação coletiva dos dispositivos tecnológicos da comunicação à distância, isto é, das rádios e televisões comunitárias, pelas pessoas nas cidades, e, em se dando, o direito coletivo difuso à comunicação, intransferível, em sintonia com as formas estéticas de expressão e do face a face, individuais e grupais, em experiências subjetivas diversas comunitárias, cria, então, a esperança de que uma outra rota de experiências subjetivas coletivas, em substituição à *capitalística*, é possível. Essas vozes livres, múltiplas, comunitárias, de natureza transformadora, são educativas em relação à mutação dos consumidores em cidadãos; dos ouvintes em receptores críticos e produtores sociais da comunicação; e de produtores do saber modelado em leitores críticos e transformadores do real-social. Elas tendem a disseminar-se, na produção e recepção, em todo o tecido social urbano, incluindo, por vezes, áreas consideradas rurais, em virtude da territorialidade radiofônica potencializada na irradiação das ondas livres do rádio. Espera-se que a tendência da ampliação das vozes comunitárias se consolide em contraste à *produção de subjetividades conformadas* como observa Janice Caiafa:

O capitalismo depende cada vez mais dessa produção de subjetividades conformadas. Observe-se que existem outras vozes na mídia brasileira, que são muito diferentes de tudo isso, mas sempre minoritárias, sempre em contraste com essa tendência situacionista (Caiafa, 2000:57).

Essas vozes comunitárias, múltiplas, plurais, constitutivas das práticas sociais subjetivas emancipadoras da produção comunicativa dos que habitam

as cidades ou metrópoles, na condição de indivíduo-cidadão, *condição esta que somente alcançará sua plenitude quando estiverem superadas as desigualdades e contradições sociais geradas pela subjetividade capitalística*, portanto, nesta condição, operam e disseminam, coletivamente, nas identidades sociais em movimento, entre elas, e em todo o micro tecido social, a expressão dos olhares citadinos, na sua diversidade, pondo-se em debate, sob a mediação da emissora, de baixa potência, com 25 watts, de alcance territorial limitado a uma raio, em média, de 10 quilômetros, em sintonia com os pequenos grupos de produção estética, representações de identidades, etc, gerando, assim, interações sociais, vínculos diversos, manifestações espontâneas, elevação dos sentidos de *pertencimento* comunitário; situações em que idéias, afetos e valores, se negam ou se afirmam, se solidificam, se tornam *comuns* ou, por vezes, efêmeros e circunstanciais consensos, mudando, em parte, os itinerários subjetivos e os cenários urbanos modelados ao longo dos anos pela subjetividade capitalística. Segundo Félix Guattari (1986), as emissoras livres coletivas, espaço de produção dessas vozes, tomam seu sentido como componentes de *agenciamentos coletivos*, quando se afirmam, então, na *reinvenção de novas formas de luta e de expressão*.

Devemos, contudo, observar, na diversidade dos olhares dos habitantes, não apenas as expressões e pequenos gestos que denotam, à primeira vista, as diferenças culturais sincretizadas, por vezes veladas, das etnias e de gênero, e as tentativas de ocultação da contradição capital-trabalho, que, nos agenciamentos coletivos das *subjetividades conformadas* (Caiafa,2000) mediadas pelas escolas, igrejas, mídias, clubes esportivos, etc, se reproduzem, de modos sutis, conduzindo as per-

cepções destes às impressões iniciais de que a cidade *espelha* nada mais que uma mera heterogeneidade cultural. A noção de heterogeneidade aparece aí destituída de qualquer sentido que denote adversidade ou, mesmo atenuada, a contradição que desnuda a lógica perversa da acumulação do capital. Fruto de uma contradição velada, as cidades brasileiras espelham, nas formas segregadas de ocupação, sobretudo de moradia, nos espaços formal e informal, com favelas e bairros distantes, a exemplo dos morros cariocas e das cidades satélites de Brasília, uma desigualdade econômica e social visível na composição populacional, em que 76% desta está na faixa de pobreza estrutural a que se refere Milton Santos e Pierre Bourdieu. Os olhares expressos nos conteúdos das falas das pessoas, que integram essa imensa maioria populacional pobre nas cidades, tendem, pois, a pautarem temas que emergem dos desafios de seu cotidiano social, em particular, dos conflitos sociais que se sucedem, presentes nas relações subjetivas, sociais e de poder, devendo serem problematizados, debatidos, socializados pela população em geral, isto é, operados pelos produtores-ouvintes ou ouvintes-produtores, nas formas dialógicas e horizontais, livres, da produção comunicativa à distância, da emissora comunitária, sob múltiplas mediações sociais e modos gestionários coletivos, onde, em geral, as representações das identidades em movimento compartilham as estratégias da produção co-

municativa que se fundam, portanto, em bases coletivas de expressão e de geração do poder social. Nesse sentido, esses olhares, essas vozes múltiplas, desconexas ou não, heterogêneas e, por vezes, *hegemonizadas* (Santos,2001), não devem sujeitar-se aos sistemas de controle de qualquer poder instituído, de qualquer natureza, sob pena de substituir o espaço público, coletivo, comunitário, livre, das formas democráticas de gestão e de produção subjetiva, pelo espaço midiático, privado, excludente, vertical, unidirecional, pirata e da gestão autoritária, próprio da lógica perversa do capital.

O rádio comunitário, breve a TV, tende a constituir-se, de modo não exclusivo, no espaço, por excelência, de expressão da produção subjetiva, de perspectiva emancipadora, da pobreza estrutural excluída que, na cidade, no seu cotidiano de vida, reproduz, de fato, os efeitos perversos da contradição social capitalista. Neste, o olhar social dos excluídos, ora ingênuo, ora crítico, vítimas da *violência estrutural* capitalista (Santos,2001:72; Bourdieu,1998: 56; Caiafa,2000:11; Iani,2002; Guattari,1992:), segregados, sob modos diversos, enquanto massa urbana portadora da pobreza, termina produzindo efeitos sociais mobilizadores, ao posicionar-se diante do real-social, pondo-

---

*A noção de heterogeneidade aparece aí destituída de qualquer sentido que denote adversidade ou, mesmo atenuada, a contradição que desnuda a lógica perversa da acumulação do capital.*

---

os em movimento, ora reivindicatórios e políticos, ora de estímulo às manifestações espontâneas, mobilizações plurais cidadãs, reuniões, encontros, debates, produções estéticas, etc, onde, então, a emissora comunitária, ao pôr em contato as pessoas distantes e dispersas, as envolve, no seu papel fundamental de mediação para que esse olhar, essa subjetividade, se transformem, exatamente, a partir dos agenciamentos coletivos que as identidades sociais em movimento operam, mudando o seu *estar* urbano e os cenários da cidade. Nestes olhares sobre o cotidiano de vida, sobre a cidade e a sociedade, expressos nas vozes *plurais* dos que habitam a favela, lugar de valorização negativa, e se limitam ao acesso coletivo, ao espaço público, ouvimos, em geral, o desejo de *mudar* de lugar ou de *cenário*, apesar da *conformação social* que se impõe ao hábito desse modo subjetivo de *estar* na cidade.

Todavia, as práticas livres de comunicação, em essência, subjetivas, nas emissoras comunitárias, possíveis de serem entendidas como *pós mídia* na visão de Guattari (1986), devem ser reguladas por um sistema, um agenciamento coletivo, a cargo das representações das identidades sociais em movimento na cidade, de modo que, ao lado das estratégias democráticas de comunicação, e em consonância com estas, sejam garantidas e estimuladas a autogestão comunitária, e, sobretudo, a participação partilhada das entidades e espontânea das pessoas, numa polifonia de vozes e expressões subjetivas emancipadoras, que se sobrepõem numa grade de programação radiofônica, que se permite mutável. Nesse sentido, as pautas geradas sempre em pontos diversos do micro tecido social, bem como as que emergem das representações das identidades e redes de movimentos, se inserem nos formatos de programas defini-

dos segundo as estratégias democráticas da comunicação postas em prática pela emissora. Em última análise, essas estratégias são geradas, de modo partilhado, pelas representações das identidades e grupos de *criação* em movimento na cidade. Assim, para além da notícia, a rádio emite programas abertos ao debate para um olhar crítico das pessoas, num percurso entre o efêmero e o estrutural social; entre o recado, o informe de mobilização e o debate ou documentário de temas emergentes e contextuais, tratados sempre nas relações com o cotidiano de vida urbano, a exemplo da violência, da pobreza, do desemprego, da fome, que decorrem do modo de produção capitalista. Destes, estruturais, emergem o medo e outros funcionais e derivados, como afirma Milton Santos:

Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo de desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro. Tal medo se espalha e se aprofunda a partir de uma violência difusa, mas estrutural, cujo entendimento é indispensável para compreender as questões como a dívida social e as violências funcionais derivadas, hoje tão presentes no cotidiano de todos [Santos, 2001: 58].

Essas emissoras poderão, assim, recriar as cidades e metrópoles brasileiras, desiguais, de hoje e do amanhã, ao permanecerem gerando idéias, afetos e valores, partilhados e solidários, sob novos cenários, possíveis de serem hegemônicos pela maioria social excluída, na perspectiva de um território social, urbano, subjetivo, de todos para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Trad. Lucy Magalhães - Rio de Janeiro, Jorge Zahar ED., 1998.
- CAIAFA, Janice. *Espaço, trânsito e linguagem nas ruas de Nova Iorque*. Contracampo, 2 semestre de 2000. Niterói: Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense.
- \_\_\_\_\_. *Nosso Século XXI: notas sobre arte, técnica e poderes*. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2000
- DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum sur les sociétés de contrôle*. Pourparlers. Paris: Minuit, 1990.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- \_\_\_\_\_. *prefácio: As rádios livres em direção a uma era pós-mídia. Rádios Livres: a reforma agrária no ar*. Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão. São Paulo: editora brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. e ROLNIK, Suely. *Micropolítica, Cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 1986
- IANI, Octávio. *O novo ciclo da revolução burguesa*. Revista Fórum, 3, 2002
- OLIVEIRA, Jonicael Cedraz de. *As Comunitárias e o Rádio Livre dos Sem Comunicação*. São Paulo, Revista ADUSP, n 14, julho/1998.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- SIMMEL, George *A metrópole e a vida mental. O fenômeno urbano*. Otávio Guilherme Velho ( org.). Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.
- SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- VIRÍLIO, Paul. *A Cidade Superexposta e As Perspectivas do Tempo Real. O Espaço Crítico*. Rio de Janeiro: editora 34, 1993.
- WIRTH, Louis. *O Urbanismo como modo de vida. O Fenômeno Urbano*. Otávio Guilherme Velho (org.) Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967

**Jonicael Cedraz de Oliveira**, professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ). Diretor de Comunicação da ABRAÇO Nacional. Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária.

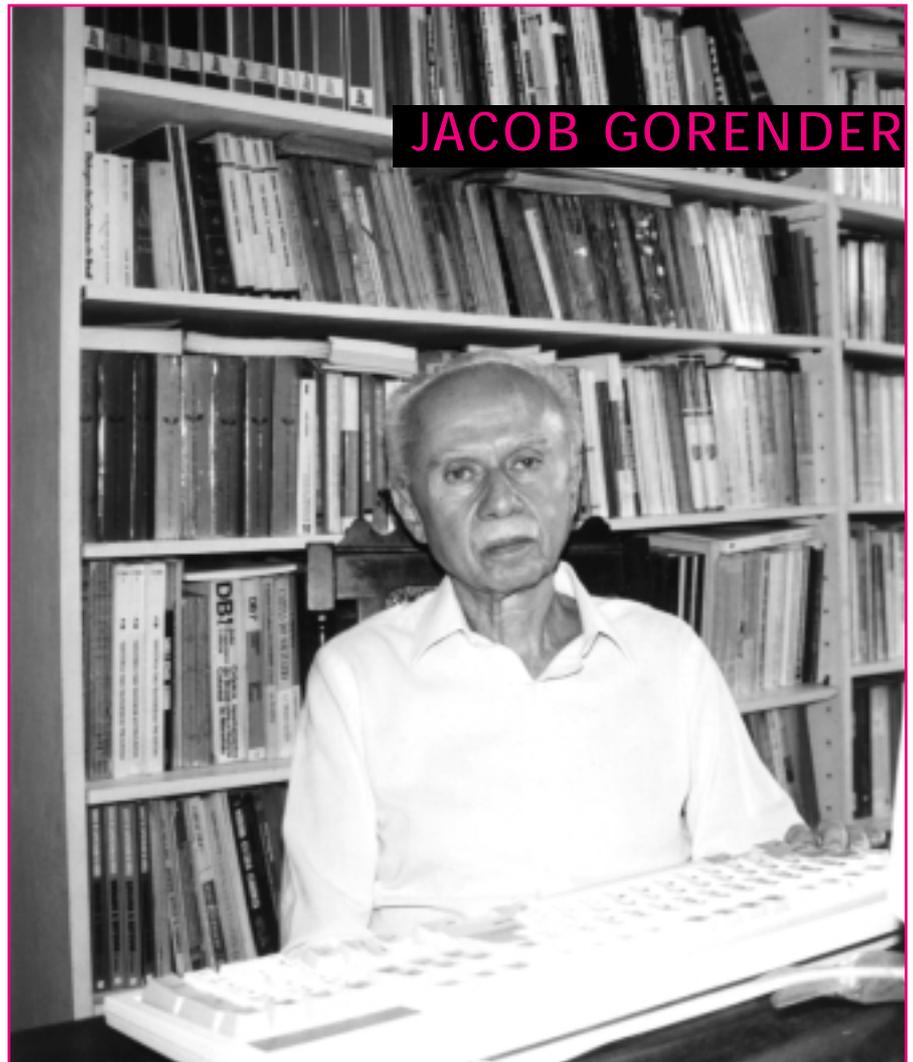
# O PCB e sua atuação nos anos 1950

*Jacob Gorender foi membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), em 1968. Autor de vários ensaios e artigos, escreveu O escravismo colonial e Combate nas trevas. A primeira é uma obra considerada clássica pela comunidade acadêmica, ao passo que a segunda é imprescindível para todos aqueles que pretendem conhecer os duros anos de resistência à ditadura militar (1964-1985). Em 1999, publicou, pela Editora Ática, Marxismo sem utopia.*

*Gorender atuou também como jornalista, escrevendo em órgãos de esquerda. Foi professor visitante do Instituto de Estudos Avançados e de cursos de pós-graduação na Universidade de São Paulo*

*Entrevista concedida a Waldir José Rampinelli na residência de Jacob Gorender, em São Paulo, no dia 9 de abril de 2002. A transcrição e as notas explicativas são do entrevistador. A entrevista foi examinada por Gorender e sua publicação autorizada. O prof. Rampinelli é do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).*

Correio eletrônico: pinelliw@cfh.ufsc.br



**Waldir José Rampinelli:** A política de união nacional do PCB<sup>1</sup>, nos anos 50, que incluía o apoio ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil não foi um equívoco, já que a classe industrial burguesa buscava a associação com o imperialismo estadunidense?

**Jacob Gorender:** Convém aqui colocar as coisas sob uma perspectiva histórica, ou seja, levar em conta as circunstâncias que atuavam nos anos 50 e a trajetória da própria ação política do PCB. Como o PCB fora posto na ilegali-

dade, em 1947, ele desenvolveu uma política cada vez mais sectária com declarações bombásticas de chamamento à luta armada, a qual estava inteiramente fora do contexto da época. Isso levou o PCB a tomar uma atitude de abstenção nas eleições de 1950, que foram essencialmente uma disputa entre os candidatos Getúlio Vargas, Cristiano Machado e Eduardo Gomes.

Getúlio se elegeu e ficou o tempo todo de seu governo sob o ataque incessante do PCB. Quando a crise che-

gou ao seu auge, em agosto de 1954 e Vargas estava sob fogo cerrado da direita, o PCB não se deu conta de que a conjuntura sofrera uma mudança radical, permanecendo no ataque a Vargas. Somente alguns dias antes do suicídio de Vargas, Prestes conclamou, pela imprensa, a apoiar Getúlio. No entanto, isso foi inócuo pois os acontecimentos já estavam dados. Além disso, este apoio era cheio de restrições. Resultado: Getúlio cometeu o suicídio, as massas trabalhistas saíram às ruas e os militantes comunistas não tiveram alternativa senão a de juntar-se, nos mesmos protestos, aos trabalhistas. Esta questão, que deixou o PCB perplexo, influenciou na posição com relação a Juscelino Kubitschek (JK).



Com a nominata dos candidatos às eleições presidenciais de 1955, o PCB, já com a experiência traumática da abstenção na eleição anterior e de seu comportamento diante do governo de Getúlio - resolveu respaldar JK. Este apoio se revestiu de muita importância, já que JK se elegeria com uma diferença de meio milhão de votos e eu penso que eles vieram do PCB.

JK tomou posse com dificuldade<sup>2</sup>, já que necessitou do apoio do ministro da Guerra, general Teixeira Lott. Começou seu governo com o Plano de Metas, visando o desenvolvimento do

país. Esta visão desenvolvimentista já vinha de Getúlio. No entanto com JK tomou uma posição mais definida.

O governo de JK se caracterizou pela ausência de presos políticos e pela liberdade de imprensa. Havia, portanto, um clima de descontração. Deste modo, as forças políticas podiam atuar sem constrangimentos. Então o PCB, considerando que o governo de JK apresentava a perspectiva de um desenvolvimento progressista do país, resolveu apoiá-lo condicionalmente. De acordo com a análise da direção do PCB, atuavam no governo de JK duas alas: uma nacionalista, outra entreguista. A ala nacionalista tinha o general Lott como seu representante, ao passo que o representante da entreguista era o ministro Lucas Lopes. Outra figura que já despontara como entreguista, nesta época, era o Roberto Campos. Era, então, superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)<sup>3</sup> e já estava apelidado de Bob Fields. Dizia-se que falava o inglês melhor que o português. De fato, vivera muitos anos nos Estados Unidos e dominava muito bem aquele idioma.

Com este esquema explicativo, o PCB enfrentou os problemas políticos que se apresentavam. Cabe lembrar que já no período de JK apareceram os confrontos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mais ou menos no estilo existente hoje. JK rompeu com FMI, apoiado pelo PCB e outras forças políticas. O porta-voz de JK no Congresso, que anunciou a ruptura com o FMI, foi o industrial paulista Horácio Lafer.

**W. J. R. Se o relacionamento do PCB com o governo JK era tão bom, por que o presidente se opôs à legalização do partido? Havia esperança de o PCB ser legalizado ou ele foi traído por JK, já que este, de passagem por Washington (janeiro de 1956), prometera ao Senado estadunidense de que não le-**

**galizaria o Partido?**

**J. G.** Não se pode dizer que JK tenha traído o partido, já que ele não assumira um compromisso expresso com a legalização. Na verdade, a legalização do PCB foi algo muito difícil que só veio a acontecer durante os anos 80, na esteira da anistia. Era um assunto fechado para o establishment conservador brasileiro. E claro, a pressão sempre presente do governo dos Estados Unidos.

É preciso levar em conta que estávamos nos tempos da Guerra Fria<sup>4</sup> e os Estados Unidos eram governados pelo general Eisenhower - republicano - e o secretário de Estado era o John Foster Dulles - um dos expoentes reacionários mais arrogantes daquele período. Portanto, legalizar o PCB, naquelas alturas, era algo certamente difícil para o governo.

**W. J. R. A Declaração de Março, de 1958, do PCB, não significou uma estratégia de conciliação de classe com a burguesia, da qual esta tirou vantagens, ao passo que para o partido sobreram apenas desvantagens?**

**J. G.** Sem dúvida que vista hoje, a Declaração de Março é um documento em que a burguesia recebe um tratamento que denuncia uma ilusão. Partindo sempre daquele esquema de que falei: uma ala nacionalista e outra entreguista. Segundo o PCB, a burguesia também teria uma parte servil ao imperialismo e outra que queria o desenvolvimento e a independência do país.

**W. J. R. Esta segunda parte (burguesia nacional) era hegemônica?**

**J. G.** Não se dizia isso. O que se falava era que ela devia ser apoiada. Ou seja, a aliança que o PCB tinha em vista incluía esta parte da burguesia. Com a Declaração de Março começou a circular o termo burguesia nacional. A Declaração surgiu exatamente desta

necessidade de formalizar, em um documento oficial, a política que na prática já estava sendo implementada. Isso porque os documentos oficiais do PCB ainda eram os do início dos anos de 1950, sectários e de uma retórica inteiramente fora de contexto. Por isso, surgiu a idéia de fazer uma declaração prevendo os termos de uma nova política. Como se achava que a elaboração deste documento no Comitê Central seria inviável - isso porque dele participavam o Amazonas, o Grabois e outros ligados a estes (fundadores do PC do B, mais tarde) -, então, pensou-se em fazer um documento fora do Comitê Central, assinado pelo Prestes e que seria jogado na mesa como fato consumado. Prestes concordou com isso. Embora estivesse ainda na clandestinidade, já não se encontrava isolado. Vários companheiros, fora da Comissão Executiva, tiveram acesso a ele. Constituiu-se uma comissão que, à margem do Comitê Central, elaborou a declaração. Deste modo o Comitê não teve alternativa a não ser encampar a idéia. Já era um fato consumado. Logo viria o V Congresso, em 1960, que respaldou tais teses. Este foi o encaminhamento do PCB diante do governo de JK.

**W. J. R. O PCB fez duras críticas ao Getúlio, chegando a chamar o seu governo de traição nacional. Na verdade, o Getúlio tinha posições mais contundentes contra o colonialismo e o capital estrangeiro, ao passo que JK fazia exatamente o contrário. Não seria uma incongruência do PCB apoiar JK?**

**J. G.** O governo de JK não era entreguista, mas sim contraditório. Ele apoiava os Estados Unidos, mas ao mesmo tempo tinha um Plano de Metas de desenvolvimento econômico e procurou implementá-lo, recorrendo a empréstimos que gerou uma inflação muito alta. Foram as construções de hidrelétricas, como Furnas, Três Marias e



outras. Além disso, a instalação da indústria automobilística e a ampliação da rede rodoviária. Eugênio Gudín, por exemplo, se opunha a tudo isso, considerando uma miragem onerosa ao país. E as empresas montadoras norte-americanas - GM e Ford - que já tinham instalações no Brasil (não produziam automóveis, apenas montavam) também se opuseram a isso, em um primeiro momento, o que obrigou JK a dar andamento ao seu projeto com as firmas européias: a Volkswagen, a DKW, a Simca Chambord e outras. A Volkswagen foi decisiva porque implantou uma grande instalação e começaram a circular os automóveis produzidos no Brasil, já em 1960. Isso foi um acontecimento de grande repercussão.

Na verdade, JK teve atritos com o capital e os interesse norte-americanos que não previam um pólo industrial no Brasil. Só aceitaram quando o fato estava consumado. Eles queriam que nosso país continuasse a ser exportador de matérias primas e ao mesmo tempo importador de suas manufaturas.

A Declaração de Março, na verdade, foi um reconhecimento do erro cometido em relação ao Getúlio que levou o PCB à impotência completa quando se deu a crise de agosto, em 1954.

**W. J. R. O senhor, no artigo Política**

**Exterior em Crise, na revista Estudos Sociais, faz duras críticas à Operação Pan-americana (OPA). No entanto, a Operação não significou um relativo avanço para a política externa de então, já que tentava barganhar um desenvolvimentismo associado frente aos Estados Unidos?**

**J. G.** A OPA não poderia ser um plano em termos marxistas de verdadeira independência. Na verdade, JK buscava dar um peso maior a América Latina, e em particular, ao Brasil. Dentro da política externa dos Estados Unidos, a América Latina não tinha peso. Com isso JK procurava dar relevo às reivindicações brasileiras e latino-americanas.

JK não fez uma mudança radical na política externa do Brasil. Na verdade, ele passou a dar um peso maior à Europa, já que estava interessado na indústria automobilística. Para tanto fez grandes concessões a tais indústrias. A Volkswagen, por exemplo, recebeu terrenos, créditos subsidiados, isenção de impostos e outras facilidades. Isso tudo foi feito por meio de entendimentos diplomáticos. A política externa de JK valorizou as relações com o continente europeu.

No que toca a Portugal, estava em vigor um dogma da política externa brasileira que só mudou com a Revolução dos Cravos, em 1975. Antes disso, o Brasil apoiava o colonialismo português. Quando a Índia ocupou Goa e Diu, enclaves portugueses na região, a comunidade portuguesa do Rio fez uma grande manifestação defronte do Palácio do Catete, com o apoio de JK.<sup>5</sup>

**W. J. R. Não se pode afirmar que, a partir de 1958, a política externa brasileira enveredou por um lado nacionalista?**

**J. G.** Sem dúvida. JK veio, em primeiro lugar, com o Plano de Metas. Para tanto se cercou de economistas que tinham

uma perspectiva desenvolvimentista. Os economistas reacionários, como Gudín, se opuseram a isso publicamente.

Também com JK teve atuação o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>6</sup> destinado a forjar uma ideologia desenvolvimentista e atuando na área de estudos econômicos, políticos, sociológicos e outros. Os comunistas se aproximaram do ISEB. Eu me relacionei pessoalmente com o Vieira Pinto, o Corbisier e outros. Já o Hélio Jaguaribe era tido como entreguista e sofreu críticas dos comunistas. Eu mesmo fiz um ciclo de quatro conferências no ISEB sobre o marxismo e a realidade brasileira, com grande concorrência.

**W. J. R. O ISEB tinha um alcance sobre a sociedade brasileira ou não era algo mais que um grupo de intelectuais?**

**J. G.** O ISEB tinha influência sobre a sociedade, pois realizava muitas conferências, influía na nomeação de ministros e dispunha de uma política editorial. Tanto que os golpistas de 1964, uma das primeiras coisas que fizeram, foi invadir, depredar e acabar com o ISEB.

**W. J. R. FHC, várias vezes, reivindicou o direito de comparar o seu governo ao de JK. Qual é sua avaliação, em termos comparativos, entre estes dois governos?**

**J. G.** São períodos muito diferentes, obviamente. FHC não tem como ser considerado, por uma historiografia futura, um novo JK. Juscelino colocava em primeiro lugar o desenvolvimento, não dando importância ao aspecto inflacionário. Tanto que gastou muito para fazer as obras de infra-estrutura e, de modo particular, a construção de Brasília. Por isso, a inflação disparou. No entanto, isso não o incomodava.

Já FHC, em outro contexto, age de maneira inversa. No futuro, o governo de FHC será lembrado, principalmente,

por duas coisas: a) por ter estabilizado a moeda e, b) por ter feito a privatização das estatais.

JK criou várias estatais e desestabilizou a moeda. Se para JK o prioritário foi o desenvolvimento, já para FHC o mais importante é a estabilidade. Por isso, ele se submete às exigências do FMI.

E a política externa de JK tinha uma inserção maior na política internacional que a de FHC.

**W. J. R. O fato de o governo de JK ser olhado com certa simpatia pela esquerda, hoje, se deve ao fato de FHC ter caminhado para a direita?**

**J. G.** JK ficou na memória popular brasileira como uma figura simpática. O período dele é lembrado como uma época em que o Brasil foi prá frente<sup>7</sup>, rompeu barreiras, criando grandes coisas como hidrelétricas e a indústria automobilística. Não havia desemprego, pelo contrário, grandes massas se deslocavam do Nordeste para trabalhar em São Paulo e para construir Brasília. Além disso, o surgimento de Brasília, com suas características monumentais, enchia de orgulho o povo brasileiro.

Por isso, o período de JK é olhado como um período de auto-estima, de amor próprio e de grande potencialidade do povo brasileiro. Deixou lembrança sua figura sorridente e afável.

Com certeza, JK e Getúlio serão os dois presidentes mais lembrados como os estadistas na história do país, no século XX.

#### NOTAS

1. Cabe lembrar que até 1958 chamava-se Partido Comunista do Brasil. A partir de então denominou-se Partido Comunista Brasileiro, embora a sigla permanecesse a mesma.

2. Refere-se a todo um movimento golpista - composto de militares, civis e do próprio presidente Café Filho -, destinado a inviabilizar, a qualquer custo, a chegada de JK à presidência da República. Tornara-se célebre a frase de Carlos Lacerda, pronunciada na televisão: "Juscelino não será candidato; se for candidato,

não será eleito; se for eleito, não tomará posse; se tomar posse, não governará".

Um dos motivos apresentados pelo partido da União Democrática Nacional (UDN) para impugnar a vitória de JK nas eleições de 1955, foi o da "ilegalidade" dos votos comunistas.

3. À época, o banco não tinha o S de social e o cargo era o de superintendente superior.

4. Halliday divide as políticas do pós-guerra em quatro fases, levando em conta as relações dos Estados Unidos com a União Soviética. São elas: fase 1: a primeira Guerra Fria, de 1946 a 1953; fase 2: o período de antagonismo oscilatório, de 1953 a 1969; fase 3: a distensão, de 1969 a 1979; e fase 4: a segunda Guerra Fria, de 1979 em diante [provavelmente até 1989]. HALLIDAY, Fred. Génesis de la Segunda Guerra Fria. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 23-26.

5. O apoio à política colonialista portuguesa deu-se principalmente em votações nas Nações Unidas. O Delegado indiano - R. Jaipal - depois de escutar a defesa do diplomata brasileiro Donatello Grieco proclamando a missão civilizadora de Portugal no além-mar, disse que "nunca ouvira uma exposição mais fiel ao ponto de vista português do que aquela que acabara de fazer o representante do Brasil". Diário de Lisboa, 31 de janeiro de 1957.

6. Criado em 14 de julho de 1955 pelo presidente Café Filho, foi extinto em 13 de abril de 1964 pelo então presidente interino Paschoal Ranieri Mazzili. Costuma-se dividir o ISEB em duas fases: uma de perfil moderado, também chamada de centro-esquerda durante os anos 50 e outra mais radicalizada, nos anos 60.

7. Se entre 1945/1956 o produto nacional bruto (PNB) cresceu 5,2% e a renda per capita 2,5% por ano, já no período 1957/1961 o PNB atingiu a cifra de 7% ao ano e a renda per capita, por sua vez, 3,8%. Já o crescimento da produção industrial (1955/1961) chegou a 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). Para a década de 1950 o crescimento per capita real do Brasil foi cerca de três vezes maior que o restante da América Latina. Veja-se BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O Governo Kubitschek. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 204.

Marina Barbosa Pinto \*

# Precarização do trabalho docente: a educação como espaço de acumulação do capital

Analisar as condições de exercício profissional dos docentes<sup>1</sup> é um tema denso, que impõe a identificação dos determinantes das profundas alterações que têm sido experimentadas por estes trabalhadores no cotidiano de seu fazer profissional.

Esta análise se sustenta num horizonte mais amplo composto por três elementos centrais: 1) o pensamento neoliberal na configuração do Estado; 2) a necessidade permanente do capital, no processo de acumulação, de ampliar seus mercados; 3) a suposta morte do Estado. Estes três elementos hierarquizam grandes orientações, a partir das quais perseguiremos mediações, a fim de traduzi-las para o trabalho na área da educação, em especial dos docentes.

Ainda que pareça lugar comum, avaliamos que é necessário uma breve recuperação histórica do ideário neoliberal, para solidificarmos a compreensão sobre seus pressupostos e sua aplicabilidade no campo da educação e também para que possamos construir as alternativas de sua superação por meio da construção de outro projeto político-societário.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que entendemos “neoliberalismo” como uma expressão da estratégia política do capitalismo para sair da sua crise e reconstruir suas margens de lucro. O neoliberalismo é, portanto, concebido



nos marcos da própria crise do sistema capitalista, como estratégia da burguesia internacional para seu enfrentamento e superação.

Na década de 40, do século passado, por meio de Frederich Hayek, o neoliberalismo aparece como uma perspectiva acadêmica, seguindo uma tendência marginal nos EUA e Europa, nas três décadas seguintes. Entretanto, é na década de 70 que o neoliberalismo encontra eco em governos de países do capitalismo avançado, como Margareth Thatcher e Helmut Kohl, na Europa, e Ronald Reagan, nos EUA. Isso se explica pelo aprofundamento da crise estrutural do modelo de acumulação de capital, iniciada no final dos anos 60. Diante desse quadro, os princípios programáticos desta doutrina são assimilados por setores políticos, que optam por um programa de reestruturação do processo de (re) produção do capital.

Na América Latina, este projeto desenvolveu-se pioneiramente no Chile, com o General Pinochet, constituindo-se no fenômeno que alguns autores classificam como “verdadeiro laboratório”, onde se desenvolveram receitas neoliberais que posteriormente foram aplicadas nos demais países latino-americanos.

Consideramos fundamental apresentar um segundo elemento para o debate: que a crise do capital e o conseqüente movimento da burguesia na busca por novos mercados não é um movimento novo. Marx, no Manifesto do Partido Comunista, afirmava este movimento da burguesia para desobstruir seus caminhos em busca de mercados sempre novos. O atual processo de mundialização financeira, elemento básico do neoliberalismo, realiza, portanto, um movimento de continuidades e rupturas com o movimento histórico do capital: continuidade concebida no sentido de que não estamos

---

*O atual processo de mundialização financeira, elemento básico do neoliberalismo, realiza, portanto, um movimento de continuidades e rupturas com o movimento histórico do capital.*

---

vivendo uma superação do capitalismo ou de suas leis mais gerais de acumulação e rupturas que se expressam em novos mecanismos que comandam e regulam a atual configuração do capitalismo monopolista, sob o comando do capital financeiro.

Não nos interessa aqui fazer uma análise detalhada da doutrina neoliberal, que vem se configurando como um projeto político hegemônico em escala planetária, sob a direção política norte-americana. Neste sentido, destacamos, em termos gerais, que esta doutrina parte: a) do redimensionamento do papel político e econômico de cada Estado Nação; b) da reestruturação das relações de produção e das alterações nas relações de trabalho e no processo de trabalho e c) da negação das instâncias de organização da classe trabalhadora.

Para elucidar este debate, consideramos importante problematizar um terceiro elemento presente no discurso sobre o fim do Estado Nação, a morte do Estado. A hierarquização planetária que se aprofunda com a mundialização do capital não retira de cada Estado Nação o papel de garantir reordenamentos jurídicos e a infra-estrutura necessária para dar sustentação ao projeto societário do capital. As alterações nas políticas macroeconômicas e nas políticas setoriais constituem uma política de Estado...a privatização é uma política de Estado!

Apreender criticamente como aqueles três elementos fundantes da análise estão presentes na política educacional brasileira na atualidade é funda-

mental para compreendermos a totalidade deste processo, procurando elucidar o debate sobre as condições do exercício profissional do docente. Para tal propomos que a mediação para este fim seja construída a partir de dois eixos que consideramos fundamentais e que atravessam e constituem a política educacional na atualidade:

- 1) a atividade educacional como trabalho;
- 2) a destruição da esfera pública como estratégia de expansão do capitalismo

### **1) A atividade educacional como trabalho**

Ao entendermos a atividade educacional como trabalho, entendemos os seus profissionais como trabalhadores, e estamos afirmando que desenvolvemos uma atividade humana à qual imprimimos finalidade, a projetamos idealmente e buscamos formas de concretizá-la no real vivido. É isso que nos confere a qualidade de humanos e nos possibilita o desenvolvimento da vida em sociedade. A capacidade de conceber e executar é o que perpetua nossa espécie. É necessário afirmar que a lógica geral do sistema capitalista imprime os contornos da materialidade

zação desta capacidade. Vendemos nossa força de trabalho e este é o primeiro limite. Ainda que esta relação, nas escolas públicas, não se pautem na produção de mais-valia e, portanto, se caracterize enquanto um trabalho improdutivo, não podemos esquecer que também neste trabalho se evidencia a liberdade e a castração enquanto componentes contraditórios do trabalho na sociedade capitalista.<sup>2</sup>

O desenvolvimento da humanidade organizou, de diferentes formas, as possibilidades de satisfação das necessidades para a sobrevivência. O capitalismo trouxe uma especificidade para este fim com a possibilidade de venda da força de trabalho, condição básica para o desenvolvimento deste sistema, através da separação do trabalhador dos meios de produção, do fim do trabalho compulsório e do estabelecimento de condições para esta venda.

A organização do sistema capitalista, ainda que pressuponha a satisfação de necessidades para a sobrevivência, o faz com critério de classe, em que o interesse maior, que subordina todos os outros, é a acumulação do capital pelo burguês.

Assim sendo, a organização do trabalho nas sociedades segue esta regra. E por mais distante que isso possa parecer estar de um docente, sua autonomia para manter a indissociabilidade entre execução e concepção é limitada, na medida em que se verifica, por exemplo, uma centralização nacional de currículos; uma educação voltada para os interesses do mercado; a desresponsabilização do Estado; o cerceamento da pesquisa; a conforma-

ção de elites do saber com os centros de excelência; alterações nas relações de trabalho, o que implica novas modalidades de contratação e novas metodologias de ensino.

Então, se é verdade que nosso trabalho se vincula à organização do sistema, destacamos um aspecto deste para desvelarmos as alterações nas relações de trabalho na área da educação. O capitalismo, como saída para sua crise de acumulação e, como parte de seu desenvolvimento, elaborou um modelo de organização da produção, com o objetivo de extrair maior produtividade do trabalhador e racionalizar a produção exercendo um maior controle.

Introduziu-se um princípio inovador que orientou o processo de trabalho por meio da divisão das especialidades em diferentes operações limitadas e sistemáticas, o que gera uma racionalização maior, com otimização do tempo de produção e possibilidade maior de controle, além da redução de custos. O objetivo era o aumento da produção com menor custo, e para tal se reordena a organização do trabalho. Há um parcelamento do trabalho que barateia a produção e o descaracteriza como atividade totalizante.

Agregado a esta organização produtiva, instituiu-se um modo de controle

desta por meio do gerenciamento, que separa efetivamente a concepção da execução. Os que elaboram não são os que executam e se desfaz, no cotidiano do trabalho, a mágica da concretização do produto idealizado. A produção pressuponha uma quantificação expressa na produtividade de cada um, cuja atuação se autonomiza em relação ao produto final de seu trabalho.

Não pretendemos transpor esta análise para o trabalho na área dos serviços, apenas retomaremos alguns elementos que nos parecem reeditar velhos conceitos e práticas sob novos signos. Da mesma forma, não estamos tratando de produção em série, de larga escala e com controle gerencial<sup>3</sup> ou da produção organizada sob a égide do toyotismo<sup>4</sup>. Tratamos de um setor que presta um tipo particular de serviço e, portanto, com configurações organizacionais e institucionais diferenciadas, que pode ser essencial à produção, pois é espaço de reprodução - via formação - da força de trabalho.<sup>5</sup>

Partindo destas diferenciações, buscamos o fio condutor que indica a totalidade do sistema capitalista, que se utiliza, por exemplo, de uma quantificação dos afazeres profissionais, estipulando uma metodologia de avaliação, atrelando-a a uma remuneração. Esta metodologia, no caso, fere a totalidade deste tipo de trabalho porque possibilita e estimula uma divisão por especialidades. Tal divisão das atividades viabiliza, por conseguinte, a divisão/especialização entre profissionais que as realizam.

Essa lógica estimula a competitividade e o individualismo, contrapondo-se a toda uma concepção na qual a produção e socialização de conhecimentos precisam, na contemporaneidade, ser construída em estruturas coletivas que congreguem os produtores e permitam o estabelecimento de diá-

*Os que elaboram não são os que executam e se desfaz, no cotidiano do trabalho, a mágica da concretização do produto idealizado.*

*O capital invade a educação, especialmente a educação superior, em busca de lucros cada vez maiores, tornando a educação superior um "meganegócio".*

logos entre as diversas áreas do conhecimento e instituições diversas. É essa lógica que atravessa a educação na atualidade, nos apresentando limites e possibilidades, desafios cotidianos para nossa atuação profissional.

Por que esta lógica na educação?

a) Porque este espaço se tornou um importante lugar para a expansão do capitalismo, para operar inversões na busca do lucro, através da produção de conhecimento e da formação de mão-de-obra especializada, a partir dos critérios do mercado (leia-se grande capital). Neste sentido, procura-se transformar o trabalho, nesta área, em trabalho produtivo, que transforma o simples dinheiro em capital, através da mais-valia. Tudo isso no contexto da Reforma do Estado proposta pelo Banco Mundial (BM) e assumida pelo atual governo. Uma reforma que afirma propor a retirada do Estado do setor produtivo, mas amplia a intervenção estatal na formulação de políticas - as educacionais são apenas um exemplo - que atendam à lógica do capital.

Estas alterações forjam o caminho para a transformação deste setor em local rentável para o capital e, por isso, se utiliza dos princípios assumidos pelo sistema capitalista, no início de sua consolidação enquanto sistema monopólico, mesmo que isso signifique, aparentemente, um atraso diante das novas formas de organização da produção. Na verdade, o que se processa é uma adequação do setor à lógica produtiva do sistema.

Se voltarmos às análises já clássicas

sobre a organização do trabalho, podemos dizer que, com isso, separa-se o produto final de sua idealização, subdivide-se a especialidade do trabalho nesta área e barateiam-se os custos, já que, além de tudo, é possível contratar a força de trabalho por diferentes formas. Se quisermos utilizar argumentos mais recentes, podemos dizer que tudo isso assegura uma otimização do trabalho, por acirrar a competição interna, estimulando os profissionais e produzindo mais qualidade, além de flexibilizar a prestação do serviço educação.

b) abre as possibilidades para que o capital se movimente em busca da exploração lucrativa de novas áreas e serviços. O capital invade a educação, especialmente a educação superior, em busca de lucros cada vez maiores,



tornando a educação superior um "meganegócio"<sup>6</sup>.

Neste cenário, apresentam-se as profundas alterações nas condições de trabalho docente, no qual podemos destacar alguns indicadores em diferentes campos. No campo da expansão do mercado, expressão da lógica da educação como mercadoria: ampliação das matrículas no nível superior e relação alunos/docente. No campo da organização do trabalho docente: GED/GID e produtividade; prestadores de serviços e professores substitutos e titulação dos docentes. E no campo do papel da universidade na sociedade: a redução da produção do conhecimento à importação de modelos tecnológicos e sua adaptação às exigências internas, reduzindo a educação ao processo de transmissão de conhecimentos a serviço das demandas do mercado e à formação de um tipo de trabalhador exigido pela nova ordem.

## **2) A destruição da esfera pública como estratégica de expansão do capitalismo**

A destruição da esfera pública é prioridade do projeto político neoliberal. O neoliberalismo, ao atacar a esfera pública, o faz a partir de duas dimensões organicamente vinculadas:

a) entendendo-a como espaço de materialização de conquistas e direitos sociais, efetivando uma crítica direta ao chamado Estado de Bem-Estar Social e para além deste, tem ainda como interlocutor indireto o projeto socialista;

b) objetiva reintegrar, no campo de investimento lucrativo, as políticas sociais públicas, especialmente a educação, transformando-a em um grande "negócio" para o capital em crise.

Na perspectiva neoliberal, o caráter limitado e ineficiente do Estado, sua vocação planificadora, seu burocratis-

mo, são os elementos que explicam a impossibilidade de um caráter democrático e de eficiência produtiva, tão propalados na pós-modernidade, como características das práticas pedagógicas das instituições de ensino.

Mas o Estado não morreu! A privatização é uma política de Estado!

Para este discurso, a intervenção estatal na questão social é historicamente marcada pela ineficiência e improdutividade. Neste cenário, o mercado aparece como a fonte da competência e da qualidade. Ao afirmar isto, o projeto neoliberal questiona a própria noção de direito constituída ao longo de embate de classes na configuração social capitalista, onde a noção de direito se apresenta como conquista, ainda que limitada, da classe trabalhadora. Este debate nos remete à discussão da perspectiva e concretização da democracia nesta sociedade. Para o neoliberalismo, a democracia é tão somente um sistema político que permite aos indivíduos “desenvolver” sua capacidade de livre eleição no mercado, visto ser este a única esfera que garante e potencializa a capacidade individual.

Neste mesmo sentido e direção política, se expressa a concepção de cidadania, na qual se explicita uma crítica à concepção universal e universalizante que gera, na óptica neoliberal, promessas e ações caracterizadas pela improdutividade e incompetência. A ideologia que prevalece é de que os direitos sociais são a falsa promessa de condição de cidadania, que nos coloca em iguais condições de lutar e exigir, o que só poderia ser outorgado a quem, por esforço individual, fizer por merecer.

Neste cenário, o direito é reduzido à propriedade. O cidadão é consumidor, privado, responsável e dinâmico. Para assegurar esta nova concepção, a lógica neoliberal busca alterar o papel



do Estado, enquanto executor e financiador das políticas sociais (concebidas como direitos universais) e também trava uma batalha contra a ação dos sindicatos (como protagonistas de lutas por ampliação de conquistas sociais). Desta forma, as instâncias de materialização de interesses gerais e coletivos são diretamente atacadas e há a privatização da vida social, privatizando-se o êxito e o fracasso, creditando aos indivíduos a responsabilidade por aproveitarem ou não as oportunidades que estão no mercado.

A educação, concebida como direito, é reduzida à condição de mercadoria a ser acessada pelos que “podem”, no mercado.

No Brasil, os últimos quatro manda-

tos presidenciais são protagonistas da criação de condições de inserção do país no processo de mundialização do capital, na ordem que se estabeleceu como resposta às necessidades de acumulação da burguesia internacional. Esta inserção exige que o sistema educacional se adeque à sua conformação, formando um novo trabalhador, subordinando os interesses da educação aos do mercado. O governo FHC lidera este protagonismo, usurpando, perversamente, bandeiras históricas dos trabalhadores desta área. Ao usurpá-las, as utiliza para a consecução de seus objetivos e gera confusão entre os trabalhadores e os usuários da educação pública. Aqui podemos afirmar que o governo habilmente se utilizou de mecanismos coercitivos e de construção de consenso, pon-do a educação na condição de “base para o uso eficiente de novas tecnologias e para adoção de novas formas de organização do trabalho”<sup>7</sup> e como “investimento estratégico para garantir o desenvolvimento econômico e a plena cidadania”<sup>8</sup>.

Alteram-se a estrutura normativa, o conteúdo curricular e o sistema de gestão escolar e universitário, a fim de

---

*A ideologia que prevalece é de que os direitos sociais são a falsa promessa de condição de cidadania, que nos coloca em iguais condições de lutar e exigir, o que só poderia ser outorgado a quem, por esforço individual, fizer por merecer.*

---

fazer a educação cumprir os objetivos desenhados por aquele projeto: aumentar o patamar mínimo de escolarização com domínio de conteúdos mínimos de natureza científica-tecnológica e desenvolvimento de maior produtividade no uso do maquinário, para aqueles que serão demandados a realizar o trabalho simples e o desenvolvimento da capacidade de adaptar produtivamente à ciência comprada dos países desenvolvidos, para aqueles que serão demandados a realizar o trabalho complexo. Evidentemente, a isso se soma a incorporação da lógica neoliberal de organização societal como única estratégia possível, organizando uma nova cultura empresarial e governamental<sup>9</sup>.

Cabe ressaltar que, para além de requalificar a força de trabalho, as alterações na educação brasileira, com novas políticas, estão a serviço de controlar a pressão social em função do aumento do desemprego e da desigualdade social, apostando todas as fichas na ideologia do sucesso individual, do qual o acesso à escola já é componente.

Ao final do segundo mandato de governo FHC, podemos afirmar que a educação foi uma das prioridades do governo federal, visto que houve um investimento de seus quadros em esforços administrativos para reformular as diretrizes para o ensino e adequar a educação às exigências do mercado no mundo globalizado.

Tudo isso ganha nexos quando nos reportamos ao projeto que orienta mundialmente a forma de acumulação de capital da burguesia, o neoliberalismo. O projeto para o ensino superior hoje segue as regras do BM, que opera a organização das economias nacionais a favor da superação da crise de acumulação mundial e, para tal, o adiestramento e formação da mão-de-obra são pontos de extrema relevân-

---

*As alterações na educação brasileira, com novas políticas, estão a serviço de controlar a pressão social em função do aumento do desemprego e da desigualdade social, apostando todas as fichas na ideologia do sucesso individual.*

---

cia.<sup>10</sup> Sua apresentação se dá em base à retórica da modernização, que possibilitará ao país a qualificação necessária para disputar seu espaço no comércio internacional e não se paralisar frente à roda da história que não deixa de se mover.

A materialidade deste projeto calca-se na proposta de Reforma do Estado<sup>11</sup> que tem como eixo o envolvimento direto do Estado apenas em atividades que se vinculam à arrecadação, controle do mercado e segurança; a concepção de não exclusividade do Estado em setores como saúde, educação e pesquisa científica, o que significa que a execução destes serviços deverá ser assumida por entidades denominadas “públicas não-estatais”; terceirização de atividades de apoio da administração e a descentralização, por meio de “parcerias” com a sociedade civil, concebida como somatório de indivíduos e empresas.

Do nosso ponto de vista, da lógica dos trabalhadores, revelam-se agora as alterações do mundo do trabalho<sup>12</sup>, no interior do campo da educação e a descaracterização do trabalho que lhe é peculiar. Incluindo a implantação das condições para uma avaliação que não

considera objetivos, papel social da educação, condições de trabalho, mas somente objetivos e tarefas pré-definidas e estabelecidos por quem não as executa, que somam pontos no ranqueamento de produtividade estabelecidos e controlados pelos organismos internacionais a serviço da acumulação do capital.

Apesar de toda a negação dos projetos e possibilidades de transformação, hoje disseminada com o pensamento pós-moderno, reafirmamos que a luta de classes se processa permanentemente para aqueles que vivem do próprio trabalho. Ter clara as estratégias é traçar o caminho da vitória, e o centro de nossa estratégia é defender a educação como locus de produção de uma formação crítica e integradora que possibilite ao indivíduo estabelecer seus vínculos com a sua realidade de trabalhador brasileiro, produzindo, desenvolvendo e socializando conhecimento a favor da satisfação das demandas sociais, com financiamento público, gestão autônoma e democrática, gratuidade, condições de trabalho dignas e igualitárias para todos os seus profissionais.

A defesa desta estratégia pressupõe superar o pragmatismo que aponta as políticas que vêm sendo implementadas pelos governos como única opção para a crise e entender que esta é a saída para a classe dominante, a burguesia. Para os trabalhadores, a saída é a resistência cotidiana e permanente de seus princípios e direitos.

Diante deste quadro, duas alternati-

vas se apresentam de forma combinada e indissociável: a luta pela defesa do projeto de educação que construímos coletivamente no movimento e a luta intransigente pela organização de um novo modo de produção. São dois caminhos que se entrecruzam: um, a defesa das conquistas e direitos da classe nos árduos anos de luta. Uma luta para garantir a sobrevivência e a dignidade dos trabalhadores e assegurar sua presença no cenário político, o que passa pela organização sindical o enfrentamento direto e permanente contra os inimigos de classe e aqueles que servem à sua política. Outro, que no desenvolvimento destas lutas cotidianas vai se fortalecendo e criando corpo o projeto estratégico de construção de uma nova ordem mundial onde o trabalho referencie-se na criatividade humana para a satisfação de suas necessidades e assegure a todos a liberdade de viver com dignidade, sob a égide da democracia da classe trabalhadora. O projeto de educação que defendemos compartilha este referencial estratégico e depende daquela luta.

Este é um terreno árido e tortuoso, mas a possibilidade de trilhá-lo está na organização coletiva de todos os que vivem do seu próprio trabalho.

## NOTAS

1. Ainda que a análise aqui apresentada forneça elementos para desvelar o trabalho na área de educação, abrangendo os trabalhadores deste setor, vamos destacar o trabalho docente.

2. Para um aprofundamento desta discussão consultar K. Marx, Capítulo VI inédito de O Capital, São Paulo, Moraes, 1985.

3. Aqui nos referimos ao período do fordismo/taylorismo que se caracteriza por estes elementos. Deste, destacamos que o sistema taylorista de organização do processo de trabalho objetivava assegurar aos capitalistas meios de se apropriar efetivamente do conhecimento dos operários e com isso obter um maior controle sobre a produtividade de cada

trabalhador. "A organização social do trabalho, já agora dotada de um álibi e de uma função técnica, divide-se e subdivide-se como os incontáveis fios de uma teia de aranha gigantesca em que cada gesto fica cercado por estreitos limites e toda possibilidade de iniciativa e autonomia operária se torna reduzida.(...)O crescimento da produtividade (da mais-valia cotidiana extorquida) tornará possível o financiamento dessas coortes de vigilância e os capitalistas ainda terão larga margem de lucro, cujo valor será pago pelos operários, com base numa intensidade de trabalho elevada ao extremo limite do possível. "Não é só o trabalho que é dividido, subdividido e repartido entre diversos indivíduos; o indivíduo, ele próprio, é dilacerado, metamorfoseado em mola automática de uma operação exclusiva, de modo que se torna realidade a absurda fábula de Menenius Agrippa, representando um homem como fragmento de seu próprio corpo." Robert Linhart, Lenin, os camponeses, Taylor, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.p.81-82. Classificando e codificando conhecimentos e atividades, Taylor apresenta uma organização científica do trabalho que melhor encarna o processo de produção capitalista e torna realidade o que Marx já havia sinalizado como tendência do modo de produção capitalista.

4. Compreende-se por toyotismo um tipo de organização da produção que inclui tecnologia, a escala de produção, a flexibilidade dos postos, as qualificações de mão-de-obra, as estratégias de mercado, a internacionalização e a diferenciação dos produtos. Há um debate em torno da inovação do modelo japonês de produção. O que se verifica em alguns estudos é que o centro da organização taylorista da produção - divisão entre concepção e execução e definição de meios para se obter maior produtividade/lucratividade - se mantém. Apesar de novos elementos como ciclos de qualidade, polivalência do trabalhador, também seria arriscado afirmar que este é o modelo que nega na totalidade o modelo taylorista. Este debate é desenvolvido em S. Wood, "O modelo japonês em debate: pós-

fordismo ou japonização do fordismo", In Revista Brasileira de Ciências Sociais, 17, 1991, pp. 28-43.

5. Concordamos com Iamamoto, (M. V. Iamamoto, O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional, São Paulo, Cortez, 1998,p.68) quando afirma que "Os trabalhos que são desfrutados como serviços são aqueles que não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores que os executam e, portanto não tem existência independente deles como mercadorias autônomas". O "Capítulo Inédito" de O Capital, de Marx clarifica esta discussão. Vale salientar que o capitalismo na atualidade tende a industrializar os serviços, ou seja, realizá-los dentro de sua lógica de valorização, através da privatização. Processo que exclui da intervenção e responsabilidade estatais a execução de serviços com saúde, seguridade social e educação.

6. A este respeito, ver reportagem da revista Exame03/04/02: "O meganegócio da educação - a educação já movimentou 90 bilhões de reais por ano no Brasil e deve se transformar numa das maiores fronteiras de oportunidades das próximas décadas".

7. Gov. Fernando Henrique Cardoso - *Política industrial, tecnológica e de comércio exterior - Reestruturação e expansão competitivas do sistema industrial brasileiro*. 1995-1999. 1995, p.19.

8. Governo Federal. Ministério da Educação e do Desporto - *Planejamento político e estratégico*. 1995-1999, 1995,p.2.

9. Esta discussão está aprofundada em: Neves. L. M. W. "Educação: um caminho para o mesmo lugar", in *O desmonte da nação - um balanço do governo FHC*, Ivo Lesbaupin (org.), RJ, Vozes, 1999.

10. Sobre este tema, ver Roberto Leher: "Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo", in Outubro, 3, 1999, pp. 19-30.

11. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, A reforma do Estado no Brasil. Brasília, 1998

12. Cf., dentre outros, Ricardo Antunes, "Para onde vai o mundo do trabalho", in A. M. C. Araújo (org.), Trabalho, cultura e cidadania. São Paulo. Scritta, 1997.

**Marina Barbosa Pinto** é Prof<sup>a</sup> Assistente da Escola de Serviço Social da UFF.

Cleusa Santos \*

# A Seguridade Social e a esfera dos serviços<sup>1</sup>



O debate político-econômico contemporâneo tem recorrido, com frequência, à necessidade de buscar alternativas que visem tanto à deslegitimação do poder econômico mundial, quanto ao controle democrático das instituições dos mercados financeiros. Sem dúvida, esse debate põe a necessidade de se considerar a complexidade da organização estrutural do capitalismo contemporâneo e de se reconhecer os vínculos entre os sistemas

institucional-organizativos do trabalho e do capital e as mudanças operadas no processo de trabalho.

O esgotamento do Estado Bem-Estar, baseado num compromisso de classes, revela que a lógica do capital monopolista implica necessariamente o desmantelamento das instituições sociais, sejam daquelas voltadas para o atendimento de requisições sócio-políticas dos trabalhadores, sejam daquelas outras orientadas para o controle do capital.

Portanto, para fazer face à crise do modelo fordista de produção, a mundialização do capital propôs uma alternativa ao Estado de Bem-Estar (o Estado mínimo), gerando o enfraquecimento dos elementos constitutivos de sua dimensão política: o associativismo sindical e o partido político.

A melhoria das condições de assalariamento, em finais do século XIX, requisitou esforços da classe trabalhadora e ampliou sua participação nos resultados do produto do trabalho,

através da construção de um sistema de seguro social baseado na solidariedade e no princípio da dependência recíproca.

A alternativa social-democrata, com a criação do Estado de Bem-Estar, foi um pacto entre capital e trabalho, através do qual os trabalhadores abririam mão da revolução e a burguesia de parte dos seus lucros. Esse pacto permitiu a universalização de uma concepção de seguridade assentada no princípio fundamental de assegurar os direitos sociais, proteger os trabalhadores assalariados contra todas as possíveis perdas de seu salário. Através do jogo democrático, o Estado não apenas se legitimou, mas institucionalizou as demandas da classe trabalhadora através de reformas.

A ruptura com o pacto social construído pelos trabalhadores e empresariado, causada pela incompatibilidade entre o modelo monopolista do capitalismo e as requisições do Estado de Bem-Estar, demonstra a impossibilidade de integração entre liberalismo e democracia, mais precisamente, evidencia o choque entre as exigências anti-democráticas da ordem do capital e as requisições democráticas radicais do trabalho. Os fracassos, tanto do modelo "nacionalista terceiro-mundista" quanto do socialismo real após as duas guerras mundiais, fizeram com que parcelas significativas das chamadas forças progressistas passassem a aderir paulatinamente aos princípios ideo-políticos da doutrina liberal clássica. Em resposta à crise da ordem burguesa, retomou-se o ideário liberal, agora cognominado neoliberalismo, atacando-se frontalmente o Estado de Bem-Estar, desmontando-se as políticas sociais outrora apresentadas como resolução à questão social atribuindo-se aos indivíduos e ao mercado a resolução de suas seqüelas.

Argumentarei aqui que o processo

das inflexões produzidas pelo desenvolvimento das forças produtivas vem impondo mudanças de função do comércio na esfera das políticas públicas para a implantação de reformas econômicas que possam garantir a abertura comercial. Mostrarei que, uma vez industrializada a esfera da circulação, a concentração e centralização do capital expandem suas fronteiras do privado ao público e transformam os serviços sociais em fontes de lucros, como, por exemplo, a compra e venda de serviços de saúde, de seguros sociais, de educação. Isto exige formulações de estratégias dos diferentes movimentos sindicais e populares no contexto da internacionalização dos serviços de seguridade social, sem prescindir da ação dos Estados nacionais.

Do ponto de vista da produção, as alterações ocorridas no mundo do trabalho e também, na relação Estado e sociedade, a partir da década de 1970, revelam as mudanças estruturais do sistema capitalista que fundaram os supostos necessários para o que se convencionou chamar de "acumulação flexível", onde se inclui a precarização das relações de trabalho, componentes de acumulação<sup>1</sup>. Efetivamente, tais inflexões alteraram significativamente a relação entre capital e trabalho que, a partir da década de 80, sofreram profundas transformações, resultantes da revolução informacional: a automação, a robótica e a microeletrônica que introduziram modificações substantivas no cotidiano do trabalho.

O desenvolvimento das forças pro-

duativas gerou profundas modificações no conjunto das atividades econômicas, ampliando as funções intermediárias, ou seja, aquelas funções que se situam entre a produção e o consumo final. Tais funções põem em evidência que "quanto mais generalizada a produção de mercadorias e quanto mais adiantada a divisão do trabalho, tanto mais essas funções intermediárias precisam ser sistematizadas e racionalizadas, a fim de assegurar produção e venda contínuas. Portanto, a tendência à redução do tempo de giro do capital, inerente ao modo de produção capitalista, só pode tornar-se realidade se o capital (comercial e financeiro) se apossar cada vez mais dessas funções intermediárias" (Mandel, 1982 :269-270).

O efeito mais visível deste processo é a subordinação tanto do capital de serviços quanto do capital industrial, aos imperativos do capital financeiro, conforme as particularidades nacionais. Conforme discorre Costa (1998: 272), "o capital monopolista não se opõe (...) de forma alguma à penetração de capital no chamado setor de serviços, mesmo que isso incontestavelmente reduza a taxa média de lucros, porque uma massa maior de

---

*O contexto oferecido pela economia de mercado capitalista tem se mostrado devastador para a classe trabalhadora que tem testemunhado a apropriação privada do trabalho social.*

---

mais-valia deve somar-se à massa de capital social investido, que aumentou ainda mais do que a quantidade de mais-valia”.

Sob o impacto destas transformações é notável que os serviços sociais realizados na esfera da circulação, portanto, da reprodução do capital, torne mais visível a lógica do capitalismo que “consiste em converter, necessariamente, o capital ocioso em capital de serviços e ao mesmo tempo, substituir serviços por capital produtivo ou, em outras palavras, substituir serviços por mercadorias” (Mandel, 1982:285). É nas estruturas de produção e reprodução (esfera econômica) que esses serviços se transformam em capital produtivo, ou seja, quando reproduz o trabalhador na condição de assalariado para continuar consumindo o necessário para sua subsistência e gerando riqueza. Isto significa que não é mais possível pensar que o processo de acumulação e valorização do capital - no âmbito dos serviços - se restrinja à “relação privada entre aquele que vende sua força de trabalho com qualificações específicas e aquele que gasta rendimentos privados” (Mandel, 1982:270).

Contudo, se os avanços tecnológicos propiciaram o crescimento da produtividade, diminuição de custos e aumento do consumo - modificando as formas de inserção na estrutura produtiva, as formas de representação sindical e política, fazendo emergir um conjunto de necessidades qualitativamente novas - o contexto oferecido pela economia de mercado capitalista tem se mostrado devastador para a classe trabalhadora que tem testemunhado a apropriação privada do trabalho social. Isto evidencia o fato de que a produtividade do trabalho aumenta por força do incremento tecnológico, tendo como consequência a redução do trabalho vivo, cujo resultado é o exército

industrial de reserva. Na “quintessência objetivada das antinomias inerentes ao modo de produção capitalista”, reside o caráter duplo da automação que “por um lado, representa o desenvolvimento aperfeiçoado das forças materiais de produção que poderiam, em si mesmas, libertar a humanidade da obrigação de realizar um trabalho mecânico, repetitivo, enfadonho e alienante. Mas por outro, representa uma nova ameaça para o emprego e o rendimento, uma nova intensificação da ansiedade, a insegurança, o retorno crônico do desemprego em massa, as perdas periódicas no consumo e na renda, o empobrecimento moral e intelectual” (Mandel, 1982:152).

A queda no volume total de trabalho, gerada pelo desenvolvimento exponencial da informática desde o início da década de 70, poderia ter representado uma diminuição na jornada de trabalho, com a manutenção do nível de emprego. Isso só não ocorreu porque a classe trabalhadora, em escala mundial, não teve a capacidade, desta vez, de se contrapor a essa avassaladora investida do capital. Esse enfraquecimento da capacidade de organização dos trabalhadores tem ensejado, num primeiro momento, um afrouxamento na aplicação das leis trabalhistas, para depois trazer perdas de



direitos alcançados através do processo de organização e luta. A médio prazo, essa correlação de forças, cada vez mais potente do lado do capital, traz uma diminuição nos gastos públicos em áreas como previdência, habitação, saúde, educação. Entre os mecanismos causais do sistema capitalista está a criação de valor que se opera na extração da mais-valia relativa<sup>2</sup> no mundo do trabalho hoje. Marx demonstrou que a mais-valia relativa só é possível através dos recursos técnico-científicos que aperfeiçoam o instrumental de trabalho e reorganizam as relações de produção dentro da empresa. É com esse aperfeiçoamento técnico-científico, apoiado hoje, principalmente, na informática, que se acelera a reprodução do capital constante, ou seja, reduz-se o tempo socialmente necessário para a reprodução do capital investido. Exemplos disso estão no valor agregado nos bens de capital e nos bens de consumo duráveis, na aceleração do desenvolvimento tecnológico e na crescente exclusão do trabalho de baixa qualificação do processo de produção.

A nova configuração do desenvolvimento das forças produtivas atingiu também a seguridade social, seja pela privatização, seja pela internacionalização dos serviços. Isto só foi possível pela criação de mecanismos de controle que atingem diretamente os direitos sociais que englobam os serviços públicos. É sabido que, hoje, a seguridade social, assim como as demais políticas sociais, se objetivam em um conjunto de programas e projetos que põem em relevo a lógica da acumulação que se manifesta na mercantilização dos serviços sociais, da educação, da saúde, da previdência etc. A privatização desses serviços exclui aqueles que não podem pagar e põe em questão o caráter coletivo desses serviços.

Como se sabe, é no processo de

complexificação do capital monopolista que as políticas sociais assumem uma função específica: embutir a lógica do capital de forma consensual nesse contingente populacional proletarizado e escamotear as contradições inerentes ao processo produtivo, na medida em que “uma das causas estruturais mais importantes da intervenção do Estado consiste em assumir os custos provocados pela desvalorização social do capital” (Castells, 1979: 91). Ao assumir estes custos, o Estado utiliza-se das políticas sociais que passam a funcionar como uma contrarrestante da queda tendencial da taxa de lucro. Por isso, “os sistemas de previdência social (aposentadoria e pensões) (...) são instrumentos para contrarrestar a tendência ao subconsumo, para oferecer ao Estado massas de recursos que de outra forma estariam pulverizadas (os fundos que o Estado administra e investe) e para redistribuir pelo conjunto da sociedade os custos da exploração capitalista-monopolista da vida ‘útil’ dos trabalhadores, desonerando os seus únicos beneficiados, os monopolistas. Sob essa ótica, o Estado assume os investimentos que não geram lucro para o capital ou que superam o nível do gasto disponível aos capitalistas” (Netto:1992:27).

Do mesmo modo, o Estado cria formas para tornar rentáveis os investimentos em políticas sociais, como é o caso da saúde e da previdência e assistência social, repassando para a população esses investimentos ou acordando formas de atendimento pelo setor privado. Desta intervenção na economia, resulta a legitimação da produção, reprodução e valorização de parcela do capital que não pode mais ser reproduzido no âmbito capitalista mas, sobretudo, nas funções que o Estado exerce para absorver o excedente e criar uma procura efetiva ao transferir “capacidade aquisitiva às pessoas e fir-

mas comerciais, tanto quanto pelas compras diretas de bens e serviços” (Sweezy e Baran, 1978:149).

No regime capitalista, os serviços constitutivos da seguridade social sempre foram financiados “mais do que uma tributação imposta à burguesia, por impostos pagos pelos mesmos trabalhadores” (Mandel, 1973). O argumento apresentado por Mandel mostra que, na reconfiguração da seguridade social, evidencia-se a finalidade dos serviços sociais - uma mediação fundamental da ideologia, como o mercado o é para a economia - que estão historicamente vinculados à política econômica e à política social do Estado. As políticas econômicas e sociais constituem uma unidade que, a despeito de suas especificidades, demonstra a natureza da questão social.

Nos anos 70, o início do processo de dismantelamento do Estado de Bem-Estar ocorre com a generalizada privatização de empresas estatais, mercantilização das políticas públicas, e, de maneira especial, da previdência, da saúde e da assistência, o que se constitui em um refluxo das reformas sociais que avançavam em direção a consolidação da cidadania. É evidente que esse processo, conforme afirmamos de início, é a consequência lógica do fortalecimento ídeo-político do liberalismo econômico globalizado cujas consequências sociais são, na ótica conservadora, questões objetivas e não ideológicas, compatíveis, portanto, com ações que levariam à inclusão

dos excluídos. Isto, além de ter criado novas dimensões de alienação econômica e de sociabilidade, tem rebatido na exacerbação do individualismo.

Sabe-se que, no interior do radical processo de transformações político-econômicas, está a afirmação dos preceitos do Consenso de Washington<sup>3</sup>. Tais preceitos envolvem reformas administrativas, previdenciárias e fiscais, assim como um drástico corte nos gastos públicos. É precisamente nas consequências das reformas políticas e estruturais, conduzidas pelos governos brasileiros na década de 1990, que se altera a forma do conteúdo político-econômico da seguridade social expresso na retórica da “governabilidade”, um discurso conservador. Aparece nos primeiros estudos efetuados por Bresser Pereira em “A Reforma do Estado nos anos 90: Lógica e Mecanismo de Controle”.

A primeira consequência, portanto, pode ser localizada nos objetivos de Bresser: “delimitar a área de atuação do Estado, desregulação, aumento da governança e conquista da governabilidade”, base da aliança conservadora que elegeu FHC, em 1994. Esta aliança resultou “na precarização do trabalho, na quebra do movimento sindical. Este é o sentido das medidas já adotadas pelo atual governo: trabalho temporário, trabalho parcial, demissão voluntária, banco de horas, denúncia da Convenção de 158 da OIT, redução do FGTS, implantação das comissões de conciliação prévia, fixação do salário mínimo em valores irrisórios, drástica redução dos direitos previdenciários, com a instituição do tempo de contribuição e do fator previdenciário, entre outras medidas que reduziram os direitos do trabalho, impuseram limitações ao direito de greve e à livre organização sindical” (Miranda, 2000: 22).

A segunda consequência está na proposta para qualificação profissional

dos programas sociais de combate à pobreza. Para a pesquisadora Amaral, essa nova diretriz aponta para o fato de que “as entidades sindicais são um dos alvos principais das propostas de intervenção do Estado na área social. Convocados a participar de um projeto tradicionalmente reivindicado pelos trabalhadores e agora transformados em objeto de ‘política social’, os sindicatos desenvolvem programas de qualificação que se submetem a critérios, acesso a recursos e condições definidas pelo estado. Atualmente diferentes centrais sindicais estão comprometidas na formulação/execução desses programas de qualificação, através de captação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (recursos públicos, dos trabalhadores)” (Amaral: 2000).

A reforma da previdência tem merecido - por parte de diversas categorias profissionais<sup>4</sup> - estudos aprofundados sobre as conseqüências dessas mudanças para os trabalhadores dos setores públicos e privados<sup>5</sup>. Incluem-se aí os argumentos sobre o déficit ou superávit da previdência, as formas de capitalização e a criação de fundos de pensão, que exigem reflexões sobre as formas de financiamento e o orçamento da União. A consolidação dessa política econômica depende da efetivação de estratégias internacionais que têm sido elaboradas pela ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e OMC para impedirem qualquer controle dos governos nacionais sobre o fluxo de capitais internacionais, liberalização que envolve a indústria, a agricultura, os serviços.

Entre as formas de controle do capital e reforma do Estado, situam-se instituições globais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio. A OMC<sup>6</sup>, criada oficialmente em primeiro de janeiro de 1995, em substituição ao GATT (Acordo Geral



---

*No Brasil, a política neoliberal de assalto aos direitos sociais tem, na universidade pública, um dos seus principais alvos adotando, como orientação básica, o documento elaborado pelos técnicos do Banco Mundial.*

---

sobre Tarifas e Comércio), organismo regulador do comércio internacional, conta atualmente com a participação de 144 países-membros. Ela propõe um projeto de globalização em favor das transnacionais, sem abrir mão do controle econômico dos serviços que é empreendido por meio do “confisco, pelas transnacionais, dos novos setores e a transformação programada dos serviços públicos em mercadoria entre os quais destacam-se os setores da saúde, educação, meio-ambiente e cultura” (George, S, 2000). Ainda mais intervencionista foi a proposta derrotada em 1999, que implementaria o Acordo Multilateral de Investimentos, que englobava os 32 países mais ricos e que proibia a adoção, pelos signatá-

rios, de normas que incidissem diretamente sobre os direitos sociais, as leis trabalhistas ou qualquer área que prejudicasse os interesses das transnacionais.

A implementação das diretrizes da OMC implica, necessariamente, uma reforma institucional para ajustar as economias nacionais aos interesses do capital e das frações de classes a ele vinculadas. No Brasil, a política neoliberal de assalto aos direitos sociais tem, na universidade pública, um dos seus principais alvos adotando, como orientação básica, o documento elaborado pelos técnicos do Banco Mundial. Merece menção o avanço do capital privado sobre a educação: facilitou-se bastante a abertura indiscriminada de instituições privadas, que têm como objetivo primordial o lucro, o que paulatinamente tem tirado do Estado a obrigação com a universalização do ensino, que deve ser público, gratuito, democrático e socialmente referenciado.

Os impactos da reforma neoliberal podem ser visualizados no aumento vertiginoso da miséria social, expressa na mendicância, na marginalidade, na prostituição infantil, nos alarmantes níveis de violência, apontando para o que Boaventura (1997) denominou de fascismo social. Essa tendência à barbárie da vida social não é resultante do acaso, mas da direção social e da vontade política dos homens. O neoliberalismo e a globalização resultaram “da decisão política e econômica dos estados mais poderosos e soberanos e dos seus agentes econômicos privados, e só avançou na medida em que se encontrou com a adesão entusiástica das elites políticas e econômicas locais, que sempre lucraram, economicamente, com a condição de anexo geoeconômico e geopolítico do mundo anglo-saxão (Fiori in: Correio Brasiliense, 13/08/2000)”

O resultado disso é que o Estado vem se desresponsabilizando pelas políticas públicas, sem porém abdicar de seu controle. A perspectiva neoliberal aponta para o discurso da cidadania, pautada na ideologia da parceria (ONGs, “responsabilidade social” das empresas), do consumo e da competitividade. Observa-se que é, em torno desses três eixos ídeo-políticos, que o governo busca implementar - através da lógica privatista - os ditames do Consenso de Washington e atender às novas requisições do processo produtivo. Com efeito, para resolver o problema do desemprego “a sociedade civil é apresentada como parceira privilegiada do Estado, na busca da qualificação em massa: todos são co-responsáveis pela construção da propalada cidadania. Seu nome atual é Terceiro Setor. Trata-se de uma estratégia neoliberal de identificação dos interesses dos trabalhadores, do governo e dos empresários” (Amaral, 2000:4).

Tendo em vista o quadro atual da política-econômica que corrompe ainda mais o tecido social, não só do Brasil, mas de todos os países periféricos, urge que os setores organizados dos trabalhadores adotem um posicionamento de combate ídeo-político que exige de suas organizações representativas, neste período tão adverso para aqueles que sobrevivem de sua própria força de trabalho, a recusa de se constituírem em meras instâncias de reificação do capital e se proponham a construir alternativas capazes de incorporar e transcender os limites institucionais da democracia burguesa. Consideramos correta a formulação weberiana de que “o Estado não é um bloco monolítico, sem fissuras, que as massas afrontariam de fora por meio de vários confrontos e que deveriam destruir em bloco ao fim de uma luta aberta, insurrecional” (1980); ele é sim, conforme estabele-

ceu Poulantzas, “uma condensação material de uma relação de forças entre classes, e frações de classes” (1980). Infere-se daí que a governança pode ou não acatar, modificar ou introduzir acordos.

Ademais, o relevante papel desempenhado por organizações internacionais como a Attac, o Fórum Social Mundial que, apesar de não proporem ultrapassar os limites do capitalismo, tem construído uma coalizão de forças para se contrapor ao presente estado de coisas e têm contribuído para fortalecer os movimentos populares (desempregados, sem teto etc) assim como o movimento camponês (MST). A valorização desses movimentos de resistência pela esquerda implica a demonstração cabal de que a luta pela radical democratização de todos os níveis da sociedade (político, social, cultural e econômico) é premissa e fundamento inalienáveis da superação da ordem do capital para a constituição de um novo padrão societário, alicerçado nos princípios revolucionários. O acúmulo e fortalecimento das forças anticapitalistas quiçá permitirão vislumbrar no horizonte desta crise - e é esse o grande desafio dos legatários da revolução - as reais possibilidades das condições sócio-históricas e econômicas de uma nova ordem social.

*A política social é o pressuposto revelador da dinâmica do processo de reprodução social e que, tanto na dimensão pública quanto na privada, reproduziu-se a fratura entre o cidadão e o burguês.*

Vimos que a política social é o pressuposto revelador da dinâmica do processo de reprodução social e que, tanto na dimensão pública quanto na privada, reproduziu-se a fratura entre o cidadão e o burguês. Mas, se os direitos sociais só ganham estatuto jurídico e político na sociedade burguesa quando fundamentam que “no Estado de direito, o indivíduo tem, em face do Estado, não só direitos privados, mas também direitos públicos” (Bobbio, 1992: 61), é porque esses direitos são expressões da realidade social capazes de fazer nascer novas exigências e delas se servirem para uma “proteção efetiva”. Se considerarmos que “o Estado de direito é o Estado dos cidadãos”, veremos que ele exprime a transformação da sociedade e que a política é a mediação entre o indivíduo singular e o Estado. Esta relação permite que a política tenha como pressuposto a “vontade livre”, que possibilita a auto-transformação das necessidades sociais, ela se realiza no desenvolvimento da autoconsciência dos processos sociais. Reproduzem finalidades que, quando assentadas em princípios éticos de igualdade e liberdade, conduzem a ação em direção à emancipação humana. No meu entendimento, esta é uma vinculação prático-crítica politicamente revolucionária. Significa dizer que é imperativo para a classe trabalhadora lutar pela redução da jornada de trabalho, por uma escala móvel de salários, pela defesa do direito de greve e ampliação dos laços de solidariedade de classe (uma forma de evitar a subproletarização dos trabalhadores), nos diversos ramos de atividades, dar densidade às tarefas políticas nas lutas pelos direitos sociais, vinculados à luta política de classe, em confronto com os mecanismos causais do sistema capitalista.

## NOTAS

1. Este ensaio é uma versão atualizada do trabalho apresentado nos encontros nacional e estadual de seguridade social promovidos, respectivamente, pelos Conselhos Federal e Regional de Assistentes Sociais, em Nov/2000, que deu origem ao projeto de pesquisa que venho desenvolvendo na Escola de Serviço Social da UFRJ.

2. Quando contrata operários, o capitalista não objetiva apenas reproduzir o capital investido, mas aumentar o seu valor. Este acréscimo corresponde ao trabalho excedente, a mais-valia, que significa trabalho não pago. Toda vez que essa parcela do trabalho não pago for originada pela extensão das horas de trabalho, temos a mais-valia absoluta. Porém, como a extensão do horário de trabalho é limitada pelas próprias condições de reprodução da força de trabalho, o capitalista encontra nova forma de extrair mais-valia dos trabalhadores, através do aumento da produtividade. Dá-se, assim, a mais-valia relativa.

3. Segundo Fiori (1996,1997), estes preceitos estão divididos em dois objetivos estratégicos: o macroeconômico, que visa garantir a estabilidade econômica através do superávit fiscal envolvendo corte de salários, demissões e flexibilização das relações trabalhistas, incluindo os funcionários públicos; corte dos serviços sociais e reforma da previdência social. Trata-se, portanto, de uma revisão das relações fiscais intergovernamentais e da reestruturação do sistema de previdência pública. O objetivo estratégico de ordem microeconômica engloba "reformas estruturais" que visam à desregulamentação dos mercados, sobretudo o financeiro e o do trabalho, privatização das empresas estatais, abertura comercial e garantia do direito de propriedade.

4. "Hoje está se desenvolvendo um amplo e numeroso setor de trabalhadores no ramo dos serviços que, pela sua situação de trabalho e pelo seu nível salarial, poderá integrar a classe operária (...). Está crescendo o sindicalismo do novo proletariado dos serviços. Parece consolidado, pelo menos a médio prazo, o sindicalismo de classe médias, principalmente

no setor público" (Boito Jr., 2000: 51).

5. É importante destacar que as controvérsias deste debate envolvem as centrais sindicais que, desde o primeiro semestre de 1995, garantiram a aposentadoria proporcional aos trabalhadores organizados do setor privado e referendaram o fim da aposentadoria integral para os trabalhadores do serviço público conforme atesta o caderno de textos do 190 Congresso do ANDES-SN em fevereiro de 2000.

6. São três, em realidade, as funções básicas que a OMC busca concretizar. A primeira, fornecer um foro para negociações multilaterais, entre os seus membros, em questões ligadas direta ou indiretamente ao comércio internacional. A segunda busca facilitar a implementação dos acordos por meio de um secretariado permanente em Genebra e, a terceira é servir como um foro para solução de conflitos.

## BIBLIOGRAFIA

AMARAL, A. Qualificação dos trabalhadores e a luta de classes. In: InformAndes - nov/dez. de 200 n° 104.

BARAN, P. A. e Sweezy. Paul M. Capitalismo Monopolista: Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

BIRD (1994). La enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia (El Desarrollo en la práctica) Washington, D.C.:BIRD.

BOBBIO, N. A era dos Direitos. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

BOITO JR. A Refluxo e Mutações do Sindicalismo in: Rev. Debate Sindical. Ano14 n° 35 - set/out/nov. 2000.

COSTA, M. D.H. Os Serviços Sociais na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: A nova fábrica de consensos. São Paulo Cortez, 1998

FIORI J. L. O Estado morreu: viva o Estado. In: Correio Brasiliense, 13/08/2000.

GEORGE,S e GOULD, E. A OMC ataca em silêncio. In: Le Monde Diplomatique. Publicado no Jornal da ADUFRJ-Ssind (Associação dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 14/08/2000.

GONZALEZ, C. Trabalho informal vira regra no país do Real. In: Rev. Debate Sindical ano 14 n° 36- dez/jan/fev- 2001.

MANDEL, E. Introducción a la teoría económica marxista. Ediciones Era, S/A. 1973.

\_\_\_\_\_. O capitalismo tardio. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MIRANDA, Sérgio. FHC e o desmonte dos direitos dos trabalhadores. In: Rev. Debate Sindical. Ano14 n°36 - set/out/nov 2000.

MOTA, A. E. Cultura da Crise e seguridade social. São Paulo, Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Sobre a crise da seguridade social no Brasil. In: Cadernos ADUFRJ, n0 04, Rio de Janeiro, agosto, 2000.

NETTO, J.P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo, Cortez, 1993

SANTOS, Cleusa. Reforma/Revolução - pólos de tensão do movimento socialista. PUC - São Paulo. 1998 (mimeo).

STEINBERG, Hans-Josef. O Partido e a formação da ortodoxia marxista in HOBBSAWN, E.J. (org.). História do Marxismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, vol. I, II, III, 1983.

GONÇALVES, R. o Brasil e o Comércio Internacional: transformações e perspectivas. São Paulo, Contexto, 2000.

SUZZANE, S. Paul e JAMES A. P. Política de Seguridad Social del Banco Mundial para los Países del Sur. Copyright, Instituto del Tercer Mundo, 1995.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: O desmonte da nação. Balanço do governo FHC. - Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

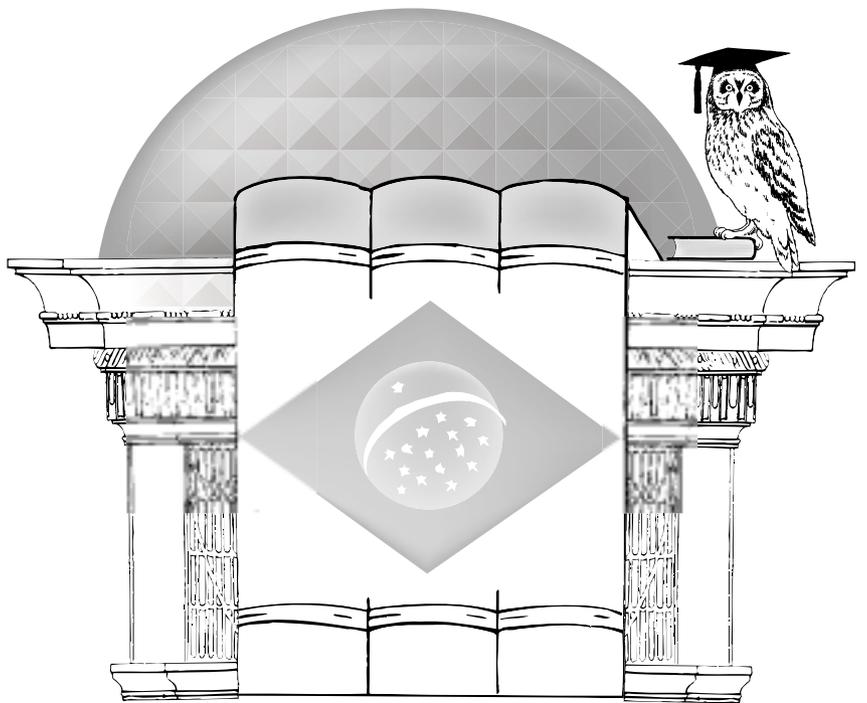
*\*Cleusa Santos é doutora em Serviço Social. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro.Vice-presidente (em exercício) da Adufrj- Seção Sindical do Andes Sindicato Nacional dos Docentes (Gestão 1999-2001). Autora do ensaio Práxis e Revolução: Marx (1844-1847). In Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, 1994.  
(e-mail: cleusasantos@uol.com.br).*

Wolfgang Leo Maar \*

# A Universidade no processo de reprodução da sociedade brasileira

*A diferença efetiva entre universidade como instituição pública e como instituição privada está na incapacidade desta última em se auto-reproduzir. A auto-reprodução é prerrogativa inalienável da Universidade Pública, por este motivo imprescindível a uma sociedade autônoma, sendo falsos os argumentos de que a instituição privada é menos onerosa e mais competente.*

O papel da universidade na sociedade brasileira vigente decorre justamente da função que ocupa ou pode ocupar no processo de reprodução social e material da formação histórica que é a nossa sociedade. Muito além de apresentar propostas para uma "outra universidade", cabe desenvolver a crítica da situação presente da universidade. Ressalve-se, contudo, que crítica não significa, como parece aos mais incautos, mero aporte do que não se quer ou do que é considerado equivocado. Essencial à crítica é que conforme seu contexto a transformação será ancorada em condições materiais reais - apreendidas criticamente - em vez de ser propositura ideal, desejável porém carente de desenvolvimento baseado em forças reais. A base para desenvolver uma nova política deve ser própria e sustentada de modo estritamente crítico na formação vigente. Assim, por exemplo, os dados do governo acerca da universidade, como os "índices" de produtividade etc., devem ser referidos à sua perspectiva de reprodução social, não bastando por-



tanto incidirmos também numa mera política de "contra-índices", sem alterar criticamente tal perspectiva. É insuficiente argumentar com propostas de "aumento de vagas" tais como elas são cogitadas hoje, acrescidas de ampliação do quadro docente simplesmente tomado em sua face atual, em ambos

os casos com a conseqüente perda do essencial da Universidade Pública em decorrência da aceitação passiva de sua lenta mas inexorável adequação a ser mera engrenagem na reprodução social vigente.

A reprodução da sociedade brasileira vigente não dispensa sua inserção

*Hoje a universidade é tolhida em seu papel emancipador: a universidade tal como presente em suas várias conformações institucionais no país, é uma universidade alienada, a ser apreendida criticamente.*

subalterna, heterônoma no processo mundial de reprodução capitalista que ajuda a perenizar. Conforme a política vigente, o Brasil não desenvolve um processo autônomo de reprodução social. Neste último, a Universidade seria imprescindível: sua fundação institucional na história moderna corresponde exatamente a esta reprodução social autônoma em que ocupa papel central, para o que basta recordarmos a fundação das Universidades na Europa e nos Estados Unidos, bem como a coibição de sua implantação particularmente nas colônias de língua portuguesa.

Sendo assim, hoje a universidade é tolhida em seu papel emancipador: a universidade tal como presente em suas várias conformações institucionais no país, é uma universidade alienada, a ser apreendida criticamente. Tal como ela existe, em nenhuma das suas configurações, ela corresponde efetivamente a uma Universidade conforme os moldes de uma reprodução social autônoma, tal como ocorreu na Inglaterra (onde Oxford e Cambridge foram fundadas exatamente para propiciar autonomia em relação a Roma, com que aquele reino havia rompido), na França, na Alemanha, nos EUA, visando à autonomia na e pela formação das lideranças locais. As universi-

dades foram peças chave na competição de França e Alemanha com a Inglaterra nos primórdios da Revolução Industrial. A este respeito, é exemplar a inscrição que introduz ao campus da Universidade de Harvard, registro da sua fundação e certificado do nexos entre autonomia social e universidade: "... após muitas boas colheitas... agora precisamos pensar na formação de nossos próprios líderes ..."

Não basta, no entanto, enumerarmos idealmente as deficiências da universidade no país para tentarmos, posteriormente, reunir forças aptas a implementar mudanças. Será preciso, para podermos desenvolver uma política universitária concreta como possibilidade real, apreender na própria situação universitária esta deficiência estrutural da universidade brasileira que a torna passível de crítica: localizar nas contradições da universidade o ponto de apoio e o dinamismo para as transformações aptas a viabilizar as mudanças necessárias.

Como ocorre com toda a educação brasileira, na universidade como parcela integrante deste processo formativo, localiza-se uma flagrante contradição. De um lado, no processo de reprodução vigente, cabe à educação em todos os níveis oferecer um serviço educacional (como bem qualificou a questão Marilena Chaui) que significa formação profissional capaz de tornar as pessoas aptas a se integrarem, adaptando-se no presente processo social. De outro lado, porém, em sua realização concreta, a educação conflita com esta que é sua meta principal, desde os primórdios da Ilustração: tornar os sujeitos sociais - coletivos e históricos - autônomos, emancipados, tornando a sociedade efetivamente democrática. Atualmente, a educação brasileira não se destina a mais do que facultar, participar do processo de reprodução nos moldes vigentes.

Já vai longe a época em que o objetivo das políticas sociais educacionais se constituía como formação universal e integração plena. Este prisma humanista foi abandonado. Hoje parte decisiva da educação fundamental e dos demais níveis já não se destina a facultar a integração dos excluídos ou a emancipação, ainda que parciais e deficitárias, abandonadas como impossíveis num país de tal exclusão, mas destina-se meramente a propiciar o controle social dos educandos. Isto depende-se com toda clareza do alardeado objetivo educacional principal de "colocar as crianças na escola", e não formá-las nos termos de uma educação emancipadora, efetivamente vinculada ao exercício autônomo dos conhecimentos e saberes da humanidade como condição da cidadania plena (vide Maria Helena Patto, *Mutações do Cativeiro*, 2000: 195). Os índices de presença escolar nas escolas parecem o que não são: indicativos educacionais, quando apenas demonstram controle social.

Portanto, uma parte decisiva do sistema educacional fundamental - e também universitário - não tem como objetivo formar ou educar, mas sim controlar nos termos da manutenção do processo vigente de reprodução da sociedade brasileira.

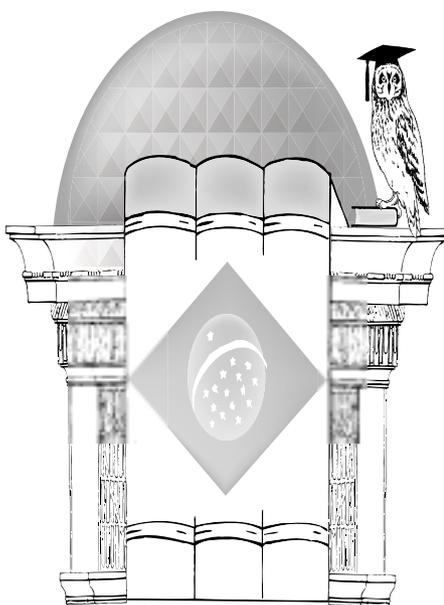
Esta contradição aparece com toda nitidez na universidade. Nos níveis fundamentais, pode até ser camuflada, na medida em que são sempre níveis incompletos no processo formativo. No caso da universidade, do ensino superior, tal disfarce é impossível. A Universidade é justamente o núcleo onde o próprio processo formativo emancipador deve encontrar seu dinamismo auto-reprodutor, cujo local por excelência é a pós-graduação strictu sensu, a formação de mestres e doutores, por sua vez, dependente de fatores como dedicação simultânea à docência e à

pesquisa e uma carreira pautada na dedicação integral e não meramente pela hora-aula.

Será aqui, portanto, que “a vaca vai ao brejo”, conforme caracterizado no ditado popular: para sobreviver no mercado, o ensino superior recorre à Universidade Pública, cuja “competência” continuamente procura desqualificar perante o mercado, procurando garantir um nicho de acumulação privada! A contradição é entre o que, de um lado, seria Universidade apta a se auto-reproduzir como instituição social formativa, produtora de conhecimento e provedora de emancipação, e, do outro lado, um sistema educacional de “terceiro grau” cuja função não é promover mais do que a reprodução nos termos vigentes, alienados, heterônomos, dado que seu alvo principal é a lucratividade. De sua inserção social real, resulta para a educação superior privada sobretudo a função de controlar socialmente a perenização da sociedade nos termos presentes, recorrendo à semiformação, à educação estritamente conformista e instrumentadora de uma inserção social sem autonomia.

Esta é a verdadeira contradição que deve servir de base a qualquer política universitária conseqüente para o país. As universidades públicas - e algumas poucas particulares confessionais, mormente católicas, que somente confirmam a regra - reproduzem a Universidade em sua pós-graduação e com docentes-pesquisadores em contratos de carreira. As outras, embora chamadas “universidades”, efetivamente não o são: não são universidades, pois dependem das outras para formar seus próprios quadros e, pois, para se reproduzir.

Nestes termos, a situação efetiva do ensino superior no Brasil já é um sistema privado de oferta de serviços de ensino de terceiro grau - em São Pau-



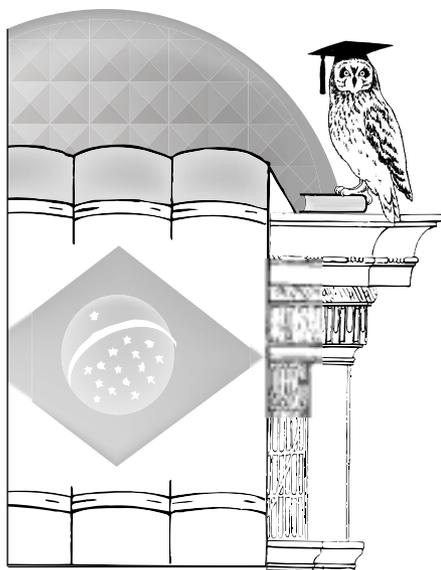
lo, 90% dos estudantes são de instituições privadas. Para atender à grande demanda pelos formandos do ensino médio esperada a partir de 2007, o cenário apontado - e desejado conforme a reprodução vigente - nas reuniões de política educacional promovidas pela CAPES, indica um atendimento prioritário da graduação pelas instituições privadas. A Universidade Pública seria reservada à pós-graduação strictu sensu, isto é, à oferta das condições necessárias à reprodução do sistema privado mercantil. Este sistema privado depende para se reproduzir de organismos públicos aptos a formar na docência e pesquisa os professores que o sistema privado exige para se perpetuar.

O problema do ensino superior brasileiro não está em ser majoritariamente uma educação privada. O problema é que a parte decisiva desta “educação privada”, estritamente acumuladora de capital em sua oferta de serviços - leia-se: “mercadorias” educacionais - (a respeito, ver a excelente reportagem da revista Caros Amigos, 54, bem como os escândalos da falsa filantropia noticiados na Folha de S. Paulo, em janeiro de 2002) não é nem “educação”, nem “privada”. Não é

educação, mas apenas prestação de serviços que depende do sistema público, para o que foram criados o “Provão” e o “Enem”, procurando fazer fluir a dimensão educacional a partir do sistema público. Nem é privada, pois depende para sua reprodução continuada, com sua fabulosa lucratividade, de aportes públicos continuados de grande vulto. A educação privada se alimenta, em grande parte, de um saque - constantemente disfarçado - do público, que é “reconstruído” como se dependesse do privado, enquanto na verdade este deve sua “sobrevivência” àquele. Rigorosamente falando, a educação privada sempre se dá no interior da educação pública, de que depende em sua função educacional e para a qual expele seus custos reais - “democratizando” as perdas - e da qual obtém sua lucratividade, privatizando os ganhos obtidos com investimentos públicos, tais como a formação dos necessários docentes-pesquisadores.

Como verdadeiro fetiche, a sempre propagandeada saída para a educação universitária (O Estado de S. Paulo, 10/3/2002) é a perspectiva do ensino superior privado, na verdade, resultante da extorsão do sistema público que oferece a reprodução ao sistema privado, por si estéril e, mais do que um apêndice, um mero parasita incapaz de se sustentar sem a seiva vital da Universidade Pública.

Grande parte do esforço oficial e oficioso, seja de instituições públicas de pesquisa educacional, seja de organismos servis à perspectiva mercantil embora formados no próprio âmago de algumas instituições públicas de qualidade - na USP, por exemplo - destina-se a propagandear uma contabilidade do ensino superior conforme um prisma tomado como pressuposto, em que o público é dispendioso e o privado é eficiente e que no mínimo é lacunosa, pois não inclui o preço da repro-



dução do sistema. Apresenta-se o sistema público como pretensamente complementar, avaliado conforme o “padrão” do sistema privado que expelle de si a conta de sua reprodução, que ocorre essencialmente no sistema público. O cálculo do custo da educação jamais inclui os gastos no processo de reprodução do próprio sistema privado de ensino, sempre dependente do sistema público e de recursos públicos sob forma de bolsas, fomentos de professores públicos, verbas públicas para pesquisa e produção didática, incentivos públicos, isenções de taxas e impostos etc., etc.. Nunca houve uma política de privatização total pois ela mataria a universidade até mesmo em sua forma mais alienada e mercantilizada, golpeando assim algo essencial, ainda que o seja apenas para manter a soberania nacional no plano do discurso a garantir o controle social e político do processo de acumulação dependente.

Não há reprodução da Universidade sem vinculação da formação pós-graduada à pesquisa. Daí deriva no contexto social presente e como objetivo oficial um sistema dual: 1. - de pesquisa, público e apto a reproduzir o sistema em sua totalidade, sobretudo em

sua dimensão privada; e 2.- privado, destinado a (semi)formar funcionalmente e controlar socialmente as massas em sua participação no processo de reprodução vigente.

Uma tarefa estritamente necessária face a este estado de coisas reside em evitar que se limite a Universidade Pública ao seu papel de engrenagem no processo de acumulação ampliada dos lucros das instituições privadas de ensino; de evitar que o que na universidade se situa como autonomia, isto é, auto-dinamismo social e político, se destine apenas a reproduzir o sistema privado em sua esterilidade. É isto que presentemente a CAPES com sua política de progressiva limitação de prazos da pós-graduação, está procurando viabilizar.

À Universidade cabe uma parte decisiva na capacidade de auto-reprodução dinâmica de uma formação social. Nestes termos, há um conflito permanente entre a Universidade e a sociedade vigente, em sua formação atual, heterônoma e dependente.

Neste contexto, impõem-se algumas reflexões e medidas urgentíssimas, no plano da estrita sobrevivência da Universidade Pública:

1. Combate permanente às continuadas incursões governamentais visando limitar a Universidade em sua função social precípua, que é ser decisiva na formulação de uma sociedade autônoma, conforme os moldes históricos por todos consagrados; incursões que procuram convertê-la em mera peça no processo de acumulação em vigor.

2. Denúncia constante da falsa “competitividade” do sistema privado, incapaz de sobreviver sem o saque da Universidade Pública que garante sua própria sobrevivência e, portanto, também é o pilar da reprodução do sistema privado, estéril enquanto sistema universitário. Ao contrário do que se

apregoa, o sistema particular é menos eficiente e mais caro, porque exige a complementaridade do público, enquanto este não necessita daquele.

3. Para tanto, impõe-se considerar o sistema universitário numa perspectiva de totalidade, juntamente com o conjunto de outras áreas: MCT, CNPq, fomento estadual, incentivos etc., bem como com o sistema educacional de nível médio e fundamental. A educação particular só é mais barata e mais eficiente se houver a seleção de determinada clientela (classes médias) e se houver a expulsão dos custos de reprodução do sistema (formação de professores e meios educacionais) para a Universidade Pública. Cabe propor procedimentos pelos quais as instituições privadas reponham os benefícios públicos de que hoje se apropriam gratuitamente e que são indispensáveis à sua própria reprodução.

4. A comunidade universitária precisa refletir acerca de sua própria situação no âmbito do processo dinâmico da reprodução social, evitando tomar-se como base estática, fatal. O conjunto dos professores universitários, nas universidades públicas, já foi (semi)formado na adequação ao contexto de uma educação como peça do processo de reprodução e acumulação na formação social presente. Os próprios docentes das universidades públicas - que têm todo o direito de assim proceder - hoje participam ativamente e com conhecimento de causa desta reprodução nos moldes existentes, na medida em que procuram se vender com altos preços, em parte como aposentados, em parte como prestadores de serviços. Mas espera-se deles uma auto-reflexão crítica de sua inserção neste processo reprodutivo viciado, que necessariamente conduzirà à correção dos cálculos de competitividade e de custos do sistema como um todo. Cabe-lhes estarem alertas a

que cotidianamente acabam contribuindo para seu próprio desaparecimento, caso não se empenhem na defesa do sistema público, ampliando sua capacidade real e mantendo as condições de sua autonomia com docência e pesquisa. Embora reconhecidamente cara, a Universidade Pública é imprescindível - única garantia da auto-reprodução da Universidade e, por conseguinte, do país. Os docentes precisam multiplicar seus esforços em grande escala, mas mudando-os qualitativamente, para ampliar a oferta de vagas de graduação na Universidade Pública existente, evitando sua realização efetiva como aquele mero catalizador da reprodução ampliada das instituições privadas de ensino superior a que muito breve será reduzida, mantida a tendência vigente.

5. É preciso repensar o nexos essencial à Universidade entre docência e pesquisa, hoje reduzido a mera somatória em decorrência da própria política em vigor. Cabe evitar a degradação conceitual da universidade, que, por um prisma pragmático, domestica sua natureza essencial de ser esfera pública plenamente capacitada a se organizar criticamente perante a formação vigente. Unicamente a Universidade Pública tem como essência característica ser simultaneamente produtora e reprodutora. Este é seu diferencial: a Universidade forma formadores. Ela produz ciência e forma cientistas; produz cultura e forma intelectuais; produz educação e forma educadores; produz soluções para a saúde e forma médicos etc.. Esta é uma característica intrínseca da Universidade, que não pode ser abordada parcialmente, como mera somatória de produção e reprodução. A produção meramente ad hoc produz soluções pontuais logo superadas pela dinâmica do processo histórico; a reprodução estritamente sustentada em formação de recursos

humanos e não amparada na vida material da sociedade se revela ineficaz porque vazia.

Se no Brasil 3/4 dos cientistas estão nas Universidades, quase exclusivamente nas públicas, caso estas Universidades forem estimuladas a abrir mão do vínculo ensino e pesquisa, eles deixarão de existir e não se transferirão à iniciativa privada, que não tem demanda para tanto. Portanto, a função reprodutora da Universidade Pública, com seus cientistas, entre nós é ainda maior do que em países onde a porcentagem do total de cientistas lotados nas universidades é de menos de 20%, como ocorre nos EUA.

Mas esta dupla natureza da Universidade está agora em processo de sedimentação, convertendo-se em um sistema dualista. Por iniciativa da política governamental (vide entrevista do Secretário de Ensino Superior do MEC, Folha de S. Paulo, 24/3/2002), procura-se realizar a distinção institucional entre graduação e pós-graduação. Desta distinção derivaria um sistema de universidades públicas dispendiosas e de elite, correspondendo ao "padrão" de qualidade educacional, de um lado; e um sistema de educação superior privada, ao qual caberia majoritariamente a educação superior de graduação, correspondendo a um "padrão" de qualidade de gestão, do outro. Implicitamente se reconhece, portanto, que o padrão educacional e formativo é dissociado e mesmo oposto ao padrão de gestão empresarial vigente.

Os cursos seqüenciais e de curta duração nada mais são do que tentativas no âmbito da política de ensino superior de garantir uma educação superior privada dispensada da sua função auto-reprodutora. Os docentes dos cursos seqüenciais serão formados em cursos seqüenciais? Não, serão formados nas Universidades! Trata-se

*A reprodução estritamente sustentada em formação de recursos humanos e não amparada na vida material da sociedade se revela ineficaz porque vazia.*

de um continuado esforço de expulsão dos custos de auto-reprodução do sistema privado, visando garantir sua lucratividade empresarial.

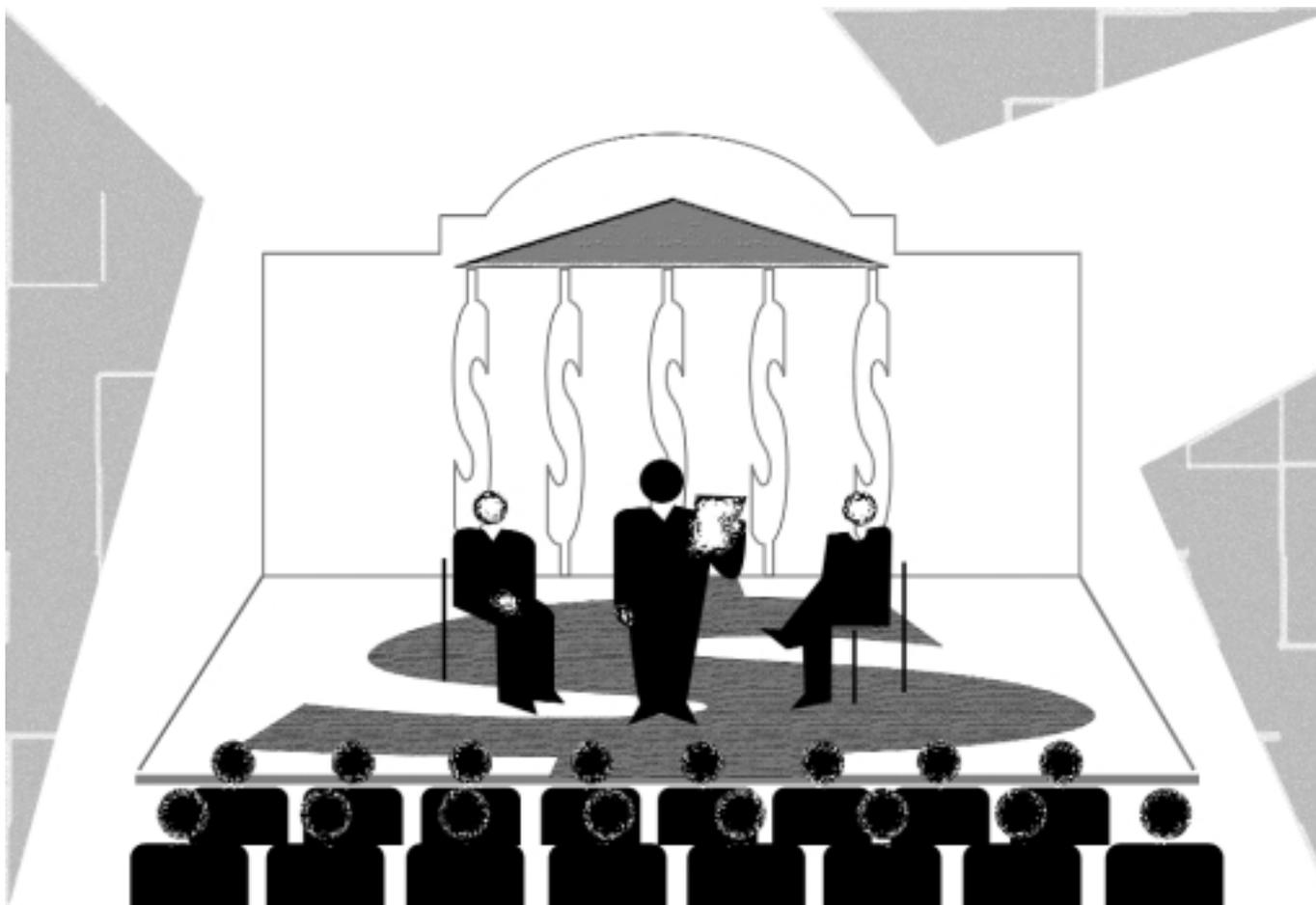
Há necessidade de reformular, ampliando-a e intensificando-a, a prática interativa entre graduação, de um lado, e pós-graduação e pesquisa, de outro, tal como ocorre em todas as Universidades mundo afora, que não se resumem a 'Colleges', mesmo nos EUA.

A universidade e a educação em geral não são compatíveis com a estrita lógica contábil da acumulação privada, pois se situam essencialmente no âmbito da formação social nacional em seu processo de auto-reprodução crítica, criativa, sem continuísmo. Nesta medida, o sistema educacional, e particularmente o universitário, constitui parcela inalienável da formação social pública, que pode até ser objeto de concessão pública específica, garantidos porém os custos de sua reprodução. Neste contexto, único real-efetivo, feitas todas as contas, a Universidade Pública cumpre uma função única e resulta menos dispendiosa e mais eficiente.

\* Wolfgang Leo Maar é professor e Membro do Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos.

Nicholas Davies \*

# O financiamento público às escolas privadas\*\*



## 1- Introdução

Pretendo examinar alguns mecanismos de financiamento das escolas privadas, focalizando sobretudo o emprego de recursos públicos diretos e indiretos para tal fim. Para a sua compreensão, precisamos situá-los no contexto mais amplo da estrutura e evolução do Estado brasileiro, das suas políticas mais gerais e da organização e da política educacional. O Estado brasileiro, como todo Estado capitalista, é estruturalmente privatis-

ta, pois sua constituição e funcionamento orientam-se principalmente em defesa dos interesses econômicos, políticos e sociais mais gerais e também freqüentemente até mais específicos (a fração do capital financeiro, por exemplo) das classes dominantes. Isso não significa que o Estado capitalista brasileiro seja apenas isso, até porque, em função da correlação das lutas no interior das classes dominantes e/ou entre classes dominantes e dominadas, e da neces-

sidade de legitimação perante as classes dominadas, ele é levado a fazer concessões e a conciliar interesses em disputa.

Dois outros elementos tornam este privatismo ainda mais nefasto. Um, também estrutural e histórico, é o patrimonialismo, que consiste nas atitudes e práticas dos detentores do poder estatal tratar a coisa pública como propriedade pessoal, familiar, privada. Outro, conjuntural, é a ofensiva neoliberal nos últimos 20 anos, sobretudo nos

anos 90, que busca submeter à lógica do mercado todos os setores estatais com potencial mercantilizável e/ou que absorvam recursos públicos que, na perspectiva neoliberal, devem ser canalizados para o pagamento das dívidas públicas externa e interna e garantir os interesses estratégicos do capital, atenuando suas turbulências (socorro aos bancos, por exemplo).

Exemplos desse privatismo estão nas Constituições, nas leis (nas duas LDBs, por exemplo) e nos organismos estatais, como o Conselho Federal de Educação (CFE), o atual Conselho Nacional de Educação (CNE) e nos Conselhos Estaduais de Educação, cujo controle privado, aliado tanto às políticas de não-aumento real do gasto nas escolas estatais, quanto aos mecanismos diretos e indiretos de financiamento público às escolas privadas, possibilitou a grande expansão do ensino privado, sobretudo das instituições de ensino superior (IES), desde o final dos anos 60. O descaramento dos privatistas chegou a ponto de, no controle do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, determinar, pela Resolução 20.382, de 9/1/80, que as escolas públicas que pretendessem ampliar as séries finais do 1º Grau obtivessem “aquiescência do representante legal da entidade mantenedora de escolas particulares mais próximas, existentes na localidade, com ociosidade em turnos diurnos” (CUNHA, 1991, p. 356).

Outro exemplo é o Plano Nacional de Educação (PNE) encaminhado como projeto de lei pelo MEC em 1998, assim como a Lei do PNE sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 2001 (DAVIES 2001), sem nenhuma preocupação com a qualidade, ao contrário do alegado no discurso oficial e supostamente materializado no Provão, entre outros instrumentos de avaliação (Sis-

tema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, por exemplo).

O peso dos privatistas no CNE e a farsa do discurso da qualidade são apontados inclusive por José Giannotti, conselheiro do CNE e amigo de FHC, que renunciou ao cargo em 1997, alegando a influência indevida dos privatistas no CNE (“Último conselho”, *O Globo*, 29/8/97) e denunciando a “forte lealdade da crosta dos representantes burocráticos e dos capitalistas da educação”. A promiscuidade entre o estatal e o privado em educação é revelada pela presença de burocratas da alta cúpula identificados com as empresas de ensino, como o chefe de gabinete do ministro Paulo Renato, Edson Machado, demitido por suspeita de favorecimento ao Instituto de Educação Superior de Brasília, pertencente à sua mulher (*Veja*, 23/5/01). Controlava todos os despachos e processos que Paulo Renato precisava assinar e já tinha sido secretário de Ciência e Tecnologia, secretário de Educação Superior e diretor-geral da Capes. Obviamente que ele foi demitido não por esta suspeita, mas porque ela foi divulgada na grande imprensa, e o governo precisou parecer se preocupar com questões “éticas”.

Para o estudo dos mecanismos de financiamento das escolas privadas, uma dificuldade é a escassez de bibliografia sobre o tema. No extenso levantamento bibliográfico sobre financiamento da educação que realizamos em 1998, com cerca de 1.500 referências, encontramos poucas sobre o assunto (DAVIES & LOBO 1998). O CD com o catálogo de teses e dissertações

da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), de 1999, por sua vez, registra, para o período de 1982 a 1998, apenas uma dissertação sobre o tema específico do financiamento público a IES privadas (MONTEIRO 1997). Outro obstáculo é a falta ou inacessibilidade de documentos e dados precisos e detalhados. Por essa razão, trabalhamos com dados muito genéricos e agregados e principalmente com os informativos impressos de associações de IES privadas (da ABMES e da ABRUC) e com notícias de jornais (*O Globo*, *Folha de São Paulo*) sobre questões que afetavam as escolas privadas, como a filantropia, a isenção fiscal, o crédito educativo, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior Privado (FIES), que substituiu o crédito educativo), e as mensalidades. Também por esta razão o nosso estudo se concentra na legislação federal que incide sobre elas.

Neste texto, entendemos por escolas privadas todas as que não são de propriedade do Poder Estatal (federal, estadual, municipal): tanto as privadas com objetivos declaradamente empresariais (lucrativos) quanto as confessionais, comunitárias e filantrópicas, que alegam não ter fins lucrativos. Embora juridicamente existam distinções entre elas, não formem um bloco ho-

---

*O peso dos privatistas no CNE e a farsa do discurso da qualidade são apontados inclusive por José Giannotti, conselheiro do CNE e amigo de FHC.*

---

mogêneo e se filiam a tantas associações diferentes que reivindicam a sua representação - no caso do ensino superior privado, temos, por exemplo, a ANUP (Associação Nacional de Universidades Particulares), a ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior), a ABRUC (Associação Brasileira de Universidades Comunitárias), a ANACEU (Associação Nacional de Centros Universitários) - consideramos todas elas privadas porque não pertencem ao Poder Estatal e geram lucro, mesmo que este lucro não seja contabilizado como tal. Um exemplo dessa diferença são as universidades comunitárias, que se definem como públicas não-estatais e sem fins lucrativos (Editorial "Comunitárias: serviço público, sem fins lucrativos com qualidade acadêmica", *Jornal das Comunitárias*, nº 1, set./out. 1997), distorcendo, assim, a idéia de lucro (o montante da receita superior à despesa), sem o qual tais comunitárias não sobreviveriam, a não ser que recebessem doações vultosas de pessoas ou entidades filantrópicas ou caridosas, o que não acontece, pelo menos na escala necessária à sua manutenção.

A distinção jurídica entre as privadas

até hoje não parece suficientemente clara, embora o art. 20 da LDB (Lei 9.394/96) as classifique em quatro categorias: I - particulares em sentido estrito, entendidas como as instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características das comunitárias, confessionais e filantrópicas; II - comunitárias, entendidas como as instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; III - confessionais, entendidas como as instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam a orientação confessional e ideológica específicas e ao disposto no inciso anterior; IV - filantrópicas, na forma da lei. A frouxidão desta classificação parece bem óbvia. Uma está na definição de "comunitárias", que seriam aquelas com representantes da "comunidade" na entidade mantenedora. Ora, "comunidade" é tudo e nada ao mesmo tempo, não tendo nenhuma consistência social nem jurídica. A categoria das confessionais, por sua vez, não tem fundamento jurídico nenhum, pois dão lucro como qualquer empresa privada, embora ele seja maquiado de várias formas. Esta categoria específica das confessionais (sobretudo da Igreja Católica) é interessante porque revela a auto-imagem de santos que elas têm de si e que desejam projetar na sociedade. As filantrópi-

cas são as únicas com fundamento jurídico definido, conforme veremos mais adiante, embora sem nenhuma legitimidade social ou moral, sendo, por isso, conhecidas como "pilantrópicas".

As fontes públicas de financiamento das escolas privadas sempre foram e ainda são muito importantes, ainda que nem sempre visíveis e facilmente mensuráveis. Segundo Norberto Rauch, reitor da PUCRS, "A PUC-Rio, PUC-SP e a PUCRS [...] e outras universidades privadas, durante as décadas de 1940 a 1970, contavam com imunidades, diversas formas de isenção e substanciais subvenções públicas, que chegavam a representar mais de 50% dos seus orçamentos", porém inexistem nos anos 80 e 90 (*Jornal das Comunitárias*, n. 4, julho/agosto 98, p. 2). Essa avaliação é confirmada por Teodoro Vahl (1980), segundo o qual, com base em estudo de Pastore (1972), os governos federal e estaduais, em 1961, cobriam 89% dos gastos de manutenção e funcionamento das faculdades particulares do Brasil (p. 119), mas a importância deste financiamento teria se tornado menos expressiva nos anos 70 (p. 168).

A importância dos recursos públicos é confirmada também por Tramountin e Braga (1988), que, em seu estudo sobre as universidades comunitárias, informam que "durante toda a década de 60, a maioria destas instituições entrava nominalmente no orçamento da União, que costumava financiar mais da metade das despesas. Somente a partir de 1966 ... é que a inclusão nominal no orçamento foi substituída por ajudas financeiras de programas globais específicos. A partir daí, essa ajuda foi decrescendo, em termos absolutos e relativos, até tornar-se puramente simbólica, nestes últimos dez anos, não atingindo sequer 2% do orçamento anual destas instituições" (p. 24).

---

*A categoria das confessionais, por sua vez, não tem fundamento jurídico nenhum, pois dão lucro como qualquer empresa privada, embora ele seja maquiado de várias formas.*

---

Essa ajuda foi inclusive respaldada em lei assinada por João Goulart, como é o caso da Lei Federal 4.026, de 20/12/61, prevendo a subvenção de 10 milhões de cruzeiros a cada uma das seguintes universidades “equiparadas”: Universidade Católica de Pernambuco, PUC-RJ, PUC-SP, Universidade Católica de Campinas, Universidade Mackenzie, de São Paulo, PUC-RS e a Univ. Católica de MG. Tramontin e Braga (1988), no entanto, se contradizem ao afirmar que a ajuda teria se tornado simbólica na década de 1980, pois informam que o Plano de Metas do governo federal para 1989-1989 previa o financiamento público de até 30% do orçamento de 20 universidades comunitárias (p. 34).

## 2- As mensalidades

Antes de examinarmos tais fontes diretas e indiretas, convém comentarmos brevemente o mecanismo mais óbvio e que muitos pensam equivocadamente, como Jacques SCHWARTZAM (1999), ser a única ou principal fonte de sustentação das IES privadas, as mensalidades, cuja importância proporcional não temos como avaliar, embora sejam a fonte mais visível de financiamento. Dizemos isso porque as várias fontes diretas e sobretudo indiretas (principalmente as isenções fiscais e previdenciárias) de recursos públicos para as escolas privadas provavelmente somam hoje bilhões de reais por ano e reduzem, indiretamente, as despesas delas, contribuindo significativamente para a sua manutenção e expansão. Sem tais fontes diretas e indiretas, as escolas privadas perderiam uma fatia substancial de seu mercado, pois as mensalidades teriam que ser bem maiores para cobrir os custos e/ou manter a alta taxa de lucratividade do setor.

A propósito das mensalidades, a sua regulamentação pelo governo fe-

*Se a inadimplência fosse realmente um problema tão sério, o número de vagas nas IES privadas não teria crescido tanto neste período.*

deral e a inadimplência têm sido das principais queixas das escolas privadas, juntamente com o atraso do crédito educativo (Creduc), vários requisitos do FIES (que substituiu o Creduc, em 1999), as modificações dos critérios de classificação de entidades filantrópicas para fins de isenção da contribuição patronal para a Previdência.

Entretanto, os empresários de ensino não parecem querer se lembrar de que a inadimplência provavelmente se deva a aumentos de mensalidades muito superiores à inflação. Com base no Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas, as mensalidades teriam subido em média 170% desde o início do Plano Real (julho de 1994) até 1999, muito acima da inflação de 97,39% medida no mesmo período, tendo as mensalidades das IES crescido mais do que a média, atingindo 177,79% (“Escola sobe mais que a inflação”, O Globo, 3/12/99). É bem provável que os ganhos das IES privadas tenham sido até maiores porque a remuneração dos professores não deve ter acompanhado a inflação e o aumento das mensalidades, como aconteceu em outros períodos. Segundo Velloso (1989, p. 91-92), “entre o segundo semestre de 1979 e o segundo semestre de 1985, as semestralidades do ensino privado cresceram *mais do que o dobro* dos reajustes dos salários dos professores” (grifo no original).

De qualquer maneira, se a inadimplência fosse realmente um problema tão sério, o número de vagas nas IES privadas não teria crescido tanto neste

período. Segundo documento divulgado pelo MEC, em sua página na Internet no início de 2002 ([www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)), as matrículas no ensino superior privado teriam crescido 86% de 1994 a 2000, passando de 970.584, em 1994, a 1.806.072, em 2000, enquanto que as matrículas nas IES federais subiram bem menos, 33%, aumentando de 363.543, em 1994, para 482.750, em 2000. Vale ressaltar que o crescimento das privadas se concentrou nas regiões mais ricas, o Sudeste e o Sul.

Por último, é sabido que os empresários de todos os setores embutem nos preços finais de seus produtos e serviços um percentual de inadimplência, e os do ensino não fogem a essa regra, e portanto as mensalidades dos pagantes já estão cobrindo, se não totalmente, pelo menos em grande parte, as mensalidades não-pagas. Assim, mesmo que conjunturalmente a inadimplência tenha se elevado acima da média histórica, os eventuais “prejuízos” provavelmente foram mais do que compensados por aumentos das mensalidades superiores à inflação do período e/ou pela grande expansão das matrículas, cujo custo adicional tende a ser menor do que o das matrículas

culas existentes antes, sobretudo se a capacidade instalada (recursos administrativos, materiais, físicos e humanos) encontrava-se ociosa. Vale lembrar que mesmo que a inadimplência tenha sido superior à média histórica, o seu impacto não foi o mesmo sobre as escolas privadas, pois elas formam um conjunto bastante heterogêneo: umas são de grande porte, bastante capitalizadas e gerenciadas segundo técnicas de empresas modernas, mas outras são pequenas, pouco capitalizadas e com administração fortemente familiar.

### 3- As fontes indiretas de recursos públicos para as IES privadas

#### 3.1- Isenções tributárias

Começemos pelas fontes indiretas (isenções fiscais e previdenciárias), a nosso ver mais importantes que as diretas (subsídios, bolsas, subvenções, empréstimos, crédito educativo, FIES). Mais importantes pelo seu volume e também porque, não sendo tão visíveis, encobrem uma forma de privatização que raramente tem merecido a atenção dos educadores comprometidos com a defesa da exclusividade das verbas públicas para escolas públicas.

As isenções fiscais e previdenciárias foram e são a principal fonte indireta

há várias décadas, previstas (as de impostos) inclusive nas Constituições Federais (CF) desde 1934. Examinemos primeiramente as isenções fiscais e, depois, as previdenciárias (concedidas apenas às filantrópicas). Sobre as isenções fiscais, o art. 154 da CF de 1934 estipulava, por exemplo, que “Os estabelecimentos particulares de educação gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo”. O privilégio concedido aos estabelecimentos de educação primária ou profissional foi ampliado nas CFs de 1946, 1967 e 1988 para as instituições de educação de todos os níveis de ensino. O art. 31 (inciso V, alínea b), da CF de 1946 proibia União, Estados, Distrito Federal e Municípios de lançarem impostos sobre “templos de qualquer culto, bens e serviços de Partidos Políticos, instituições de educação e de assistência social, desde que as suas rendas fossem aplicadas integralmente no País para os respectivos fins”, proibição mantida no Art. 20 (inciso III, alínea c) da CF, de 1967, que vedava imposto sobre “o patrimônio, a renda ou os serviços de Partidos Políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei.” A isenção continuou na CF, de 1988, cujo Art. 150 (inciso III, alínea c) impede a cobrança de imposto sobre “patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da

lei.” O único acréscimo significativo na CF, de 1988, não constante de nenhuma CF anterior, foi o de que as instituições de educação não tivessem fins lucrativos. Esta exigência, no entanto, precisa ser tratada com muita cautela, pois as instituições que se autodenominam e são classificadas legalmente como sem fins lucrativos ocultavam e ocultam seus lucros sob várias formas. Conforme mostra Velloso (1988), os lucros eram (e são) encobertos pelas rubricas de ‘contribuição a entidades mantenedoras’, que, por isso mesmo, acabavam e acabam sendo entidades mantidas, mesmo que tenham dado origem ao negócio. Enquanto nas escolas confessionais, os lucros eram (e são) lançados como contribuição à ordem provincial, nas escolas privadas e não-confessionais, os lucros eram repassados como despesas às mantenedoras, que os utilizavam para pagar altíssimos salários a seus proprietários, ampliação das instalações, aquisição de imóveis, aviões, e em “fartos gastos em lobby junto ao Poder Público” (VELLOSO, 1988, p. 15). Uma segunda vantagem adicional poderia ser obtida pelos donos de IES privadas leigas quando desejassem vendê-las, pois o seu valor de mercado teria sido aumentado com o investimento feito com recursos oriundos das isenções fiscais.

É verdade que a CF de 1988 rompia com a tradição ao permitir a existência de escolas privadas com fins lucrativos, o que, se foi uma conquista para os defensores da visão empresarial da educação, não significou necessariamente que elas tenham assumido, em seus estatutos, esse objetivo. Até porque se declarassem ter fins lucrativos, passariam a arcar com despesas volumosas que não tinham antes, como o pagamento de impostos e a contribuição previdenciária. Como uma das reações mais fortes das escolas privadas

---

*As instituições que se autodenominam e são classificadas legalmente como sem fins lucrativos ocultavam e ocultam seus lucros sob várias formas.*

---

nos anos 90 foi contra as restrições à filantropia e a imunidades tributárias, parece pouco provável que tenham alterado seus estatutos para assumir o que de fato são, instituições com fins lucrativos, até porque sem o lucro não têm como se manter e se expandir ou financiar atividades outras como as ligadas às ordens religiosas.

A imunidade tributária do conjunto das instituições educacionais começou antes da própria CF, de 1946, através do Decreto-Lei 5844, de 23/9/43, que também permitia o abatimento de contribuições e doações a entidades filantrópicas para cálculo do imposto de renda devido. Essa imunidade e a possibilidade desses abatimentos continuaram em muitas leis e decretos até hoje, com pequenas alterações e restrições. Como exemplos, temos a Lei 3.193, de 1957, a Lei 3.470, de 1958, a Lei 4.506, de 30/11/64, o Decreto-Lei 76.186, de 3/9/75. Enquanto as imunidades tributárias eram concedidas a instituições educacionais, o abatimento das contribuições e doações só era permitido se feitas a filantrópicas, um universo menor das entidades constitucionalmente isentas.

Além destes privilégios fiscais, as instituições educacionais foram beneficiadas com isenções em vários dispositivos legais, nas últimas décadas, alguns dos quais são listados a seguir:

a) Lei 4.917, de 17/12/65 - isentou impostos de importação e de consumo e de outras contribuições fiscais sobre alimentos e outras utilidades adquiridas no exterior, mediante doação, pelas entidades de assistência social.

b) Lei 5.127, de 29/9/66 - isentou instituições filantrópicas da contribuição de 1% de que trata o art. 22 da Lei 4.380, de 21/8/64, que criou o Banco Nacional da Habitação.

c) Decreto-Lei 194, de 24/2/67 - dispensou entidades sociais do depósito bancário do FGTS.

d) Decreto-Lei 999, de 21/10/69 - dispensou instituições de caridade da Taxa Rodoviária Única. O decreto 68.296, de 26/2/71, acrescentou as exigências de que fossem reconhecidas como de utilidade pública e comprovassem não exercer atividades lucrativas.

e) Decreto-Lei 91.030, de 5/3/85 - isentou instituições educacionais e de assistência social de taxas de importação.

f) Lei 8.032, de 12/4/90 - isentou impostos de importação de instituições de educação.

É possível também que as filantrópicas educacionais tenham sido isentas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), instituída pela Lei 9.311, de 24/10/96, pois, num desvirtuamento do conceito de assistência social definido na Constituição Federal de 1988, têm sido englobadas na categoria de entidades beneficentes de assistência social, que são isentas da CPMF.

Embora as entidades educacionais fossem obrigadas a cumprir vários requisitos para usufruir a isenção, como a de não remunerar seus dirigentes, o descumprimento parece ter sido bastante comum, conforme noticiado recentemente pelos meios de comunicação, provocando, em 1997, uma devassa pela Receita Federal, que constatou sonegação de impostos, distribuição de lucros, caixas dois e distribuição disfarçada de bens. Tais irregularidades (na verdade, mais provavelmente a necessidade de aumentar a receita para financiar o "ajuste fiscal") teriam le-

vado o governo federal, em 1998, através do Ministério da Justiça, a rever os títulos de utilidade pública que permitem essa isenção. A estimativa era de que 30% das 7,1 mil instituições teriam os títulos cassados por não servirem "desinteressadamente à coletividade", como manda a Lei 91, de 28/8/35, que criou o conceito de utilidade pública. ("Utilidade pública, lucro particular", O Globo, 6/12/98, p. 3) Três anos depois, em 2/12/2001, a FSP publicou, sob o título "Filantropia paga avião e BMW", matéria sobre a apuração de irregularidades pela Receita nas filantrópicas, que já teriam recebido autuações de R\$ 420 milhões.

A ofensiva da Receita Federal se materializou também em legislação. A Lei 9.532, de 10/12/97, excluiu da imunidade tributária das instituições filantrópicas os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, o que permite supor que não pagavam impostos nessas aplicações até então. Entretanto, a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 17/8/98, à ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 1802 suspendeu a eficácia do parágrafo desta lei que

---

*As instituições educacionais que declarem não ter fins lucrativos e possuam o título de utilidade pública continuam a gozar de isenções de todos os impostos federais, estaduais e municipais.*

---

permitia tal cobrança, de modo que tais rendimentos e ganhos de capital continuam gozando de isenção.

Por isso, ainda hoje as instituições educacionais que declarem não ter fins lucrativos e possuam o título de utilidade pública continuam a gozar de isenções de todos os impostos federais, estaduais e municipais, o que provavelmente significa uma receita indireta de algumas centenas de milhões (talvez alguns bilhões) de reais por ano.

Por fim, cabe ressaltar o mecanismo que permite abater gastos com instrução do imposto de renda devido, que, embora não contribua para o financiamento das escolas privadas, constitui um incentivo importante para o gasto nelas, além de uma redução na arrecadação dos governos. Se todos os estudantes das escolas superiores privadas (1,8 milhão em 2000) abaterem os R\$ 1.700 permitidos legalmente em tais gastos, o abatimento totalizará R\$ 3,060 bilhões, Como o abatimento resulta na diminuição de 15% do imposto devido, isso significa uma perda superior a R\$ 450 milhões para a Receita Federal.

### 3.2 A isenção da contribuição previdenciária patronal das filantrópicas

Outra fonte indireta tem sido a isenção da contribuição previdenciária obtida pelas escolas privadas detentoras do certificado de entidades de fins filantrópicos, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Com ele, elas deixavam (e ainda deixam, por conta da liminar concedida pelo STF, em 14/7/99, à Ação Direta de Inconstitucionalidade 2028-5 das restrições à isenção contidas na Lei 9.732, de 1998) de recolher 20% da cota patronal sobre a folha de pagamento devida ao INSS,

que, acrescida aos anexos e Cofins, totalizavam uma “economia” de até 30% da folha de pagamento das IES, segundo Pedro Ferreira, vice-reitor da PUC-RJ (FERREIRA 1999). O volume bilionário envolvido nessa isenção explica porque as filantrópicas se mobilizaram tanto contra as restrições à isenção contidas na MP (medida provisória) 1729, de 3/12/98, que se converteu na Lei 9.732, em 11/12/98. Foi tamanha a mobilização que o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, dedicou várias páginas inteiras ao assunto, em dezembro de 1998, por ocasião da discussão e aprovação do projeto de conversão em lei da MP 1729 no Congresso Nacional. Vários números dos informativos da ABMES e da ABRUC também deram destaque a essa questão.

Muitas matérias publicadas em *O Globo*, em anos recentes, mostram a importância dessa isenção para o financiamento das escolas privadas. Segundo a matéria “O contra-ataque das universidades”, publicada em 30/11/98, o total da isenção de todas as 6324 filantrópicas cadastradas no Brasil (das quais 46,2% seriam de escolas) na época corresponderia a R\$ 2 bilhões/ano. Não sabemos a proporção de escolas privadas no conjunto das filantrópicas beneficiadas com essa isenção, mas é possível que o benefício corresponda a centenas de milhões de reais por ano e favoreça sobretudo, em termos do montante não recolhido à previdência, um número reduzido das 2.737 filantrópicas educacionais cadastradas no CNAS, em abril de 2000 (número informado por MESTRINER,

2001, p. 265), pois, segundo o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), as cem maiores filantrópicas são favorecidas com 50% da renúncia fiscal e se concentram no Sudeste (“Seis mil filantrópicas têm isenção fiscal”, *O Globo*, 10/11/00).

Vale frisar que tais restrições impostas pelo governo não significaram nem significam oposição à participação ou avanço do setor privado no ensino superior ou às práticas “pilantrópicas” das escolas privadas, mas apenas à tentativa de aumentar a arrecadação para fazer o “ajuste fiscal”. O líder do governo no Senado na época da votação da MP 1729, José Roberto Arruda, por exemplo, sintetizou muito bem o objetivo do governo ao declarar que “não há ajuste fiscal sem acabar com a pilantropia” (*O Globo*, 30/11/98). Obviamente que o combate à “pilantrópia” foi apenas pretexto para aumentar a arrecadação, pois as “pilantrópicas” existem há muito tempo e têm fortes apoios dentro dos governos e do Estado, além de financiar muitas campanhas eleitorais. O combate foi justificado com base em argumentos e em denúncias, fartamente divulgadas na imprensa, de que muitas filantrópicas não praticavam nenhuma filantropia, sendo o dinheiro economizado com a isenção de impostos e contribuições sociais usado por muitas filantrópicas para toda sorte de irregularidades, como multiplicação de patrimônio pessoal ou “pagar despesas pessoais de seus diretores e conceder vantagens a sócios e empregados” (*O Globo*, “Plástica e avião às custas de isenção fiscal”, 6/12/98). Por serem tantas e tão comuns as fraudes, o jornal conservador *O Globo* defendeu a ação do governo federal contra as falsas entidades filantrópicas, o que significava que aceitava o privilégio de isenção às “verdadeiras filantrópicas”. Esta distinção e, portanto, posição em relação à MP



1.729 também eram encontradas em políticos tanto do governo quanto da oposição. No Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, enquanto o deputado federal José Genoíno e o Senador José Eduardo Dutra eram favoráveis à MP, com base no argumento de que existiria mais filantropia do que filantropia, o deputado federal Eduardo Jorge criticava o governo por não separar uma “faculdade picareta de uma PUC” e via a MP apenas como a tentativa do “Malan querer mais dinheiro” (*O Globo*, 7/12/98). O núcleo de educação da bancada do PT demonstrou bastante sensibilidade com a situação das filantrópicas, pois iria “propor modificações na legislação a fim de garantir que, para efeito da isenção da contribuição previdenciária, fosse também considerado o valor das bolsas de estudo concedidas de forma parcial a estudantes carentes” (*Jornal das Comunitárias*, nº 8, abril/maio 99, p. 4).

Antes de examinarmos as alterações introduzidas pela Lei 9.732, de 11/12/98, convém fazermos uma breve retrospectiva da legislação sobre a isenção da cota patronal. Criada pela Lei 3.577, de 4/7/59, que introduziu a figura do certificado de fins filantrópicos, a isenção foi revogada no Governo

Geisel, pelo Decreto 1.572, de 1977, o qual, no entanto, mantinha os certificados já concedidos e, portanto, o privilégio da isenção. A generosidade oficial com as filantrópicas se manifestou também através da anistia de dívidas previdenciárias anteriores à Lei 3.577 (Lei 3.933, de 4/8/61) e de sua liquidação mediante serviços por elas prestados ao INSS (Lei 7.577, de 23/12/86, e Decreto 94.180, de 3/4/87). A possibilidade de obtenção do privilégio só foi reaberta pela Lei 8.212, de 24/7/91, cujo art. 55 exigia que as entidades (1) fossem reconhecidas como de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou municipal, (2) fossem portadoras do Certificado ou do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo CNAS, (3) promovessem a assistência social benéfica, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos, excepcionais ou pessoas carentes, (4) não percebessem seus diretores, conselheiros,

sócios, instituidores ou benfeitores remuneração e não usufruíssem vantagens ou benefícios a qualquer título, (5) aplicassem integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. É essa reabertura que explica o grande crescimento do conjunto das filantrópicas (não só as educacionais) nos anos 90, que passaram de cerca de 3.000, em 1993 (quando o Conselho Nacional de Serviço Social foi extinto), para 6.555, em 2000 (MESTRINER 2001, p. 263). Contrário à inclusão de serviços educacionais na categoria de assistência social, contida na Lei 8.212 e, portanto, da legalidade da concessão do certificado de filantropia a instituições educacionais, Celso Barroso Leite, especialista em Previdência Social e procurador aposentado do INSS, em vários artigos na Revista da Previdência Social e na Revista da Procuradoria Geral do INSS, argumenta que o art. 195, § 7º, da CF, de 1988 só permite isenção a entidades benéficas de assistência social, conceito que não inclui educação, segundo o Art. 203, da CF. “Antes [da Constituição] faziam jus a ela [isenção] as entidades filantrópicas em geral, ou assim consideradas, que atendessem a determinados requisitos formais, nem sempre verificados com o rigor necessário. Hoje, nos expressos termos do §7º do seu art. 195, só tem direito a ela as “entidades benéficas de assistência social” (LEITE 1999).

Dois outros atos legislativos nos anos 90, no entanto, impuseram condições para a isenção. Os Decretos 752, de 1993, e 2.536, de 5/4/98, exigiam a destinação de 20% da receita bruta das filantrópicas para gratuidades, porém o mais provável é que isso foi facilmente contornado mediante a classificação, como gratuidades, dos descontos concedidos nas mensalidades, constituindo os “bolsistas parci-

ais". A importância dessas bolsas "parciais" pode ser aquilatada pelo balanço da Sociedade Educacional São Paulo Apóstolo (UniverCidade), do Rio de Janeiro, cuja receita operacional em 1997 teria sido de R\$ 46 milhões, dos quais R\$ 14 milhões em "bolsas" (O Globo, 24/3/98).

O governo reconhecia a própria dificuldade de se enfrentar esse artifício das filantrópicas. Segundo a matéria "Preço alto e filantropia desconhecida" (O Globo, p. 3, 1/12/98), para uma escola receber o certificado de filantropia, não precisava distribuir a cota de 20% da receita bruta em bolsas de estudo integrais para alunos pobres, pois, com o Decreto 2.536, poderia "simplesmente dar descontos parciais na mensalidade para alguns alunos e assim se enquadrar na legislação. Como o preço das mensalidades está liberado, fica difícil ao governo avaliar o grau de filantropia praticado pela escola. Nenhum órgão governamental, por exemplo, pode contestar a planilha de custos apresentada por um colégio e dizer se a mensalidade cobrada regularmente é a correta." Em 22 de maio de 1999, na matéria intitulada "Governo cassa isenção de 51 entidades de ensino", O Globo noticiava que o ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, acusava as entidades de não oferecerem vagas gratuitas correspondentes a 20% da receita, contabilizando como gratuidade descontos parciais sobre a mensalidade dados a alunos não carentes, que, em muitos casos, eram filhos de funcionários e de professores. Manobras desse tipo e outras foram denunciadas em várias matérias da *Folha de São Paulo* veiculadas em novembro e dezembro de 2001. Em 25 de novembro, Josias de Souza relatou o caso da Faap (Fundação Armando Álvares Penteado), da cidade de São Paulo, com faturamento anual de R\$ 80 milhões e classificada como filan-

tropica, que, pelo Decreto 2.536, teria que destinar pelo menos 20% de sua receita em gratuidades a alunos carentes (definidos legalmente como os de R\$ 300 de renda familiar mensal), mas o INSS constatou que ela tem aplicado apenas 1,16% da receita nessas gratuidades. Para simular o cumprimento da lei, a Faap teria concedido bolsas a funcionários e seus parentes, além de um desconto generalizado a todos os estudantes, mesmo "os mais endinheirados". Mesmo assim, com superávit financeiro de R\$ 18 milhões em 2000 e aplicações em ouro e fundos de investimento, a Faap conseguiu renovar o seu título de filantrópica junto ao CNAS, embora a auditoria do INSS tivesse recomendado a cassação com base numa série de irregularidades, como o pagamento de remuneração a seus dirigentes.

A polêmica da Lei 9.732 - que alterou dispositivos da Lei 8.212 e 8.213, de 24/7/91, e da Lei 9.317, de 5/12/96 - girou em torno do Art. 4º, que prevê a isenção das contribuições previdenciárias patronais "na proporção do valor das vagas cedidas, integral e gratuitamente, a carentes, e do valor do atendimento à saúde de caráter assistencial", desde que as instituições filantrópicas satisfizessem os requisitos referidos nos incisos I, II, IV e V do art. 55 da Lei 8.212. Esta formulação suscitou interpretações divergentes entre, de um lado, o governo, e, de outro, os defensores das filantrópicas. Segundo a matéria "Escolas levantam dúvidas sobre texto da MP" (O Globo, 11/12/98),

para o governo, ela significa isenção proporcional ao percentual de alunos atendidos com bolsas integrais. Uma escola com mil alunos e bolsas integrais a 100 estudantes teria desconto de 10% nos 20% de contribuição devida sobre a folha de salários e pagaria 18%. Mas os parlamentares da "bancada da educação" (as filantrópicas), com o aval do senador Jáder Barbalho (relator do projeto de conversão da MP 1729), consideraram que as escolas poderão abater o valor bruto das bolsas integrais: se um colégio concede R\$ 200 mil em bolsas e deve R\$ 500 mil de contribuição patronal, pagará R\$ 300 mil. Por causa dessa divergência de interpretações, a "bancada da educação" iria pedir a anulação da votação, que, se foi pedida, não resultou em anulação.

O Decreto Federal 3.039, de 28/4/99, que, entre outras providências, procurou regulamentar as modificações introduzidas pela Lei 9.732, estabelece dois tipos de isenção previdenciária para filantrópicas: a total se destina àquelas que ofereçam exclusivamente vagas gratuitas a carentes (definidos como aqueles com renda familiar mensal de até R\$ 260); a proporcional é para aquelas que, mesmo não sendo gratuitas, ofereçam vagas integralmente gratuitas a carentes (definidos como aqueles com renda familiar mensal de até R\$ 300), o que significa que bolsas parciais não poderiam ser contabilizadas para fins de isenção parcial da cota previdenciária. O problema da isenção proporcional é que a sua formulação legal não parece muito clara, pois corresponderia ao "percentual resultante da relação existente entre o valor efetivo das vagas cedidas, integral e gratuitamente, e a receita bruta mensal proveniente da venda de serviços e de bens não integrantes do ativo imobilizado, acrescida da receita decorrente de doações particulares, a

ser aplicado sobre o total das contribuições sociais devidas.” (Art. 30, § 1º).

As filantrópicas não tardaram a reagir às alterações contidas na MP e na Lei 9.732, alegando que a redução da isenção previdenciária significaria o fim de bolsas de estudo e de atividades sociais oferecidas pelas filantrópicas e aumento de mensalidades. Segundo o reitor da PUC-SP e presidente da Associação das Universidades Comunitárias, Antônio Carlos Ronca, “O pagamento de contribuições, caso a instituição deixe de ser considerada entidade filantrópica, representaria uma despesa extra de cerca de R\$ 24 milhões. A saída para se adequar à nova realidade seria acabar com as bolsas de estudo e com programas sociais.” (O Globo, 30/11/98). Na mesma matéria, Gilberto Oliveira Castro, reitor da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, filantrópica mas não comunitária, previu também aumento de mensalidades e diminuição do número de oferta de vagas nas universidades.

O mais provável, no entanto, é que tenha acontecido o aumento das mensalidades, porém não a diminuição das vagas nas IES privadas, cujas matrículas vêm crescendo em ritmo veloz no governo FHC, conforme o documento do MEC mencionado acima. A ABMES, embora reconheça que a filantropia era um “grande guarda-chuva para muitas faculdades e hospitais que conseguiram o referido diploma por tráfico de influência ou outros métodos eticamente duvidosos”, critica o governo por preferir “a política da terra arrasada, eliminando toda e qualquer isenção patronal para todos, santos e pecadores” (ABMES Notícias Nº 58, maio/junho 99) e cita artigo de Luciano Mendes de Almeida, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), publicado na *Folha de São Paulo*, em 22 de maio de 1999, condenando a “profunda perversão social” da Lei, ao

*O mais provável, no entanto, é que tenha acontecido o aumento das mensalidades, porém não a diminuição das vagas nas IES privadas, cujas matrículas vêm crescendo em ritmo veloz no governo FHC.*

excluir alunos pobres das faculdades. Em novembro de 1997, a ABMES já criticara o governo federal pela inconstitucionalidade da Medida Provisória 1602, de 14/11/97, que só permitia a isenção a instituições de educação e assistência social “sem qualquer remuneração” (ABMES Notícias 48, “Educação, compromisso do governo?”, nov. 97).

Nem todas as privadas reagiram negativamente à restrição das isenções às filantrópicas. Pedro Guimarães Ferreira, vice-reitor da PUC-RJ, em artigo publicado em *O Globo* (17/5/99), reconhece que as instituições de ensino superior (IES) privadas com fins lucrativos e sem o certificado de filantropia estão “possivelmente até satisfeitas, na medida em que se tornam doravante mais competitivas, diante do impacto negativo sobre as outras, enquanto que as que já têm o dito certificado, mas não são de fato sem fins lucrativos, têm também, as mais das vezes, reservas financeiras que lhes permitem suportar, ao menos parcialmente, a nova fatura.” O prejuízo ficaria apenas com “as instituições mais identificadas com o ideal da educação” e “promovem uma série de atividades gratuitas e que terão de deixar de fazê-lo, se é que conseguirão sobreviver.” A avaliação favorável à restrição vem do presidente do Sindicato dos Hospitais do Município do Rio de Janeiro, Paulo Romano, que apóia o fim das isenções porque “a maior parte de seus filiados sofre concorrência desleal de outras instituições, que são consideradas fi-

lantrópicas. Elas vão ter de demonstrar a caridade que fazem” (*O Globo*, p. 3, 1/12/98). Não temos notícia de posição semelhante entre as IES privadas, pois, das 240 instituições privadas filiadas ao Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), de São Paulo, apenas a Universidade São Judas Tadeu declara ter fins lucrativos (“Receita investiga universidades particulares”, *O Globo*, 7/12/97).

No seu contra-ataque, as escolas privadas, em particular as comunitárias, conseguiram sensibilizar pelo menos uma parte de seu estudantado para tentar anular as modificações introduzidas pela Lei 9.732/98. Por exemplo, o presidente do Conselho dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul, Aliam Giovani Stefanello, saiu em defesa da isenção da cota patronal previdenciária das filantrópicas alegando que “Com a perda das isenções que gozavam as universidades filantrópicas, o aluno, mais uma vez, acabou sendo prejudicado. Devido a esse acréscimo de despesas, a maioria das instituições de ensino superior acabaram repassando esses custos, ou parte deles, para os estudantes” (*Jornal das Comunitárias*, nº 8,

abril/maio de 99) O nº 7 do mesmo jornal (fev./mar. 99) noticia a ida de caravana de estudantes de universidades comunitárias a Brasília para protestar contra as restrições impostas pela Lei 9.732/98.

As reações das filantrópicas surtiram efeito, pois conseguiram sustar as restrições contidas na Lei 9.732 através de liminar concedida, em 14/7/99, pelo Supremo Tribunal Federal à ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 2028-5 impetrada pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Serviços, que beneficiou todas as filantrópicas, as quais, para continuar gozando da isenção previdenciária, não precisariam conceder bolsas de estudos integrais no montante correspondente à isenção. A situação real atual não parece muito clara, pois a concessão da liminar significou a suspensão das restrições à isenção, porém as filantrópicas, pelo menos as universidades comunitárias reunidas na ABRUC, mesmo após a liminar, continuavam culpando tais restrições pela diminuição das bolsas de estudo oferecidas. Na matéria "Alterações no programa não encerram discussões" (*Jornal das Comunitárias*, Nº. 10, set/out. 99), o presidente da ABRUC, Antônio Ronca, lamentava que o "fim da isenção da filantropia resultou na drástica redução das bolsas de estudo oferecidas". Terão sido as restrições contidas na Lei 9.732 mais um pretexto para a diminuição de tais bolsas e/ou aumento de mensalidades?

Em vista da reação das filantrópicas e da sua mobilização junto aos políticos governistas e opositoristas, o governo procurou uma solução conciliatória através da MP 1827, de 27/5/99, criando o novo crédito educativo, o FIES, no mesmo mês em que as filantrópicas começariam a ter de cumprir as novas restrições da Lei 9.732. Este propósito conciliatório fica evidente no

financiamento do programa, constituído de títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional que as IES privadas utilizariam para pagar as suas dívidas previdenciárias passadas e futuras. Em outras palavras, elas não receberiam dinheiro vivo mas apenas papéis para saldar tais dívidas. Outro elemento conciliatório da MP é o que permitia, excepcionalmente em 1999, o financiamento a estudantes "comprovadamente carentes que tenham deixado de beneficiar-se de bolsas de estudos integrais ou parciais concedidas pelas instituições referidas do art. 4º da Lei 9.732, de 11/12/98, em valor correspondente à bolsa anteriormente recebida." Além disso, em consequência do êxito das filantrópicas em suspender por ADIN as restrições contidas na Lei 9.732, o governo incluiu na Lei do FIES, a 10.260, de 12/7/01, um artigo (não incluído na MP original) que obrigava as filantrópicas a aplicar o montante equivalente à isenção em "bolsas de estudos, no percentual igual ou superior a 50% dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino, a alunos comprovadamente carentes e regularmente matriculados". Este artigo também foi alvo de Ação de Inconstitucionalidade, de Nº 2545-7, pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino) junto ao STF, que concedeu liminar, em 1/2/02, suspendendo-o com o argumento de que ele "ao trocar a imunidade previdenciária pela obrigação de investir em bolsas de es-



tudo, acabou excluindo um benefício concedido às entidades em razão de seu caráter assistencial", segundo a relatora, ministra Ellen Gracie Northfleet ("STF desobriga filantrópicas a concederem bolsas de estudo", *O Globo*, 2/2/02).

Apesar dessas ações jurídicas bem sucedidas das filantrópicas, muitas tiveram o seu certificado cassado, porém não sabemos se e quando passaram ou passarão a pagar a contribuição patronal integral. *O Globo* noticia que "cerca de 300 entidades filantrópicas que tiveram seus títulos cassados pelo CNAS no ano passado [em 2000] mantêm uma isenção mensal estimada em R\$ 250 milhões. Essas entidades recorreram ao conselho para reaver o título e os processos podem demorar anos: elas têm o direito ainda de recorrer ao ministro da Previdência e, finalmente, à Justiça, onde a tramitação é lenta. Enquanto não sai a sentença final, a isenção é mantida. Com isso, o governo deixa de recolher cerca de R\$ 3 bilhões por ano" ("A farra dos recursos de entidades filantrópicas", 15/4/01). O problema não se reduz apenas à morosidade deste processo, pois as filantrópicas parecem contar com amigos poderosos dentro do Ministério da Previdência e do CNAS, segundo denúncia de fiscais do INSS publicada na *Folha de São Paulo*, em 18/11/01, e em *O Globo* em 25/11/01. "Das denúncias encaminhadas este ano ao Conselho Nacional de Assistência Social, apenas 8% foram acolhidas. (...) Embora o CNAS tenha sido notificado de irregularidades em 37 entidades filantrópicas, só três receberam algum tipo de punição." Segundo o presidente da Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (Fenafisp), Flávio Pires de Campos, "Pessoas que desfrutam das vantagens oferecidas às filantrópicas têm influência sobre os conselheiros. Os fiscais es-

tão cumprindo seu papel, denunciando as instituições irregulares, mas os processos são derrubados no CNAS" (*O Globo*, 25/11/01). A matéria menciona o caso da fundação Gorceix, ligada a uma universidade privada de Ouro Preto (MG), cujo certificado de filantropia teve sua cassação pedida pelos auditores do INSS por não aplicar 20% das receitas em gratuidades. Porém, no CNAS, a denúncia foi ignorada pelo relator Eduardo Barbosa, deputado federal pelo PSDB de Minas, que mandou arquivar o relatório e pediu a renovação do certificado. A revolta dos fiscais cresceu com a portaria editada pelo ministro da Previdência, Roberto Brant, no começo de novembro, prevendo que só o presidente do INSS poderá fazer representações ou recursos ao conselho. Os fiscais descobriram que outras entidades denunciadas mascararam a aplicação obrigatória dos 20% em assistência social, concedendo bolsas para filhos de funcionários, considerando redução de mensalidade, concessão de descontos e até empréstimos de salas para reuniões comunitárias como gratuidade. Apesar de todas essas irregularidades, as filantrópicas não parecem correr o risco de ser punidas, pois o ministro Roberto Brant teria elaborado decretos perdoadando universidades e hospitais filantrópicos em situação irregular e dando-lhes prazo de três anos para se acertarem, segundo a matéria de Josias de Souza na FSP (2/12/01).

Apesar das cassações, em 8 de fevereiro de 2002, a página do MPAS (Ministério da Previdência e Ação Social) na Internet ([www.mpas.gov.br](http://www.mpas.gov.br)) ainda registrava como entidades isentas empresas educacionais como a Sociedade Universitária Gama Filho (cujo certificado de entidade de fins filantrópicos é de 1968), a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (com certificado concedido em 1975) e a Sociedade

*Parece razoável concluir que a mudança legislativa teve efeito prático limitadíssimo na supressão do privilégio de isenção previdenciária e, portanto, as filantrópicas continuam a gozar deste financiamento público indireto para o seu funcionamento e expansão.*

Educacional São Paulo Apóstolo (que, com certificado de 1975, é a "mantenedora" de unidades de ensino fundamental, médio e superior da UniverCidade), que tiveram um crescimento fabuloso nos últimos anos, conforme pode ser atestado pela frequência e tamanho dos anúncios nos jornais do Rio de Janeiro, além da multiplicação das matrículas.

Diante de tudo isso, parece razoável concluir que a mudança legislativa teve efeito prático limitadíssimo na supressão do privilégio de isenção previdenciária e, portanto, as filantrópicas continuam a gozar deste financiamento público indireto para o seu funcionamento e expansão. Esta isenção significou e significa ainda também o financiamento público à previdência/aposentadoria de empregados das filantrópicas, tendo em vista que eles recolhem a sua contribuição (correspondente a 1/3) mas não as filantrópicas onde trabalham, cuja cota equivaleria a 2/3 do financiamento devido, como acontece nas demais empresas que cumprem a lei. Em outras palavras, o buraco deixado pelo não-recolhimento da cota patronal das filantrópicas

será financiado pelo conjunto dos contribuintes privados (empregados e empregadores - na verdade, apenas pelos empregados, uma vez que os empregadores repassam tais custos para os preços dos produtos e serviços) à previdência/aposentadoria dos empregados das filantrópicas. Temos, assim, mais um exemplo da clássica socialização do prejuízo e privatização do lucro.

### 3.3 - Isenção do salário-educação

Uma outra fonte indireta tem sido a isenção do salário-educação para todas as instituições de ensino privadas desde 1964, quando ele foi criado pela Lei 4.440. Tal isenção continuou para todas elas até recentemente, quando em agosto de 1996 a MP do salário-educação, a 1518, restringiu a isenção apenas a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, restrição confirmada na lei em que veio a se transformar, a 9.766, de 18/12/98. Não é por acaso que as privadas que perderam esse privilégio com a MP 1518 ameaçavam aumentar as mensalidades com o fim dessa isenção ("Mensalidade pode aumentar 1,75% em 97", *O Globo*, 25/9/96). Essa isenção significava (e significa hoje para as comunitárias, confessionais ou filantrópicas) que elas deixavam e deixam de recolher esta contribuição social de 2,5% sobre a folha de pagamento. Não temos meios de calcular o montante desta isenção hoje, mas é possível que alcance algumas dezenas de milhões

de reais por ano. Como a isenção existiu para todas as privadas desde 1964, representou (e representa ainda) um financiamento indireto às IES privadas que talvez tenha alcançado centenas de milhões (ou talvez mais de um bilhão) de reais em valores atualizados.

#### **4- Fontes diretas: subsídios, bolsas, subvenções, empréstimos, crédito educativo, FIES**

Não contentes com as vultosas fontes indiretas de recursos públicos para o seu financiamento, as privadas procuraram e conseguiram obter fontes públicas diretas. Começamos por um breve exame das Constituições Federais e leis ordinárias. A Constituição de 1937, do Estado Novo, permitia subsídios públicos a indivíduos ou associações particulares e profissionais que oferecessem o “ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas” (Art. 129). A de 1967 (Art. 168, parágrafo 2º) prometia “amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo” à iniciativa particular, disposição repetida na Emenda Constitucional 1, de 1969 (Art. 176, § 2º). A CF de 1988 (Art. 213), por sua vez, permite a destinação de recursos públicos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que atendam a uma série de requisitos, cujo cumprimento não é tão difícil (VELLOSO 1988). No caso de recursos públicos para as IES privadas, o parágrafo 2º, do art. 213, abre uma brecha enorme ao permitir que “As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público”, contando com um reforço adicional no Art. 61, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual “As entidades educacionais a que se refere o art. 213, bem como as fundações de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei, que preencham os re-

---

*Não contentes com as vultosas fontes indiretas de recursos públicos para o seu financiamento, as privadas procuraram e conseguiram obter fontes públicas diretas.*

---

quisitos dos incisos I e II do referido artigo e que, nos últimos três anos, tenham recebido recursos públicos, poderão continuar a recebê-los, salvo disposição legal em contrário.”

O favorecimento à iniciativa privada também pode ser encontrado na legislação ordinária. Segundo Cury (1992, p. 53), o art. 8º, do Decreto 7.247, do Império, permitia subvenção às escolas particulares, desde que não houvesse escolas públicas por perto. No início do período republicano, o art. 71, do Decreto 981, de 8/11/90, permitia a subvenção a “escolas particulares, que receberem e derem instrução gratuitamente a 15 alunos pobres, pelo menos” (CURY 1992, p. 53). A concessão de subvenções continuou numa série de outros dispositivos legais no século XX. Em 1931, foram oferecidas pelo Decreto-Lei 20.361 a estabelecimentos privados de ensino técnico, além de instituições de caridade, sendo o universo das instituições educacionais beneficiadas ampliado pela Lei 119, em 1935, de modo a abranger as de “qualquer grau e ramo”, desde que atendessem a uma série de requisitos, um deles o de prestarem “serviços gratuitos”, formulação vaga e, portanto, facilmente contornável (como já visto na parte relativa às filantrópicas), pois não define a proporção da gratuidade em relação ao total dos serviços prestados ou renda auferida. O requisito de prestação de serviços gratuitos foi suprimido no dispositivo legal seguinte, o Decreto Lei 527, de 1938, facilitando ainda mais a obtenção de subvenções. No entanto, essa exigência voltou no dispositivo seguinte, o

Decreto-Lei 5698, de 1943, com requisito também facilmente contornável, como a de que tais serviços fossem oferecidos “com real utilidade ... a pessoas ou famílias necessitadas.” Uma formulação ligeiramente diferente constou do Decreto-Lei 29.425, de 1951, exigindo apenas a definição do número e natureza dos serviços gratuitos prestados e tornando mais clara a distinção entre subvenções ordinárias e extraordinárias, presente de maneira vaga nos Decretos-Lei 527 e 5698. Enquanto as ordinárias se destinavam à manutenção de atividades permanentes das instituições subvencionadas, as extraordinárias tinham o propósito de financiar a sua expansão, pois se destinavam a “construções, obras de reforma, aquisição, adaptação, conservação e melhoria de imóveis e equipamentos”. A Lei 1.493, também de 1951, não exigiu serviços gratuitos, porém a concessão da subvenção foi condicionada ao caráter filantrópico da instituição, entre outros requisitos.

O privatismo não se limitou ao plano legal, pois as subvenções foram frequentemente alvo de intermediação de políticos e campo fértil para o clientelismo e corrupção, a ponto de o CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social, órgão do MEC que concedia o registro e certificado a entidades de

assistência social), ter tido como conselheiro, de 1985 a 1992, José Carlos Alves dos Santos, envolvido no escândalo do orçamento federal em 1993 (MESTRINER 2001), conhecido como o escândalo dos “anões do orçamento”. As irregularidades foram tantas (por exemplo, a não-prestação de contas pelas entidades subvencionadas e a existência de entidades-fantasma) que o CNSS foi extinto em 1993 e substituído pelo CNAS. A magnitude dessas irregularidades pode ser aferida pelo número de entidades que perderam o registro (que dá direito a subvenções) neste momento de transição para o CNAS. Segundo a Irmã Rosita Milesi, conselheira do CNAS, das 30 mil entidades com registro no CNAS, mais de 15 mil tiveram o registro cancelado (MESTRINER 2001, p. 222).

Ao que parece, o CNAS não foi purgado dos pecados privatistas do antigo CNSS, conforme mostra Josias de Souza, em matéria sobre a concessão do certificado de filantropia à PUC-MG (“Asmodeu livra universidade católica do pecado filantrópico”, FSP, 17/2/02). Mesmo tendo o seu pedido de renovação do certificado indeferido pela equipe técnica do CNAS, em novembro de 1998, por não aplicar os 20% da receita em gratuidades, a PUC-MG (com receita de R\$ 34,5 milhões, em 1994, R\$ 66,4 milhões, em 1995, e R\$ 103,3 milhões, em 1996) recebeu uma atenção especial do presidente do CNAS para tentar, mais uma vez, demonstrar contabilmente que cumprira essa exigência e merecia o certificado, o que acabou conseguindo, talvez também pelo fato de Roberto Brandt, ministro da Previdência, ser “um declarado simpatizante da PUC”.

Além das subvenções (dinheiro a fundo perdido), as escolas privadas se beneficiaram legalmente de bolsas de estudo ou financiamento. A primeira LDB (Lei 4.024), de 1961, autorizava a

concessão de bolsas de estudo em estabelecimentos de ensino reconhecido, escolhidos pelo candidato ou seu representante legal (Art. 94, § 1º) e o financiamento a estabelecimentos particulares (Art. 95, alínea c). A Lei 5.691, de 1971, repetindo as disposições da Constituição de 1967, previa o amparo técnico e financeiro do Poder Público às instituições de ensino particulares (Art. 45). A segunda LDB (Lei 9.394), de 1996, reproduz as mesmas permissões de recursos públicos para as instituições privadas contidas na CF, de 1988. Um exemplo recente de apoio estatal às IES privadas é a portaria 44, da Capes, de 13/7/98, que prevê o pagamento das taxas escolares de pós-graduandos bolsistas da Capes nelas

---

*Um outro mecanismo legal privatizante foi o salário-educação, contribuição social que, embora criada em 1964 para financiar o então ensino primário público, serviu para sustentar as escolas privadas.*

---

matriculados. Ou seja, além de oferecer bolsas, a Capes arca com todos os encargos educacionais (mensalidades, taxas). Embora não tenhamos informações sobre o montante de bolsas a pós-graduandos e professores das IES privadas, bem como dos auxílios financeiros a eles concedidos para pesquisas e atividades outras, ele deve alcançar algumas dezenas ou, provavelmente, centenas de milhões de reais (considerando-se todas as instituições estatais de fomento à pesquisa, como Capes, CNPq e fundações estaduais de amparo à pesquisa, como a Fapesp, Faperj, Fapemig e outras).

Um outro mecanismo legal privatizante foi o salário-educação, contribuição social que, embora criada em 1964 para financiar o então ensino pri-

mário público, serviu para sustentar as escolas privadas, ao permitir que as empresas, em vez de fazerem o seu recolhimento aos cofres públicos, montassem escolas para seus funcionários e dependentes (o Bradesco e algumas grandes empresas aproveitaram esta brecha legal) ou comprassem vagas nas escolas particulares para seus funcionários e dependentes, inicialmente no ensino primário, depois no 1º Grau (a partir de 1971). Esta isenção foi aproveitada intensamente pelas empresas privadas a ponto de, em 1984, cerca de 50% das matrículas no ensino fundamental da rede particular do Brasil serem financiadas pelos recursos do salário-educação (VELLOSO 1987). Como previsto, esta privatiza-

ção legal dos recursos públicos (incorporada inclusive na CF de 1988) foi acompanhada de pirataria (“a privatização ilegal”), com a pilhagem do dinheiro público por meio das fraudes. Segundo MELCHIOR (1987, p. 22), com base em estudo interno do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), as fraudes mais comuns eram: “(a) as escolas recebiam as bolsas do salário-educação e, além disso, cobravam dos alunos a diferença que

existia para integralizar as mensalidades; (b) as escolas recebiam bolsas do salário-educação e apresentavam uma relação de alunos bolsistas “fantasma”, isto é, eles não existiam; (c) as escolas recebiam mais bolsas de estudo do que sua capacidade de matrícula.” Outras fraudes foram a concessão de bolsas em escolas que só existiam no papel e o fornecimento, pelas escolas, de recibos de valor maior do que a quantia efetivamente paga pelas empresas devedoras do salário-educação. Conforme mostra Velloso: “A diferença entre o valor do recibo e a quantia paga ia engordar o lucro da firma ou a carteira de seus dirigentes” (1987, p. 5).

Embora a EC 14, de setembro de 1996, tenha decretado o fim dessa privatização legal, essa proibição só valeria para alunos ingressantes, não para os que já eram financiados com o salário-educação em escolas privadas até 1996, que poderão continuar contando com tais recursos até a conclusão do ensino fundamental, presumivelmente até 2003, quando os que ingressaram em 1996 terão concluído o ensino fundamental.

Auxílios financeiros outros foram canalizados para as IES privadas. Segundo Tramontin e Braga (1988), o Plano de Metas do governo federal para 1986-89 previa “apoiar em até 30% dos respectivos orçamentos 20 universidades comunitárias”, que, a partir de 1988, “passam novamente a ter em seus orçamentos receitas substantivas e sistemáticas da União” (p. 34). Segundo Miranda (1989), 8,8% dos recursos do Programa Nova Universidade, de 1985/86, do governo federal, teriam sido destinados às IES privadas na fase zero e 14,7% na primeira fase.

Empréstimos de dinheiro público a juros bastante favoráveis (que nenhum cidadão comum consegue em banco comercial) têm sido outra fonte das IES privadas. Em 1997, o MEC e o

---

*Empréstimos de dinheiro público a juros bastante favoráveis (que nenhum cidadão comum consegue em banco comercial) têm sido outra fonte das IES privadas.*

---

BNDEs firmaram acordo para a abertura de linha de crédito para o Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das IES públicas e privadas (“MEC e BNDES darão crédito para universidades”, *O Globo*, 13/6/97). Com dotação inicial de R\$ 500 milhões, o programa já teria, em novembro de 2000, aprovado 63 projetos de IES privadas (no valor total de R\$ 433 milhões) e 22 de IES públicas (no total de R\$ 252 milhões), segundo o boletim eletrônico (ano I, nº 3) disponível na página eletrônica (site) do MEC.

Outro instrumento legal de canalização de recursos públicos para as IES privadas foi o crédito educativo (Creduc), cuja importância financeira e política pode ser avaliada pela existência, em 1997, de uma Frente Parlamentar do Crédito Educativo, conforme o artigo “Novos horizontes para o crédito educativo”, de Paulo Bornhausen, deputado federal pelo PFL de Santa Catarina (*O Globo*, 7/5/97). Criado pelo governo militar em 1975, o Creduc consistiu num empréstimo para o pagamento de mensalidades e manutenção de estudantes supostamente carentes matriculados em IES privadas. Financiado com recursos públicos, o programa, embora justificado como auxílio aos estudantes pobres, serviu para subsidiar as privadas que, sem o programa, perderiam uma parcela de sua clientela. Além de subsidiar instituições particulares, o programa trouxe grandes prejuízos aos cofres públicos, pois uma grande proporção dos empréstimos não foi paga pelos estudantes após a conclusão do curso (SCHWARTZMAN 1995). Consideran-

do-se os 24 anos de vigência do Creduc (1975 a 1999), a elevada inadimplência e a correção dos empréstimos a uma taxa muito inferior à inflação do período, é provável que este prejuízo tenha alcançado centenas de milhões ou mesmo alguns bilhões de reais em valores de hoje. Segundo matéria de *O Globo* (1/9/98), o saldo devedor do crédito educativo seria de R\$ 450 milhões, num total de 150 mil contratos.

Em 1999, o Creduc foi substituído pelo FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), através da MP 1827, em 27/5/99, reeditada 25 vezes até se transformar na Lei 10.260, em 12/7/2001. Em 1999, segundo o relatório do TCU (Tribunal de Contas da União, 2000, p. 430) sobre as contas do governo federal, o FIES teria contado com dotação orçamentária de R\$ 244 milhões, dos quais R\$ 141 milhões teriam sido utilizados para “beneficiar” 104.736 estudantes, número prestes a alcançar 200.000 no segundo semestre de 2001, segundo depoimento de Magno Maranhão, presidente da Anaceu (Associação Nacional de Centros Universitários - [www.anaceu.org.br](http://www.anaceu.org.br)), à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

O curioso sobre o Creduc e o Fies é entidades e partidos com discurso de defesa do ensino público defenderem tais programas com o argumento de



que estudantes carentes devem ser ajudados porque são forçados a estudar em escola particular pela omissão do governo. É o que fez Ricardo Cappelli, presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) e estudante de Informática da Universidade privada Estácio de Sá, do Rio de Janeiro (“Crédito educativo já”, *O Globo*, 11/9/98). “Estudar numa escola privada hoje não é opção, mas sim imposição. De todas as vagas universitárias abertas, apenas 1/3 é oferecido pela rede pública e 2/3 pela particular. É uma realidade cruel, pois a imensa maioria dos jovens, não tendo como pagar as altas mensalidades, acaba sendo automaticamente excluída da rede privada, enquanto 1/3 restante deles sofre para ingressar no ensino superior gratuito, disputando com 30 e até 40 estudantes cada uma das vagas oferecidas. É por isso que defendemos o crédito educativo. Não vemos nele a solução para o problema, mas uma forma de atenuar a distorção existente.”

Este apoio da UNE foi manifestado em outra ocasião, pelo secretário-geral da Executiva da UNE, Sósthene Macedo, em entrevista concedida ao *Jornal da Abruc* (p. 3, nº 11, de nov./dez. 99): “Estamos também brigando por maiores verbas para o FIES, antigo CREDUC, na tentativa de garantir ao aluno carente o acesso à educação. Para a UNE, qualquer ajuda no sentido de se preservar a filantropia para as “verdadeiras instituições filantrópicas”

e o incentivo ao aperfeiçoamento do programa FIES é de grande valia.”

Aparentemente o FIES foi criado para compensar a perda do privilégio da isenção previdenciária das filantrópicas, segundo avaliação do deputado federal Padre Roque (PT-PR), para quem “O novo crédito educativo foi um cala boca para as escolas que perderam a isenção da filantropia” (“Oposição abre guerra contra a MP do novo crédito educativo”, *O Globo*, 4/6/99), avaliação confirmada pelo próprio ministro Paulo Renato, que, segundo o *Jornal das Comunitárias* (“Ministro e reitores discutem o novo Crédito Educativo - FIES, p. 3, nº 9, julho/agosto 99”), teria declarado, na apresentação do FIES na Câmara dos Deputados, que o FIES iria “suprir a lacuna deixada pela nova Lei que acaba com a filantropia”.

A Lei do FIES prevê o financiamento de até 70% dos encargos educacionais de estudantes em cursos de IES não-gratuitas com avaliação positiva pelo MEC, recebendo as IES títulos da dívida pública utilizáveis no pagamento de obrigações previdenciárias junto ao INSS ou negociáveis com outras pessoas jurídicas, alternativa essa que apresentou uma concessão do governo às pressões das IES que reclamavam de possuir títulos em montante superior às suas obrigações previdenciárias, pois na redação da MP original, a 1827, tais títulos só podiam ser utilizados para quitar essas obrigações. A entrevista com Cleo Ortigara, reitor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), vice-presidente da ABRUC e

presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas, mostra a importância dessa concessão pelo governo: “A URI tem 1.160 alunos com contratos junto ao FIES. Isso representa cerca de R\$ 230 mil mensais que recebemos em títulos da dívida pública. Estes títulos só podem ser utilizados para o débito mensal junto ao INSS. Acontece, porém, que este débito não chega a R\$ 100 mil. Logo, a universidade engaveta R\$ 130 mil por mês, em papéis sem mais nenhuma utilidade. Ora, esta é uma situação insustentável. A URI não tem gordura para renunciar às mensalidades de 1.160 alunos que estão no FIES, 945 que estão no CREDUC e tantos outros no Procred (Programa Estadual de Crédito Educativo)” (“Universidades pedem solução urgente para forma de pagamento do FIES”, *Jornal das Comunitárias*, n. 13, abril/maio 2000).

Este acúmulo de títulos de dívida pública foi uma das razões para as universidades comunitárias ameaçarem sair do FIES, assim como a inclusão, numa das medidas provisórias do FIES, de artigo impedindo as IES de resgatar os títulos por dinheiro se tivessem processos judiciais contra o INSS ou o FIES (“Universidades ameaçam crédito educativo - Instituições comunitárias e católicas se reunirão para decidir se aceitam novos alunos financiados pelo governo”, *O Globo*, 8/11/00). Embora constasse da Lei do FIES, o artigo foi suspenso por medida liminar do STF (*O Globo*, 2/2/02) na ADIN 2545-7, movida pela Confenen. Outra concessão do governo foi a diminuição de 10% para 5% no risco do montante financiado ao estudante, o que significa que, no caso de inadimplência, a IES arcaria com 5% da dívida. Apesar das críticas ao FIES e ameaças das comunitárias de não aceitarem novos estudantes pelo FIES, parece-nos que ele, assim como o crédito educativo no pas-

## A omissão do Estado e o financiamento público às IES privadas têm sido, assim, duas das mais importantes medidas de privatização do ensino superior.

sado, é um complemento nada desprezível às receitas das IES privadas.

### 5- Conclusões

Os elementos acima permitem as seguintes conclusões. Uma é que as escolas privadas (sobretudo as IES) se expandiram e se expandem não só porque existe uma demanda pelo ensino superior, mas também e sobretudo porque os governos não têm procurado atender toda a demanda, desviando-a para as IES privadas. O apoio oficial às IES privadas tem se concretizado não só por essa omissão, como também pelo financiamento público direto e indireto a elas, com a isenção de impostos, da contribuição previdenciária e do salário-educação, e a concessão de subvenções, bolsas de estudo, empréstimos subsidiados, crédito educativo, FIES ao longo das últimas décadas. Sem este financiamento público (que deve ter totalizado e ainda totalizar alguns bilhões de reais por ano), as IES privadas certamente não teriam se expandido tanto, pois as suas mensalidades teriam que ser muito maiores do que são, afastando assim a demanda de estudantes sem condições de pagar. A omissão do Estado e o financiamento público às IES privadas têm sido, assim, duas das mais importantes medidas de privatização do ensino superior.

Aparentemente, se um dos objetivos declarados do governo federal foi o empresariamento do ensino, no sentido de tratar as instituições de ensino privadas como empresas com fins lucrativos, que não merecem privilé-

gios fiscais, ele não foi bem sucedido, pois as isenções e imunidades continuam até hoje, se não para todas, pelo menos para uma proporção significativa. Essa dificuldade se deve ao fato de o próprio governo depender de uma aliança de forças com apoio nos privatistas da educação e também ao fato de os órgãos do Estado (STF, MPAS) estarem contaminados por tais interesses privatistas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABMES. *Abmes Notícias*, Brasília, nº 48, nov. 97.
- ABMES. *Abmes Notícias*, Brasília, nº 58, maio/junho 99
- ABRUC. "Ministro e reitores discutem o novo crédito educativo - FIES". *Jornal das Comunitárias*, Brasília, nº 9, julho/agosto 1999.
- ABRUC. "Universidades pedem solução urgente para forma de pagamento do FIES". *Jornal das Comunitárias*, Brasília, nº 13, abril/maio 2000.
- ABRUC. Editorial "Comunitárias: serviço público, sem fins lucrativos com qualidade acadêmica". *Jornal das Comunitárias*, Brasília, nº 1, set./out. 1997.
- ABRUC. *Jornal das Comunitárias*, Brasília, nº 4, julho/agosto 98.
- ABRUC. *Jornal das Comunitárias*, Brasília, nº 7, fev./mar. 99.
- ABRUC. *Jornal das Comunitárias*, Brasília, nº 8, abril/maio 99.
- ANJOS, Fábio Velloso Versiani et alii. Entidades filantrópicas e salário-educação.

*Fórum educacional*, Rio de Janeiro, v. 9, nº 2, abr./jun. 1985.

ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). CD com resumo de dissertações e teses em educação defendidas de 1982 a 1998). São Paulo.

BORBA, Eurico de Andrade Neves (sec. executivo da Associação de Mantenedoras de Escolas Católicas). A verdade sobre a filantropia. O Globo, Rio, 29/3/99.

BORNHAUSEN, Paulo. "Novos horizontes para o crédito educativo". *O Globo*, RJ, 7/5/97.

BRASIL MPAS (Ministério da Previdência e Ação Social). INSS (s.d). *Manual de Fiscalização*. s.d. [posterior a 1996].

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (atualizada até a Emenda Constitucional 30, de 2000). 7ª edição. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2000.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. *Constituições do Brasil* (de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações), vol. 1. Brasília, 1986.

BRASIL. MPAS (2002). item "entidades de assistência isentas da contribuição patronal" na página do MPAS na internet ([www.mpas.gov.br](http://www.mpas.gov.br)), fev.

BRASIL. Senado Federal (2000). *500 anos de legislação brasileira* (3 CDs). Brasília.

BRASIL. TCU (2000). *Relatório das contas de 1999 da União*. Brasília.

CAPPELLI, Ricardo (1998). "Crédito educativo já". O Globo, RJ, 11/9/98.

CUNHA, Luiz Antônio (1991). *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília: Flacso do Brasil. (em especial o capítulo 9, intitulado "Privatismo econômico e ideológico").

CURY, Carlos Roberto Jamil (1992). "A educação escolar como concessão". Em Aberto, Brasília, nº 50/51, abr./set.

DAVIES, Nicholas & LOBO, Ana Paula Morse (1998). *Bibliografia sobre financiamento da educação no Brasil*. 2ª edição, revisada e ampliada. Niterói: UFF, Fac. de Educação.

DAVIES, Nicholas (2001). "Plano Nacional de Educação: muito discurso, nenhum recurso". *Universidade e Sociedade*, nº 25, dez.

FERREIRA, Pedro (1999). "Em quem dói". *O Globo*, 17/5/99.

GIANOTTI, José (1997). "Último conselho". *O Globo*, RJ, 29/8/97.

LEITE, Celso Barroso (1998a). "Filantropia e contribuição social". *Revista da Previdência Social*, ano XXII, n. 205, janeiro 1998.

LEITE, Celso Barroso (1998b). "Filantropia e religião". *Revista da Previdência Social*, ano XXII, nº 215, outubro 1998.

LEITE, Celso Barroso (1999). "Filantropia e o Judiciário". *Revista da Previdência Social*, ano XXII, nº 220, março 1999.

MACEDO, Sósthene (entrevista). *Jornal das Comunitárias*, Brasília, nº 11, nov./dez. 99.

MARANHÃO, Magno (2001). Depoimento à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Site da Anaceu (Associação Nacional dos Centros Universitários - www.ana-ceu.org.br).

MELCHIOR, José Carlos de Araújo (1987). *O financiamento da educação no Brasil*. São Paulo: EPU.

MESTRINER, Maria Luiza (2001). *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez Editora.

MIRANDA, Glauro Vasques de (1989). "Financiamento das instituições de ensino superior". In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. (org.) *A universidade em questão*. São Paulo: Cortez Editora.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (1983). "O Estado e a privatização do ensino: mecanismos de sustentação da empresa privada de ensino". *Educação e Sociedade*, nº 15.

O Globo. "A farra dos recursos de entidade filantrópicas". Rio, 15/4/01.

O Globo. "Conselho acolheu apenas 8% das denúncias encaminhadas este ano". 25/11/01. p. 4

O Globo. "Dívidas do crédito educativo já estão sendo negociadas". 1/9/98.

O Globo. "Escola sobe mais que a inflação". Rio, 3/12/99

O Globo. "Escolas levantam dúvidas sobre texto da MP". Rio, 11/12/98.

O Globo. "Governo cassa isenção de 51 entidades de ensino". Rio, 22/5/99.

O Globo. "MEC e BNDES darão crédito para universidades". Rio, 13/6/97.

O Globo. "Mensalidade pode aumentar 1,75% em 97". 25/9/96.

O Globo. "O contra-ataque das universidades". 30/11/98. p. 3

O Globo. "Plástica e avião às custas de isenção fiscal". 6/12/98. p. 3.

O Globo. "Preço alto e filantropia desconhecida". Rio, 1/12/98.

O Globo. "Receita investiga universidades particulares". Rio, 7/12/97. p. 16

O Globo. "Seis mil filantrópicas têm isenção fiscal". 10/11/00.

O Globo. "STF desobriga escolas filantrópicas a concederem bolsas de estudo. Confe-

deração dos Estabelecimentos de Ensino obteve liminar contra lei federal". 2/2/02

O Globo. "Universidades ameaçam crédito educativo". 8/11/00.

O Globo. "Utilidade pública, lucro particular". 6/12/98.

O Globo. Conselho cassou 374 filantrópicas este ano. 14/6/2001.

O Globo. Dados e doestos. p. 6 (opinião sobre isenção às filantrópicas).

O Globo. Entrevista com José Roberto Arruda (líder do governo no Congresso). "Não há ajuste fiscal sem acabar com a filantropia". 30/11/98.

O Globo. Escolas ameaçam com aumentos. 10/12/98. p. 3

O Globo. Filantrópicas: Governo e CNBB vão rever lei.. 15/12/99.

O Globo. Governo aceita proposta da oposição [sobre a MP das filantrópicas]. 9/12/98. p. 3.

O Globo. Governo vence com ajuda da oposição [sobre a MP das filantrópicas]. 10/12/98. p. 3

O Globo. Isenção e abusos (Nossa opinião). 17/5/99.

O Globo. Novo desafio para o Governo. 7/12/98. p. 3

O Globo. Oposição abre guerra contra a MP do novo crédito educativo. 4/6/99.

O Globo. Oposição quer acordo com Governo [sobre a MP das filantrópicas]. 8/12/98. p. 3.

PASTORE, José (1972). *O ensino superior em São Paulo*. São Paulo: Nacional.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da (2000). *Educação conformada. A política pública de educação no Brasil - 1930-1945*. Juiz de Fora: Editora da Univ. Fed. de Juiz de Fora (em especial o item 4.3 do capítulo IV - "O empresariamento cartorial do ensino secundário").

SCHWARTZMAN, J. (1995). "O crédito educativo no Brasil". *Educação Brasileira*, Brasília, v. 17, n. 34, 1º semestre (editada pelo CRUB).

SCHWARTZMAN, J. (1999). "Questões de financiamento nas universidades brasileiras". *Estudos e Debates*, nº 20, março (editado pelo CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras)..

SOCIEDADE EDUCACIONAL SÃO PAULO APÓSTOLO. (UniverCidade) (1998). Balanço de 1997. *O Globo*, RJ, 24/3/98. p. 27 do Caderno de Economia.

SOUZA, Josias de (2001). Filantropia paga avião e BMW. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2/12/01

SOUZA, Josias de (2002). Asmodeu livra universidade católica de pecado filantrópico.

Folha de São Paulo, São Paulo, 17/2/02.

TRAMONTIN, Raulino & BRAGA, Ronald (1988). *As universidades comunitárias: um modelo alternativo*. Ipea: Brasília.

VAHL, Teodoro (1980). *A privatização do ensino superior no Brasil*. Florianópolis. Univ. Fed. de Santa Catarina.

VEJA (revista). "Jornada múltipla. Conselheiros do MEC prestam assessoria a universidades que deveriam fiscalizar." 23 maio 2001.

VELLOSO, J. (1988). "A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o financiamento do ensino: pontos de partida". *Educação e Sociedade*, nº 30, agosto.

VELLOSO, Jacques (1986). "Financiamento do ensino superior e constituinte". *Educação e Sociedade*, nº 25.

VELLOSO, Jacques (1987). Política Educacional e recursos para o ensino: o salário-educação e a Universidade Federal. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 61.

VELLOSO, Jacques (1989). "Universidade e seu financiamento: ensino público e privado na Constituinte". In: FÁVERO, Maria de Lourdes (org.) *A universidade em questão*. São Paulo: Cortez.

WOLFARTH, Celso Pedro (Pró-Reitor de Administração da Unisinos). Ingerência do Governo no ensino privado. *O Globo*, 6/6/97. p. 7.

\*\* Este texto faz parte de um estudo sobre a privatização do ensino superior nos anos 90, realizado pelo Coletivo de Política Educacional coordenado pela profa. Lúcia Neves, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Agradeço aos integrantes do Coletivo pelos comentários e sugestões sobre o texto.

\* **Nicholas Davies** é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

Regina Maria Michelotto \*

# Estratégias de democratização da universidade no Brasil e na Itália

*Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro.*

Um estudo sobre a democratização da universidade parte, em geral, da constatação primeira de que ela vem sendo destinada a poucos indivíduos, considerado o conjunto da sociedade. Existe, historicamente, uma certa organicidade, embora permeada de contradições, entre as classes sociais que detêm poder e a universidade, que inicia com a gênese desta e lhe confere caráter não-democrático. Ampliar seu espaço, permitindo o ingresso de originários de outros estratos sociais sempre tem exigido duras e repetidas lutas.

Como as diferenças e discriminações se forjam e se explicitam no próprio tecido social onde a universidade está inserida, a relação universidade - sociedade é uma relação dinâmica e contraditória que vai produzir, em contextos determinados, alterações maiores ou menores no chamado elitismo universitário. Assim, submetida a pressões internas e/ou externas pela sua democratização, a universidade, como a sociedade, utiliza estratégias de resposta, que podem significar maior ou menor grau de avanço no caminho da democratização.

Serão examinados dois desses tipos de estratégias, referentes aos casos da Itália e do Brasil, que a universidade utilizou para responder às pressões



pela sua "abertura". O primeiro encaminha a questão para a liberação do acesso a estudantes e o outro toma a via da democratização do conteúdo e do método científico para os setores da sociedade que não têm tido oportunidade de conhecê-los.

O objetivo do trabalho é explicitar contradições presentes na forma como as universidades se direcionaram para a democratização, em ambos os casos.

De um lado, foi analisada, em 1996/1997, a universidade italiana, co-

nhecida como *Universidade Aberta ou de Massa*, na qual a liberação do acesso ocorreu por lei, em 1969, resultante da pressão do movimento estudantil. De outro, tomou-se como objeto a universidade brasileira, que apresentou um significativo debate, a partir da década de 1980, sobre a *extensão universitária como veículo democratizante*.

Apresentam-se, primeiramente, pressupostos metodológicos que respaldam o presente trabalho, iniciando pela afirmação de que é necessário ana-

lisar o objeto definido em suas determinações históricas, pois

*Compreender as determinações e não vê-las como determinações históricas de uma práxis histórica [...] significa ficar preso dentro dos limites do dado, do existente, das mesmas mistificações da sociedade capitalista. [Ao invés, é necessário] buscar os fundamentos de uma etapa histórica, submergir-se na empiria dos fenômenos exteriores e abstrair, a partir deles, as determinações fundamentais do todo. Nesse processo, o método não existe fora do conteúdo. É a maneira como o conteúdo vai se revelando e assumindo uma forma racional através de um trabalho de investigação (ROCHABRÚN, 1974: 5 e 20).*

Por outro lado, analisar a relação entre universidade e sociedade significa, já de início, enfrentar-se o fator complicador derivado da não uniformidade disso que se chama de sociedade. Aqui ela não será entendida como um todo único, contínuo, tendendo à harmonia, como a queriam DURKHEIM e os positivistas em geral. Ao contrário, trata-se de uma organização extremamente heterogênea, estratificada, cujas desigualdades de base estrutural redundam em que os interesses de uma classe ou de um grupo, muitas vezes, se contraponham aos de outro. Assim, a afirmação de que a universidade deve estar voltada à sociedade na qual se insere se torna bastante abstrata, até porque a própria universidade não se apresenta como um todo harmônico e contínuo, mas é um dos *locus* especiais da contradição.

Tendo-se, portanto, uma sociedade estratificada e não sendo neutra a inserção da universidade, cabe a pergunta: com que setores sociais a universidade tem estado articulada, ou comprometida, no correr de sua história?

Como foi afirmado, a análise de sua gênese permite inferir um comprometimento, embora não isento de contradições, da universidade, desde o seu nascedouro, com as classes que detêm o poder.

O marco do surgimento da universidade, na Idade Média, está entre o ano 1.100 e 1.200, quando a Europa ocidental foi atingida por "(...) um grande afluxo de novos conhecimentos, em parte através da Itália e da Sicília, mas sobretudo através dos estudiosos árabes da Espanha" (HASKINS, 1923: 32). O poder da Igreja como detentora única do conhecimento científico estava sendo abalado, mas com firmes movimentos de resistência.

A História deixa entrever que, embora muitas vezes entendidas como isoladas da sociedade, as universidades medievais, dentre as quais as universidades de Bolonha e de Paris, são consideradas as primeiras, na verdade "(...) exerceram um papel preponderante na edificação e consolidação da cristandade, na medida em que forneciam os quadros (eclesiásticos e civis) de que esta necessitava para sua sustentação, (naquele momento histórico)" (FAGUNDES, 1985: 15). Assim, por exemplo, Santo Tomás de Aquino, que cumpriu um papel muito importante para a resistência e rearticulação da Igreja, foi professor da universidade de Paris.

Importa ratificar que as universidades cumpriam, portanto, uma função voltada para um determinado grupo social, e não para todos, conforme a palavra *universidade* pode sugerir <sup>1</sup>.

De fato, quando a revolução burguesa deslocou o poder para as mãos dos capitalistas, também a universidade sofreu mudanças de configuração. O movimento da Reforma, restringindo o poder do clero, assim como o Renascimento e sua ênfase no desenvolvimento da ciência, entre os demais

fatos do contexto, reestruturaram a sociedade e, como não podia deixar de ser, a universidade.

A chamada *universidade moderna*, segundo os historiadores, tem seu marco na Alemanha. Instituída por Humboldt sobre um projeto de Schleiermacher, no início do século XIX, foi "(...) estruturada com objetivos bem precisos; a ênfase recai sobre as atividades científicas, com plena liberdade de investigação, tendo em vista o desenvolvimento da Alemanha e a sua unificação cultural" (FAGUNDES, 1985: 20).

Tais análises põem em questionamento a idéia de alguns de que a universidade se encontra isolada do contexto e da sociedade, de cuja concepção vem o famoso e antigo epíteto de "Torre de Marfim". Existe aí, portanto, o risco de se atribuir à universidade uma falaciosa neutralidade. O que se constata, muitas vezes, é o afastamento em que essa instituição se coloca frente às necessidades concretas daqueles que dela costumam ser excluídos, o que não significa, como se viu, distância de todos os setores sociais. Conclui-se, assim, que embora muitas vezes, à primeira vista, a universidade possa merecer o referido epíteto, na verdade, sempre esteve comprometida com restritos setores da sociedade.

Ocorre que

*A universidade é uma idéia histórica. Somente a partir de sua criação e da identificação dos rumos que ela tomou, como parte de uma realidade concreta, historicamente condicionada e em íntima relação com os valores e demais instituições da sociedade podemos chegar a apreender sua essência. (...) A universidade concreta sintetiza o histórico, o cultural, o político, o econômico, ou seja, sintetiza a realidade humana em seu conjunto (FÁVERO, 1980: 10 e 113).*

Sendo essa uma síntese contraditória

ria, propicia em contextos determinados o surgimento de movimentos reivindicatórios, uma vez que a preocupação com as desigualdades sociais não deixa de atingi-la. Tais movimentos resultam em tentativas de se colocar a universidade também a serviço dos excluídos ou dos variados setores sociais. As pressões, internas e/ou externas, daí resultantes são mais ou menos eficazes, dependendo da conjuntura.

Pressionar no sentido de que a universidade se volte às demandas dos excluídos exige a compreensão de um fator preponderante nesse movimento: a *desigualdade* social, que tem marcado as sociedades. Desde épocas remotas como a antiguidade clássica, esse tema vem desafiando filósofos a sobre ele se pronunciar, seja de um ponto de vista conservador do *status quo*, procurando justificar a desigualdade social, seja visando ao seu aniquilamento.

É interessante lembrar que a teoria liberal combate a distinção entre os homens. Porém, a desigualdade que, na sua gênese, estava em foco era a que separava os homens nobres, de sangue azul, daqueles que, de posse do capital, se apoderavam do poder. Mas, na verdade, tratava-se de "(...) mudar para que tudo permanecesse tal como era", palavras com que LAMPEDUSA exprime a situação pelo personagem Tancredi, no célebre "Il Gattopardo" (1995: 41).

Assim, o impasse ocorreu quando o mesmo discurso liberal passou a ser usado para a defesa dos trabalhadores, já que

*(...) a burguesia vive em guerra perpétua; primeiro, contra a aristocracia; depois, contra as frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangei-*

*A teoria liberal combate a distinção entre os homens. Porém, a desigualdade que, na sua gênese, estava em foco era a que separava os homens nobres, de sangue azul, daqueles que, de posse do capital, se apoderavam do poder.*

*ros. Em todas essas lutas, vê-se forçada a apelar para o proletariado, reclamar seu concurso e arrastá-lo assim para o movimento político, de modo que a burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria (MARX e ENGELS, s/d: 29).*

A questão da desigualdade entre os homens representou, portanto, um grande desafio na fase das revoluções burguesas. Prova disso foi o fato de que, em 1754, J.J. ROUSSEAU participou de um concurso que premiaria quem melhor tratasse o tema. Na ocasião, esse pensador escreveu e apresentou o seu famoso "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens" (1997: 9/10).

Para ROUSSEAU, a gênese do problema encontra-se no momento em que a harmonia do convívio que havia entre os homens primitivos foi quebrada pelo estabelecimento da propriedade privada. O avanço científico tenderia, daí então, a ampliar tal disparidade.

*O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer: "isto é meu" e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: "Defendei-vos de*

*ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém" (Id. Ibid.: 72).*

Entretanto, PRETI, tradutor para a língua italiana da referida obra rousseauniana, analisa, no seu prefácio, o conceito de liberdade e de igualdade, e afirma que:

*a liberdade e a igualdade da democracia de Rousseau são somente formais e abstratas, e têm significado concreto apenas para aqueles que possuem a soberania. Para Rousseau, "povo" é, na realidade, sinônimo de "burguesia". Só o pensamento socialista mostrará que uma verdadeira democracia não se pode atingir sem igualdade social (Id. Ibid.:11).*

Já por DURKHEIM a desigualdade é tratada como componente necessário à harmonia social (1952: 66).

Colocam-se obviamente no seu contraponto as idéias de Karl MARX, para quem a origem da desigualdade entre os homens está, fundamentalmente, no modo profundamente injusto como eles se organizam para produzir os bens de que necessitam. A preocupação com a pauperização de grandes setores da população, fruto da desigualdade, perpassa toda a obra de MARX. Atacando os economistas de sua época com a arma da ironia, afirma:

*Os representantes científicos da riqueza, os economistas, difundiram nestes países um conhecimento*

*muito detalhado do mistério físico e moral da pobreza. Em compensação, eles provaram que não se devia tocar neste mistério, porque não era preciso tocar no estado de coisas atual. Em sua solicitude, eles chegaram mesmo a calcular a percentagem de mortalidade dos pobres, a percentagem pela qual eles devem se dizimar no interesse da riqueza e em seu próprio interesse (1987: 59).*

As idéias marxianas demonstram uma atualidade impressionante. Haja vista que o mundo chega aos últimos anos do século 20 apresentando os seguintes dados:

*As três pessoas mais ricas do planeta possuem fortuna maior que a soma dos PIBs (Produto Interno Bruto) de 48 países, os mais pobres, ou seja, um quarto de todos os países do mundo. Cerca de 3 bilhões de pessoas, a metade de toda a humanidade, vivem com menos de dois dólares por dia. O fosso das desigualdades aumentou escandalosamente nos últimos 20 anos. Dados de Ignacio Ramonet, em Estratégias da Fome, editorial do Le Monde Diplomatique, edição de novembro (In: Jornal da Ciência, 06/11/1998: 3)*

A situação do Brasil não foge à regra dos países de péssima distribuição de renda<sup>2</sup>, que apresentam índices de pobreza escandalosos. Trata-se de um país "(...) no qual 52,1% da População Economicamente Ativa, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA) de 1996, recebe até três salários mínimos (...) onde até hoje encontramos casos de trabalho escravo (...) e 70% dos aposentados recebem um salário mínimo por mês" (JAKOBSEN, 1998, 3 cad.: 1).

Há ainda a considerar que os que se servem do referencial marxista para compreender o mundo concreto atual

são politicamente enquadrados na esquerda. Tal termo pode parecer anacrônico, neste momento de crise dos paradigmas; "Mas, enquanto existirem homens cujo empenho político seja movido por um profundo sentimento de insatisfação e de sofrimento perante as iniquidades das sociedades contemporâneas (...), eles carregarão consigo os ideais que há mais de um século têm distinguido todas as esquerdas da história" (BOBBIO, 1995a: 23/24).

As idéias de Antonio GRAMSCI permitem estabelecer premissas básicas para um estudo sobre o tema focado no presente trabalho. Em vários de seus escritos, encontra-se a assertiva de que os intelectuais, em seu trabalho, não devem isolar-se da população, principalmente daqueles setores formados pelos que ele chama de simples:

*Um movimento filosófico só merece esse nome [transforma-se em vida] na medida em que, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, jamais se esquece de permanecer em contato com os 'simples' e, melhor dizendo, encontra nesse contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos (GRAMSCI, 1996: 15)*

Defendendo a superioridade da base filosófica do marxismo para a compreensão da desigualdade social, GRAMSCI afirma que

*a filosofia da práxis não busca manter os 'simples' na sua filosofia primitiva, do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples, não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente*

*para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (1996: 16/17).*

A consciência dos problemas sociais, políticos e culturais gerados pelas sociedades capitalistas e a imperativa necessidade de buscar compreendê-los mediante uma cuidadosa análise, para conseguir apontar soluções, é muito marcante em GRAMSCI. O horizonte visado torna-se explícito quando esse autor, ao enfatizar a *tendência democrática* que deve direcionar a ação, afirma que ela significa, intrinsecamente, que "cada 'cidadão' possa se tornar 'governante' e que a sociedade o coloque, ainda que 'abstratamente', nas condições gerais de poder tornar-se tal" (GRAMSCI, 1989: 88).

O caráter revolucionário dessas afirmações, que têm, como se vê, sentido profundamente educacional, está no entendimento de que as classes sociais excluídas devem compreender as determinações que compõem essa sua situação, para se mostrarem capazes de perceber as brechas que se abrem no movimento histórico e fortalecer sua ação na correlação de forças. O objetivo disso é a superação desse modo de organização social, injusto e desigual, em que se vive.

Lutando no sentido oposto, os grupos conservadores, quando se vêm obrigados a responder a pressões pela democratização da universidade, o fazem, algumas vezes, buscando conciliações que não interfiram nos seus interesses. Por esse motivo, suas estratégias se apresentam, muitas vezes, com características de *falsa democratização*. Porém, contraditoriamente, é nesse movimento que se encontram espaços realmente democratizantes, que podem ser explicitados.

Outro dado fundamental nessa aná-

lise é que o *conhecimento*, eixo do trabalho universitário, se torna cada vez mais sistematizado à medida que mergulha no concreto e não quando dele se afasta. Esse é um campo em que a universidade ainda apresenta mais dúvidas do que certezas. Já que está fora de questionamento que essa instituição tem um papel fundamental a desempenhar na luta pela superação do injusto *status quo*, faz-se necessário, ainda, definir *como* a universidade poderá se democratizar, cumprindo sua função de produzir e divulgar ciência e tecnologia com o rigor devido, colocando-a ao alcance de todos e não apenas de pequenos grupos privilegiados.

SAVIANI ratifica a necessidade de se ter clareza sobre o método a ser empregado pela universidade nessa relação. "A questão fundamental parecer ser a seguinte: *como* a população pode ter acesso às formas do saber sistematizado de modo a expressar, de forma elaborada, os seus interesses, os interesses populares?" (1980: 21, sem grifo no original).

GRAMSCI, criticando as Universidades Populares do seu tempo, na Itália, que buscavam levar aos trabalhadores conhecimentos básicos que o dia-a-dia geralmente lhes negava, também lhes aponta justamente a falta do método adequado:

*Os dirigentes da Universidade Popular sabem que a instituição que guiam deve servir para uma determinada categoria de pessoas, a qual não pôde seguir estudos regulares nas escolas. E basta. Não se preocupam com o modo mais eficaz como esta categoria de pessoas pode aproximar-se do mundo do conhecimento (1976: 104, sem grifo no original.)*

A questão do método, portanto, representa um desafio e um vasto campo

de estudo para as forças progressistas dentro e fora da universidade.

### O caso italiano

Dentre as possibilidades de democratização da universidade, como o incremento da relação com os setores sociais mais pobres, a participação democrática na gestão ou a ampliação de cursos e conteúdos, a Itália respondeu à pressão com ênfase na liberação do acesso e dos planos de estudo, criando a chamada "Universidade Aberta ou de Massa", ainda agora vigente.

Assim, o fator explicativo principal para o fato de muitos considerarem a universidade italiana democrática é que o acesso à maioria de seus cursos é liberado e não há limite algum para a escolha deles. Também não há prazo para o seu término. O país exibe, portanto, um alto índice de ingresso de estudantes. "Para cada 100 jovens com idade correspondente, 36 estão matriculados em um curso universitário" (DEI, 1996: 271e 233).<sup>3</sup> Há que se considerar, entretanto, que um exame nacional aplicado aos que se encontram em vias de concluir o grau escolar imediatamente anterior, faz uma primeira seleção.

A estratégia utilizada pela universidade italiana, no embate das forças conservadoras com as pressões por democratização, mostra-se contraditória, como prova o intenso debate que lá ocorre, o que não poderia deixar de acontecer em um país que também sofre as contradições gerais da sociedade capitalista, embora em situação diversa da do Brasil. Assim mesmo, não se pode minimizar as lições fornecidas pelas próprias contradições daquele processo.

A análise da liberação do acesso ocorrida na Itália, a partir de 1969, (fruto do contexto do período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial,

quando os valores democráticos se impunham por força da circunstância de vitória das forças aliadas e, também, quando o sistema capitalista passou por uma fase de crescimento econômico em vários países), mostrou que essa via representou um ganho das forças progressistas, mas não significou a real democratização do conhecimento científico. Haja vista que o número dos que conseguem se formar no tempo devido, nesse país, gira em torno de apenas 30%. Assim, ao mesmo tempo em que liberou o acesso, a universidade italiana manteve a seleção, refletida na alta taxa de abandonos.

A liberação do acesso serviu, também, para fornecer argumento aos conservadores que difundem a perversa ideologia de culpar a própria vítima, ao afirmar que a universidade é sim democrática, uma vez que está aberta a todos, mas só os merecedores permanecem.

DE FRANCESCO entende que, diante do grande aumento de inscritos, a instituição "reagiu" com um forte aumento da taxa de abandono. Se isso é proposital ou não, segundo ele não faz diferença: "a Universidade italiana se mantém elitista, mais do que se acredita" (1977: 663). O abandono é considerado, até mesmo por muitos estudantes, como um fracasso pessoal, o que neutraliza, em alguma medida, as tensões. Assim, a passagem da universidade de elite para a "de massa" aumentou "(...) o número de jovens entre os quais o sistema pôde escolher os poucos destinados a subir na escala social". Além disso, constrangiu aqueles que se viram obrigados a abandonar os estudos, a assumir a responsabilidade desse ato, "(...) interiorizando assim, os conteúdos ideológicos a eles transmitidos (meritocracia) e se preparando para aceitar um papel subalterno" (DE FRANCESCO e TRIVE-

LATTO, 1976: 75).

Na verdade, a correlação de forças que contribuiu para a criação da Universidade Aberta não logrou garantir as mesmas condições de ingresso, por intermédio de uma escola secundária unitária e de qualidade. De fato, a experiência da Itália demonstrou que, ao manter a diversidade de preparação na escola secundária e preservar a universidade organicamente articulada principalmente com os liceus, as forças conservadoras criaram as condições antecipadas para o futuro *abandono dos não merecedores*. Assim, a categoria mérito é utilizada para justificar os altos índices de desistência.

KUENZER analisa o mérito<sup>4</sup>, apontando para o fato de que ele serve à reprodução da desigualdade, uma vez que envolve as diferenças sociais. Não há, portanto, como justificar o fracasso escolar, no capitalismo, pela falta de esforço ou compromisso, uma vez que a distribuição desigual do saber, articulada às diferentes formas de relação com o conhecimento e com a cultura que são facultadas a cada classe social, é a categoria básica da pedagogia neste modo de produção. A escola, em todos os níveis, mas particularmente no superior, participa deste processo de controle por meio da distribuição desigual, da seletividade e, neste sentido, “a escola apenas referenda a inclusão dos incluídos, uma vez que é a origem de classe que determina em boa parte as diferenças que são atribuídas ao trabalho escolar” (KUENZER, 1998: 42).

Pode-se concluir da análise do debate sobre a universidade italiana que uma intensa correlação de forças vai procedendo às mudanças, entre avanços e recuos. O fato de ter sido mantida, até agora, a possibilidade de ingresso a todos os egressos da escola secundária superior, mesmo com uma gama de problemas, faz dela uma experiência digna de estudo<sup>5</sup>. Esse é,

*No que se refere ao número de estudantes que chegam à universidade, as instituições brasileiras apresentam um maior grau de elitismo do que o encontrado na Itália.*

sem dúvida, um fator democratizante. Porém, a seleção continua presente e a abertura *de fato*, ao conhecimento, não ocorreu, o que expõe as contradições do modelo.

Há que se considerar, ainda, que tal objeto: “Universidade Italiana” contém em si um cunho de abstração. Define-se, apenas, como uma unidade, no âmbito do governo central. Na verdade, a realidade concreta mostra uma grande diversidade entre os ateneus, diversidade essa que tem caráter cultural, organizativo e tradicional e reflete, de alguma forma, a artificial união das regiões que compõem a Itália, no que se refere à língua, à cultura e à história.

Buscar-se-á, em seguida, analisar como o mesmo tipo de pressão, que gerou o modelo de universidade até aqui exposto, desenvolvido pela Itália, interferiu na universidade brasileira.

### O caso brasileiro

No que se refere ao número de estudantes que chegam à universidade, as instituições brasileiras apresentam um maior grau de elitismo do que o encontrado na Itália. Esse país, direcionando sua resposta à pressão pela democratização universitária para a liberação do acesso, mesmo contraditoriamente, conferiu um ganho às forças progressistas, uma vez que a possibilidade de que um contingente cada vez maior da população chegue aos estudos universitários é um fundamental fator de democratização. No Brasil, ao contrário, esse avanço foi inviabilizado, saindo a universidade pública quase incólume do movimento democrati-

zante generalizado das décadas de 1950 e 1960.

Porém, como a situação de desigualdade social da população brasileira era e é muito mais crítica do que naquele país europeu, o governo ditatorial do Brasil, implantado após o golpe de 1964, vendo-se obrigado a responder às pressões, o fez pela via da desmobilização forçada, mas também abrindo um flanco mediante o incentivo à extensão universitária.

Essa constatação levou à conclusão de que a permanência da universidade pública brasileira à margem do processo global de democratização não ocorreu apenas no que se refere ao acesso de estudantes, mas que a via escolhida como resposta às pressões por democratização - a extensão - reforçou esse processo. De fato, as atividades extensionistas constituíam um apêndice nas universidades, pois não eram absorvidas pela instituição. Passavam uma falsa imagem de articulação entre universidade e sociedade, mas pouco afetavam o cotidiano dessas instituições, situação essa ainda constatável em universidades brasileiras.

A escolha da via extensionista apresentou-se, entretanto, contraditória, uma vez que propiciou às forças de esquerda, dentro das universidades, algum espaço de ação. Assim, foi em grande parte dentro das atividades de extensão, que representavam uma via possível para a democratização, que os progressistas encontraram possibilidade de resistência e desenvolveram a crítica.

A análise do debate sobre a exten-

são, que se desenvolveu com maior intensidade na década de 80, em algumas universidades brasileiras, tentou esclarecer em que concepções a extensão é veículo de democratização da universidade.

Como resultado, entende-se que a extensão não é democratizante quando é ativista, ou seja, quando se reduz a transferir para a população determinadas técnicas criadas dentro da universidade e se desenvolve isolada da pesquisa.

Também não o é quando serve como *fator de escamoteamento e desmobilização política*, o que aconteceu em resposta à pressão do movimento estudantil brasileiro. Nesse caso, a condição não democratizante da extensão foi camuflada sob a aparência de ações que promoveriam o desenvolvimento das regiões mais pobres do país.

A extensão não é, ainda, democratizante quando apresenta um caráter unicamente assistencial. O termo - unicamente - aí empregado, tem o escopo de ressaltar que ações assistencialistas pontuam, eventualmente, atividades extensionistas e essa é uma questão extremamente complexa. De fato, é mais definida a forma de se superar o ativismo do que o assistencialismo. No primeiro caso, que secciona o pensar do agir, a superação vai ocorrer quando a extensão for desenvolvida enquanto práxis: "não atividade prática contraposta à teoria; (a práxis do homem] é a determinação da existência humana como elaboração da realidade" (KOSIK, 1976: 202). Já, quanto ao assistencialismo, as múltiplas carências apresentadas freqüentemente pela população envolvida nos projetos, além de causarem impactos, exigem muitas vezes respostas imediatas. São emergenciais. Assim, se, por um lado, acredita-se que dar tais respostas não compete especificamente à universidade, por outro, ela não conse-

gue se furtar a isso, em ocasiões circunstanciais. Essa é, entretanto, uma questão controversa que continua em pauta em face da situação de extrema pobreza em que se encontra ainda uma grande parcela da população brasileira.

À análise das concepções ativistas, desmobilizadoras e assistencialistas da extensão, convém acrescentar reflexões sobre a possibilidade de as atividades extensionistas poderem apresentar caráter *populista*. Tal tema encerra, também, grande complexidade, pois, segundo BOBBIO, "(...) o Populismo não conta efetivamente com



uma elaboração teórica orgânica e sistemática.(...) As definições do Populismo se ressentem da ambigüidade conceptual que o próprio termo envolve" (1995b: 981). Alguns aspectos, entretanto, ficam definidos: o populismo tem como referência uma concepção geral de *povo*, "(...) considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos e permanentes" (Id. ibi.: 980). Sendo assim, o populismo não é revolucionário e se contrapõe ao socialismo enquanto se aproxima do fascismo. "O não-povo pode ser internamente representado, não só por uma elite cosmopolita ou imperialista, ou (...) plutocrática, mas também por se-

tores das próprias massas populares, como, por exemplo, os movimentos de classe" (Id. ibid.: 982). Assim, "(...) as expressões 'conspiração comunista' ou 'conspiração imperialista' ocorrem alternativamente à boca dos líderes populistas" (Id. ibid.: 982).

Essa breve síntese permite a afirmação de que as atividades extensionistas, no caso de apresentarem características populistas, também não podem ser consideradas democratizantes.

Mais preocupante ainda é a extensão ser utilizada como veículo privilegiado de captação de recursos para a universidade, junto à sociedade civil.

Conclui-se, portanto, que não é intrínseca às atividades extensionistas a característica de *elemento democratizante da universidade*, como defendem os que, sem reflexões mais profundas, a consideram *veículo de articulação da universidade com a sociedade*. Pelo contrário, ela pode escamotear o descompromisso da universidade para com os problemas sociais, representando, assim, uma atividade conservadora.

Porém, as possibilidades de se constituir em veículo de democratização estão presentes quando a extensão é desenvolvida como práxis, como determinado tipo de pesquisa e ensino em interação com a população.

Constata-se, entretanto, que essa ainda não é uma concepção hegemônica de extensão, pois não enraizou suficientemente para enfrentar os embates com as políticas do poder constituído.

Esse tópico também não pode deixar de ser abordado. No atual momento por que passam as universidades públicas brasileiras, qualquer trabalho que se pretenda democratizante esbarra nas políticas governamentais, que expõem uma grande crise financeira. Constata-se que

(...) *o compromisso do Estado com*

a educação pública, obrigatória e gratuita mantém-se no limite do ensino fundamental. A partir deste nível, o Estado mantém financiamento restrito apenas para atender as demandas de formação de quadros e de produção da ciência e tecnologia nos limites do papel que o país ocupa na divisão internacional do trabalho (KUENZER, 1998: 54).

Adequando-se a esse contexto, a proposta do atual governo brasileiro combina aligeiramento com captação de recursos privados; assim tem como meta ampliar em 40% as vagas nas universidades públicas, mas sem aumentar o investimento; ao contrário, reduz os recursos que deveriam ser repassados às universidades. A política de ampliação de vagas, nesta situação de corte de verbas nas universidades públicas, faz-se pelo aumento do número de alunos em sala-de-aula com o mesmo número de professores, bibliotecas, laboratórios e infra-estrutura em geral, além de incentivo à educação à distância. Essa proposta leva a universidade a colocar à venda sua produção científica, cada vez com mais intensidade, comprometendo seu caráter público.

Outra face do atual quadro brasileiro é o rápido crescimento e fortalecimento da iniciativa privada, na educação, especialmente nos níveis superiores. Vale recordar que o Brasil já percorreu essa rota, quando o governo ditatorial implantado em 1964 viu-se pressionado a dar respostas às reivindicações por democratização da universidade. A ampliação de vagas, ocorrendo principalmente em instituições privadas, além de exigir pagamento de taxas, ofereceu aos estudantes meramente ensino; nem pesquisa, nem as atividades ditas extensionistas. Essa estratégia retorna, com alguma diversidade, nos dias atuais.

Conclui-se que, uma vez compreendidas as políticas públicas para a universidade como orgânicas às demandas atuais do Capital, faz-se necessário compor um espaço de construção de contra-hegemonia. Porém, em se tomando a extensão universitária como veículo de democratização, levanta-se um grande campo de questões que ainda necessitam respostas.

#### NOTAS

1. Na ENCICLOPEDIA ITALIANA DI SCIENZE, LETTERE ED ARTI- Istituto Treccani Presidente: Guglielmo Marconi - Roma 1937, encontra-se que esse termo significa "lugar de estudos aberto a todos, referindo-se ao público que podia frequentá-la e não ao âmbito dos estudos." (1937: 722).

2. No Brasil, os 10% mais ricos detêm mais da metade da renda nacional. Já os 40% mais pobres detêm apenas 7% da renda nacional. (Jornal do Brasil, R. J., 05/07/1996).

3. No Brasil, dados de 1994, do IBGE apontam: População na faixa de 20 a 24 anos: 13.564.878. Matriculados no ensino superior: 1.661.034 (12,25%). Matriculados nas IFES-363.543 (2,68%).

4. Cf.: KEUNZER, Acácia Z.- Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal. - As Mudanças no Mundo do Trabalho e a Educação: Novos Desafios para a Gestão. - Globalização e Universidade: Novos Desafios.

5. Cf.: MICHELOTTO, R. M. - A Liberação do Acesso e a Extensão como estratégias de democratização da Universidade: a experiência da Itália e do Brasil. - Tese de doutorado - Univ. Federal de São Carlos, março 1999 : 28.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto- Direita e Esquerda. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Ed. UNESP. São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_ et alii - Dicionário de Política. Editora UnB, 7ª ed. Brasília, 1995b.

DE FRANCESCO, Corrado - La selezione nell'università di massa - In: Il Mulino anno XXVI n. 253 set. out. 1977 - Bologna.

\_\_\_\_\_ e TRIVELLATO Paolo - L'università "di massa" degli anni '70 in Italia. - In: Inchiesta - Gennaio-marzo 1976.

DEI, M. - La Dispersione tra gli Studenti dell'Università Italiana. In: - POLIS - Ricerche e Studi su Società e Política in Italia. (Periodico quadrimestrale.)

DURKHEIM, E. - As Regras do Método Sociológico. Trad. QUEIROZ, M.I., Ed. Nacional, S. Paulo, 1982.

\_\_\_\_\_ - In: Educação e Sociologia, 3a. ed. Ed. Melhoramentos, 1952.

FAGUNDES, José. - Universidade e Compromisso Social - Extensão, Limites e Perspectivas. UNICAMP, 1985. Tese de Doutorado.

FÁVERO, Mª Lourdes - Universidade e Poder. Ed. Achiamé. Rio de Jan. 1980.

GRAMSCI, A. - Caderno 11. - Trad. NOSELLA, P. - Texto fotocopiado. São Carlos, 1996.

\_\_\_\_\_ - Escritos Políticos, vol I : A Universidade Popular. Seara Nova, Lisboa, 1976.

\_\_\_\_\_ - Caderno 12. - Trad. NOSELLA, P. - Texto fotocopiado. São Carlos, 1989.

HASKINS, Charles Homer - Le origini delle Università - 1923. Trad. Anna Buiatti. In: Il Mulino n. 210 - anno XIX Luglio-agosto 1970.

JAKOBSEN, K. - In: Folha de S. Paulo, 11/05/98 - cad. 3, p. 1.

KOSIK, Karel - Dialética do Concreto - Paz e Terra, trad. Neves e Toríbio, Rio de Janeiro, 4ª. edição, 1976.

KUENZER, Acácia Z. - As Mudanças no Mundo do Trabalho e a Educação: Novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. - Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. Cortez, S. P. 1998.

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: Obras Escolhidas, Vol 1. Ed. Alfa-Omega, S. Paulo, s/d.

\_\_\_\_\_ - A Sagrada Família. -Trad. SCHIRATO, S. - Ed. Moraes, S. Paulo, 1987.

MICHELOTTO, R. M. - A Liberação do Acesso e a Extensão como estratégias de democratização da Universidade: a experiência da Itália e do Brasil. - Tese de doutorado - Univ. Federal de São Carlos, março 1999 : 28.

ROCHABRÚN, Guillermo - La Metodología en el Positivismo y em el Marxismo. Série Ensayos, nº 1 - Dezembro 1974 : 5- (fotocopiado).

ROUSSEAU, J. J. - Origine Della Disuglianza- Trad. p./ italiano: PRETI, G. - Feltrinelli, Milano, Itália, 1997.

SAVIANI, D. - Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica. Cortez Ed. S. Paulo, 1980.

**\*Regina Maria Michelotto é professora da Universidade Federal do Paraná**

Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento<sup>1</sup>

# Práticas educacionais protestantes no século XIX: o caso de Sergipe



Ao se debruçar sobre as práticas educacionais protestantes em Sergipe, a partir da década de 80 do século XIX, este artigo vislumbra um campo de práticas e saberes que ajudam a compreender a história da educação protestante no Brasil. Assim, me proponho a fazer uma exposição inicial acerca da organização de instituições educacionais protestantes em Sergipe, tomando como referência o projeto educacional implementado por missionários presbiterianos norte-americanos, por terem sido os responsáveis pela inserção do protestantismo naquele Estado.

Aquelas escolas tornam-se objetos privilegiados de análise dos processos de circulação, apropriação e produção dos padrões escolares norte-americanos por terem estendido o seu raio de

ação para além de grupos imigrados e se enraizarem através de diferentes mecanismos na cultura escolar brasileira, considerando que, no Brasil, a educação funcionou como pavimentação, estrada, para a passagem da cultura norte-americana e seu enraizamento em solo brasileiro, fazendo circular e impondo saberes pedagógicos e práticas culturais (Warde, 2000: 14).

A partir de leituras feitas, pude verificar que as produções referentes à prática educativa protestante na historiografia educacional brasileira ainda são tímidas, algumas vezes carregadas nas tintas do espírito teológico religioso, privilegiando mais o sudeste com pouquíssimas pesquisas nas demais regiões, o que surpreende pelo fato de protestantismo ter estado presente quase simultaneamente em grande

parte do território brasileiro. Aquelas práticas educacionais protestantes introduzidas no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, continuam sendo quase desconhecidas quanto aos seus objetivos e resultados. Autores como Fernando de Azevedo<sup>2</sup> e Jorge Nagle<sup>3</sup>, apesar de terem analisado demoradamente a educação brasileira, são tímidos no que se refere à educação protestante. Um estudo mais específico sobre a temática foi desenvolvido por Jether Pereira Ramalho<sup>4</sup>, onde tratou em profundidade sobre a prática educativa e sua relação com a ideologia, porém, sem se preocupar com os problemas históricos que estavam por trás daquela empresa missionária norte-americana. Destacam-se também as obras de Peri Mesquida<sup>5</sup>, Osvaldo Henrique Hack<sup>6</sup> e

Leda Rejane A. Sellaro<sup>7</sup>.

Entretanto, este quadro tem se modificado. A partir da década de 90 do século passado, estudos sobre o assunto têm-se intensificado. Autores como Marcus Levy Bencosta<sup>8</sup>, José Nemésio Machado<sup>9</sup>, Josiane R. de Oliveira<sup>10</sup>, Lourenço Stelio Rega<sup>11</sup>, Jane Almeida Soares<sup>12</sup>, Alcides F. Gucci<sup>13</sup>, Mônica Hartfield<sup>14</sup>, Alice da Silva Prado<sup>15</sup> e Robério Souza<sup>16</sup>, se detiveram a estudar as práticas religiosas e educacionais protestantes e sua influência na formação da sociedade brasileira. Outros como Lucio Kreuz<sup>17</sup> e Armando Araújo Silvestre desenvolveram pesquisas sobre o material didático utilizado em escolas confessionais protestantes e a importância da imprensa evangélica presbiteriana<sup>18</sup>.

A bibliografia existente demonstra que, após algumas tentativas de implantação do protestantismo no Brasil colônia, no início do século XIX, os alemães, após instalarem sua primeira colônia no sul da Bahia<sup>19</sup> e posteriormente no sul e sudeste do Brasil, organizaram igrejas e escolas para seus descendentes, inaugurando assim o chamado protestantismo de imigração, onde aqueles grupos preocupavam-se em preservar o seu patrimônio cultural, cultivando a religião e a língua dos seus países de origem. Não só os imigrantes alemães como também os ingleses

*"...estavam interessados em ampliar o mercado para seus produtos, sendo sua prática religiosa meramente um dos componentes de seu ethos cultural. Por isso ficaram fechados em suas capelas. Os imigrantes alemães, por seu lado, estavam buscando novo espaço de vida e se contentavam em praticar entre si a religião que haviam trazido de sua terra" (Mendonça e Velasquez, 1990: 73).*

Após aquele primeiro momento, a

implantação e expansão do protestantismo no Brasil só se efetivariam na segunda metade do século XIX com a chegada de imigrantes norte-americanos oriundos de missões das chamadas denominações históricas - metodistas, congregacionais, presbiterianos e batistas. Este segundo período denominarei de propaganda ou missionário pelo fato de ter sido iniciado no país por propagandistas vendedores de Bíblias e pelos missionários representantes de missões protestantes estrangeiras.

Como esse segundo grupo não tinha interesse numa expansão e ocupação territorial, instalou-se no Brasil e organizou instituições com o objetivo de pôr em prática um projeto mais poderoso e arrojado - o de expansão cultural e econômica, de conquista das mentes e dos corações. O protestantismo de origem missionária foi do tipo conversionista ou de evangelização direta, produzindo *"um estilo de vida normativo, baseado e revestido de uma ética"* individualista e excludente, que vai encontrar seu fundamento na doutrina da predestinação de Calvino (Weber, 1987: 37).

Associado ao pragmatismo ético e ao liberalismo teológico, o protestantismo norte-americano se credenciou em apresentar à sociedade brasileira um estilo de vida, uma moral e princípios que se pautassem na leitura da Bíblia, na abstenção do álcool e do fumo, na defesa da monogamia, enfim, numa ética puritana que

*"...correspondía ao lento proceso de formación de nuevos estratos sociales indispensable a una sociedad industrial en expansión, y debía reflejar-se en la elevación del nivel de vida individual." (Bastian, 1994: 107).*

Como na reforma religiosa ocorrida na Europa no século XVI, a difusão da palavra impressa também chegou ao Brasil nos oitocentos, através dos mis-

sionários norte-americanos, tornando a Bíblia acessível à população através da literatura, da música e do proselitismo, influenciando na forma de pensar do povo, inclusive dos não convertidos. Eles sabiam da importância da palavra escrita como meio de interlocução com os brasileiros alfabetizados, formadores de opinião. Analisando o cotidiano do brasileiro, missionários presbiterianos norte-americanos, enviados pela Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos (PCUSA), concluíram que a estratégia para atingir e compreender sua mente era

*"Ir à casa deles; entrar; ler a Bíblia, explicá-la; orar com eles, e por eles, inclusive por sua conversão. Identificar-se com eles, comer sua comida, dormir em seus catres ou no chão, em couros curtidos. Aprender a lhes querer bem; ir-se embora com saudades. Os naturais da terra eram gente emotiva. Viajava-se muitíssimo; mas eram viagens lentas, pontilhadas de paradas, hospedagens, recados, amigos, parentes, conversas noite a dentro, leituras da Bíblia, explicações, orações, e as amizades nascendo, enleando-se, abrindo-se a mente - dos missionários" (Ribeiro, 1981: 95)*

Das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, missões protestantes norte-americanas, em conjunto com as Sociedades Bíblicas, despacharam missionários e vendedores de Bíblias para os mais distantes pontos do país, indo tanto para a zona rural quanto às cidades mais desenvolvidas, que tivessem um comércio e uma vida cultural e política promissoras. Utilizando-se das estratégias da prédica e da propaganda, através publicação de artigos e livros na imprensa, para instalar suas igrejas e escolas, vendendo e distribuindo Bíblias, Novos Testamentos, livros e folhetos, aquelas instituições re-

ligiosas protestantes promoveram transformações culturais que foram sentidas nas mudanças de comportamento, nos hábitos, enfim, no cotidiano de parte dos brasileiros.

Aqueles impressos de destinação religiosa e pedagógica no país impunham o domínio de saberes e a normatização de práticas determinados por aquelas instituições religiosas. De acordo com Carvalho, *“analisados como produtos de estratégias determinadas, os materiais deixam ler as marcas de usos prescritos e de destinatários visados” afirmando ainda que “é a partilha de um conjunto determinado de códigos culturais que distingue as práticas de apropriação, definindo comunidades distintas de usuários e configurando os usos que fazem de objetos e dos modelos culturais que lhes são impostos”* (Carvalho, 1998: 36).

As incursões protestantes que resultaram em sua inserção definitiva no norte e nordeste brasileiro deram-se inicialmente através da ação de missionários daquele grupo. Em 1860, Richard Holden, patrocinado pelo Conselho de Missões da Igreja Episcopal norte-americana, instalou-se em Belém, iniciando um programa de propaganda religiosa nos dois principais jor-

nais da cidade - o *Jornal do Amazonas* e o *Diário do Grão-Pará* - publicando o Evangelho de São Mateus e as Epístolas de São Paulo, dentre outros. Fugindo à orientação da organização que o mandou trabalhar “quietamente” sem provocar polêmicas e sem envolver-se com a política da cidade, acabou provocando conflitos com os representantes da Igreja Católica local, culminando assim com sua transferência para a Bahia. Já em 1862, chegou o colportor espanhol Thomaz Gallart para ajudá-lo. Após um ano, Pedro Nolasco de Andrade juntou-se ao grupo. Entretanto, por tumultos provocados na imprensa entre eles e as autoridades clericais locais, Holden foi proibido pela sua instituição de origem em continuar os embates travados, abandonando posteriormente a Bahia, deixando, porém, seus vendedores lá.

Sete anos depois de sua saída, em 1871, chegou à Bahia o reverendo Francis Joseph Schneider que, juntamente com Houston e Blackford, formaram o primeiro núcleo de missionários presbiterianos no nordeste vinculados ao “Brazil Mission”. Esta instituição estava vinculada à Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos (PCUSA), com sede em Nova Iorque. Pela grande extensão territorial do país, em 1897, a “Brazil Mission” dividiu-se em “South Brazil Mission” e “Central Brazil Mission”, esta responsável pela implantação do protestantismo naqueles dois Estados. Coube a Schneider a organização da primeira igreja presbiteriana na capital baiana, em 18 de abril de 1872, e a Blackford

a instalação da primeira igreja presbiteriana em Sergipe, no ano de 1884.

Entretanto, já em 1859, com o intuito de expandir as fronteiras protestantes na América do Sul, a PCUSA produziu um documento onde propunha que fosse mandado ao Brasil um representante da instituição com a finalidade de explorar o território e conhecer melhor a cultura brasileira. É interessante observar o grau de conhecimento que aquela instituição possuía sobre a geografia e a situação política e cultural brasileiras e qual deveria ser o plano adotado:

*“Já há algum tempo que a comunidade cristã tem tido sua atenção voltada para o Brasil como campo atraente para o trabalho missionário, com apelo especial às igrejas evangélicas deste país. O território brasileiro é mais vasto que o nosso; o clima é igualmente variado e saudável; o solo se presta tanto a produtos de clima temperado como de clima tropical; a população ainda é relativamente pequena; os recursos, ricos e vários, ainda estão em grande parte inexplorados. Mas há forças em ação, tanto na Europa como no Brasil, que rapidamente atraem ao último grande número de imigrantes. (...) É de alta importância para seu presente e para seu bem-estar futuro, que a mente nacional esteja imbuída de idéias e princípios religiosos corretos, e estes deverão proceder, em primeiro lugar, das igrejas evangélicas de nosso país. (...) É certo que o catolicismo romano é a religião oficial do país, mas o governo é liberal, e também o é grande parte das classes mais inteligentes; ao mesmo tempo, a tolerância religiosa é garantida por textos legais. (...) sem dúvida missão será um tanto experimental. Seus primeiros objetivos serão: explorar o território, verificar os meios de atingir com sucesso a mente dos naturais da terra, e testar até que ponto a legislação favorável à tolerância religiosa será antida. Se*

***A percepção do “modus vivendi” do brasileiro orientou os primeiros missionários presbiterianos norte-americanos a reestruturarem seu plano de ação, no qual a educação, aliada à propaganda, funcionariam como estratégias de aproximação.***

o resultado dessas investigações for positivo - e temos plenas razões para supor que sim - a missão poderá depois ser ampliada em termos que as circunstâncias justifique" (Ribeiro, 1973: 17, 18).

Com esses dados em mãos, a Junta de Nova Iorque inicialmente elaborou um plano de expansão missionária tendo a evangelização como principal objetivo. Entretanto, a percepção do "modus vivendi" do brasileiro orientou os primeiros missionários presbiterianos norte-americanos a reestruturarem seu plano de ação, no qual a educação, aliada à propaganda, funcionariam como estratégias de aproximação, apresentando os ideais de uma civilização cristã moldada no protestantismo. Esses fatos vêm corroborar com o pensamento de Warde:

*"(...)os Estados Unidos desencadearam, desde o século XIX, uma política sistemática e de longo prazo de esquadramento de todas as demais sociedades para 1ª apropriação e difusão 'seletiva' de padrões culturais vigentes em tais agrupamentos societários" (Warde, 2000: 9).*

À constatação do alto índice de analfabetismo, observaram que precisariam oferecer à população protestante um sistema educacional alternativo, para que o converso fosse capaz de pelo menos ler a Bíblia, o livro de hinos (pois a música era um forte elemento conversionista) e outras literaturas religiosas; ou escrever atas, regis-

tros de batismos ou casamentos, sendo indispensável que ele tivesse o mínimo preparo intelectual para a sua integração no grupo. Os missionários presbiterianos demonstraram que era preciso oferecer à suas comunidades o ensino primário através das escolas chamadas "paroquiais" e organizar os grandes colégios nas principais cidades brasileiras, para formarem os pastores para as igrejas e professores para suas escolas, como também educarem os filhos da classe dominante que, mesmo sem se converterem ao protestantismo, provavelmente seriam tolerantes em relação à nova religião.

A empresa missionária presbiteriana norte-americana, através da ação educativa de seus colégios, tinha como meta o estabelecimento de uma civilização cristã, diferente da que eles encontraram no Brasil, na qual os ideais, o modo de pensar, os costumes e hábitos sociais do povo e suas instituições políticas tinham uma relação simbiótica com a religião católica. Os princípios norteadores de seus estabelecimentos de ensino seriam semelhantes aos do sistema educacional norte-americano:

*"Escola mista, liberdade religiosa, política e social. Educação baseada nos princípios da moral cristã, segundo as normas das Santas Escrituras, atendendo ao conceito protestante que exclui da escola a campanha religiosa, limitando-se às questões de moralidade ética, contidas no ensino de Cristo" (Hack, 1985: 72).*

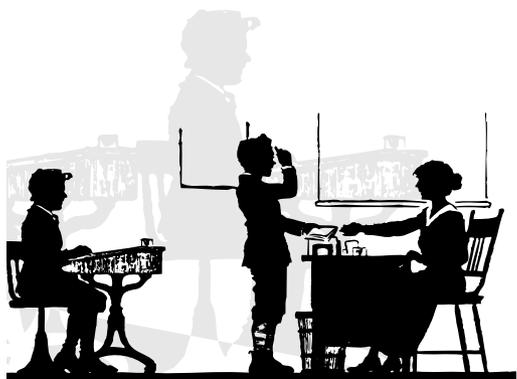
O projeto educacional presbiteriano proposto para o país previa a instalação de uma escola logo após a organização da igreja e uma das estratégias que aqueles missionários norte-americanos utilizavam era a organização de uma igreja e de uma escola no centro econômico e cultural da cidade e a província de Sergipe não fugiu à regra. Depois de fazer um reconhecimento

para ver qual cidade tinha o maior movimento político, cultural e comercial, aqueles missionários escolheram Laranjeiras.

Em 1885, o Relatório do Presidente da Província descrevia a situação do ensino em Sergipe, mostrando que apesar dos esforços investidos, a Instrução Primária não correspondia às necessidades locais, "a despeito das inúmeras reformas porque há passado". Para o Presidente isso se devia à falta

*"...de mestre habilitado, que saiba transmitir proveitadamente o ensino e que considere o magistério como um sacerdócio e nunca como um simples meio de vida. É verdade que os poderes provinciais tem procurado disseminar a instrução, estabelecendo cadeiras em todos os centros populares, (...) mas esse sacrifício não é compensado pelos resultados que se colhem, e a cauza encontra-se na consideração de que acima me ocupei" (Relatório do Presidente da Província, 1884: 6).*

Foi dentro dessa realidade que a Missão Central do Brasil, dois anos depois de organizar a igreja presbiteriana de Sergipe, fundou a primeira instituição educacional protestante - a Escola Americana -, instalada em 1886 na cidade de Laranjeiras, sob a direção do baiano e presbiteriano professor Manoel Nunes da Motta. Funcionava na andar térreo do Sobrado dos Protestantes, como ficou conhecida a casa, na rua Comandaroba, nº 131, que na época era a via de escoamento dos engenhos, cortando a cidade de um extremo a outro. Seguindo o padrão educacional da Missão, a escola, além de oferecer os cursos primário e secundário para ambos os sexos, recebia também alunos não-crentes e possuía internatos masculino e feminino (Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1896-1912). Como as mensalidades eram baixas, as crianças



menos favorecidas podiam frequentá-la. As aulas eram ministradas por professoras norte-americanas e nas disciplinas oferecidas no secundário constavam de Aritmética, Geografia, Inglês, Português, Francês, Prendas e Música (Livro de Matrícula do Ensino Particular, 1900: 8).

Na época, os jornais locais não se reportaram à existência da escola, dando ênfase só aos polêmicos embates travados entre os católicos e os convertidos à nova fé. No entanto, um fato curioso é que, a partir do ano de 1886, começaram a aparecer notícias de alguns colégios particulares nos jornais laranjeirenses e, dentre eles, do Colégio Inglês. Filiado ao Colégio de Nossa Senhora da Graça, na Província de Pernambuco, oferecia educação secundária ao sexo feminino, admitindo alunas externas e internas, sob a direção de Miss Anne Carol e de Júlia de Oliveira, auxiliadas por Laura de Oliveira. O ano letivo ia do dia 15 de janeiro a 30 de novembro. Tinha no seu currículo as seguintes matérias: Primeiras Letras, Religião, Português, Francês, Inglês, Alemão, Geografia, História Universal, Piano, Desenho, Pintura de aquarela, Pintura a óleo, Pintura sobre espelhos, Bordados de todas as qualidades, flores artificiais etc. Apesar das inovações curriculares, o Colégio não oferecia educação para ambos os sexos (O Horizonte, Laranjeiras, 24/12/1886, n.28, p.04).

Vários artigos foram escritos sobre o Colégio Inglês, a despeito do silenciamento da imprensa no que se refere à

Escola Americana. O que pode ser lido nas entrelinhas foi que as investidas feitas pelos missionários na área educacional sergipana provavelmente incomodaram a elite religiosa, cultural e política da cidade. Uma carta da sra. Lily Finley, esposa do missionário Woodward Edmund Finley, falava *“do esforço do padre para desviar os alunos da escola”* (Ferreira, 1992, v.1: 474).

Causou-me estranheza que, apesar dos jornais da época defenderem a liberdade de pensamento e a liberdade religiosa, abrindo espaço para registrar as querelas religiosas, inicialmente não publicaram uma linha sequer sobre a instituição educacional protestante trazida para Sergipe pelos presbiterianos norte-americanos. Já o quase silenciamento por parte das instituições oficiais do Estado, talvez tenha se dado pelo fato de que geralmente os estabelecimentos particulares quase não apresentavam a exposição de suas atividades aos inspetores literários.

Exemplo disso foi a publicação, em novembro de 1893, no jornal O Município, de parte do Relatório referente ao Ensino Particular, de 11 de agosto de 1893, em que o Dr. Vicente Ferreira Passos, Diretor Geral da Instrução Pública, reportava-se ao Edital do dia 17 de maio daquele ano, convocando *“todos os professores particulares a comparem o disposto no Art. 318 nº 1,2,3 sob pena de ser-lhes aplicadas as penas do Art. 319 e do Art. 20, na reincidência”*; e uma Circular aos Inspectores Literários para que aquela instituição

pudesse *“organizar com a possível presteza a estatística do ensino ministrado nas escolas do Estado”* lembrando-lhes a responsabilidade que tinham sobre o ensino particular<sup>20</sup>. Ainda referia-se ao Artigo nº 318, do Regulamento da Instrução Pública que determinava a obrigatoriedade dos diretores de escolas particulares em comunicar todo o movimento escolar. No entanto, na prática isso não ocorria, tornando impossível avaliar aquelas instituições<sup>21</sup>.

Com o advento da República, Felisbello Freire foi indicado para assumir a presidência do Estado de Sergipe e, poucos dias após a sua posse, designou uma comissão para reformular o setor educacional. Para ele era necessária uma reforma radical na Instrução Pública pelo *“verdadeiro estado de desorganização em que se encontrava o sistema educacional sergipano acarretando grande desproveito para o ensino e portanto para as classes populares.”* (Nunes, 1984: 179). Dentro daquela realidade, em 1892, a Escola Americana, sob a direção do reverendo Finley, tinha um professor, provavelmente brasileiro. No ano seguinte, já contava com mais um, e dois anos depois, a Missão mandou Miss Clara E. Hough para lecionar. Em 1895, o colégio oferecia internato para ambos os sexos e contava com 45 alunos (Ferreira, 1992, v.1: 474).

A estratégia de enviar convertidos ao protestantismo para os Estados Unidos com o objetivo de aprenderem novos métodos de ensino, tornando-se veiculadores da cultura norte-americana no Brasil, também foi utilizada em Sergipe. O primeiro caso que localizei foi o de Penélope Magalhães (14/08/1886-1982), laranjeirense, futura professora e pianista. Como a Escola Americana oferecia aulas de música, a menina Penélope logo se interessou a aprender piano. Convidaram-na

---

***A estratégia de enviar convertidos ao protestantismo para os Estados Unidos com o objetivo de aprenderem novos métodos de ensino, tornando-se veiculadores da cultura norte-americana no Brasil, também foi utilizada em Sergipe.***

---

em 1898 para estudar na Califórnia onde fez o curso regular pedagógico e o de teologia, retornando em 1910 para ensinar no Instituto Ponte Nova, na Bahia. Anos depois, já casada, assumiu a cátedra de Inglês na Escola Normal Rui Barbosa, em Aracaju, ensinando também em outros colégios particulares.

No início dos anos 30, o Jardim de Infância Augusto Maynard Gomes foi o primeiro estabelecimento educacional a ser construído em Aracaju seguindo o modelo de educação infantil mais moderno da época e implantando o método de alfabetização mais atual que existia. A professora Penélope foi designada pelo governador Augusto Maynard Gomes para ir a São Paulo e ao Rio de Janeiro verificar a legislação e currículos que se adequariam ao projeto do Jardim, de acordo com os padrões técnicos do Ministério de Educação, sendo ela a fundadora e primeira diretora do Jardim.

Caso semelhante foi o do reverendo Antônio Almeida (11/07/1879-1969). Nascido em Frei Paulo, foi evangelizado pelo reverendo Bixler quando trabalhava no povoado de Urubutinga. Numa de suas visitas, o missionário ouviu no meio do mato alguém repetindo o sermão que ele havia pregado no domingo anterior. A pergunta feita pelo pastor - "Você quer se preparar para ser pastor?" - mudaria a vida daquele jovem analfabeto. Foi aluno da Escola Americana em 1900 e 1901 e, posteriormente, a Missão mandou-o para o Colégio 15 de Novembro, em Garanhuns. Bacharelou-se no Union Theological Seminary, em Richmond, Virgínia, nos Estados Unidos, fazendo o Doutorado em Divindade na Faculdade de Ensino Superior King College, em Bristol, Tennessee (Hilton, 1948: 5, 6). Ao regressar ao Brasil, assumiu a direção da Escola Teológica, agora em Recife e, posteriormente, foi um dos

fundadores do Seminário Presbiteriano do Norte.

O ano de 1898 foi decisivo para a área educacional da Missão Central. Os dados registrados davam a entender que suas escolas estavam passando por problemas financeiros, sendo necessário reestruturá-las de acordo com o modelo do Colégio Protestante de São Paulo, prevendo uma homogeneização naquele setor. Um plano educacional foi encaminhado e aprovado pelo diretor daquela instituição, o reverendo Horace Lane, ficando sob a responsabilidade do missionário William Alfred Waddell a superintendência das escolas da Missão. O plano, implementado a partir de 1901, propunha a sistematização de suas escolas da seguinte forma:

*1º - O Presidente do Colégio Protestante (ou quando este estivesse ausente, o Decano), será o superintendente das escolas da Missão Central, com total autoridade sobre as mesmas;*

*2º - O Presidente designará os diretores dessas escolas, e pessoalmente inspecionará o trabalhos deles, para que as escolas mantenham a qualidade. Se ele não puder ir, mandará um subordinado para inspecioná-las;*

*3º - Ele pessoalmente, ou seu substituto, apresentará para a Missão um relatório anual das atividades das escolas, demonstrando se as estimativas propostas para o período foram alcançadas;*

*4º - Os professores contratados pelo escritório da Missão não terão direito a voto nas questões referentes às escolas;*

*5º - O missionário residente será consultado em todas as questões que afetarem o relacionamento entre a escola e o público em geral" (Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1897-1912 - 19/01/1898).*

Durante os quatorze anos de funcionamento em Laranjeiras, a Escola Americana foi freqüentada pelos filhos dos donos de engenho. Entretanto, em decorrência da seca que se abatera em Sergipe naquele período, muitos deles faliram, impedindo-os de mandarem seus filhos para a escola. Este fato muito contribuiu na decisão da Missão em transferi-la para Aracaju e, a partir do dia 6 de fevereiro de 1899, a Escola Americana oferecia à população estudantil da capital um externato para ambos os sexos, com os cursos primário (20\$000 réis por trimestre - 10 semanas) e o intermediário (30\$000 réis por trimestre - 10 semanas); e um internato para o sexo feminino (O Estado de Sergipe, 4/12/1898, n. 123, p. 04). A professora Clara Hough ainda ensinou em Aracaju aproximadamente por sete meses, seguindo para as escolas da Bahia, vindo a substituí-la a missionária-professora Elizabeth R. Williamson (Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1896-1912).

No início de 1900, funcionando na Rua Aurora, nº 7, sob a direção do reverendo Finley, a escola contava com 50 alunos matriculados e dois professores, oferecendo internato e externato para ambos os sexos. Foi considerada pelo Diretor da Instrução Pública, juntamente com o Colégio Brasil, os melhores estabelecimentos particulares de ensino em Sergipe. Em 1902, o reverendo Finley publicou no jornal a lista dos aprovados e dentre eles estavam o seu próprio filho e Jackson de Figueiredo, futuro paladino do pensamento católico, aluno da escola até 1905 (O Estado de Sergipe, Aracaju,

25/11/1900, n. 668, p. 01 e n. 672, 30/11/1900, p. 03).

No ano letivo de 1901, a escola tinha um corpo docente de seis professores (incluindo uma professora de Prendas e um professor de Música) e se considerava “pronta a dar uma educação segundo os últimos métodos pedagógicos a todos os alunos que forem confiados a seu cuidado” (O Estado de Sergipe, Aracaju, 30/11/1900, n. 672, p. 03). Os novos professores eram sergipanos, pois a direção tinha descartado a hipótese de contratar professores do sul do país, para racionalizar as despesas, pois como a crise financeira também se abatera na Missão Central desde 1900, pessoas da própria comunidade foram preparadas pelos missionários para assumirem o ensino de suas escolas paroquiais. Exemplo disso foi a incorporação de Walter Cameron Donald (06/01/1883-06/03/1967), no quadro educacional da Missão a partir de 1904<sup>21</sup>.

Naquele mesmo ano, a Missão transferiu o reverendo Finley e Elizabeth Williamson para a Bahia e fechou os internatos da Escola Americana, designando a professora Anne Belle Mc Pherson para dirigi-la até 1905 (O Estado de Sergipe, 23/01/1904, n° 1563, p.02). A partir daí, o colégio tornou-se uma escola paroquial, oferecendo somente o curso Primário (Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1904-1938: 12-19/12/1904).

No período em que as regiões da Bahia e de Sergipe ficaram sob a liderança do reverendo William Alfred Waddell, os missionários da Junta de Nova Iorque organizaram mais de quarenta escolas paroquiais e alguns colégios. Semelhante a outras escolas presbiterianas, aqueles missionários inicialmente instalaram em Laranjeiras, em 1886, a Escola Americana organizando outras posteriormente em Aracaju, Estância, Simão Dias, Urubutinga, Riachuelo e Frei Paulo.

---

*A denominação presbiteriana foi a única instituição protestante presente no Estado de Sergipe, desenvolvendo um extenso trabalho de evangelização e utilizando-se da educação como estratégia missionária.*

---

Entretanto, após o ano de 1911, a Escola Americana desaparece definitivamente dos registros oficiais do Estado e dos jornais. No Livro de Atas da Missão Central do Brasil (1904-1938), existem registros sobre ela até o ano de 1913. A paulatina retirada dos missionários de Sergipe denota que, apesar da avaliação positiva do seu setor educacional, a Missão decidiu limitar-se à evangelização e concentrar seu trabalho educacional na Bahia.

É interessante notar que o fechamento da escola deu-se num momento em que a vida cultural e a área educacional em Sergipe tomavam um novo alento. Exemplo disso foi a inauguração da Escola de Aprendizes de Artífices, em 1º de maio de 1910. Outro acontecimento que marcaria a vida cultural sergipana seria a criação da Diocese de Aracaju naquele mesmo ano. Na mesma época, os colégios particulares voltaram a proliferar, destacando-se, dentre outros, o Grêmio Escolar sob a direção de Evangelino Faro, fundado em 1906, em Laranjeiras, e transferido para Aracaju, em 1909; o Colégio Tobias Barreto, fundado em Estância, em 1909 e transferido para Aracaju, em 1913, sob a direção do professor José Alencar Cardoso; o Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora, fundado em 1909, em Aracaju; o Colégio Senhora Sant’Ana e o Colégio N. S. de Lourdes, também em Aracaju<sup>22</sup>.

Durante quase três décadas (1884-1913), a denominação presbiteriana foi a única instituição protestante presente no Estado de Sergipe, desenvolvendo um extenso trabalho de evan-

gelização e utilizando-se da educação como estratégia missionária. A Missão Central do Brasil, através dos seus missionários-professores, evangelistas e colportores (vendedores ambulantes de material impresso protestante), organizou congregações e igrejas em cidades, povoados, fazendas e sítios longínquos, em muitas delas funcionando uma escola ao lado.

Nagle se referindo às escolas instaladas pelos missionários presbiterianos norte-americanos em São Paulo afirma que elas facilitaram a penetração e aceitação daquela ‘nova pedagogia’ (Nagle, 1974: 283) que facultaria a formação do homem ‘novo’, apto para as novas civilizações e para as novas formas de produção e trabalho (Warde, 2000: 13, 14). O mesmo pode-se dizer que aconteceu em Sergipe, pois aquelas instituições, na medida do possível, seguiam o mesmo modelo das escolas públicas norte-americanas, não só na arquitetura mas principalmente nos métodos e nas práticas pedagógicas. Elas funcionaram com o propósito de institucionalizar os hábitos, a alimentação, a maneira de ser, sentir e viver, procurando refletir a concepção norte-americana de educação, facultando assim o projeto cultural norte-americano, o qual apresentou-se como parâmetro de progressos, felicidade, democracia, civilização, bem-estar.

#### NOTAS

1. Doutoranda em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Rede Pública Estadual de Sergipe.
2. AZEVEDO, Fernando de. 1996. *A cultura*

brasileira. 6ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Brasília: Ed. UnB.

3. NAGLE, Jorge. 1974. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/EDUSP.

4. RAMALHO, Jéther P. 1976. *Prática educativa e sociedade: um estudo de sociologia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar.

5. MESQUIDA, Peri. 1994. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso*. Juiz de Fora: EDUFJF/São Bernardo do Campo: EDITEO.

6. HACK, Osvaldo H. 1985. *Protestantismo e educação brasileira: presbiterianismo e seu relacionamento com o sistema pedagógico*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana.

7. SELLARO, Leda Rejane. 1987. *Educação e religião: colégios protestantes em Pernambuco nas décadas de 20*. Recife, UFPE. Dissertação de Mestrado.

8. BENCOSTA, Marcus Levy. 1996. *Ide por todo o mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana - 1869-1892*. Campinas: CMU/UNICAMP.

9. MACHADO, José Nemésio. 1994. *A contribuição batista para a educação brasileira*. Rio de Janeiro: JUERP.

10. OLIVEIRA, Josiane R. de. 1999. "Nos percalços do moderno, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus e seus primeiros fiéis em Chapecó-SC." In: *Revista APG/PUC*. São Paulo, nº 19.

11. REGA, Lourenço Stelio. 2001. *A educação teológica batista no Brasil: uma análise histórica de seu ideário na gênese e a sua transformação no período de 1972 a 1984*. São Paulo, PUC (mestrado em educação).

12. SOARES, Jane Almeida. 2000. *É preciso educar o povo!* - A influência da ação missionária protestante na educação escolar brasileira. In: CUNHA, Marcus Vinicius da. (Org.). *Ideários e imagens da educação escolar*. Campinas: Autores Associados.

13. GUCCI, Alcides F. 1997. *Os norte-americanos (confederados) no contexto transaccional*. Campinas: Papirus.

14. HARTFIELD, Mônica. 1996. *A igreja evangélica de confissão luterana no Brasil: uma igreja em transformação e os contornos da pastoral popular luterana*. São Paulo/PUC (mestrado em ciências sociais).

15. PRADO, Alice da Silva. 1999. *Um modelo pedagógico para a República: práticas educacionais da Escola Americana em São Paulo (1870-1915)*. São Paulo/PUC (mestrado em história social).

16. SOUZA, Robério A do C. 2001. *Fortaleza e a nova fé*. A inserção do protestan-

tismo na capital cearense (1882-1915). São Paulo/PUC (mestrado em ciências sociais).

17. KREUTZ, Lucio. 1994. *Material didático e o currículo na escola teuto-brasileira*. São Leopoldo: Unisinos.

18. SILVESTRE, Armando Araújo. 1996. *Da imprensa evangélica ao Brasil presbiteriano*. O papel (in)formativo dos jornais da Igreja Presbiteriana do Brasil. São Bernardo do Campo/IMES (dissertação de mestrado).

19. De acordo com Nascimento, "a colonização alemã no Brasil começou em 1818, com a fundação da Colônia Leopoldina no município de Mucuri, sul da Bahia, pelo consul alemão Peter Peycke e pelos naturalistas G. W. Freireiss e Morhardt. (...) Eram 161 pessoas que se estabeleceram na margem esquerda do rio Cachoeira, próximo ao atual município de Ilhéus." NASCIMENTO, Jorge C. do. *A cultura ocultada*. P.126.

20. Em 1900, o Diretor da Instrução Primária se reportou a esse mesmo problema mostrando a dissonância de realidades das escolas públicas para as particulares, afirmando ser impossível "acusar um número total de freqüência nas escolas particulares; os diretores esquivam-se a cientificar a Diretoria o movimento das mesmas." O Estado de Sergipe, Aracaju, 25/11/1900, n. 668, p. 01.

21. Walter C. Donald ensinou nas escolas paroquiais presbiterianas das cidades de Aracaju, Laranjeiras, Riachuelo, Estância e Simão Dias. Na década de 1930, lecionou a disciplina Inglês, no Colégio Atheneu Sergipense, onde adotava o livro "The English Gymnasial Grammar, Méthod Direct-Expository by Hubert C. Bethel. Como tinha dupla nacionalidade, também foi convidado para ser Vice-Cônsul da Inglaterra em Sergipe na época da Segunda Guerra Mundial. Entrevista realizada com sua nora, a sra. Ivonete dos Santos Donald em 04/05/2000.

22. Idem, ibidem, p. 203.

## BIBLIOGRAFIA

ARMESTO, Felipe F. e WILSON, Derek. 1997. *Reforma: o cristianismo e o mundo: 1500-2000*. Rio de Janeiro: Record.

BASTIAN, Jean-Pierre. 1994. *Protestantismos y modernidad latinoamericana: historia de unas minorías religiosas activas en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica.

O Christão - Aracaju, 1920, 1921. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju-SE.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. 1998. "Por uma história cultural dos saberes peda-

gógicos". In: SOUZA, Cynthia Pereira de e CATANI, Denice Bárbara. (Org.). *História da educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras Editora, pp. 31-40.

Correio de Aracaju - Aracaju, 1904-1910. Biblioteca Pública Epifânio Dórea, Aracaju-SE.

Diário de Sergipe - Aracaju, 1887. Biblioteca Pública Epifânio Dórea, Aracaju-SE.

O Estado de Sergipe, Aracaju, 1898, 1900, 1902, 1904. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju-SE.

FERREIRA, Júlio A. 1992. *História da igreja presbiteriana do Brasil*, vols. 1 e 2. 2ª ed., São Paulo: Casa Editora Presbiteriana.

O Horizonte - Laranjeiras, 1886. Biblioteca Pública Epifânio Dórea, Aracaju-SE.

Livro de Matrículas do Ensino Particular - 1900. Arquivo Público do Estado de Sergipe, Aracaju-SE.

MENDONÇA, A G e VELASQUEZ, Fº, Prócoro. 1990. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola.

Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission - 1897-1912. Arquivo particular de Ester Fraga Vilas Boas Carvalho do Nascimento.

\_\_\_\_\_ - 1904-1938. Arquivo particular de Ester Fraga Vilas Boas Carvalho do Nascimento.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *A cultura ocultada*. Londrina: EDUEL, 1999.

NUNES, Mº Thetis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RIBEIRO, Boanerges. 1973. *Protestantismo no Brasil monárquico - 1822-1888*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

\_\_\_\_\_. 1981. *Protestantismo e cultura brasileira - aspectos da implantação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana.

VILAS-BÔAS, Ester F. 2000. *Origens da educação protestante em Sergipe: 1884-1913*. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe/NPGED. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. 2001. "A influência da pedagogia norte-americana em Sergipe e na Bahia: reflexões iniciais." In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Julho/dezembro, nº 2. Campinas: Editores Autores Associados.

WEBER, Max. 1987. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 5ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

WARDE, Mirian J. 2000. *Americanismo e educação, um ensaio no espelho*. São Paulo em perspectiva (no prelo).

Vera Lúcia Jacob Chaves \*\*

# Exame Nacional de Cursos (Provão): isto é avaliação? \*

Qualquer discussão acerca de avaliação é difícil e complicada tanto para compreender como para praticar. A avaliação é um instrumento da lógica do capital que tem assumido centralidade em vários países, a partir dos meados dos anos 80, e se fortaleceu no Brasil nos governos de FHC. O Exame Nacional de Cursos (Provão) e a Análise das Condições de Oferta (ACO) constituem-se em mecanismos de avaliação do ensino superior, impostos pelo governo federal que integram a política educacional e cumpre importante papel na perspectiva de legitimação do projeto político capitalista global. Esses mecanismos são parte de uma política maior de reforma do sistema educacional que vem sendo implementada de forma fragmentada, através de diferentes instrumentos normativos que, no seu conjunto, constituem a política do governo FHC para a educação brasileira. Tal reforma segue as diretrizes do Banco Mundial para os países da América Latina, e faz parte da estratégia mundializada de enfrentamento da crise de acumulação do capital, através das restrições de gastos com as políticas sociais e as políticas educacionais, em particular.

A partir dessa compreensão, organizamos nosso texto em três partes. Na primeira, procuraremos fazer uma reflexão mais ampla acerca da Reforma da Educação Superior que



vem sendo implementada pelos governos de FHC e sua relação com a reestruturação global do capitalismo diante da falência do Estado-providência<sup>1</sup>. Em seguida, faremos uma discussão acerca da relação da política educacional do governo com as diretrizes do Banco Mundial para a

educação brasileira, destacando o Exame Nacional de Cursos (Provão) e a Análise das Condições de Oferta. Finalmente, apontaremos as propostas alternativas de avaliação defendidas pelo ANDES-SN e as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo movimento estudantil acerca da questão.

## 1. A política do governo para a educação superior

A atual política para a educação superior do país está intimamente relacionada com a estratégia de inserção da economia brasileira às grandes transformações que vêm ocorrendo na base produtiva do capitalismo em âmbito mundial. Nesse sentido, tal política faz parte de uma reforma estrutural imposta pelos novos “senhores” do mundo: o Fundo Monetário Internacional - FMI, o Banco Mundial e o grupo dos sete países mais industrializados do mundo (G7+1) que passaram a exigir mudanças estruturais nos países que, já endividados, buscassem a sua integração no sistema internacional do capitalismo financeiro especulativo<sup>2</sup>.

A crise mundial do capitalismo iniciada nos anos 70 trouxe como resultado a falência do Estado-providência e a imposição de um novo modelo de acumulação flexível que exige uma reforma no Estado capitalista em âmbito mundial. Tal reforma tem como centralidade a redefinição do papel do Estado frente às políticas sociais, transferindo funções específicas de prestador de serviços para o mercado como forma de reduzir custos atingindo diretamente as políticas educacionais.

A educação é transferida da esfera pública para a do mercado sendo, portanto, subordinada às regras mercantilistas. Como consequência, o conhecimento deixa de ser uma construção, um processo, passando a ser também uma mercadoria a ser negociada no mercado. Como afirma Harvey,

*O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. Universidades e Institutos de pesquisa competem ferozmente por pessoal, bem como pela honra de patentear primeiro novas*

*descobertas científicas (...). A produção organizada do conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que assumiu cada vez mais um caráter comercial (1993, p. 151)*

Essa competição pelo conhecimento impõe uma ressignificação do processo educativo no campo das concepções e das políticas, cuja expressão maior na América Latina concretiza-se nos anos 90, a partir de um movimento reformista, orientado pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

A reforma educacional imposta para os países da América Latina pressupõe a construção de uma nova configuração jurídica institucional e faz parte da estratégia mundializada de enfrentamento da crise de acumulação do capital, através da restrição de gastos com as políticas sociais e com as educacionais, em particular. As diretrizes do Banco Mundial para a educação superior na América Latina, sistematizadas no documento: “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia” (1995), fundamentam-se no binômio: diferenciação e diversificação das fontes.

Sobre a diferenciação de instituições o Banco Mundial recomenda:

*A introdução de uma maior diferenciação no ensino superior, ou seja, a criação de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas, podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho (1995, p. 31).*

A tese é a de que a crise da educação brasileira deriva do modelo de universidade de pesquisa (modelo humboldtiano) que seria excessivamente

unificado e caro. Nesse sentido, a defesa da indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão é inviável teórica e financeiramente. Daí a necessidade de estabelecer a dualidade institucional: Universidades de Pesquisa e Universidades de Ensino.

Para implementar tal concepção, seguindo fielmente as determinações do Banco Mundial, o governo FHC baixou o DECRETO 2.306/97 - criando a diversificação das Instituições de Ensino Superior em cinco tipos: I Universidades; II- Centros Universitários; III Faculdades Integradas; IV- Faculdades; e V- Institutos Superiores. Uma mudança na diversificação das Instituições de Ensino Superior foi instituída pelo Decreto nº 3.860 baixado no dia 9 de julho de 2001, que alterou as regras de organização do ensino superior e da avaliação de cursos e instituições.

As diferenciações institucionais vêm sendo implementadas em duas frentes: a) uma que engloba a classificação das Instituições de Ensino Superior em três tipos - Universidades, Centros Universitários e Institutos, Faculdades Integradas e faculdades, sendo que apenas nas universidades são obrigatórias as atividades de ensino, pesquisa e extensão; b) outras cujas Instituições são criadas por iniciativas de empresas multinacionais, denominadas de universidades corporativas como a FIAT, FORD, IBM, o McDonald's (Universidade do Hambúrguer) e outras que negociam suas ações nas bolsas de valores<sup>3</sup>.

Outra exigência do Banco Mundial para a reforma na educação superior se refere à redução dos gastos e à defesa da diversificação das fontes de financiamento, como se evidencia no relatório:

*(...) maior autonomia institucional é a chave para o êxito da reforma do ensino público superior, especialmente a fim de diversificar e utilizar os recursos mais eficientemente (...)*

*A experiência demonstra que se se quer que as instituições estatais melhorem sua **qualidade e eficiência**, os governos deverão efetuar reformas importantes no financiamento a fim de **mobilizar mais recursos privados** para o ensino superior em instituições estatais (...) de várias maneiras: mediante a **participação dos estudantes nos gastos**; arrecadação de recursos de ex-alunos; utilização de fontes externas; realização de outras atividades que gerem receitas (grifos nossos) (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 44 e 69).*

O argumento é o de que o conhecimento propiciado pelo ensino superior deve ser visto como um investimento produtivo (pois garante ganhos), um bem privado ou uma mercadoria de interesse individual negociado no mercado de trocas. Daí a defesa de que o Estado se afaste da manutenção desse nível de ensino, decorrendo a tese de que a educação superior é um serviço público não exclusivo do Estado e competitivo - justifica-se, assim, a transformação das IES em organizações sociais que estabeleceriam CONTRATOS DE GESTÃO.

Para implementar essa política, o governo tem defendido o afastamento do Estado da manutenção plena da educação superior pública (o que ficou explícito nos vetos do Plano Nacional de Educação) e incentivado a livre competição mercadológica entre as Instituições de Ensino Superior. Com isso, as políticas para a educação superior reduzem-se a uma política de gastos, ao mercado e ao econômico, aproximando-se as universidades ao modelo de empresas prestadoras de serviços que conduzem a novas formas de organização e gestão, acirrando o movimento de concorrência entre essas instituições.

O Estado, entretanto, afasta-se ape-

nas dos gastos, mantendo a gestão total do sistema através da utilização de mecanismos de controle das Instituições de Ensino Superior, principalmente através da imposição de instrumentos normativos (leis, decretos, portarias,...) que definem a organização geral do sistema (diretrizes, escolhas de dirigentes, credenciamento e recre-denciamento) e da avaliação.

Eunice Durham (1998), intelectual que tem atuado em acordo com as políticas do governo FHC, defende de forma clara a implementação das exigências do Banco Mundial para a educação superior brasileira quando afirma que é impossível garantir a manutenção e a expansão do sistema de ensino superior sem que seja feita uma profunda modificação na estrutura do financiamento atual. Propõe a modificação nas relações entre a universidade e o poder público como parte de uma política de "modernização" do ensino superior. O centro dessa modificação será a concessão, pelo Estado, de "autonomia plena" para as universidades e da "flexibilidade" necessária para o enfrentamento da crise que essas instituições vivenciam. Dessa forma, o Estado substituiria os controles burocráticos e detalhados por um sistema que associe a autonomia de execução ao estabelecimento de objetivos e à avaliação de desempenho, alterando o sistema de alocação de recursos de forma a subordiná-lo à avaliação de desempenho das Instituições Federais de Ensino.

Assim, a avaliação torna-se um dos pilares que fundamenta a reforma da educação superior implementada pelos governos de FHC, cujo modelo é reduzido ao estabelecimento de metas e indicadores de desempenho com vistas à redução dos gastos.

## 2. A política "oficial" de avaliação

A concepção de avaliação do governo é baseada na medição quantitativa

**A avaliação torna-se um dos pilares que fundamenta a reforma da educação superior implementada pelos governos de FHC, cujo modelo é reduzido ao estabelecimento de metas e indicadores de desempenho com vistas à redução dos gastos.**

e no sistema de hierarquização das instituições. Consiste na avaliação dos resultados, limitada a indicadores quantitativos e vinculada a alocação de recursos orçamentários. Como afirma DIAS SOBRINHO, ao analisar a política de avaliação oficial:

*um dos grandes problemas desses procedimentos avaliativos é que eles, requerendo informações simples e rápidas, se atêm quase exclusivamente aos produtos ou resultados (...), limitam-se a medir aquilo que é facilmente quantificável e observável imediatamente deixando de lado os efeitos de médio e longo prazo (...) Outro problema é que essas avaliações requerem necessariamente hierarquização, instaurando um regime de acirrada competição entre as instituições. Ao submetem-se ao regime de competitividade as IES públicas favorecem a privatização de um capital público (1999, p.68)*

Para implementar sua política de avaliação, o governo tem utilizado uma série de medidas legais como a aprovação da lei 9131/95 que criou o Exame Nacional de Final de Curso (Provão) e o Decreto n.º 3.860 de 9/7/2001 que muda as regras de organização do ensino superior e da avalia-

ção de cursos e instituições. Além do Provão, o governo criou, também, a Análise das Condições de Oferta (ACO) vinculada, também, ao credenciamento de cursos e instituições.

Através do Decreto nº 3.860/2001, o governo modifica as competências do MEC, do CNE e do INEP. Complementando o decreto, no dia 12 de julho, foram baixadas: a portaria de nº1465 (estabelece critérios e procedimentos para o processo de credenciamento das instituições de educação superior do sistema federal de ensino) e a portaria de nº 1466 (estabelece procedimentos de autorização de cursos fora de sede por Universidade).

Entre outros pontos questionáveis, o Decreto prevê o rebaixamento, para centros universitários das universidades que não satisfizerem o conjunto de requisitos e exigências que define. Os critérios utilizados para credenciamento e credenciamento das Instituições de Ensino Superior são totalmente condicionados aos resultados da avaliação dos estudantes por meio do Exame Nacional de Cursos (o "provão"); na análise das condições de oferta dos cursos de graduação - agora concentradas no INEP; na avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES e na avaliação institucional, que combina os resultados das três. As exigências para o credenciamento das IES são: a obtenção de conceitos A ou B em mais da metade de seus cursos avaliados nas três últimas edições do PROVÃO, ter obtido conceitos CMB ou CB em mais da metade de seus cursos avaliados nas condições de oferta dos cursos de graduação e ter comprovado, no caso das universidades, a oferta de programa de pós-graduação stricto sensu avaliado com conceito igual ou superior a três pela CAPES.

### 2.1 - Análise das Condições de Oferta (ACO)

Avaliadores externos visitam os cursos

que participam do provão para verificar a **qualificação do corpo docente, organização didático-pedagógica e instalações**. Ela tem o caráter de credenciamento e descredenciamento das IES.

Os resultados obedecem a seguinte escala de conceitos: CMB (Condições Muito Boas: padrão de excelência) CB (Condições Boas - padrão de qualidade) CR (Condições Regulares- padrão mínimo adequado) e CI (Condições Insuficientes - exigem mudanças em caráter de urgência).

A relação entre os resultados do provão e a ACO é, em alguns casos esquizofrênica. Como exemplo dessa situação, podemos citar o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que recebeu A no Provão de jornalismo em 1999 e na Análise das Condições de Oferta, realizada em agosto no mesmo curso, recebeu insuficiente nos três quesitos, sendo que dois aspectos avaliados em CI deveriam levar a um processo de descredenciamento da escola independente do resultado do PROVÃO.

Com resultados tão conflitantes em avaliações diferentes, aplicadas pelo mesmo órgão oficial, não se pode concluir nada a respeito do ensino superior no Brasil.

A ACO se baseia em um padrão de qualidade pré-determinado e não da real situação da instituição. A avaliação se dá através de professores de outras IES que visitam a instituição por dois ou três dias e fazem análise através do preenchimento de um questionário feito pelo MEC. Cerca de 30 dias antes da visita, os professores recebem um roteiro de avaliação na forma de um outro questionário que serve para embasar os dados objetivos da análise dos professores visitantes. Após a visita, os questionários são remetidos a SESU para que esta análise os resultados e encaminhe as recomendações às escolas avaliadas.

Após esse processo, nada mais é feito para que a situação daquela instituição modifique, simplesmente o resultado da tal análise é enviado estabelecendo um prazo para que a mesma melhore o desempenho. No caso das IES públicas, como melhorar o desempenho sem que sejam alocados mais recursos para a infra-estrutura e implementada uma política mais efetiva de qualificação dos docentes? No fundo, a intenção do MEC é a de, através dessa "suposta" avaliação, transformar as Universidades Públicas em Centros Universitários, barateando os seus custos e acabando com o modelo de



Universidade de Pesquisa, ou melhor, reduzindo para umas poucas que serão os "Centros de Excelência" e as demais Escolões de 3º graus.

### 2.2 - O Exame Nacional de Cursos (Provão)

Criado em 1995, através da LEI 9331/95, e, posteriormente, incluído na LDB 9394/96. Na ótica do governo, o provão é "um dos elementos da prática avaliativa que visa alimentar os processos de decisão na formulação de ações voltadas para a melhoria dos cursos de graduação". No entanto, ao analisarmos o seu conteúdo, as formas de elaboração, aplicação e o contexto no qual está inserido, veremos que se trata, na verdade, de um precário instrumento destinado a classificar ou "RANKEAR" as Instituições de Ensino

Superior brasileiras, de acordo com as metas de exclusão estabelecidas através de critérios questionáveis enquanto norteadores de um processo de avaliação educacional.

Desde que o Provão foi criado, o governo vem enfrentando a resistência organizada de setores do movimento estudantil, como a da campanha pelo ZERO e, neste ano de 2002, o plebiscito do Provão, em curso no país. Como resultado desse movimento de correlação de forças, o governo tem reagido através da utilização de diversas táticas para legitimar o PROVÃO, todas de cunho punitivas, dentre as quais destacamos:

1. Obrigatoriedade na realização da prova mediante a retenção dos diplomas dos formandos;

2. Estimulo à competitividade entre as universidades. Isso faz com que os professores e coordenadores de cursos se lancem na defesa irrestrita de sua instituição orientando e preparando os alunos p/ realizarem boas provas buscando o conceito A;

3. Utilização de marketing e propaganda na mídia para convencer a opinião pública que o provão por si só trará melhorias à qualidade do ensino;

4. Recredenciamento das IES condicionado pelos resultados do provão (A ou B), da ACO (CMB ou CB) e da avaliação da CAPES (= ou +3);

5. Concessão do *Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES*, apenas aos que estejam matriculados em cursos de IES particulares que obtiveram avaliação positiva;

6. Concessão de bolsas de mestrado ou doutorado pela CAPES aos alunos que obtiverem as maiores notas no provão.

Através dessas táticas, o governo tem conseguido convencer parte da opinião pública, de professores, de dirigentes e de alunos, transferindo para os alunos a responsabilidade pela qua-

*O provão é uma forma de avaliação falha, superficial e punitiva que visa apenas estabelecer a competição sem que realmente haja a preocupação com a melhoria da qualidade do ensino.*

lidade da instituição, através da realização, no final do curso, de uma simples prova constituída de questões genéricas e elaborada pela Fundação Cesgranrio<sup>4</sup>.

Destacamos, a seguir, algumas distorções apresentadas pelo Provão:

1. O provão é uma forma de avaliação falha, superficial e punitiva que visa apenas estabelecer a competição sem que realmente haja a preocupação com a melhoria da qualidade do ensino, pois, os conceitos não esclarecem a sociedade quais os pontos que deveriam ser melhorados para melhoria da qualidade.

2. Está legitimado por pressupostos de caráter inconstitucional uma vez que na prática ignora os princípios garantidos pelo art. 207, da CF, que prevê a indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão.

3. A meta final do MEC é estabelecer o recredenciamento das IES, criando para isso o ranqueamento (hierarquia) entre essas que será determinante na alocação dos escassos recursos destinados a educação superior.

4. É uma lógica de competição puramente econômica. Ao invés de avaliar o PROVÃO, se propõe a classificá-las através de um mecanismo precário: uma única prova escrita para todo o Brasil, desconsiderando totalmente as diferenças regionais e a realidade específica de cada curso ou instituição, transferindo unicamente para o aluno

a responsabilidade sobre a qualidade do ensino superior.

5. Os critérios utilizados na definição dos conceitos têm como parâmetro a média geral de cada curso avaliado e o desvio padrão calculado a partir das notas de cada curso. Através dessa sistemática quantitativa, sempre teremos cursos que obterão conceitos A e B, independentemente do desempenho e das notas obtidas no provão, assim como outros obterão os C, D e E. A mudança do parâmetro utilizado até 2000, curva de GAUSS para DESVIO PADRÃO, não altera a lógica do sistema quantitativo. Não há uma preocupação com os baixos índices obtidos nas provas e, sim, o centro da questão é definir o ranqueamento das IES.

O PROVÃO e a ACO longe de se constituírem em avaliação, configuraram-se como mecanismos de medição quantitativa de resultados, legitimadores do controle através do qual o governo tenta **homogeneizar** as universidades, modificando a especificidade de sua função que é a **diversidade** e **pluralidade** das atividades. De acordo com CHAUI, com isso o governo,

*obtem apenas um catálogo de atividades e publicações que passam a orientar a alocação de recursos e não o auto conhecimento; a prestação de contas à sociedade não se cumpre porque o orçamento e a execução orçamentária são apresentados com os números agregados sem explicação dos critérios, prioridades, objetivos, finalidades e sem explicar os convênios privados (1999, p.41).*

O resultado combinado do Exame Nacional de Cursos (o "provão") e da Análise das Condições de Oferta vem redesenhando a organização da educação superior brasileira, no âmbito da graduação. A correção estatística ótima dos resultados do "provão" vem garantindo conceitos A ou B a cursos e insti-



tuições conhecidas por seu questionável funcionamento, pelas péssimas condições salariais e de trabalho de seus docentes e pelas altíssimas mensalidades cobradas de seus alunos. Trata-se de um processo que não considera as peculiaridades da formação, em face dos diferentes projetos pedagógicos de profissionalização e das perspectivas societárias; que homogeneiza diferenças, unificando padrões e processos avaliativos. Sabemos que as diretrizes curriculares e os mecanismos de avaliação centralizados são elementos essenciais da política educacional do governo, e que contribuem, de forma perversa, para a destruição do ensino superior público, gratuito e de qualidade, de um lado, e para o incentivo e o fortalecimento do processo de mercantilização e privatização do ensino superior, de outro.

O modelo de avaliação implementado pelo governo, nos últimos anos da década de 90, tem se limitado a considerar se os objetivos e metas foram alcançados, desconsiderando que a educação, por ser um fenômeno complexo e inegavelmente social, não pode ser submetida às mesmas regras estabelecidas na lógica empresarial. Como afirma Dias Sobrinho,

*um dos grandes problemas desses procedimentos avaliativos é que eles, requerendo informações simples e rápidas, se atêm quase exclusivamente aos produtos ou resultados (...), limitam-se a medir aquilo que é facil-*

*mente quantificável e observável imediatamente deixando de lado os efeitos de médio e longo prazo (...). Outro problema é que essas avaliações requerem necessariamente hierarquização, instaurando um regime de acirrada competição entre as instituições. Ao submetem-se ao regime de competitividade as IES públicas favorecem a privatização de um capital público (1999, p.68)*

Na mesma linha de argumentação, Marilena Chauí defende que é fundamental que se realize a avaliação das atividades universitárias, mas que deve estar voltada:

*1) para orientar a política universitária do ponto de vista de um saber da universidade sobre si mesma, de seu modo de inserção na sociedade e significado de seu trabalho, e para a reorientação de programas e projetos; 2) para orientar a análise técnica dos problemas operacionais e financeiros, suprir carências, atender demandas, quebrar bolsões de privilégios e de inoperância; 3) para prestação de contas devidas aos cidadãos. (1999, p.40).*

A contestação e reversão desse modelo precisam estar norteadas por princípios democráticos que exigem a participação autônoma das instâncias responsáveis pela realização da formação acadêmica (professores, alunos e funcionários) bem como da sociedade que financia essa formação. E é na conquista da garantia desses princípios que professores, funcionários e estudantes vêm lutando conjuntamente, valendo-se de uma variedade de mecanismos, sem perder de vista o movimento conjuntural.

### **3. Por uma avaliação institucional com vistas ao padrão unitário de qualidade.**

Na Proposta do ANDES-SN e das Associações de Docentes para a Universidade Brasileira, elaborada de forma coletiva desde a sua criação e publicada em sua última versão atualizada em 1996, é apresentada sua concepção de avaliação institucional. Para o ANDES-SN, a avaliação deve ser interna e externa e direcionar-se para avaliar o papel da universidade na sociedade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão desenvolvidos pela instituição, bem como da gestão financeira e patrimonial. Tal avaliação deve ser estabelecida por critérios definidos pública e democraticamente e que considere a real situação em que a instituição se encontra, em termos de condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho acadêmico de qualidade.

O processo de avaliação deve se pautar por um modelo que enfatize as “funções diagnóstica e formativa”, considerando-as como um processo abrangente que se orienta por indicadores sociais e que considere, em sua elaboração, o referencial histórico-social, isto é, a cultura, a história, os valores e as finalidades da instituição. O processo de avaliação conduz a institucionalização de um padrão de desempenho compatível com o padrão de instituição almejado, devendo, portanto, interpretar os significados dos objetivos em relação aos princípios de cada instituição em particular.

A avaliação deve ser “emancipatória e participativa”, o que implica, necessariamente, a realização de um amplo processo de debate na instituição sobre sua identidade e projeto acadêmico, com vistas à explicitação e/ou definição do modelo que se quer para aquela universidade. Dessa forma, a avaliação deve se constituir em um instrumento de democratização e não de punição ou premiação.

Sobre avaliação interna, o ANDES-

SN defende que essa deve ser realizada nas diversas instâncias onde o trabalho institucional e acadêmico se realiza, ter um caráter público e democrático, considerar as condições concretas em que o trabalho é produzido e se propor a gerar um projeto de desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico, voltado para a resolução dos graves problemas sociais, políticos e econômicos da população.

Em relação à avaliação externa, propõe a constituição de “Conselhos Sociais” compostos por representantes de diferentes segmentos da sociedade na qual a instituição se insere, devendo ter um caráter “autônomo e consultivo”, com a finalidade de contribuir para a formulação de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras da Instituição de Ensino Superior pública, bem como acompanhar sua execução.

Compreendemos, portanto, que devemos lutar de forma intransigente contra essa política excludente e autoritária do Governo FHC que utiliza mecanismos autoritários de avaliação para implementar as diretrizes impostas pelos organismos internacionais, com o único objetivo de excluir cada vez mais a população do acesso a uma educação superior pública, gratuita e de qualidade.

O ANDES-SN aprovou, em seu 21º Congresso realizado no final de fevereiro/2002, seu engajamento no “Plebiscito do Provão”, apoiando teórica e politicamente os estudantes, tanto no debate sobre a política educacional do governo federal e seus associados nas demais esferas da administração pública, como em outras ações que integram o movimento dos estudantes.

Temos, portanto, uma tarefa de fundamental importância para realizarmos que é a de nos unirmos aos estudantes participando efetivamente do plebiscito do Provão, debatendo com toda a comunidade interna das IES e

externa (escolas, mídia, sindicatos, centros comunitários, etc.) na perspectiva de esclarecer as intenções reais do governo com a utilização desses mecanismos punitivos e defender nossa proposta de avaliação institucional. Enfim, devemos ocupar todos os espaços possíveis de discussão, em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos, pois essa é uma necessidade dos dominados. É preciso defender de forma radical nosso projeto de educação nacional inserido no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira, que dentre suas diretrizes destaca ser necessário:

*Instituir mecanismos de avaliação interna e externa, em todos os segmentos do Sistema nacional de Educação, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, através de uma dinâmica democrática, legítima e transparente, que parte das condições básicas para o desenvolvimento do trabalho educativo até chegar a resultados socialmente significativos (1997).*

#### NOTAS

1. A expressão Estado-providência é utilizada no texto, como referência às políticas do Estado de Bem Estar Social desenvolvidas nos países do primeiro mundo.

2. G7+1 - Expressão utilizada para designar as sete grandes potências industrializadas do capitalismo: Canadá, EUA, Japão, França, Alemanha, Itália e Grã-bretanha e mais a adesão recente da Rússia.

3. Trata-se da transformação da educação em um “Meganegócio” uma vez que na sociedade do conhecimento este se torna o principal recurso econômico vendável no mercado, como afirma a reportagem da Revista Exame (2002, p. 35-45). Um dado relevante destacado na reportagem diz respeito aos “negócios” da educação superior privada no Brasil que apresentam um crescimento cada vez maior. O faturamento do setor privado no ensino superior brasileiro aumentou de 3,3 bilhões em 1997 para 10,3 bilhões em 2001 e estima-se que no ano de 2002 o faturamento seja na ordem de 12 bilhões de reais. Nos Estados Uni-

dos existem mais de 2000 universidades corporativas e a tendência é a de cada empresa ter seu próprio centro de educação, cujo mercado da educação continuada para adultos responde por 6% do PIB americano.

4. A Fundação Cesgranrio é uma entidade privada, presidida por Carlos Alberto Serpa, amigo do Ministro da Educação, que ganhou a concorrência para organizar o PROVÃO e o ENEM e que vem montando uma rede de serviços paralela dentro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), formada por um grupo de dirigentes e chefias desse órgão, segundo denúncias publicadas no Jornal da Adufrj(22/04/2002, p. 5) e oriundas da Executiva Nacional da Assibge-SN que apresentou denúncia formal ao Ministério Público e a Corregedoria Geral do União.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDES-SN. Proposta do ANDES e das Associações dos Docentes para a Universidade Brasileira - **Cadernos ANDES**. nº 2 - edição atualizada. Brasília-DF, 1996.

BIRD/Banco Mundial. **La Enseñanza superior**. Las lecciones derivadas de la experiência. (El desarrollo en la práctica). Washington, D.C..BIRD/Banco Mundial, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de, PAOLI, Maria Célia (orgs.) **Os sentidos da democracia** - políticas de dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo..Loyola,1993.

**PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO** - Proposta da Sociedade Brasileira. Belo Horizonte/MG, nov. 1997.

ROSENBERG, Cynthia. Nota Alta. **Revista EXAME**. ed. 763, ano 36, n. 7, 03/04/2002.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação e privatização do ensino superior. In: TRINDADE, Hélio (org.) **Universidade em Ruínas**: na república dos professores. Petrópolis,RJ: Vozes / Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999.

\* Texto apresentado no IV Congresso Nacional de Educação - IV CONED, na mesa-redonda: “Exame Nacional de Cursos (Provão), ENEM, SAEB: isto é avaliação?”, São Paulo, 25 de abril de 2002.

**\*\* Professora do Centro de Educação da UFPA; Doutoranda em Educação da UFMG; Vice-Presidente Norte do ANDES-SN (2000-2002)**

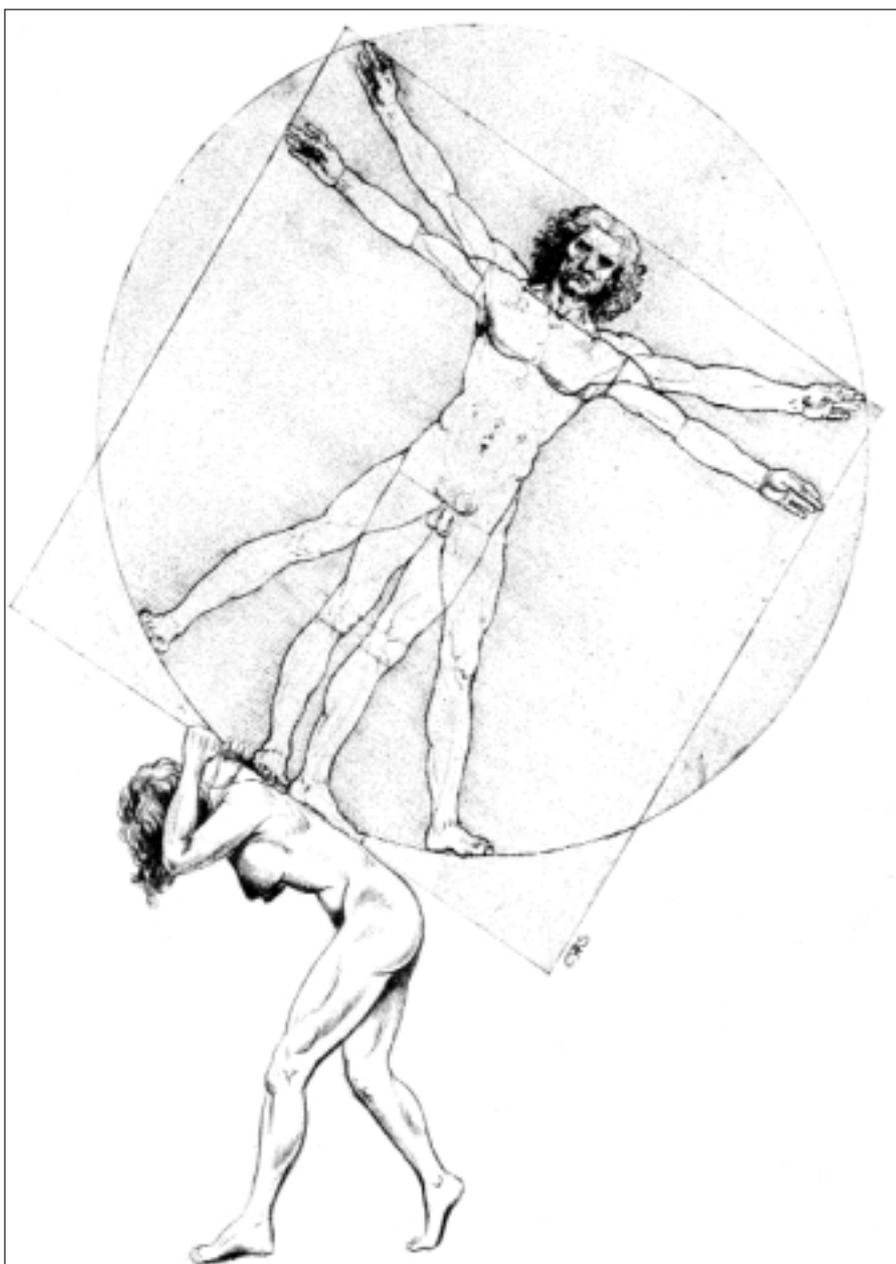
Maria Helena Santana Cruz \*\*

# Novas tecnologias e impacto sobre a mulher\*

*A reflexão a respeito do impacto das novas tecnologias sobre a mulher envolve considerações em relação ao efeito dos processos que atravessam o conjunto da sociedade e originam-se no centro e não na periferia da vida social; exige uma interlocução com duas grandes tendências conflitantes que moldam o mundo de hoje: o processo de globalização e a identidade.*

A partir de meados de 1970, as intensas modificações socioeconômicas relacionadas ao processo de globalização das economias capitalistas (ampliado a partir da década de 1980) ganham, na contemporaneidade, características próprias, inusitadas e um assombroso impulso com o enorme salto qualitativo ocorrido nas tecnologias da informação. Isso porque as inovações introduzidas nos sistemas produtivos, a microeletrônica, a automação, a robótica, a telemática e a reestruturação produtiva engendram alterações substantivas no que diz respeito não apenas à criação de grandes sistemas econômicos em larga escala, mas também à transformação de contextos locais, culturais, com repercussão no cotidiano, nas relações sociais.

De par com as transformações do capitalismo, com a crise dos paradigmas produtivos, com a crise dos paradigmas de explicação da realidade e a extinção do estatismo, produziu-se uma onda poderosa de expressões de identidade coletiva. Em essência, a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo deram origem à sociedade em rede e introduziram a globalização de atividades econômicas estratégicas, a flexibilidade e a instabilidade do trabalho e uma cultura da instabilidade real, cujos múlti-



---

*Uma nova civilização está emergindo em nossas vidas e modificando nossa maneira de pensar.*

*Ela traz consigo novos estilos de família, novos modos de trabalhar, de amar, de viver e de relacionar-se.*

---

plos efeitos são ainda imprevisíveis. As formas de organização da atividade produtiva foram alteradas radicalmente, ultrapassando a busca apenas de mercados globais; ela própria passou a ser global, apresentando algumas características essenciais como a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e um crescimento singular do mercado internacional - viabilizado pelo movimento e queda generalizada de barreiras protecionistas. Essas mudanças permitiram a reformulação das estratégias de produção e distribuição das empresas e a formação de grandes mercados e blocos econômicos (DUPAS, 1999).

Considerando os países latino-americanos, as rápidas mudanças transformaram o perfil das economias e sociedades, no final do século XX. Na esfera econômica, foram capitaneadas pelo incremento no volume e ritmo dos fluxos de comércio e investimentos para além das fronteiras nacionais, pela integração dos sistemas econômicos em escala mundial, pelas intensas transformações na informática e nas comunicações, pelas reformas econômicas, e, ainda, pelo estabelecimento e/ou fortalecimento de blocos econômicos sub-regionais, como o

Nafta e Mercosul. Na *esfera política*, a queda dos governos autoritários alterou a face das formas de organização e participação cidadã, recolocando as instituições da chamada "economia formal" no centro dos jogos políticos. Na *esfera social*, o crescimento da participação feminina na força de trabalho, a proliferação das formas de trabalho instável e precário, os movimentos de população e a reespecialização das atividades econômicas constituem fenômenos igualmente salientes.

Para além da integração do fluxo monetário e de mercadorias, a globalização proporciona também a crescente interdependência das pessoas em nível mundial. Conforme reflete Giddens (1996), a introdução de novas tecnologias, a automação, os sistemas informatizados integrados, a utilização dos meios de comunicação e transportes de massa, favorecem a compressão do *espaço-tempo* e a eliminação das fronteiras. A vida das pessoas está ligada mais profundamente, mais intensamente e mais diretamente que no passado. Ampliam-se as oportunidades de enriquecimento da vida e de criação de uma comunidade global baseada em valores compartilhados. A nova lógica global repercute, assim, de forma marcante, nos processos de fazer e conviver, introduzindo as lógicas da urgência e da mudança. Intimamente relacionadas, elas facilitam o contato com os acontecimentos mundiais numa velocidade talvez nunca vista antes na história da humanidade.

Todo esse processo contribui para a

emergência de uma nova ordem social - a ordem pós-tradicional, compreendida como aquela em que a tradição não desaparece, mas muda de significado. Por isso, a noção de compressão do espaço-tempo é considerada altamente instrumental para se analisar como a modernidade se constitui e para se entender o "encolhimento" provocado pelos sistemas de comunicação, transportes e informações. Se, por um lado, esses sistemas impuseram um novo ritmo à sociedade e às políticas sociais, com impactos em diversos setores e campos do saber, por outro lado, influíram no aumento da percepção fragmentada do mundo, expondo indivíduos e grupos a uma quantidade de estímulos e informações sem precedentes, com intensidades e impactos desiguais, a depender de sua situação no *espaço* e no *tempo* (Harvey, 1994).

Estando o mundo todo interligado, agrado, cada vez mais se torna fundamental estudar e compreender o lugar onde se vive e onde acontecem os fenômenos. Cada lugar é, a seu modo, a reprodução de uma realidade que é global, a partir da formulação de regras gerais de movimento global, poderão ser definidas a nova estrutura e a nova organização do espaço geográfico.

Em uma análise abrangente do capitalismo contemporâneo, Castells (2000) caracteriza o novo momento como a Era da Informação. Ela se originaria na coincidência histórica, desde fins dos anos 60 e meados dos anos 70, de três processos independentes: a revolução das tecnologias de informação, a crise econômica tanto do capitalismo quanto do estatismo e suas reestruturações subsequente, o florescimento dos movimentos sociais e culturais como o antiautoritarismo, a defesa dos direitos humanos, o feminismo e a ecologia. A interação desses processos e as reações produzidas

criaram uma nova estrutura social dominante, a *sociedade em rede*; uma nova economia, a economia informacional-global, uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. O computador representa para nós o que a máquina a vapor representava há três séculos. Depois dela, nada mais foi como antes. No entanto, o fundamental não está no computador, mas em todas as suas implicações. Uma nova civilização está emergindo em nossas vidas e modificando nossa maneira de pensar. Ela traz consigo novos estilos de família, novos modos de trabalhar, de amar, de viver e de relacionar-se.

Os modelos de identificação que, no passado, tinham oferecido sólidas localizações para os indivíduos, estão sendo deslocados e, concomitantemente, deslocando estruturas e dinâmicas centrais das sociedades do século XXI. Com isso, gera-se um tipo diferente de mudança estrutural, que abala os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. O declínio desses modelos faz surgir a necessidade de novas identidades e conduz à fragmentação do indivíduo moderno, até então visto como um sujeito unificado e integrado. Em outras palavras, esses

processos estão mudando nossas identidades pessoais e culturais, abalando a idéia que temos de nós próprios, questionando aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. .

Numa perspectiva política e social, pode-se dizer que o processo de globalização e sua inter-relação com as novas tecnologias possibilitam focalizar os temas da subjetividade, da identidade e dos processos de fragmentação de identidades (de gênero, classe, sexualidade, geração, etnia e nacionalidade). Interessa focalizar, neste momento, a questão do gênero.

A identidade de gênero vai-se construindo durante toda a vida. Na etapa adulta do processo de socialização, define-se por meio de distintas instituições e práticas sociais. O trabalho, o emprego constituem, portanto, elementos socializadores, um espaço de mediação em que se constroem, no ambiente, as relações de gênero. Nesse espaço, concretiza-se a divisão sexual do trabalho, a qual põe de manifesto que cada tarefa é dotada de gênero na relação que as trabalhadoras e trabalhadores têm com a tecnologia, que também tem gênero.

Nesse sentido, torna-se oportuno refletir sobre as oportunidades e experiências de inserção de mulheres no mercado, assim como sobre os novos problemas e desafios surgidos nesse novo contexto marcado pelos proces-

sos de globalização e integração regional, reestruturação e inovações tecnológicas. Como homens e mulheres estão mergulhados num contexto, estudá-los em sua historicidade parece o meio mais eficiente para compreender o processo de construção de identidade de gênero no contexto mundial e os acontecimentos que fizeram história em nosso país no limiar do século XXI, indicando fatos e interpretações que reforçam a análise empreendida e certos desafios do presente. Os estudos sob a perspectiva de gênero analisam o trabalho feminino nos contextos de globalização e de modernização tecnológica. Trazem para o centro do debate a crítica dos novos paradigmas diante das transformações no mundo do trabalho, enfatizando aqueles aspectos mais importantes da participação da mulher, particularmente em decorrência do acelerado avanço da força de trabalho feminina. Focalizam a situação do emprego<sup>1</sup> e qualificação, tendo em vista estabelecer conexão entre eles e a mudança tecnológica em diversos países, regiões e mercados (Mercosul, Nafta e outros).

Nesse sentido, gênero é, hoje em dia, um conceito de grande valor para o entendimento das transformações da sociedade. Tem valor empírico pela sua utilidade para descrever as diferenças entre homens e mulheres e as relações que se estabelecem entre eles. Também tem valor analítico, quando usado para explicar os ordenamentos das sociedades. Entretanto, o valor principal da palavra gênero<sup>2</sup> está no fato de ser uma ferramenta para desmanchar, ou, dito mais apropriadamente, desconstruir a ligação entre mulher e natureza e, assim, possibilitar o entendimento da igualdade entre mulheres e homens. Por carregar um significado fartamente politizado, ela é uma palavra com força para suscitar diferentes reações nos indivíduos,

---

*Gênero é, hoje em dia, um conceito de grande valor para o entendimento das transformações da sociedade. Tem valor empírico pela sua utilidade para descrever as diferenças entre homens e mulheres e as relações que se estabelecem entre eles.*

---

tanto de adesão como de oposição, surgidas nos diferentes espaços das sociedades modernas. A palavra é forte porque tem sentido, significado, na conversação, nos jogos da linguagem. Esses jogos estão presentes em todos os tipos de interação ao dar e receber ordens, ao descrever alguma coisa, ao especular sobre um evento, ao inventar ou contar palavras, conforme pressupostos habermasianos da Teoria da Ação Comunicativa.

Ao se considerar o contexto atual, observa-se que o contínuo avanço da economia global não parece garantir que as sociedades futuras possam, unicamente por mecanismos de mercado, gerar postos de trabalho, mesmo os flexíveis, compatíveis em qualidade e renda com as necessidades mínimas dos cidadãos. Chama a atenção a quase unanimidade nas preocupações que envolvem a situação atual de aumento da desigualdade e de polarização no seio da sociedade. Cada pesquisador, no entanto, qualifica esse fenômeno diferentemente e vê variadas determinações para esse processo.

As transformações em curso estão redefinindo o modo de vida dos cidadãos e o modo de operar das instituições. Verifica-se que o capital atual é alimentado pela força de suas contradições. De um lado, observa-se o enorme volume de investimentos necessários à liderança de produtos e processos, numa competição acirrada por redução de preços e por qualidade na busca de eficiência, lucros e expansão do mercado. Por outro lado, observa-se a dialética da exclusão/inclusão (apesar do desemprego estrutural crescente - incapacidade de geração de empregos formais em quantidade e qualidade adequadas). O capitalismo atual garante sua dinâmica também porque a queda dos preços dos produtos globais incorpora continuamente mercados (inclusão) que estavam à margem

do consumo por falta de renda.

O acirramento das desigualdades sociais se expressa na participação da mulher no mercado de trabalho, especificamente no continente latino-americano, o que justifica a urgência de afinamento dos instrumentos conceituais que possibilitem um maior entendimento dessa realidade. Pesquisas de autores nacionais e internacionais que abordam a divisão social e sexual do trabalho em grandes empresas (Hirata, 1998), assim como a literatura existente sobre gênero e reestruturação produtiva (Abramo, 1976; Wood, 1989; Roldán, 1993; Segnini, 1995; Abreu e Sorj, 1995; Posthuma e Lombardi, 1996; Leite 1988; Cruz, 1999; entre outros) tendem a indicar que, entre os setores, empresas e atividades que empregam homens e os que empregam mulheres, não se constroem da mesma maneira o conjunto das discontinuidades ou rupturas que marcam os novos modelos produtivos. Os estudos alertam para o silêncio sobre a dimensão de gênero que cerca a discussão dos novos paradigmas e do impacto das inovações tecnológicas sobre as mulheres e denunciam que esse silêncio ajuda a esconder importantes problemas nas novas formas de organização produtiva, em especial no que se refere à equidade social. Considera-se que a inclusão da categoria de gênero nas pesquisas pode levar a duas conseqüências, no plano analítico. A primeira é que a introdução de uma perspectiva sexuada faz “explodir” a unidade categorial de “empre-

sa”; a segunda é que a dimensão de gênero questiona fortemente as Ciências Sociais, que partem, nas suas elaborações teóricas, da figura do trabalhador homem encarnando o universal.

No âmbito da Sociologia do Conhecimento, há mais de vinte anos, as teorias dominantes apresentavam a ciência e a tecnologia quase sempre excluídas de suas análises. Desde os anos setenta, os aportes da teoria construtivista vêm ganhando remarcada importância para fazer sair da superfície o caráter social da produção científica, abrindo-se novos campos de estudo com perspectivas divergentes (Alemany, 1999). Os autores homens que se dedicaram a investigar o processo de desenvolvimento das tecnologias não perceberam a assimilação da tecnologia com a masculinidade como um processo de *construção social*. Essas análises, em geral, não atentam para as relações de poder historicamente construídas nos fenômenos estudados; por isso, tendem a excluir não somente as relações de classe, senão também as relações de sexo, transversais na sociedade, consideradas a base das análises feministas e que, portanto, não podem ser ignoradas. Em definitivo, as análises feministas não encontram um modelo que permita

---

*As análises feministas não encontram um modelo que permita explicar o mal-estar das mulheres ante a tecnologia, sua indiferença, ou seu medo diante de uma máquina.*

---

explicar o mal-estar das mulheres ante a tecnologia, sua indiferença, ou seu medo diante de uma máquina. Tampouco podem buscar apoio em uma teoria que explique o domínio dos homens no campo da tecnologia e a exclusão ou marginalização das mulheres nesse âmbito. Contudo, alerta-se para o fato de que a falta de familiaridade e acesso às novas tecnologias, incluindo a Internet, fortalecem a divisão social e sexual do trabalho, e o processo de exclusão das mulheres do mercado.

A relação assimétrica entre gêneros na esfera do trabalho concretiza-se em divisão sexual do trabalho, cuja estreita relação com a subordinação feminina é revelada em dados estatísticos e compreendida nas concepções sobre a mulher expressas por trabalhadores e trabalhadoras. Uma vez que eles tomem conhecimento das relações hierárquicas que encobrem a divisão sexual do trabalho, poderão levar a cabo ações tendentes a uma maior igualdade entre os gêneros, ou seja, poderão construir um mundo onde a mulher não seja subordinada, onde a diferença entre gêneros não signifiquem desigualdades sociais.

Sabe-se que todas as sociedades humanas têm algum tipo de divisão sexual do trabalho: decidem quais trabalhos os homens realizam e quais se situam dentro da órbita feminina. Não obstante, de acordo com a literatura antropológica, há uma grande diversidade sobre o que pode considerar-se trabalho feminino e masculino. Como disse Elizabeth Lobo (1991): "Não existem fatores naturais, inerentes ou lógicos que instituem a divisão sexual do trabalho, senão que existe uma construção social e práticas e relações de trabalho cuja coerência reside na existência de muitas vozes simbólicas e vários fatores".

A complexidade do tema permite

*O conceito de razão parece marcado por conotações masculinas, enquanto natureza é um conceito com conotações femininas.*

que seja abordado de distintos ângulos. Neste trabalho, o foco é dirigido para as relações de gênero; questiona-se até que ponto as potencialidades presentes nos novos paradigmas produtivos e a introdução das inovações tecnológicas, contribuem para a ampliação das oportunidades de acesso ao emprego e das condições de permanência das mulheres no trabalho. Em outras palavras, buscam-se respostas para algumas indagações. Estariam os processos de inovações tecnológicas abrindo às mulheres mais e melhores oportunidades no mercado de trabalho? Seu efeito principal estaria apontando no sentido de uma elevação da distribuição da divisão sexual, segmentação horizontal e vertical de gênero, ou, ao contrário, estariam apontando na direção de sua reprodução, incluindo a configuração de novas formas de divisão sexual do trabalho, aumentando a segregação? O desenvolvimento tecnológico e a relação que homens e mulheres estabelecem com a máquina reproduzem a subordinação da mulher? Estariam os novos paradigmas produtivos e a introdução das inovações tecnológicas e organizacionais ampliando as oportunidades de qualificação e revalorização de novas competências e *qualificações sociais* ou tácitas, contribuindo para a construção da cida-

dania plena das mulheres?

Alguns autores consideram que a tecnologia ocidental tem um caráter eminentemente patriarcal cujo centro são as questões de dominação, poder e controle. A esse respeito, preocupado em entender que a realidade social é composta por um mecanismo de dominação, pela ausência de comunicação, J. Habermas (1968) critica a dominação da *razão instrumental* (técnica) no capitalismo e explicita que o sujeito introjeta o poder de tal modo, que não se percebe enquanto tal. Ele propõe a substituição da razão instrumental pela *razão comunicativa*, mediante a dialética, a interação, o discurso argumentativo, a reflexão e o conseqüente desenvolvimento da consciência crítica.

Máquinas, equipamentos e desenvolvimento tecnológico caminham de mãos dadas. A tecnologia, por sua vez, relaciona-se estreitamente com a ciência. C. Cockburn (1990) faz notar que a ciência tenta dar uma explicação racional da natureza. O conceito de razão parece marcado por conotações masculinas, enquanto natureza é um conceito com conotações femininas. A dicotomia natureza/cultura na relação com o feminino/masculino é objeto de múltiplas análises<sup>3</sup>, no plano do simbólico. Da mesma maneira que a cultura associa-se com a masculinidade, a tecnologia é também expressão da cultura e a ela se associa.

Segundo as teorias do patriarcado - que descrevem a dominação do homem sobre a mulher, manifesta-se de diferentes modos, a tecnologia conver-

te-se em um instrumento para manter as mulheres oprimidas na sociedade e no mercado de trabalho. Essa opressão/dominação é explicada de diversas maneiras pelas atuais disciplinas que fazem uso da teoria do patriarcado. Desde as Ciências Sociais, em especial na tradição marxista, o patriarcado é um conjunto de relações sociais que tem uma base material. Nele, as relações hierárquicas e de solidariedade entre os homens permitem o controle das mulheres. Porém, a opressão também se explica nas perspectivas psicológica, ideológica e cultural, contribuindo para fortalecer a dinâmica emocional da personalidade, profundamente enraizada no subconsciente e no inconsciente. A ciência, portanto, seria alheia à natureza mesma das mulheres. Sobre o controle masculino, a tecnologia produzida para ser usada pelas mulheres pode ser sumamente inapropriada para as suas necessidades, inclusive perniciosas e, pode ainda incorporar ideologias masculinas que determinam como devem elas viver. Assim, consumam-se, a alienação e a exclusão das mulheres no âmbito tecnológico.

Nessa perspectiva, de acordo com C. Cockburn<sup>4</sup>, pode-se dizer que os homens apropriam-se da tecnologia co-

mo esfera da masculinidade, pois a concepção e a fabricação dos instrumentos de trabalho, de autos e máquinas em geral, estão sob o seu controle, simplesmente porque essa é uma das áreas das quais as mulheres estão excluídas, como estão das áreas de decisões governamentais na maioria dos países. A mesma socialização de gênero também desenvolve e reforça a aproximação do homem a processos tecnológicos (jogos de armar e desarmar, brinquedos com carrinhos, etc.), enquanto as meninas são alijadas de tais práticas. Os homens interferem ainda, de maneira determinante, na definição dos trabalhos profissionais e domésticos das mulheres, tornando-se muito estranho que elas exerçam um poder mecânico. No próprio local de trabalho, pode-se verificar que a “neutralidade” não se concretiza. A nova tecnologia que chega já traz assinalado seu gênero nas expectativas de seus planejadores, desde o ponto de vista ergonômico, por exemplo. A especialização de sexo pode ser dada por tamanhos e medidas dos equipamentos e pela força requerida para utilizá-los. Essa mesma orientação está subjacente nas formas de organização e gestão do trabalho, com vistas à rentabilidade e ao lucro do capital. É uma situação em que capitalismo e patriarcado se unem como faces de uma mesma moeda (Saffioti, 1987). O capitalismo se aproveita das diferenças de papéis de acordo com o sexo do trabalhador para aumentar a produtividade e o lucro. Esse seria um

dos tantos cruzamentos entre a lógica do sistema de classes e a lógica do sistema de gêneros.

Em síntese, a tecnologia é uma fonte de poder. Nela os homens se instalam para exercer e garantir o seu poder em outras áreas. Ela conforma nossas vidas e estrutura o que e como fazemos, como vivemos, as relações sociais e o significado do ser humano.

### **Novos modelos produtivos e relações de gênero**

A quase totalidade das pesquisas sobre o pós-fordismo, a “*especialização flexível*” (Piore & Sabel, 1984), os novos modelos produtivos dos anos 80 (Kern e Schumann, 1984; Durand, 1993) e os novos conceitos de produção (Beggren, 1989), ou mais recentemente as teses macroeconômicas sobre globalização não levam em conta as implicações sobre a divisão do trabalho e do emprego na dimensão do sexo/gênero. Ora, as repercussões desses processos não são as mesmas quando se consideram os pontos de vista dos homens e das mulheres. Acrescente-se também, que, no interior do conjunto dos trabalhadores homens, há diferenças de acordo com a qualificação e a categoria sócio-profissional, as quais não são consideradas.

As conseqüências desses processos podem ser eminentemente contraditórias. Pesquisas efetuadas em países europeus e da América Latina têm permitido afirmar que a introdução de novas tecnologias pode redundar em abertura de novas oportunidades e em conseqüências positivas para o trabalho feminino (Abramo, 1996), criando novas chances de emprego qualificado, sobretudo no setor de informática. Mas ela também pode reforçar a exclusão das mulheres e constituir um risco real no plano do emprego sobretudo, para as trabalhadoras não qualificadas. Avesso a essa diversidade, o conceito

---

*A tecnologia é uma fonte de poder.*

*Nela os homens se instalam para exercer e garantir o seu poder em outras áreas. Ela conforma nossas vidas e estrutura o que e como fazemos, como vivemos.*

---

de “especialização flexível” é fundado sobre o arquétipo do trabalhador do sexo masculino de grandes empresas, e não sobre a grande massa de trabalhadoras (Hirata, 1998). Na verdade, o modelo japonês - no qual apenas o trabalhador do sexo masculino desfruta do emprego estável (dito “vitalício”), da promoção por tempo de serviço e de carreira na empresa - parece ser o inspirador desse novo paradigma da produção industrial alternativo ao modelo do fordismo, que tem pretensões a uma validade universal.

A introdução da categoria de gênero se faz necessária uma vez que as condições de trabalho e as formas de inserção na atividade produtiva de mulheres e homens variam consideravelmente de acordo com o sexo. Compreende-se que as transformações do trabalho e as reestruturações produtivas geram impactos e conseqüências diferenciadas para a mão-de-obra masculina e feminina.

Sublinha-se, então, o interesse pelo aprofundamento desse debate, a fim de se ampliar o conceito de trabalho, levando-se em conta as relações de gênero e as inovações tecnológicas. Também se deve questionar, ao mesmo tempo, o lugar do trabalho na sociedade - ponto altamente polêmico, como atesta o debate sobre “o fim do trabalho” ou a sua centralidade.

### **As transformações do trabalho no contexto da reestruturação produtiva**

Assiste-se, hoje, a uma dupla transformação do trabalho, tanto no conteúdo da atividade como nas formas de emprego - transformação aparentemente paradoxal, pois esse duplo processo ocorre em sentidos opostos. De um lado, para a realização desses novos modelos, há uma exigência de estabilização do trabalho e do envolvimento do sujeito no processo, medi-

## **As condições de trabalho e as formas de inserção na atividade produtiva de mulheres e homens variam consideravelmente de acordo com o sexo.**

ante atividades que requerem autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação ou “intercompreensão” (Zariffian, 1990). Verifica-se uma “instabilização” e uma precarização dos laços empregatícios, com o aumento do desemprego prolongado e da flexibilidade no uso da mão-de-obra. Esse movimento de instabilização mostra-se mundializado, enquanto o segundo movimento, “precarização”, resulta do primeiro, no sentido de que a emergência do novo modelo produtivo, a *especialização flexível*, funda-se sobre a flexibilidade máxima dos processos, da tecnologia, do emprego.

### **Novas tendências na organização sexuada do trabalho**

Algumas pesquisas têm demonstrado que, com a introdução da informática nos serviços ou mesmo no setor industrial, certas profissões e tarefas que exigem iniciativa, responsabilidade, conhecimento técnico e criatividade estão sendo abertas a mulheres: engenheiras, analistas de sistemas, programadoras, técnicas de nível médio (em indústrias extrativas no Brasil). Mas tais postos são em número limitado e preenchidos, majoritariamente e de preferência, por trabalhadores do sexo masculino. Por outro lado, no Brasil, apesar de os dados da OIT/Cintefor/Senai indicarem nos cursos técnicos do Senai - (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) um aumento expressivo de mulheres aprendizes (em São Paulo, essa participação passou de 7,9% em 1998, para 15%, em 1999), o conteúdo do ensino por ele oferecido continua a referir-se ao

quadro das indústrias e postos de trabalho tradicionalmente femininos, como no ramo têxtil ou alimentício (Posthuma, 1966).

Nos anos que se sucederam ao milagre econômico no Brasil (1969-1972), os efetivos femininos multiplicaram-se em setores como os da construção civil, empresas de transportes coletivos, indústrias de equipamentos de comunicação/informação, mas também no ramo metalúrgico, com o recrutamento de mulheres para operação de fresa, torno e outras máquinas e equipamentos. No entanto, para as empresas, essa abertura de postos de trabalho para as mulheres representou uma diminuição de custos, pois essa feminização implicou uma desqualificação - se antes, como ocorreu numa das empresas pesquisadas, todas as máquinas eram preparadas por contra-mestres, essa atividade, até então qualificada, passou a ser repetitiva e sem exigência de elevada qualificação, justificando salários rebaixados e, conseqüentemente, a desvalorização do emprego. O aumento das oportunidades de emprego, em muitas situações, ocorre concomitantemente à manutenção de uma hierarquia social e técnica, com a supremacia do masculino (postos de instrumentação e manutenção - indústrias extrativas de trans-

formação). A entrada de mulheres como técnicas de manutenção constitui ainda um fato novo e é ainda bastante excepcional na indústria brasileira. As mulheres ocupam os piores serviços na manutenção, observando-se com frequência o fenômeno da negação da identidade sexual na realização do trabalho remunerado - *“Tem que ter postura bem profissional, como se fosse um homem trabalhando”*.

Mulheres em ocupações técnicas (engenheiras, instrumentistas, técnicas de manutenção e outras) revelaram interesse e desejo de oportunidade para operarem máquinas, evidenciando-se a valorização da formação matemática. Elas são consideradas responsáveis, cuidadosas e produzem com alta qualidade. Esse fato sugere que os progressos no campo tecnológico podem conduzir ao processo de qualificação de mulheres, ao uso de suas habilidades em novas bases, o que significa mudar a visão naturalizada dos papéis e rever a idéia de que elas têm formação matemática deficiente. A capacidade técnica lhes é exigida no exercício da atividade e a continuidade da formação - um curso universitário, preferencialmente de engenharia - passa a ser uma realidade em sua trajetória profissional. Parece então confirmar-se a tendência da “justaposição” entre taylorismo (setor feminizado) e flexibilidade (setor masculinizado), constatada em várias situações: existência de formas de empregos ‘atípicos’ para as mulheres, tendência observada na França (Hirata, 1998; e no Brasil por Leite, 1988; Posthuma, 1996; Cruz, 1999), e flexibilidade, formação qualificada e polivalência, para os homens; intensificação do trabalho para as mulheres e enriquecimento do trabalho para os homens; apelos a tipos opostos de multifuncionalidade, com integração de atividades mais simples para as operadoras e mais

---

*A segregação reforça a falta de oportunidades e de experiência técnica das mulheres.*

*Nessa situação, elas tendem a permanecer em atividades e formas periféricas.*

---

complexas para os operadores. Assim, tanto no caso francês quanto no brasileiro, responsabilidade, trabalho em grupo, competência técnica, diante de eventos e autoridade, não parecem caracterizar geralmente o trabalho industrial feminino.

Diante dessas considerações, é possível afirmar que, no Brasil, a difusão das inovações organizacionais e tecnológicas nos anos 80 e 90 deu-se de forma desigual, afetando principalmente as grandes empresas do setor dinâmico e, no âmbito dessas, o contingente de trabalhadores qualificados do sexo masculino. As operárias continuam sendo freqüentemente controladas segundo modalidades tayloristas da organização do trabalho, com cadências e ritmos impostos por linhas de montagem, máquinas e normas disciplinares, ou pela demanda de cliente (sistema *just-in-time*). O processo de precarização da força de trabalho, desde o início da década de 90, parece, ao contrário, ter reforçado a polarização das qualificações segundo o sexo, na qual as mulheres se encontram em postos paradoxalmente empobrecidos pela integração de tarefas ou pela “combinação de duas tarefas de baixa qualificação” (Leite, 1988; Posthuma e Lombardi, 1996). A segregação reforça a falta de oportunidades e de experiência técnica das mulheres. Nessa situação, elas tendem a permanecer em atividades e formas periféricas. Desse modo, é possível preconizar que os movimentos complexos da mão-de-obra feminina estão ligados a três fatores indissociáveis: a conjuntura do

mercado de trabalho (de *boom* econômico ou de crise); as mudanças no processo e na organização do trabalho; e, enfim, a subjetividade das trabalhadoras, ao seu desejo de atuar e de se manter no mercado de trabalho (Hirata, 1996).

No caso do setor financeiro bancário, onde o trabalho integrado em rede sofreu forte impacto das inovações tecnológicas e organizacionais, as pesquisas revelam que as tarefas monótonas e repetitivas (caixas) aliadas a uma intensidade elevada de trabalho são destinadas crescentemente às trabalhadoras, à medida que os postos masculinos enriquecem-se (cargos de comando, chefia e gerência). Aqueles não são propícios ao exercício da criatividade e da autonomia, elementos constitutivos dos novos modelos, ao contrário dos atribuídos aos trabalhadores do sexo masculino (Segnini, 1995; Cruz, 2000). A esse respeito, dados obtidos no setor financeiro na região sul do país mostram convergências quanto à relação capital/trabalho. Contudo, se observado o recorte de gênero, a feminização do trabalho bancário não apresenta situação de homogeneidade. Embora o setor seja o mesmo, as oportunidades abertas às mulheres são diferenciadas nos ban-

cos estatais. A flexibilização do trabalho mostra-se mais favorável a elas nos bancos estatais estaduais, enquanto nos federais a rigidez da verticalização das relações sociais, a burocratização e elementos patriarcais manifestam-se com maior intensidade. Essa falta de homogeneidade, por conseguinte dificulta a generalização da expressão dos fenômenos.

Notam-se duas especificidades do comportamento do emprego feminino no contexto atual de crise e de reestruturação. Em primeiro lugar, a evolução do emprego desmente a tese do “exército industrial de reserva”, segundo a qual as mulheres são mobilizadas quando o capital necessita delas e voltam para a “reserva” (a esfera doméstica) quando se instaura a concorrência entre os sexos pelo emprego assalariado. As taxas de atividade masculina estagnam ou decrescem, enquanto as de atividade feminina ampliam-se durante o período de expansão e continuam a crescer durante a crise em praticamente todos os países industriais. Em segundo lugar, observa-se, no último período, um crescimento simultâneo da taxa de atividade feminina e da precarização do emprego, seja pelo aumento do trabalho dito de

“tempos impostos”, seja pelo aumento do trabalho informal (sem registro em carteira) em vários países inclusive, no Brasil.

Analisando o informacionalismo, Castells (2000) lembra que, em todo o mundo, há uma expansão do trabalho remunerado por meio da incorporação maciça de mulheres à população economicamente ativa e do deslocamento de trabalhadores agrícolas para a indústria, os serviços e a economia informal urbana. A melhoria da posição das mulheres em relação aos homens é, portanto, um aspecto fundamental de um desenvolvimento sustentável. Elas realizam dois terços do trabalho no mundo, recebem apenas 10% da renda global; seu trabalho assalariado concentra-se nos setores mais periféricos do mercado, com as piores condições, salário líquido baixo e fracos níveis de segurança (Giddens, 1996).

A introdução das novas tecnologias da informação desempenhou um papel decisivo no surgimento desse capitalismo flexível e dinâmico, ao proporcionar as ferramentas para a comunicação à distância, por meio de redes, o armazenamento e o processamento da informação, a individualização coordenada do trabalho e a concentração e descentralização simultâneas de tomadas de decisões. Castells (2000) acredita que o resultado específico da interação entre as tecnologias da informação e o emprego depende de fatores macroeconômicos, estratégias econômicas e contextos sociopolíticos. Considera que os postos de trabalho in-

dustriais mais tradicionais irão reduzir-se tal como aconteceu com os agricultores. Mas, por outro lado, estarão sendo criados novos postos na indústria de alta tecnologia e nos serviços. Esse autor também distingue os impactos nos diversos conjuntos de relações sociais. Isso significa reconhecer que a análise dos impactos das inovações tecnológicas precisa considerar as relações que os diferentes sujeitos estabelecem com elas, o que envolve questões culturais, sociais, políticas e éticas. O objetivo deve ser melhorar a qualidade de vida das pessoas, integrando-as a diferentes práticas cotidianas.

A principal diferença entre o atual impacto das inovações tecnológicas no tecido social e o das décadas anteriores é que os setores expulsos do sistema produtivo não são os mesmos que estão sendo incorporados pelo novo modelo. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em decorrência da precarização das relações de trabalho, e oscilam cotidianamente para a “exclusão”, que vem se impondo pouco a pouco. À medida que os processos de crise e reestruturação econômica se produzem e atravessam as sociedades contemporâneas, o conceito de “exclusão” oferece uma perspectiva analítica que serve para examinar a condição da mulher no mercado de trabalho. Primeiro, entende-se que a concepção amplia poder analítico de conceitos como pobreza, desigualdades, marginalização e segregação, não somente por descrever uma situação, mas também por analisar um processo dinâmico de exclusão. Segundo, possibilita analisar a construção social da identidade de gênero. Os estudos ressaltam que no âmbito internacional, nacional, regional e local, permanecem vários tipos de exclusão, como segregação horizontal e vertical, trabalho em condições precárias, (por exemplo, trabalho

---

*Há uma expansão do trabalho remunerado por meio da incorporação maciça de mulheres à população economicamente ativa e do deslocamento de trabalhadores agrícolas para a indústria, os serviços e a economia informal urbana.*

---

part time) e no setor informal (Cruz, 1999).

Exemplificando essa situação, dados apresentados por Dupas (1999), com base na OCDE, informam que 35 milhões de pessoas estariam desempregadas, e 15 milhões estariam subempregadas. Qualificando esse problema, observa que a maior parte dos desempregados são jovens que estão agora ingressando no mercado de trabalho, 35% dos quais têm que aceitar empregos que não requerem graduação. Essa situação conjuntural tem levando ao aumento da violência social e, conseqüentemente, à necessidade de segurança. Em resumo, a questão social assume nova configuração O desemprego, a vulnerabilidade e a precarização do trabalho, sua submissão à ordem do mercado geram trabalhadores excedentes, sobrantes. Emergem armadilhas de exclusão, formas de desigualdade. Em especial, no continente latino-americano, manifestam-se a agudização da situação de pobreza e o acirramento das desigualdades sociais.

A abordagem de Castel (2000) caracteriza a questão social a partir da desagregação da sociedade salarial, designada pelo autor como a sociedade que se constitui com base no trabalho e suas proteções. Em sua ótica, é do trabalho e de sua proteção que se organizam o direito social, a seguridade social, a sociedade moderna, enfim. A questão social hoje põe em causa essa função integradora do trabalho e desestabiliza a vida social como um todo; configura-se como uma dificuldade central, a partir da qual a sociedade se interroga sobre sua coesão e suas fraturas.

Diante dessa nova configuração da questão social e na tentativa de controlar, à margem, o processo de desagregação da sociedade salarial, instituem-se, em vários países, políticas de inserção que não parecem alcançar a

***É do trabalho e de sua proteção que se organizam o direito social, a seguridade social, a sociedade moderna, enfim. A questão social hoje põe em causa essa função integradora do trabalho e desestabiliza a vida social.***

crise em sua extensão. As transformações, em curso no mundo do trabalho e no mundo da vida, fazem emergir, em conseqüência, espaços públicos, esferas públicas de gestão de obrigações e direitos, enraizadas em instituições e redes sociais que ligam antigos agentes aos novos espaços. Entre várias questões, discute a relevância de um novo espaço caracterizado pelas transformações nas relações de trabalho e, de imediato, os desafios do desenvolvimento, aspectos chave do problema da equidade de gênero, da elevação dos níveis de qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras, do aumento (ou, quando menos, preservação) de postos de trabalho, participação nas decisões sobre o curso de transformação econômica sustentável.

A Agenda Social da ONU, ao procurar estabelecer diretrizes de maneira não impositiva, consensual, inter e infra-Estados para toda a humanidade, muito se aproxima da ação comunicativa com vistas ao estabelecimento de

uma ética discursiva, conforme o paradigma teórico de Habermas<sup>5</sup> (1984), - que subscreve a crença numa razão universal. Oferece, assim, uma alternativa racional e concreta, de escopo universal e não padronizador, aos particularismos retrógrados e às tendências centrífugas da "pós-modernidade", procurando conferir um sentido humanístico, mas não necessariamente individualista, às tendências globalizantes da época contemporânea. Essas, como se tem visto, deixadas por conta da economia, do mercado, dos fluxos do capital e da tecnologia, interligam, esmagam ou excluem, mas não unem.

Considera-se que a solidariedade - "o coração invisível do desenvolvimento humano" - está ameaçada porque o mercado mundial competitivo dos nossos dias está pressionando o tempo, os recursos e os incentivos direcionados ao trabalho de apoio social, sem o qual os indivíduos não prosperam e a coesão social pode desmoronar-se. A diversidade de expressões da questão social mostra que a igualdade social pode ser obtida em culturas diferentes, embora exista uma discrepância generalizada e universal entre os sexos. O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) propõe que se revise a governabilidade global para o século XXI. As suas sugestões e recomendações, que vão do nível global (reforma das Nações Unidas e da Organização Mundial do Comércio) ao nível regional (abordagens coletivas para que grupos de países participem das organizações internacionais de comércio e outras áreas), chegam ao nível nacional (proteção social contra os efeitos da globalização) e mesmo ao nível local (maior equilíbrio de gênero, relações sociais igualitárias na divisão dos trabalhos domésticos e serviços sociais). Na globalização, fica evidente a necessidade de incluir-se o desenvolvimento humano e a proteção social.

Melhor dizendo, *“a globalização precisa de uma face humana”*.

As estatísticas indicam “desigualdade entre os sexos em todas as sociedades” e mostram que apenas poucos países fizeram “progresso substancial” nessa área. Conforme dados do IDH - Indicadores do Desenvolvimento Humano de 1999, os países que oferecem melhores condições para as mulheres são os seguintes: Bahamas, República Tcheca, Cingapura, Eslovênia, Noruega e Suécia. A diversidade desses países “mostra que pode ser obtida uma maior igualdade entre os sexos no desenvolvimento humano, em diferentes níveis de renda e estágios de desenvolvimento”. Alta renda não é fundamental para criar oportunidades para as mulheres. A Costa Rica, por exemplo, está à frente da França, em termos de igualdade entre os sexos nas atividades políticas, econômicas e profissionais, e Israel tem melhor desempenho que o Japão. As mulheres ocupam mais de 30% das cadeiras parlamentares, em somente cinco países; em 31 países ocupam menos que 5% delas. O relatório registra que as mulheres dedicam-se a trabalhos sociais não remunerados em parcela significativamente maior que os homens, inclusive na dedicação à família. Elas são vítimas de uma indústria crescente: o tráfico de jovens e meninas para a exploração sexual.

As disparidades mostram-se suficientemente evidentes. Mas o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999 argumenta que os efeitos desiguais da globalização conduzida pelos mercados e pelo lucro são muito mais vastos e profundos, porque atingem todos os aspectos da vida humana. Adverte que os aspectos humanos foram deixados de lado, omitidos, na visão estreita da globalização baseada apenas nos aspectos financeiros. Considera que *“os mercados competitivos podem ser a*

*melhor garantia de produção eficiente, mas não do desenvolvimento humano”*. Desse modo, enquanto a globalização for dominada pelos aspectos econômicos e pela ampliação dos mercados, ela irá comprimir o desenvolvimento humano.

Defrontamo-nos hoje com um desafio, resultado de questionamentos: é possível conciliar as demandas de governança com os ideais de cidadania? Ou, dito de forma mais direta, há saída possível para a tensão entre a busca da eficiência e a preservação dos direitos? Assim cruamente posta, acho que essa é a questão que interessa debater neste momento. Sob o olhar do gênero, o desafio é entender que não haverá desenvolvimento social e econômico com justiça, se não houver oportunidades para homens e mulheres, direitos e deveres para todos, sem discriminação. Nenhuma visão de progresso pode prescindir dessa condição de liberdade. Nossa tarefa é aprofundar a ruptura com padrões de comportamento

*Sob o olhar do gênero, o desafio é entender que não haverá desenvolvimento social e econômico com justiça, se não houver oportunidades para homens e mulheres, direitos e deveres para todos, sem discriminação.*

e atitudes marcados pelo patriarcalismo, que passou a ser duramente questionado na segunda metade do século XX. Muito foi alcançado e deve ser comemorado, mas resta muito por fazer.

## NOTAS

1. Emprego designa a realização de tarefas geralmente remuneradas, vinculadas à geração de bens de mudança, cujo produto se incorpora diretamente ao circuito mercantil. Na linguagem cotidiana, emprego e trabalho são usados como sinônimos.

2. Gênero é uma palavra cujo significado original - uma classe de literatura, música, animais, plantas, etc.- tornou-se político somente depois de passar a designar uma classe de pessoas. A partir desse acontecimento, situado no início da década de 70, a diferença entre homens e mulheres pode ser entendida não apenas por suas dotações genéticas, mas como duas classes de pessoas concebidas e instituídas no convívio social e mantidas pela tradição. Dizer que a palavra gênero é uma ferramenta para desconstruir é dizer que ela serve para produzir efeitos práticos.

3. O termo cultura é utilizado por ser mais abrangente, englobando ciência e tecnologia. A dicotomia natureza-cultura está na base de muitas análises estruturalistas. Entre os trabalhos que relacionam a oposição binária entre natureza e cultura com o feminino e o masculino, ressalta-se o de Sherrey Ortner, “Is it male to female as nature to culture?”, in M. Zimbalist Rosaldo e L. Lamphere (eds), *Women, culture and society*. Stanford, Princeton Press, 1974.

4. Cockburn, Cynthia, op, cit., México, 1990.

5. Embora para Habermas o discurso sirva apenas para validar, não para criar normas, a Agenda Social da ONU aproxima-se do modelo. Até porque ela não cria normas. Procura, sim, equilibrar e universalizar padrões de procedimentos. Ver sobre o assunto, Rouanet: 1993, pp. 214-54.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice de P. e SORJ, Bila. “Subcontratação e relações de gênero na indústria de confecção”. In: ABREU, A. de P. e PESSANHA, E. G. da F. (org.). *O trabalhador carioca: estu-*

dos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ (Série Ciências Sociais). 1995.

ABRAMO, Laís. Imagens de gênero y políticas de recursos humanos em um contexto de modernização produtiva. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, out, p.1- 48. 1996.

ALEMANY, Carmo M. "Tecnologia y Género, la interpretación de la tecnología desde la teoría feminista". In: **Interacciones ciencia y género. Discursos y prácticas científicas de mujeres**". Barcelona: Alcaria Editorial S. A. Ausiàs Marc. 1999.

BEGGREN, Christian. "News production concepts". In: In final assembly - the Swedish experience". Wood, S. (ed.). **The transformation of work?** Boston: Uwin Hyman. 1989.

CASTEL, Robert "As armadilhas da exclusão" in: **Desigualdade e a Questão Social** (orgs) Mariangela Belfiore Wanderley, Lúcia Bógus, Maria C.Yazbek. São Paulo. EDUC. 2000.

CASTELLS, Manuel. "A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura". V. 1. In: **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

COCKBURN, Cynthia. **Técnica competence, gender identity and women's autonomy**. XII World Congress of Sociology. Madrid. 1990.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Modernização do Trabalho e Tradição**; Estudos de caso sobre as relações sociais de gênero em indústrias estatais em Sergipe. Salvador. UFBA. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia. 1999.

————— **As Relações de gênero: a inserção da mão-de-obra feminina em contexto de racionalização do trabalho no setor de serviços**. Relatório Mimeografado. CNPq. 2000.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**: pobreza, emprego, estado e o

futuro do capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.

DURAND, J. P. **Vers um nouveau modèle productif**. Paris: Syrus. 1993.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EDUSP . 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como "Ideologia"**. Lisboa. Edições 70. 1968.

————— **The theory of communicative action**. V. 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press. 1984.

BHARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: 1994.

HIRATA, Helena S . "Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero", in: **Revista Latinoamericana de Estudos del Trabajo**, ano 4. no 7 .1998.

KERN, Horst, e SCHUMANN, Michael. **Vers une déprofessionnalisations du travail**. In: **Sociologie du Travail**, v.4. p. 399-406.1984.

LEITE, Elenice Monteiro. "Inovação Tecnológica, emprego, qualificação na indústria mecânica". In: **Padrões tecnológicos e políticas de gestão**. São Paulo; USP/UNICAMP. 1988. .

ORTNER, Sherrey. "Is it male to female as nature to culture?": In: M. Zimbalist Rosaldo e L. Lamphere (eds), **Women, culture and society**. Stanford, Princeton Press, 1974.

ONU - **Relatório do Desenvolvimento Humano**. IDH - 1999.

PIORE, M. & SABEL, C. The second industrial divide - possibilities for prosperity. New lork: Basic Books. 1984.

POSTHUMA, Anne Caroline e LOMBARDI, Maria Rosa. Gênero e Exclusão Social no novo paradigma. **XX Encontro Anual da ANPOCS** (GT Trabalho e Sociedade) - 22 a 26 de out.p. 1-42) 1996.

ROLDÁN, Martha. "Industrial Restructuring, deregulation and new JIT labour processes in Argentina towards a gender aware perspective?" In: Humprey J. (ed) **Quality and Productivity in Industry : new strategies in develo-**

ping countries. **IDS B**,v. 24. N. 2. April. 1993.

ROUANET, Sérgio Paulo. "Ética discursiva e ética iluminista". In: **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SAFFIOTI, Heleith. **O poder do Macho**. São Paulo: Brasiliense. 1987.

SEGNINI, Líliliana.R.P. **Mulher em Tempo. Novo. Mudanças Tecnológicas.nas Relações de Trabalho**. (Tese de Livre Docência em Economia Política da Educação, apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas), 1995.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: Dominação e Resistência**. São Paulo: Brasiliense e SMC/PMSP.1991.

WOOD, Stephen, (1989). "The transformation of Work?" In: **Tranformation of work?** Boston: Uwin Hyman. 1989.

ZARIFIAN, Philippe. "As novas abordagens da produtividade". In: Rosa Soares M. S. de MELLO (org). **Gestão de empresas, automação e competitividade: novos padrões de organização e de relações de trabalho**.

\* Trabalho apresentado na mesa-redonda com o tema: "O impacto das novas tecnologias sobre a mulher", no X Encontro da Rede Feminista Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), e no I Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre a Mulher e Relações de Gênero. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 29 a 01 de novembro de 2001.

*\*\* Professora Doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências Sociais, vice-coordenadora do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora da REDOR. Ex-secretária da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) - Regional Sergipe. Autora de livros e artigos.  
E-mail: helenacruz@uol.com.br*

Edmundo Fernandes Dias <sup>1</sup>

# Gramsci e a política hoje

## Para Moema

*Marco Polo descreve uma ponte, pedra sobre pedra.*

*Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? - pergunta Kublai Kan.*

*A ponte não está sustentada por esta ou aquela pedra - responde Marco -, mas pela linha do arco que elas formam.*

*Kublai permanece silencioso, refletindo. Depois acrescenta: Porque me falas das pedras? É apenas o arco que me importa.*

*Polo responde: - Sem as pedras não existe o arco.*

**Italo Calvino** - *Le città invisibili*

A fala de Marco Polo, relatada por Calvino, marca os limites e as possibilidades da construção de uma teoria da política: pensá-la como esfera separada do real ou mera determinação do "econômico" é interditar a compreensão da natureza própria do real e da teoria. Assim como não há o arco sem as pedras e estas seriam impensáveis sem a necessária articulação com aquele. A teoria política seria um discurso vazio se examinada como exterioridade em relação à totalidade social ou como mero epifenômeno do "econômico". Faz-se necessário também pensar o real a partir da reflexão das práticas e dos discursos dos dominados e das ideologias dominantes buscando a superação destas e a construção do campo hegemônico daquelas. Sem essa dialética, todo esse projeto seria inútil, analítica e politicamente. Pensar a política significa, em última instância, pensar para quem e com qual projeto. Como toda e qualquer reflexão sobre a totalidade não há neutralidade possível?

Os limites do *modo capitalista de pensar a política* ficam mais claros quando analisamos o capitalismo e suas formas de socialização da política. Analisar sua institucionalidade é cons-



truir a possibilidade de dar inteligibilidade ao real. Pensar essa institucionalidade na situação brasileira é fundamental para quem pretende se colocar no campo da superação das formas de exploração e opressão e trabalhar na perspectiva da instituição de uma nova

forma social. Vale dizer da construção de uma sociedade classista.

A forma singular que o capitalismo assume em nossa formação social seguramente aparece, aos teóricos liberais, como uma excrescência lógica, um desvio da racionalidade. Se pen-

sarmos na aplicação, pura e simples, das formas institucionais *aparentemente* vigentes nas sociedades capitalistas dos chamados países mais “avançados”, a realidade de uma história tão brutalizada como a brasileira pode parecer um enorme contra-senso. A cidadania assume a forma do *non sense*.

### Gramsci, a clarificação da política e a construção da hegemonia

Fino analista da política, Gramsci constrói sua teoria e sua prática na luta contra as ideologias e práticas do liberalismo, vistas como ideologia da maturidade da burguesia e como horizonte contraditório no qual tem que situar-se às demais visões de mundo. Ele a examina como um *locus* do embate hegemônico que deve ser superado, jamais como horizonte intransponível às reflexões e às práticas das classes subalternas. Horizonte-limite no qual e contra o qual as classes subalternas, nacional e internacionalmente, têm que exercer sua cotidianidade e, a um só tempo, lutar para superá-la. Vai mais além e analisa as formas da institucionalidade construídas nas chamadas sociedades socialistas.<sup>3</sup> Contrariamente aos autores que critica, combate, ele recusa a política como pura forma institucional e a cidadania como algo natural e imutável. Recusar as atuais formas de fazer política é construir a possibilidade da construção de uma nova *civiltà*. Permanecer nos seus horizontes é aceitar a subalternidade das classes trabalhadoras como “destino manifesto”.

As elaborações gramscianas sobre a política são de uma atualidade radical. Exemplo clássico dessa radicalidade é a recusa de uma visão puramente instrumental do Estado que, ao reduzi-lo à pura “vontade dos dominantes”, não permite captar o complexo jogo das contradições. As forças antagonicas

---

*A questão da hegemonia vista do ponto gramsciano significa, por um lado, a crítica prático-teórica da estruturação das formas de dominação e, por outro, a condição de possibilidade de alterar as regras já dadas.*

---

em presença, se e quando praticam essa visão redutora, acabam por não perceber a natureza e as formas de intervenção estatal concreta na luta social<sup>4</sup>. O Estado não pode ser reduzido à mera vontade dos dominantes como se as contradições classistas (entre as classes e intraclasses) não existissem e não determinassem o sentido das formas de fazer política. As classes subalternas, se assim procedem, ficam prisioneiras de um politicismo dês-historicizado, irmão gêmeo do economicismo: formas do mais acabado pensamento burguês. A questão da hegemonia vista do ponto gramsciano significa, por um lado, a crítica prático-teórica da estruturação das formas de dominação e, por outro, a condição de possibilidade de alterar as regras já dadas. Aceitar, como postula Bobbio, a política como processualística implica aceitar como subversiva e antinatural qualquer postura de transformação. Vale dizer, aceitar o capitalismo como único horizonte possível para a vida social.

O *modo* pelo qual foram feitas algumas leituras - digamos, as leituras dominantes - sobre a obra gramsciana permite objetivamente a deformação do seu pensamento e do seu projeto<sup>5</sup>. Os desdobramentos metodológicos, que Gramsci constrói, e que lhes são tão caros, como sociedade civil/sociedade política, oriente/ocidente, economia/política, guerra de posição/ guerra de movimento, etc. são, frequentemente, tomados como entidades e processos autônomos. Ao proceder-se assim, confunde-se sua perspectiva

com a liberal e esteriliza-se sua reflexão e as práticas que ela permite.

A unidade do pensamento de Gramsci é marcada pela atualidade do processo revolucionário, o que torna irônico ainda mais perversamente essas “leituras”. Atualidade determinada pela “análise concreta de situações concretas”. Reduzir esse horizonte revolucionário ao jogo das instituições significa recusar-se a compreender o real e a negar de forma peremptoriamente a Tese XI, sobre Feuerbach, a da necessidade de transformação do mundo.

Devemos responder, então, a uma pergunta crucial: podemos pensar a política, hoje, para além dos mecanismos apresentados pela teoria liberal? Devemos construir um aparelho teórico-prático que permita explicitar a identidade e o projeto das classes subalternas? Essas perguntas colocam a questão central da hegemonia.

A teoria liberal foi, é e será, sempre, um elemento de potenciação do desenvolvimento da ação das classes dominantes. É, em síntese, a racionalização das práticas capitalistas que impõe uma pseudo-universalidade, uma *abstração determinada*, da sociabilidade capitalista. Abstração/aparência<sup>6</sup> que atuam no sentido da subsunção das

classes subalternas à Ordem do Capital. Essa “universalidade” exerce um enorme fascínio sobre os teóricos que se reclamam das classes subalternas. Ela se apresenta como cantos de se-reia de uma ideologia que é, necessária e constitutivamente, um poderoso obstáculo para se pensar a possibilidade de uma teoria e uma prática do ponto de vista das classes subalternas. Aqui as análises de Marx sobre o comportamento dos social-democratas<sup>7</sup> são muito preciosas.

As instituições têm a finalidade precípua de perpetuar a forma social dominante. E para tal é necessário reduzir a contradição ao conflito e as classes aos indivíduos. O sujeito do direito é sempre o indivíduo. Quase nunca o coletivo. A dissolução das classes em indivíduos e das suas contradições em diferenças permite sustentar a tese e a prática da “comunidade ideal” e localizar as diferenças como desvios passíveis de normalização e de repressão. A greve é um exemplo cada vez mais atual do que falamos. Ela é sempre vista como corte na normalidade e, portanto, como causadora de prejuízos sobre os indivíduos. Na sociedade capitalista, constituída por contradições classistas, os antagonismos jamais poderão ser suprimidos. Nem poderiam sê-lo porque eles são constitutivos do próprio real. E muito menos será possível chegar a um consenso comunicativo como pretende Habermas.

A abstração liberal, o chamado Estado democrático de direito, é a imposição de uma dada visão de mundo, de um projeto total classista, é a “expressão dos antagonismos sociais presentes na institucionalidade burguesa e enquanto espaço de afirmação da igualdade formal e do domínio da chamada lei positiva”<sup>8</sup>. A problemática da liberdade e dos direitos sociais certamente indica questões que, mesmo

em uma sociedade não capitalista, terão que ser equacionadas. O problema reside exatamente no fato de que, na teoria liberal, todas as categorias, para as classes subalternas, nada mais são do que abstrações vazias embora, do ponto de vista da burguesia, ela seja uma abstração real, o *resumo qualificado do conjunto das suas práticas*. As necessidades práticas da sociedade capitalista esvaziadas da sua historicidade ganham fóruns de conceitos universais. A particularidade aparece como universalidade, como naturalidade.

Confundir as visões de mundo, tomar a voz (e as práticas) dos dominantes como voz (e práticas) universalmente válidas significa anular-se como projeto de subjetividade histórica que pretende e pode objetivar-se em uma nova sociabilidade. Gramsci, no seu tempo, alertava para a necessidade de não apenas criticar essas formulações mas de criar condições em que elas não possam mais ter efetividade. Aceitá-las como moeda boa significa trabalhar no sentido da chamada *integração à Ordem*. O perigo da sedução liberal só será eliminado, ou pelo menos minimizado, se e quando se realize o processo de construção das identidades das classes subalternas. É preciso, portanto, ir além das aparências (limite expresso da teoria liberal) para podermos ter a clara compreensão das reais determinações.

O Estado, a democracia e a cidadania, fetiches constituidores da institucionalidade capitalista, são destituídos de sua marca classista e vividos como universais. Na fase imperialista ao Es-

tado não bastava a aparência do Estado guarda-noturno, do mero garantidor dos contratos desiguais. Para realizar esse processo absolutamente imprescindível à realização do bloco histórico capitalista, ele transformou-se. Variou historicamente do fascismo ao *welfare state*, ao *new deal*, ele ganhou novas determinações e novos intelectuais (cf. as grandes instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial, as reformas neoliberais do Estado, etc.) necessárias à implementação do sentido e da direção das classes dominantes a partir das quais as classes subalternas (e suas necessidades) são incorporadas/subsumidas.

Para que se possa, aqui e agora, pensar a política, em sociedades morfológicamente semelhantes à nossa, devemos considerar a autonomia do pensamento e da identidade das classes subalternas como elemento fundamental do processo de transformação revolucionária. Vale dizer, potenciar ao máximo a tendência antagonista ao capital.

*É nesse sentido que se deve colocar a tarefa de construir o comunismo, como modo de produção e de vida. Deve-se romper com a imagem romântica e ingênua do trabalhador como um revolucionário nato, como forma atual do bom selvagem. Aceitar essa imagem é negar a totalidade da teoria e da prática marxistas, que afirma/requer a crítica radical da ordem capitalista, momento necessário à construção da nova sociabilidade. É esse movimento crítico que permite a negação da possibilidade, dolorosa e atual, de que a ideologia burguesa transforme o trabalhador em um militante da ordem do capital<sup>9</sup>. Atuar na libertação ideológica do trabalhador significa negar, praticamente, o capitalismo e o conjunto das formas mercantis, fetichizadas.*

### Os limites (histórico-concretos) do pensamento das esquerdas

O processo da revolução russa concretizou, durante décadas, no ideário e nas práticas das classes trabalhadoras, a alternativa histórico-concreta à socialidade capitalista. Este processo revolucionário radical transformou-se em um exemplo de *revolução passiva*, ao ser abortado<sup>10</sup>. Gramsci afirma que os blocos históricos, ao se constituírem, passam por uma fase econômico-corporativa. A tragédia da revolução russa deu-se no entrecruzamento da guerra imperialista, da guerra civil e das intervenções armadas externas. Isso não pode ser visto como justificativa dessa passivização mas é constitutivo do cenário onde as tendências regressivas se realizaram: o processo de eliminação das diferenças internas ao Partido Bolchevique, a não vigência da socialização das forças produtivas e de uma democracia socialista, a imposição de um *corpus* teórico<sup>11</sup> que eliminou a imensa riqueza do debate teórico (cf. as questões nacional, agrária, etc.), a tese antimarxiana do socialismo em um único país tornado possível pela redução da história de todas as sociedades a um evolucionismo vulgar<sup>12</sup>, o atrelamento rígido e burocrático do movimento comunista à linha estratégica da “pátria mãe do socialismo”. O taylorismo e a NEP, com a restauração das formas capitalistas, foram respostas implementadas face aos enormes desafios. Tudo isso aliado ao dogmatismo economicista (cf. o debate sobre o planejamento, etc.) acabou por fabricar o campo da barbárie burocrática. Neutralizou-se não apenas a possibilidade da liberdade, mas, e fundamentalmente, inviabilizou-se a própria construção de formas distintas de materialidade e racionalidade. Suprimidas as liberdades e potencializada a ação estatal, o que se produziu foi uma nova classe operária sem tradições de

luta. Lenin e Trotsky, entre outros, foram derrotados por Stalin. E com eles, as classes subalternas em escala planetária.

Depois de várias décadas de confusão entre processo histórico russo e socialismo, especialmente após o estilhaçamento do bloco dito socialista, um sem número de direções e organizações de esquerda, de diversas matizes, procederam a um *mea culpa* sem levar a crítica às últimas conseqüências e acabaram por fazer um giro de 180°, passando a afirmar, com a mesma certeza e dogmatismo anteriores, justo o contrário do até então defendido, sem “dar-se” conta da operação ideológica que “sustenta” essa mudança de “análise” e de práticas. A partir daí, a maior parte das esquerdas brasileiras, entre outras, vem proclamando, há pelo menos uma década, a impossibilidade de uma alternativa real ao capitalismo, abandonando toda e qualquer perspectiva socialista e passando a construir suas táticas e estratégias a partir dessa constatação.<sup>13</sup>

Como as esquerdas, em escala internacional, tinham baseado suas análises na identificação entre socialismo e estatismo e, ao mesmo tempo, recusado a colocar a questão e a prática da socialização das forças produtivas, o discurso majoritário por elas produzido - e suas práticas correlatas - traduziu-se em uma análise determinista de tipo economicista. Esta “análise” rebaiçou o nível da teoria e das práticas à luta pela obtenção de medidas que permitissem às classes trabalhadoras, em especial, ao operário fabril, uma

melhor condição material de vida. Decorrente daí, ficava, sobretudo para os social-democratas, a suposição de que era possível realizar essas conquistas no plano da democracia formal de tipo liberal e, para os partidos comunistas, a de que socialismo e planificação eram um único e solidário corpo. A industrialização passava a ser a solução mágica.

As sociedades industriais apareceram, assim, como um território indiferenciado (forma primeira do debate sobre a sociedade pós-industrial). Muitos teóricos chegaram a falar no industrialismo como abrigando duas possibilidades: a capitalista e a socialista. Com isso, obviamente, caminhava-se no sentido da esterilização do recurso explicativo das lutas de classes e afirmava-se a tecnologia como externa às lutas sociais e como solução para todo e qualquer problema. Suprimia-se, deste modo, a possibilidade da constituição de uma nova forma social; reforçava-se o capitalismo como horizonte político-ideológico a ser vivido pelas classes trabalhadoras. *Sacriticava-se o necessário ao possível.*

Esse processo sofreu, desde a década de 30, muitas críticas: Gramsci, Trotski, Korsch, etc. Não constituiu, portanto, uma surpresa, a crise do chamado bloco socialista. Ao não colocar a pergunta sobre as condições reais do seu “novo” projeto, as esquerdas, majoritariamente, acabaram por institucionalizar a luta dos trabalhadores através de uma postura aliancista a priori.<sup>14</sup> Em nome de um acúmulo de forças, necessário, buscavam, em outra classe (a burguesia nacional progressista), a direção real e incontestada do processo de “libertação” das forças produtivas. Elas trabalhavam com a idéia segundo a qual seria possível a constituição de uma sociedade moderna, democrática, autônoma, nos marcos do imperialismo. Confundiram

a resolução da questão nacional com a possibilidade de um projeto de capitalismo nacional autônomo sem romper com a ordem do capital. Era como se a questão nacional pudesse ser resolvida recalçando a perspectiva internacional. Ao afirmarem tal transição, sem a presença revolucionária das classes subalternas, as esquerdas tornaram-se prisioneiras umbilicalmente do capitalismo, atrelando a ele aquelas classes e decapitando suas possibilidades reais de libertação. A nação passava a ser uma abstração vazia onde um ente abstrato, o povo, se oporia a um “estrangeiro opressor”. No Brasil, as análises do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, e dos partidos comunistas foram e são exemplares. As classes são subsumidas à nação tomada como totalidade homogênea, sem contradições.

A constituição da identidade das classes subalternas era impedida, limitavam-se seus projetos e se ajudava a perpetuar aquele, que, em teoria, era seu “inimigo”. Procedendo assim, acabaram por se limitar à esfera da circulação, questionando tão somente as formas de distribuição e consumo, deixando intocada a esfera da produção, com o que não atacavam o cerne da questão. Permaneciam no campo econômico-corporativo, impedindo-se

de colocar a destruição da ordem capitalista como projeto estratégico. Na prática, vedavam a construção de projetos hegemônicos. Suas ações eram, assim, pautadas, agendadas, pelo inimigo de classe.

Após a passivização do momento revolucionário de Outubro, essas análises passaram a focar a possibilidade de regular o capitalismo como alternativa principal. Pretendeu-se, com isso, impedir que as famosas contradições capitalistas atingissem um nível superior de deterioração da vida social. Predominava, nessa conjuntura internacional, uma concepção “distributivista”, segundo a qual era possível, dentro do capitalismo, alterar decisivamente a correlação de forças em favor do operariado e das demais classes trabalhadoras. Confundiou-se o plano - necessário mas não suficiente - das reformas com o processo de transformação a longo prazo. Abandonou-se a idéia da revolução socialista. Não se levou em consideração a capacidade do capitalismo de superar suas próprias crises. Isso aparecia, claramente, tanto na ideologia estalinista da crise final do capitalismo, quanto nas análises social-democratas da auto-superação do capitalismo pelas liberdades já realizadas através do Estado capitalista. Matriz desse pensamento foram as formulações feitas por Kautsky sobre o Estado Moderno como solo no qual era possível constituir a nova sociabilidade, bastando controlá-lo via maioria parlamentar.<sup>15</sup>

Essas “análises”, estratégias e táticas não levavam, na devida consideração, as análises elaboradas por Marx que

estudara o capitalismo como totalidade articulada pelos processos de trabalho e de valorização sob o comando deste último e que o segredo de toda dominação era explicado através da forma pela qual se extraía o mais-valor. A redução da totalidade social à pura contradição Capital-Trabalho - dominante na deformação estalinista do marxismo - como se esta, em si mesma, fosse capaz de desvendar o real, é uma forma mistificada/ alienante, que desarmou, por décadas, a militância<sup>16</sup>. A análise marxiana e marxista que é a crítica mais radical da economia política capitalista e da sua institucionalidade foi transformada em uma pura teoria econômica.

#### **A identidade de classe: as práticas e os saberes**

A necessidade orgânica dessas classes de construir os seus intelectuais é cada vez mais atual e imprescindível. Esse processo se faz dentro e contra a institucionalidade vigente. A produção-reprodução ampliada das classes subalternas é, assim, descentrada em relação a si mesma e centrada na racionalidade contraditória do(s) seu(s) antagonista(s). A construção do momento ético-político, da hegemonia, é imensamente obstaculizada. Para realizar a ruptura constituidora de sua identidade/projeto, é necessário que as classes subalternas se subtraíam aos discursos e práticas dominantes, lutem contra eles: devem se colocar como sujeito fundador da possibilidade de um novo bloco histórico apresentar-se como revolucionárias.

Nesse processo, é necessário e vital recusar o economicismo que nega, naturaliza e reifica os antagonismos. O economicismo faz, do atual, do vigente, uma segunda “natureza”, uma pura continuidade, ao subordinar tudo e todos a uma realidade já dada, recusando a possibilidade de intervenção

---

*A produção-reprodução ampliada das classes subalternas é, assim, descentrada em relação a si mesma e centrada na racionalidade contraditória do(s) seu(s) antagonista(s).*

---

das vontades na história. Foi a partir da ótica economicista, presente na quase totalidade do pensamento da III Internacional, que se tentou reduzir o marxismo a uma mera teologia e, assim, esterilizar a sua capacidade revolucionária.

Gramsci afirma, com clareza, que o “marxismo” estalinista, ao tentar tornar-se massa, via catequese popular, acabou por não ganhar os elementos sadios da massa e, a um só tempo, perdeu a capacidade de atrair os intelectuais. Conseguia-se, assim, o pior dos dois mundos. Ao invés da elevação político-ideológico-moral das massas, acabou por assumir uma postura de cisão instrumental em relação a elas. Os intelectuais passaram a ser vistos como elementos de prestígio para o partido mas não como elementos integrados à sua vida íntima, partícipes do processo de elaboração/construção coletiva do novo projeto.<sup>17</sup>

Um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas é precisamente a brutal dificuldade de elas elaborarem a sua própria identidade. O seu saber/pensamento é construído, errática e fragmentariamente, a partir da sua inserção subordinada na estrutura social. As classes subalternas têm que, em um processo permanente de luta contra essa dominação/saber, dar respostas concretas e imediatas aos problemas colocados pelos dominantes. É, normalmente, no interior, no próprio cerne destas práticas e discursos, que aparecem diante da totalidade do social como *possibilidade única, naturalidade, horizonte*, que as respostas das classes subalternas se configuram como não-saberes. É exatamente por isso que os saberes/práticas dos dominantes ditam os ritmos e as formas de todo saber constituído e constituível. Para as classes dominantes basta a reprodução, pura e simples,

de suas práticas. Estas são pensadas como forma técnica da sua racionalidade classista (e suas atualizações necessárias).

Para a perpetuação dos saberes dominantes, a questão é facilitada. Seus intelectuais (os únicos que eles reconhecem como tais) passam muito tempo afastados das tarefas imediatas da obtenção da sobrevivência. Passam por um processo que Gramsci chama de taylorização do saber e atuam no desenvolvimento do já existente. Sua expressão é, no fundamental, econômico-gerencial para dar maior racionalidade à prática capitalista. Para os intelectuais das classes subalternas, o terreno é mais pedregoso. Em geral não podem permanecer tanto tempo na escolarização-taylorização do saber e, fundamentalmente, têm que responder como criar o novo, como pensar e construir o futuro. Sua expressão se dá, principalmente, no campo da política.

A não-estruturação autônoma das classes subalternas, o fato de elas terem que dar respostas aos dominantes, faz com que a totalidade da sua existência (rica e contraditória) seja reduzida à imediatividade, à fragmentariedade, à cotidianidade, atuando no limite do campo *econômico-corporativo, da sua reprodução subalterna*. É nesse sentido que Gramsci afirma a necessidade de um profundo conhecimento da experiência dessas classes. Não se trata de sobrepor-se ao conhecimento delas mas de construir com elas suas identidades. Criticar suas formas de conhecimento - o folclore, o

senso comum - permitirá avançar no sentido da construção dessa identidade. Aqui ganha pleno sentido a afirmação gramsciana de que todos somos intelectuais, embora nem todos atuam profissionalmente como tais.

Sociedade civil e sociedade política

Romper com o campo ideológico dominante significa começar a eliminar as condições da opressão classista. Isso passa, no âmbito teórico, pelo debate crítico da relação sociedade civil/sociedade política. Pensá-los de modo cindido implica, desde logo, para Gramsci, desconhecer a natureza do Estado. A própria idéia de “ampliação” é a demonstração maior desse desconhecimento. Mais do que isso: é o reconhecimento de que se trabalhava os aparelhos estatais como meramente instrumentais. Marx já acentuara, em *O 18 Brumário*, a forma pelo qual o Estado atuava como organizador do consenso e, ao mesmo tempo, da dominação. Os aparelhos estatais eram vistos como um imenso exército de funcionários que, via as lutas de classes e de frações de classe, organizava o poder, desorganizando objetivamente as classes subalternas.

Gramsci elabora sua teoria do Estado como uma unidade articulada de consenso e coerção, pensa-o como produtor da organização/desorganização da totalidade da sociedade.<sup>18</sup> Pensar a sociedade civil como separada da sociedade política significa desconhecer as condições reais das lutas de classe, pois implica cindir direção e coerção, mitificando assim os projetos hegemônicos. Essa separação no campo do capitalismo é absolutamente impensável. O conceito de bloco histórico nos permite compreender a necessária articulação entre sociedade civil e sociedade política. O momento atual demonstra à sociedade que as transformações institucionais, como a crescente desconstitucionalização da

vida social, são condições necessárias e suficientes para a manutenção da forma capitalista e de suas práticas. Do ponto de vista liberal, essa cisão é plena de sentido: expressa a aparente oposição entre público e privado. No primeiro termo da relação, está colocada a liberdade; no segundo, a possibilidade da coerção que deve ser necessariamente controlada mas não eliminada. A sociedade política, identificada ao Estado, deve atuar como guardiã da propriedade, dos contratos. Esta é a visão liberal.

Como, para Gramsci, a sociedade civil é, ela própria, Estado, essa proposição construída como oposição abstrata, legitima a palavra de ordem “organizar a sociedade civil contra o Estado”. Ela dá foros de cientificidade à subordinação/integração das classes trabalhadoras à Ordem do Capital. E não faz o menor sentido - antes pelo contrário - no processo de constituição de uma nova forma social, de uma nova *civiltà*, da sociedade regulada. Nessa perspectiva, que reduz o pensamento gramsciano a uma visão de esquerda do liberalismo, o Estado passa a ter o monopólio da coerção ignorando-se o peso da dominação ideológica.

A sociedade civil, *habitat* da cidadania, é tomada como campo homogêneo: trata-se de uma impossibilidade face os antagonismos classistas. A cidadania, vista como campo privilegiado da guerra de posição, passa a ser então o fetiche central do nosso século. Uma cidadania que ainda que, de algum modo, leve em consideração os antagonismos, é uma abstração determinada: é uma cidadania burguesa. Jogar todas as cartas na democracia e na cidadania burguesas (tomadas como universais)<sup>19</sup> significa “eliminar” o antagonismo, construir os caminhos da derrota e da incorporação à ordem capitalista. A noção de cidadania, do ponto de vista das classes subalternas,

***A aparência não é uma ilusão, nem uma falsa consciência: ela atua no sentido de tornar possível que uma determinada visão de mundo materialize-se, que o logos se faça carne.***

deve ser pensada como espaço de contradições, caso contrário, ela acaba por reforçar essa igualdade mistificada/mistificante.

Marx, ao analisar o capitalismo, mostrou como as relações de desigualdade estrutural entre pessoas aparecem como meras relações entre coisas. O fetichismo da mercadoria demonstra como a relação mercantil oculta, no mais simples ato produtivo, a estruturação do poder, a presença das classes e sua organização/desigualdade estrutural. Tudo se passa como se houvesse uma troca entre mercadorias. A estruturação do trabalho e a expropriação do sobretrabalho, com todo o seu cortejo de dominações/subalternidades, “desaparecem”, somem, na poeira da estrada.

Nunca é demasiado ressaltar que as leis de desenvolvimento capitalista se concretizam no solo fecundo da historicidade do real. Poder-se-ia argumentar que esse não é um processo novo e que essas mesmas esquerdas já tinham, na prática, abandonado a compreensão dessa totalidade contraditória, do conjunto das demais contradições classistas, ao aceitar e privilegiar uma visão distributivista-aliancista. O fato de colocar a imediaticidade das conquistas materiais como elemento estratégico central levou necessariamente à desqualificação de todo esse conjunto de questões. Discursos e práticas que essas análises das esquerdas não conseguiram capturar.

A negação do antagonismo classista é a característica essencial do pensamento reformista: é a partir disto que ganha significação o privilegiamento da

atuação no campo institucional<sup>20</sup> e a conseqüente naturalização/ocultamento do antagonismo, no processo de politização da luta. Politização que se realiza dentro e contra a ordem. Não queremos negar que o plano da institucionalidade possa e deva ser usado. Colocado sob a égide do antagonismo classista, como campo e *locus* de luta, essa institucionalidade - forma política das relações sociais capitalistas - se revela na plenitude de suas determinações. A subsunção da luta dos movimentos sociais a essa institucionalidade, que recalca/“anula” os antagonismos, levou à perda da perspectiva de classe realizando assim, ainda que contraditoriamente, a integração ativa das classes subalternas à ordem do Capital.

#### **A análise morfológica: oriente/ocidente**

O peso da cidadania burguesa “parece” caracterizar a impossibilidade da construção de uma nova sociabilidade, a comunista. A aparência não é uma ilusão, nem uma falsa consciência: ela atua no sentido de tornar possível que uma determinada visão de mundo materialize-se, *que o logos se faça carne*. Constitui-se como fundante do real. A crença no chamado Estado democrático de direito, ainda que miragem na prática cotidiana, torna possível sua

aceitação. A formalidade desse Estado, com suas correlatas “liberdade de imprensa”, “alternância no governo”, “legitimidade da maioria”, “a separação dos poderes”, etc., permite que as classes antagonicas vivam o processo da mais inaudita concentração de poder (econômico, político, institucional) como se fosse um momento de plenitude democrática. No Brasil, é via uma imensa subversão jurídica, a reescritura da Constituição, às vezes, por simples medidas provisórias, que se leva a efeito um golpe de estado institucional travestido de liberdades democráticas.

Ao formular o par conceitual Oriente-Occidente, Gramsci não o faz para pensar uma polarização fatal pela qual todas as formações sociais tenham que, necessariamente, passar. Não substitui a famosa teoria das etapas que acabou por suprimir no interior do campo dito socialista a análise concreta das histórias nacionais. Antes, pelo contrário, a liquida. Essa caracterização morfológica implica, fundamentalmente, a necessidade da compreensão do processo histórico da construção das diferenças entre formações sociais. Decisiva nesta análise é a forma pela qual os antagonismos, o peso e a complexidade da condensação das práticas sociais e institucionais expressam-se em cada uma dessas formações.

Ler este par conceitual como demarcatório de (im)possibilidades históricas é negar a tese leninista segundo a qual a alma do marxismo é “a análise concreta de situações concretas”. Valeria a pena lembrar que tal leitura, em grande medida, corresponde às necessidades estratégicas do regime burocrático russo: cf. a tese da coexistência pacífica e a política das áreas de influência. Desnecessário é dizer que o procedimento, equivocadamente politicamente, tem um suposto teórico-epistemológico: Oriente e Occi-

dente são tomados como tipos ideais weberianos. Ao equívoco político soma-se a ilegitimidade do procedimento epistemológico.

Marx mostrou que o processo histórico da luta de classes conformou o modo de dominação capitalista: o Estado Moderno e sua institucionalidade, entendida essa como o locus onde se realiza a dominação classista e não como espaço civilizatório neutro. As instituições são formas da condensação da luta de classes. E, obviamente, as transformações que ocorrem no cotidiano, embora criem/reciem contradições e conjunturas sempre renovadas, não alteram essencialmente a natureza de classe dessa forma social. O fato, por exemplo, de a redução numérica dos trabalhadores fabris de tipo fordista não implica o desaparecimento do trabalho nem como prática nem como categoria central para a compreensão da sociabilidade capitalista, não suspende os efeitos da Teoria do Valor (da condensação de exploração/ opressão), nem muito menos elimina os efeitos fetichistas da ordem mercantil.

Para captar o significado pleno dessa armadilha, é preciso compreender o que é o modo de produção capitalista. A primeira imagem que se faz dele é a de um poderoso sistema de produção de mercadorias. Marx, no Capítulo Inédito de O Capital, afirma: *“A função verdadeira, específica do capital enquanto capital é pois a produção de mais-valor, e essa não é senão produção de sobretrabalho, apropriação - no curso do processo de produção real*

*- de trabalho não pago, que se oferece aos olhos e se objetiva como mais-valor”*<sup>21</sup>. Mostrou, ainda, que a determinação do processo de valorização era essencial para a compreensão de como se realizava o próprio processo de produção. Para sua existência, o capitalismo requer a presença/fusão dessas condições. O antagonismo é uma marca essencial dessa forma histórico-social.

Na prática, a reificação do par Oriente-Occidente é uma forma de negar a atualidade da questão da revolução nas sociedades ditas ocidentais. Aqui, o peso da institucionalidade seria de tal ordem que não cabe mais a “guerra de movimento”, apenas a de “posição”. O quadro político dos países capitalistas onde a luta de classes obrigou a uma regulamentação da forma estatal ainda que dentro da ordem do Capital tornou mais complexa e resistente o conjunto das casamatas (aparelhos de hegemonia) que defendem uma dada forma estatal. A diversificação institucional dos países capitalistas é a forma privilegiada da subsunção/ incorporação dos trabalhadores.

Afirmar-se que hoje não cabe mais o processo revolucionário dado que as transformações são lentas e moleculares (processualidade) significa ler a revolução como “momento catastrófico”, similar, em última análise, às antigas teses da “crise geral do capitalismo”. Pensar essa impossibilidade implica, na prática, termos estratégicos, em riscar do mapa o grau de antagonismo das sociedades capitalistas. Significa afirmar, perversamente, a um só tempo, o fim da história e a validade do determinismo como *modo de ver* o real. Obviamente “guerra de movimento” e “guerra de posição” são movimentos estratégicos e táticos cuja articulação/privilegiamento passa necessariamente pela análise da correlação de forças. Pensar a política supõe sem-

pre essa análise. Negá-la é negar a possibilidade de intervenção consciente na História.

### O economicismo: da miséria crítica à impotência política

A sociabilidade capitalista é marcada pela figura do homem abstrato: o cidadão. Esta aparência (necessária) implica, a um só tempo, um *homo oeconomicus* e um *homo politicus* necessariamente cindidos. O indivíduo capitalista (participe do mercado e da política)<sup>22</sup> parece ser genérico. Não o é. Gramsci afirma que essas figuras constituem uma unidade real, todo indivíduo, afirma, é um bloco histórico.

O “econômico” tem que ser entendido como um campo<sup>23</sup> marcado pela institucionalidade e pelas ideologias, na ausência das quais ele próprio se revelaria como o solo da mais brutal violência classista. Mais ainda: toda política econômica é projeto político classista (ver as observações gramscianas sobre o liberalismo e sobre o sindicalismo teórico) como o demonstram o *welfare state* (com sua correlata expansão do consumo de massa e de direitos sociais) e/ou o neoliberalismo (eliminação dos direitos sociais e privilegiamento de novas formas de consumo): um e outro, formas de resolução da crise do Capital.

Gramsci mostra que o discurso e as práticas burguesas cindem o econômico do político. E necessita fazê-lo. Discurso e práticas que embora proclamem a plena onisciência do indivíduo recusam-na, no cotidiano contraditório das classes. A análise que ele faz da experiência dos Conselhos de Fábrica, em Turim, nos anos 19 e 20 deste século, chamava a atenção não apenas para essa cisão mas para as formas concretas de dominação do Capital sobre o Trabalho no interior das fábricas. As suas primeiras análises sobre o Taylorismo e as correlatas posturas cola-

boracionistas travestidas de formas de cidadania são claras e precisas<sup>24</sup>. Afir-mam o postulado da cidadania (e da política) ao mesmo tempo em que produzem o seu oposto, apresentando-se sob a forma do economicismo (que permite mostrar a inevitabilidade e a preponderância do Capital, tornando Ordem Natural). Colocado desta maneira, o capitalismo aparece como a única sociabilidade possível. A cisão entre o “econômico” e o “político”, vistos como instâncias separadas e autônomas do real, quando vivida e teorizada como tal pelos socialistas, representa uma grave corrupção na sua prática<sup>25</sup>: é, na verdade, a subsunção/incorporação dos trabalhadores ao Capital, pois significa pensar nos quadros da ideologia burguesa.

O economicismo é, no plano teórico, o elemento central dessa subsunção. Ele procede por reduções. O conceito de modo de produção apaga o de formação social e é tomado como uma abstração que tende a coincidir com o real. Este aparece reduzido à esfera do “econômico”, o conjunto de forças produtivas e relações de produção. As forças produtivas são pensadas como tecnologia e apresentadas como base e motor da história. O marxismo é, assim, mutilado, transformado em um conjunto de dogmas. De redução em redução, cai-se na famosa contradição Trabalho-Capital, tomada, abstrata e universalmente. Abstração vazia a partir da qual se cai na mais brutal metafísica: “as forças produtivas são a expressão da liber-

dade dos homens em relação às forças da natureza”.<sup>26</sup> Todas as demais contradições acabam por “desaparecer”, apresentando-se como epifenômenos. Reduz-se a totalidade do social a “partes” autonomizadas.

O resultado é a produção de uma decomposição da unidade das classes subalternas. Unidade que tem de ser *construída permanentemente*. Vivenciando o pensamento burguês, agendado por ele, o antagonismo das classes trabalhadoras perde sua força. Diante do determinismo, esses impasses são “superados”, como em um passo de magia, pelo voluntarismo politicista. O pensamento da Terceira Internacional acabou “resolvendo-os” pela ação de um partido no mais das vezes exterior à intervenção concreta das classes e dos indivíduos. O partido, destituído da sua historicidade, esvaizado das contradições sociais, aparece como parceiro de uma liberdade externa. Não como “experimentador histórico” (Gramsci), mas como demiurgo que realiza uma visão “de esquerda” da lógica do progresso. No caso dos dominantes, partidos e sindicatos são pensados como continuidades; no campo dos dominados, eles aparecem como descontinuidades. No primeiro

*Vivenciando o pensamento burguês, agendado por ele, o antagonismo das classes trabalhadoras perde sua força. Diante do determinismo, esses impasses são “superados”, como em um passo de magia, pelo voluntarismo politicista.*

caso, economia e política são solidárias. Necessariamente. No segundo, há que subverter o conjunto das relações sociais, tem que se construir uma nova sociabilidade e as relações sociais necessárias para tal.

Se, contraditoriamente, pensarmos o modo de produção como o rico imbricamento de práticas sociais estruturadas e estruturantes, as classes sociais como criadoras e criaturas dessas práticas/estruturas e, por fim, o capitalismo como modo de produção historicamente atualizável no enfrentamento das suas classes e projetos societários diversos, perceberemos, facilmente, que as relações classistas, contraditórias, impõem práticas diferenciadas a partir das quais é possível entender o conjunto das contradições como atualizações de racionalidades classistas. Política e História formam assim uma totalidade ricamente articulada: o jogo das contradições não é, nem pode sê-lo, um efeito das estruturas (Althusser), sequer um efeito pertinente (Poulantzas).

O economicismo, típico do liberalismo, já fora apropriado negativamente pelo pensamento socialista. *A poderosa navalha da crítica marxista foi reduzida a um mero conjunto de banalidades sobre a luta de classes.* A dissolvente análise de Marx foi substituída pela *vulgata estalinista*. O marxismo, de *teoria da emancipação*, virou prática de planificação e justificativa de uma forma estatal fazendo refluir o conjunto do movimento político, sindical e popular, para o campo econômico-corporativo. Abandonou-se inteiramente a perspectiva do momento ético-político, ou seja, do momento de construção de uma nova racionalidade, de uma nova forma estatal - ainda que provisória - a das classes trabalhadoras. A burocracia estalinista reduziu a história das sociedades à sua história. O projeto de uma nova sociabilidade

---

*A esquerda passou a ser hegemonzada pelo pensamento liberal. O capitalismo passou a "aparecer" cada vez mais não apenas como vitorioso, mas como a única forma societária possível.*

---

de ficou prisioneiro do economicismo e do patriotismo da Grande Pátrias Russa mascarada como uma nova internacional. Projeto este logo abandonado (após a guerra) e transformado em forma de um imenso protetorado autodenominado socialista. A crise da forma estatal russa tornada universal potenciou e agilizou a crise de todos os países sobre esse protetorado.

"Lendo" *O Capital*, de forma muito particular, os setores majoritários das esquerdas reduziam o modo de produção capitalista à produção de mercadorias. Assumiam a hipótese de que, dada a produção, a questão central se deslocava para o campo da circulação, do consumo, procedimento similar ao dos economistas vulgares, consubstanciando assim uma visão "distributivista de esquerda". Confundiam-se conquistas materiais com a própria centralidade da luta e do projeto. Enquadravam-se, assim, as reformas necessárias para a transformação social com uma direção reformista da luta. Subalternizava-se a estratégia à tática, confundindo-se o possível com o necessário. Respondiam a uma agenda que não era a sua, mas a dos seus antagonistas.

#### **Crise do trabalho ou crise do capital?**

Vivemos na década dos setenta uma crise global. E não era apenas a sociedade capitalista que estava em crise: o mesmo ocorria com o "socialismo realmente inexistente", que reintroduzira práticas capitalistas. É neces-

sário dizer que a esquerda oficial - nacional e internacionalmente - ao reduzir a questão da socialização das forças produtivas, pura e simplesmente, à tese da estatização, abandonou não apenas a perspectiva da revolução mas acabou prisioneira das teses deterministas do avanço da tecnologia. Esta passou a ser vista como a saída para a crise, como a "ante sala do socialismo".<sup>27</sup> Reforçava-se a eliminação das identidades e das lutas das classes trabalhadoras. A esquerda passou a ser hegemonzada pelo pensamento liberal. O capitalismo passou a "aparecer" cada vez mais não apenas como vitorioso, mas como a única forma societária possível.

O movimento real, das classes e dos seus antagonismos, é negado, transformado em um não-movimento. O trabalho e o capital são apresentados como elementos de uma história natural sujeita à lei de ferro do mercado. Além disso, para maior eficácia, atribuiu-se à tecnologia toda essa imensa transformação: fala-se mesmo em uma revolução tecnológica. Na realidade, trata-se de um mercado determinado<sup>28</sup>, o conjunto contraditoriamente articulado das forças e relações capita-

listas de produção. O mercado aparece, contudo, como uma racionalidade supra-histórica, como essência do real. A história seria apenas sua forma fenomênica.

O trabalhador e o capitalista foram vistos como funcionários (hierarquicamente diferenciados) das necessidades do consumo. As classes não são mais portadoras de projetos, mas “coletivos de compradores” ávidos da última moda transformada em necessidade. O interesse do consumidor (que-rem nos fazer crer) passou a “determinar” toda a produção sendo necessário, em um único movimento, eliminar toda e qualquer manifestação de antagonismo e de imperfeição na produção da mercadoria. Trata-se de uma brutal luta ideológica, travestida de modernidade capitalista que visa negar a possibilidade de uma identidade classista do trabalhador, suas formas de sociabilidade e subjetividade.

A história do capitalismo é a história da “reestruturação produtiva”: é, sobretudo, a resposta do Capital a sua crise, é o processo de rearticulação da unidade do governo das massas e do governo da economia. O Trabalho é expulso da sociabilidade capitalista e no seu lugar é entronizada a ciência como força produtiva por excelência. Hardt e Negri falam mesmo na expulsão do trabalho dos textos legais<sup>29</sup>. Os trabalhadores parecem ser um contrassenso e seu itinerário vai da “inempregabilidade” ao “analfabetismo tecnológico”, variantes, uma e outra, de uma ideologia darwinista da exclusão/culpa.

O Capital subordinou o Trabalho, real e formalmente. A história sob o capitalismo aparece como a história natural do Capital, das técnicas, da produção. As forças produtivas do Trabalho aparecem como forças produtivas do Capital. O Trabalho, no interior do círculo do Capital, parece não ter vida própria. Para permitir a ampliação do processo

de subsumção real do trabalho ao capital e liberar ao máximo sua capacidade produtiva, que no momento atual atinge a toda sociedade (subsumindo-a como um todo à ordem do capital). O capitalismo tem que negar o direito de existência a qualquer forma antagonista. Vivemos a combinação da contrarrevolução política (neoliberalismo) com a reforma da gestão e da produção, maximizadas uma e outra, pela aparente desaparecimento do antagonismo. O Estado parece realizar sua última e necessária mediação. Será?

*A política, forma sempre atual das contradições classistas, faz-se história.* O Estado que foi sempre privatizado potencializa e garante a expansão máxima da classe dominante/dirigente. O Estado capitalista, para sua maior eficácia, tem necessariamente que aparecer como social, como articulador do conjunto da sociedade, como resumo qualificado do todo social. Nesse sentido, ele buscou restringir permanentemente as formas associativas das classes subalternas em todas as suas formas de organicidade.

#### **Reestruturação produtiva ou criação do trabalhador do capital**

*A gestão do processo produtivo é a forma condensada da política dos dominantes.* Condensada porque impõe a desigualdade real no processo de trabalho e a impossibilidade da cidadania na esfera do privado. Mais ainda: cria/amplia as condições da desigualdade real no todo social. Desigualdade que aparece como igualdade fetichizada. Esse processo passa pela necessi-

dade de levar o trabalhador ao máximo da desqualificação produzindo, seja a limitação maior de uma subjetividade classista dos trabalhadores (sua historicidade, suas experiências) seja, ao mesmo tempo, sua total integração à ordem. Busca-se eliminar a possibilidade autônoma do trabalhador coletivo porque com a recusa deste ao capitalismo, é possível a construção de uma nova sociabilidade.

Elaborando suas táticas e estratégias a partir dessa concepção, setores amplos da esquerda, dos mais diferentes matizes, não perceberam que o mecanismo de regulação era um dos elementos fundamentais de saída da crise capitalista. Isso pode ser claramente demonstrado pela compreensão estalinista de que na década de 30, o capitalismo estava atravessando um momento de declínio<sup>30</sup> exatamente quando este vivia o ápice de uma grande ofensiva material e ideológica: o fordismo generalizava-se nos USA e avançava sobre a Europa.

A Escola Francesa da Regulação é uma outra bela demonstração: para ela, a regulação deve ser um momento da superação do antagonismo<sup>31</sup>. Aqui o problema não se refere à possibilidade ou não da revolução. Ela avança mais na integração à ordem do Capital. A crise do Capital é transformada em crise do fordismo cuja raiz é vista tanto na rigidez da produção quanto na agudização da luta de classes na produção. No que se refere a esta última, existem claras conexões com as teses neoliberais como a da sobrevalorização do preço da mercadoria força de trabalho. E do poder dos sindicatos e do seu propalado corporativismo. Para tal, é preciso substituir a análise das totalidades concretas pelos sistemas e estruturas, as contradições e oposições de classe pelas rivalidades, conflitos e ambivalências, as leis gerais pelas legislações, regras e nor-

mas, a dialética sujeito/objeto pela noção de processo sem sujeito<sup>32</sup>.

Outra possibilidade, carregada de determinismo tecnológico, para negar a possibilidade revolucionária pode ser encontrada nas teses que falam em revolução informacional<sup>33</sup>, uma das diversas formas de substituição da força de trabalho pela “revolução” científico-tecnológica como força motriz da história. A eficácia ideológica da tese está colocada com clareza no próprio enunciado: o que é, na realidade, um momento da subsumção do trabalho ao capital, como resposta à crise deste, é vista como uma revolução que altera a natureza do capitalismo. Em outras palavras: como possibilidade de “emancipação”.

A permanente “recriação” do trabalhador é uma necessidade estratégica do Capital. Com as chamadas novas tecnologias, passa a ser possível obter, de forma ampliada, a incorporação ativa do trabalho vivo ao trabalho morto e conseguir que o trabalhador vista a camisa da empresa. Fazê-lo desejar o capital. Produz-se uma reterritorialização do trabalho. Após tentar desconstruir os espaços fabris clássicos, produtores da socialização operária ampliada, o Capital busca “reinventar” velhas formas de trabalho como o trabalho a domicílio, com qualidade artesanal e, a um só tempo, artesanal e “emancipatório”. Em suma, um criador, um trabalhador “autônomo”, é bom que se diga, para o Capital. Essa aparência materializa/ constitui um projeto que busca destruir não apenas o trabalhador coletivo, mas os coletivos dos trabalhadores. Trata-se de produzir um operário parcelar, descontínuo e, acima de tudo, inteiramente subordinado ao Capital. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital (a superexploração) e, no limite, a demissão dos seus companheiros. O ca-

*O caso das ilhas de produção é exemplar: faz-se com que um trabalhador vigie o outro, dispensando, assim, a vigilância do patrão. O panopticum parece ser o destino das classes subalternas.*

so das ilhas de produção é exemplar: faz-se com que um trabalhador vigie o outro, dispensando, assim, a vigilância do patrão. O *panopticum* parece ser o destino das classes subalternas.

A tecnologia e seu fetichismo são, aqui, fundamentais. O trabalhador torna-se um “associado” ao capital. O trabalhador-patrão, dono muitas vezes de pequenas empresas, aparece como responsável pela produção e satisfação dos desejos e interesses dos clientes. Nessa operação, “desaparecem” as contradições entre esses trabalhadores e seus antigos patrões, entre eles e os consumidores. Eliminado o horizonte antagonista do Capital, a referência classista internacional, desconstruído esse horizonte, despolitizado o debate, tudo se reduz à administração.

No horizonte da quebra das identidades classistas e da tendência antagonista, pratica-se o discurso da negação de qualquer racionalidade que não seja a do mercado, identificando socialismo à barbárie. Afirma-se o fragmento, o detalhe, liquidando-se a totalidade como procedimento metodológico. “Eliminadas” as contradições, como dogmatismo e erro teórico, resta a noção do individualismo. O pós-modernismo é a linguagem desse “bravo mundo novo”. As relações de trabalho, as garantias sociais, arrancadas pelas

grandes lutas operárias, são denunciadas como corporativismo. Pratica-se, fundamentalmente, sua flexibilização, sua precarização, ao mesmo tempo que se afirma a qualificação como elemento vital: se o trabalhador não é qualificado, capaz, o problema e a culpa são dele. E não do mercado. Tudo, absolutamente tudo, deve ser submetido à mercantilização.

Para que tudo isso se realize, é, no entanto, necessário dar outro passo: refundar a própria cidadania capitalista. É necessário cada vez mais limitar os direitos sociais e os gastos estatais correlatos. Transformar a previdência, a saúde e a educação em objetos mercantis é a síntese e o limite dos subalternos. A universalização dos benefícios é, na ordem privada, subversivo. Seus limites estão dados pelo processo de valorização. O *welfare*, de condição de acumulação passa a ser obstáculo. O Estado deve abandonar o campo do social transformando-o em terreno de caça mercantil. Realiza-se uma revolução passiva. Se, no início, a cidadania pretendia-se expansiva, agora ela é necessariamente restritiva. A democracia burguesa no momento de maior conflitividade incluía, relativamente, os trabalhadores. Hoje, passado o susto e eliminada aparentemente a tendência antagônica internacional, ela pode revelar sua face real: para os subalternos, a possibilidade de acesso, real e efetivo, ao mundo da política e do bem estar social é quase nula, reduzindo-os, abertamente, à pura sobrevivência.

Se anteriormente o Parlamento vigiava e controlava o Estado considerado o *locus* do arbítrio, tendemos, agora, a ser pouco mais que figurantes na luta de classes, e damos legitimidade a Paramentos que se submetem, em maior ou menor medida, aos Executivos que tendem a governar por medidas provisórias. O Estado que, face aos interesses e às necessidades das classes subalternas, proclama a sua desnecessidade, revela-se o grande articulador das práticas capitalistas. Se os direitos sociais diminuem, os deveres em relação à ordem do privado se maximizam. “Cidadãos” sem direitos, os subalternos tornam-se, em grande medida, súditos de um poder que é exercido pelas múltiplas redes da racionalidade capitalista. De certo modo, o Estado recupera a sua função original tal qual pensada pelos liberais: o de guardião dos contratos, das propriedades e o defensor da ordem. O fetiche da cidadania é brutal e é exercido de múltiplas formas. Conhecer o que se passa é decisivo para a análise e à construção das alternativas: aqui entra em cena o controle monopólico das informações pelos meios de comunicação de massa. A violência torna-se naturalidade. Os que “fracassam” são culpados pelo seu próprio fracasso: não há desemprego, por exemplo, há *inempregáveis*.

### Os ensinamentos da luta de classes

As direções das esquerdas, majoritariamente, trabalham com a perspectiva da inviabilidade da revolução e do socialismo, reduzindo, assim, o leque de suas possibilidades. Na realidade, realiza-se uma ironia perversa: os “derrotados” social-democratas vingam-se dos “vencedores” comunistas. O projeto hegemônico é, na prática, o da utopia possível, vale dizer, a perpetuação do projeto capitalista ainda que “tendencialmente” controlado. Esse é o fe-

tiche dominante na política das esquerdas atuais. O projeto da democracia formal e seu componente fundamental - a cidadania - dominam o seu campo ideológico. Vivemos em escala universal uma crise de direção (Cf. Gramsci e Trotsky) que dificulta enormemente a possibilidade de compreensão das forças em presença e tem impedido que se dê a fusão das chamadas condições objetivas (materiais) e subjetivas (de direção). A partir daí os projetos são como que impossibilitados. Tudo parece caminhar para... o capitalismo.

Pensar o projeto de transformação social no interior da institucionalidade capitalista, negando a possibilidade revolucionária abstratamente, implica afirmar a neutralidade das instituições, aceitar a possibilidade de que, nelas e por elas, seja possível alterar a natureza de classe do Estado. Fazer esta crítica não significa, contudo, recusar-se a travar a luta no interior do campo institucional. Diferente disto está a absolutização do institucional e o abandono da postura antagonista. Não se trata de uma questão de quantidade (melhoria das posições diferenciais no interior da institucionalidade), mas de qualidade (o embate hegemônico).

O reformismo que em Bernstein já era ilusório, apesar da capacidade do Estado burguês e de suas classes dominantes, graças à exploração colonial, de fazer concessões, é agora grosseira contrafação. O “reformismo é a política dos bons tempos”, dizia Gramsci. Com possibilidades amplíssimas, o Estado capitalista tratou de assimilar as clas-

ses trabalhadoras, a partir do momento em que partidos e sindicatos não colocavam o capitalismo em questão. O pensamento majoritário das esquerdas deslocou-se da esfera da produção para o da circulação e com isso não foi possível captar estrategicamente as contradições, a tendência antagonista. Logo, não se podia formular as estratégias de superação da ordem do Capital. Discutir a distribuição de benefícios sociais sem questionar a exploração capitalista é aceitá-la na prática.

Hoje, o problema está colocado, centralmente, na aceitação pelos partidos e sindicatos da inevitabilidade da ordem vigente. Assumida essa inexorabilidade, resta sofrer a subsunção do trabalho ao Capital: o coletivo dos trabalhadores e suas famílias, enfim, o todo social. Aqui entra em jogo a forma de intervenção do conjunto das esquerdas nas conjunturas. Hegemonizadas pelo pensamento liberal, elas sacrificam o aqui e agora das classes trabalhadoras à ordem do Capital. Não conseguem, e em muitos casos, sequer o desejam, perceber que sob o domínio do privado não pode haver liberdade real para os dominados. A agenda da esquerda, repetimos, é pausada pelo capitalismo, por seus teóricos e práticos.

Apesar disso, a esquerda hegemônica continua a afirmar que esse é o único caminho, já que “revolução é coisa do passado”. Identificando estalinismo com socialismo, joga fora a criança e a água do banho e passa a proclamar o capitalismo como a única forma societária possível. Ela afirma, contra toda e qualquer evidência, que os partidos na ordem parlamentar são enfatizados como a única forma organizativa possível. Formulação feita em um momento onde os limites históricos e atuais dos Paramentos são absolutamente visíveis. E, ao mesmo tempo, busca reduzir os sindicatos à

condição de propositivos, de resultados. Propositivo significando aqui a redução da capacidade de dar respostas estratégicas ao capitalismo, à esfera institucional: fala-se mesmo em sindicato-cidadão. Resultado como caracterização gráfica da redução da ação sindical ao fetichismo mercantil. Assim, de cenário da luta de classes, explorador e opressor, o capitalismo é transformado em horizonte inexorável, intransponível. Pior: desejável.

### A atualidade do comunismo

Passamos, assim, ao plano das estratégias possíveis. Limita-se - ou melhor, se auto-limita - o horizonte das possibilidades estratégicas. O fetiche da cidadania cumpre sua função. Trata-se, aqui e agora, de reduzir partidos e sindicatos à Ordem. Da mesma forma, trata-se de reduzir o alcance e a força dos movimentos sociais. Que fazer? Aceitar a incorporação ao horizonte capitalista ou articular um novo campo de possibilidades estratégicas? Aqui se coloca a questão, em toda a sua radicalidade. É cada vez mais necessário e urgente que as classes trabalhadoras lutem pela sua liberdade, assumindo radicalmente suas identidades, construindo sua agenda própria, formulando o conjunto das perguntas estratégicas que permitam colocar em questão o antagonismo e examinar a possibilidade de sua superação. Para que se altere a correlação de forças, no conjunto da sociedade capitalista, é absolutamente necessário que os trabalhadores - nas suas diferentes formas - assumam seu protagonismo, sua autonomia. Sem isso, caminhamos para a aceitação do *possível*, isto é, do *atual*. Subordinar-se passivamente à institucionalidade capitalista, aceitar em especial o campo parlamentar como esfera privilegiada de intervenção, praticamente única, significa aceitar a derrota. Trata-se, portanto, de pensar e

articular socialmente uma unidade dos diversos setores da classe organizados em sua múltipla inserção. Aqui está, obviamente, colocada a questão do partido enquanto intelectual coletivo dessas classes.

Sabemos todos que a construção da hegemonia das classes trabalhadoras passa, necessariamente, pela invenção histórica do comunismo. Relembramos Marx: o comunismo é o movimento de negação da apropriação privada das riquezas. Recusar o economicismo e construir a democracia dos trabalhadores, construir a nova sociabilidade implica a eliminação das classes pelo desaparecimento do horizonte histórico da exploração-opressão. Não se trata de um problema teórico, mas, essencialmente, prático. Reinventar as formas de organização/ expressão das classes trabalhadoras implica fazer a crítica teórico-prática do "socialismo realmente inexistente" e tirar os ensinamentos da luta de classes. Significa, também, construir, ainda sob a dominação capitalista, os elementos da nova sociedade. Constrói-se uma hegemonia na luta contra as formas institucionais da ordem anterior, na crítica das suas formas de conceber o mundo; constrói-se, enfim, pela atualização das suas possibilidades de transformação.<sup>34</sup>

Não há, evidentemente, modelos prontos e acabados para tal. Várias possibilidades estão hoje colocadas para nós: desde a construção de um fórum dos companheiros da esquerda combativa, independente da forma partidária, até mesmo a construção de

uma nova forma partidária que unifique esse campo. A necessária reconstrução das formas sindicais para uma efetiva perspectiva classista é uma tarefa inadiável. Com a radicalização da conjuntura, está no horizonte a possibilidade de se pensar um Congresso de direções sindicais combativas, dos companheiros que se colocam no campo partidário de forma intransigente em defesa do comunismo, dos sem-terra, dos desempregados, dos sem-teto, etc. para construir uma intervenção orgânica dessas classes na constituição de um projeto que coloque a superação da Ordem do Capital: um projeto que reivindique os elementos necessários à liberdade, tais como a questão do controle social dos meios de comunicação de massa, a organização livre e soberana dos trabalhadores, a educação pública e gratuita e a construção de um projeto de saúde sob controle dos trabalhadores, entre outras tantas.

Torquato Neto, ícone dos anos 60, falava da necessidade de desafinar o coro dos contentes. Devemos ir além e afinar o coro dos descontentes. Desafinar o coro dos contentes: praticar a análise da relação de forças e colocar em questão o projeto dos dominantes. Afinar o coro dos descontentes implica pôr em movimento o antagonismo, dando-lhe sentido e direção. Este conjunto de tarefas não pode dispensar a figura do partido que se coloque como "elaborador e experimentador coletivo" e não como coletivo burocrático cuja função é disputar posições na ordem institucional vigente. Faz-se, cada vez mais necessário a construção de instrumentos de direção para as classes subalternas. Instrumentos que não procedam ao tão funesto substitucionismo histórico mas que sejam capazes, como dizia Gramsci, de unir a "experiência das massas" e o "saber das direções". Formas partidárias que

atuem na totalidade do social, buscando construir com os movimentos sociais as alternativas de transformação radical da sociedade. Partido democrático que se recusa o substitucionismo, nega, também, o basismo hipócrita que, ao dar voz a quem não tem voz, dá a sua própria voz, mantendo assim as classes subalternas em uma permanente minoridade política. Essa dialética de construção histórica dos projetos requer um partido radicalmente democrático que consiga “traduzir” os ensinamentos das lutas de classe e as experiências concretas dos indivíduos sobre os quais se exerce a ditadura da exploração-opressão capitalista. E que seja capaz de pensar as questões nacionais a partir da perspectiva internacional.

Terminemos por onde começamos. Criar as condições de ruptura com a subordinação das classes subalternas, romper com a fragmentação, com a segmentação impostas pelas formas mercantis é necessário, vital mesmo. Subtrair o trabalhador, a mais importante força produtiva, ao domínio do Capital, significa dar o primeiro passo para um processo de liberdade, de autonomia. Cabe aos movimentos sociais - compreendidos como unidade real das lutas das classes subalternas - avançar nessa clarificação político-ideológica e construir um projeto realmente democrático, classista, que tenha a marca do conjunto das classes subalternas, que traga a virtualidade do fim do Estado e das classes. Projeto de sociedade, como vemos, radicalmente distinto daquele possível no âmbito da institucionalidade vigente. Atuando nesse sentido, estaremos construindo ativamente a perspectiva da hegemonia das classes trabalhadoras e abandonando os vagos apelos à cidadania, à participação desqualificada e desqualificadora na ordem parlamentar. Todo espaço institucional tem

que ser transformado em espaço de luta pelo comunismo.

O novo horizonte será o da luta pela superação do malfadado limite da utopia possível. Romper com esse plano implica construir socialmente novas possibilidades estratégicas, colocar na ordem do dia a negação da ordem do Capital e afirmar os direitos da liberdade para o conjunto dos trabalhadores. Este é o projeto que se coloca para nós: sair dos limites do aqui e do agora, da limitação da imediatez, reconstruir a política como atividade fundadora de uma nova ordem social para além do Capital.

Trata-se de “acelerar o futuro”, sonhando o sonho juntos.

#### NOTAS

1. Edmundo Fernandes Dias é professor convidado do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e Secretário Geral do ANDES-SN. Agradecimentos especiais a Angela Santana do Amaral, a José Roberto Zan e a Ruy Braga Neto que leram, discutiram e fizeram comentários sobre o texto. Os possíveis erros, porventura existentes, são, contudo, da inteira responsabilidade do autor.

2. Na dedicatória de *O Príncipe Maquiavel* (1513) já assinalava que para compreender a natureza das planícies era necessário subir às montanhas e para considerar a natureza destas era preciso colocar-se na perspectiva da planície, assim como para ser príncipe era preciso compreender a natureza do povo e para ser povo fazia-se necessário compreender a natureza do príncipe.

3. Estamos trabalhando aqui essa distinção de problemáticas entre as formas capitalistas vigentes e aquelas que deveriam ser sua negação prático-teórica. Gramsci acompanha atentamente os desenvolvimentos da “experiência” russa.

4. Um belo exemplo do que falamos acima

está em Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte* onde se demonstra que só renunciando às veleidades dinásticas e seu uso instrumental pode a burguesia governar como classe. Nesse livro, Marx demonstra como se procede a uma análise da política. Da análise das instituições e da constituição em especial, Marx demonstra os limites e as possibilidades da política. Não deixa escapar o nó crise política-crise econômica, a análise dos interesses a curto, médio e longo prazo, as formas das ideologias e suas transformações no processo da luta política, etc.

5. Cf. Edmundo Fernandes Dias, *Sobre a leitura dos textos gramscianos*, in E. F. Dias et alii, *O outro Gramsci*, Xamã Editora, São Paulo, 1996.

6. “O termo ‘aparente’, ‘aparência’, significa isto e nada mais que isto e deve justificar-se contra o dogmatismo: é a afirmação da caducidade de todo sistema ideológico, próximo à afirmação de uma validade histórica de qualquer sistema, e da necessidade dele (‘no terreno ideológico o homem adquire consciência das relações sociais’: dizer isso não significa afirmar a necessidade e a validade das ‘aparências?’)”, Antonio Gramsci, *Quaderni del Carcere*, p. 1570.

7. No já citado *18 Brumário* Marx fala dos desejos dos pequenos burgueses de suprimirem as desigualdades ao invés de resolvê-las teórico e praticamente.

8. Angela Santana do Amaral, *As perspectivas liberal e marxista sobre a sociedade civil: os termos do debate*. Texto apresentado ao exame de qualificação ao Doutorado na Escola de Serviço Social, da UFRJ.

9. A ideologia das “transformações do mundo do trabalho” e a construção do novo trabalhador para o capital desempenham aqui papel fundamental. Na realidade, trata-se da formação de um novo trabalhador coletivo, donde da reconstrução da classe trabalhadora. O processo capitalista cria e recria, permanentemente, as relações sociais capitalistas e as classes. (Ver o Capítulo Inédito). Ao invés de caminhar na possibilidade da emancipação, como pretenderam e pretendem muitos autores, reforça-se mais e mais a subalternidade.

10. Cf. Antonio Gramsci, *Quaderni del Carcere*, Einaudi, Torino, 1975. Cf. Edmundo Fernandes Dias, *Americanismo e Revolução Russa: formas da revolução passiva*. Universidade e Sociedade, ano 7, n° 13, São Paulo, junho de 1996.

11. Ver, entre outros, a crítica de Gramsci à obra de divulgação do marxismo feita por Bukharin.

12. Ver a famosa teoria das etapas: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo, Stalin, Breve História do Partido Comunista (Bolchevique). A questão chinesa, por exemplo, foi, por decreto, transformada em “feudalismo atípico” e proibida a discussão sobre o Modo de Produção Asiático: “Mas o fracasso da revolução chinesa de 1925-1927, combinado com os efeitos da ruptura entre Stalin e a oposição produz um severo golpe aos pesquisadores e às suas pesquisas (...) os defensores do modo de produção asiático foram aí (Leningrado, fevereiro de 1931, efd) assimilados aos trotskistas (...). Com essa discussão, logo seguida do desaparecimento, pura e simplesmente, de alguns partidários do modo de produção asiático, as pesquisas marxistas sobre estes temas entraram em nova fase.”, Jean Chesnaux, “Le mode de production asiatique. Quelques perspectives de recherches”, in *Le mode de production asiatique*, Éditions Sociales, Paris, 1967, pp. 19-20.

13. Aqui muitos dos antigos estalinistas passam a fazer profissão de fé liberal-democrata. Insisto: com um nível de segurança e dogmatismo semelhante ao que tinham no momento anterior.

14. Não cabe nos limites deste texto explicitar as diferenciações deste projeto aliancista, seja na forma social-democrata, seja na forma estalinista.

15. Cf. Lucio Colletti, *Stato e rivoluzione di Lenin*, in *Ideologia e società*, Editori Laterza, Roma-Bari, 1975.

16. É bom ter sempre em mente que essa teoria caminhava pari passu com a do Estado como puro instrumento das classes dominantes.

17. Sobre essa questão, ver o instigante e - sobre muitos pontos de vistas “profético” - livro de Henri Lefebvre, *La Somme et le reste*, La NEF de Paris Editions, Paris, 1959, publicado após sua expulsão do PCF: “Os ataques dirigidos contra esse pequeno livro (*Problèmes actuels du marxisme*), sua fraqueza teórica e sua violência polêmica, sua mescla de má

fé e de boa consciência, sua orquestração nas numerosas revistas francesas e estrangeiras conferem à polêmica um caráter de operação política (...)”. p. 10. E afirma: “Aproveite a ocasião para agradecer, do fundo do coração, aos dirigentes do Partido Comunista Francês que me excluíram após trinta anos de presença militante, principalmente por ter publicado o livro mencionado acima”, p. 12. Em outro sentido a bela introdução (*Aujourd’hui*) que Louis Althusser faz ao seu famoso e polêmico *Pour Marx* mostra bem essa utilização instrumental.

18. Já nos escritos pré-carcerários, este debate está claramente colocado. Ver *Alcuni Temi sulla questione meridionale* entre outros.

19. Ver a produção tanto liberal quanto de setores majoritários da “esquerda” brasileira, por exemplo, *Esquerda sem projeto*, José Genoíno, Teoria e Debate, nº 40, fevereiro-abril de 1999.

20. Sobre os limites da ação institucional, é sempre bom ter presente o conjunto das reflexões de Norberto Bobbio, um dos mais destacados liberais do nosso século.

21. Karl Marx, *El Capital*, libro 1, capítulo VI (inédito), México, D.F., Siglo XXI, 1978, p. 6.

22. Esta última freqüentemente identificada como mercado político. Cf., entre outros, Schumpeter: “Na realidade, democracia de todos tipos são praticamente unânimes em reconhecer que existem situações em que é racional abandonar a liderança concorrencial e adotar uma liderança monopolística.”, *Capitalismo, socialismo e Democracia*, Milano, Comunità, 1964, pp. 281-2.

23. Cesare Luporini, *Dialettica e Materialismo*, Editori Riuniti, Roma, 1974.

24. Gramsci analisará em especial o projeto de Agnelli da conversão dos trabalhadores em “membros” de uma cooperativa como forma de resolução da crise capitalista.

25. Já na análise da Comuna de Paris, mostrara a necessária indissolubilidade do “econômico” e do “político”. A grande obra do movimento revolucionário foi, sem dúvida, alguma trabalhar no sentido da recuperação orgânica dessa unidade.

26. W. G. Marachow, *Struktur und Entwicklung der Produktivkräfte in der Sozialistischen Gesellschaft*, citado por Magalini, *Lutte de classe et dévalorisation du capital*, François Maspero, Paris, 1975, p. 17.

27. Edmundo Fernandes Dias, *A Liberdade (Im)possível na Ordem do Capital. Reestruturação Produtiva e Passivização*, Textos Didáticos, 29, IFCH/Unicamp, 1999.

28. Antonio Gramsci, *Quaderni del Carcere*, pp. 1038-39, 1247-8, 1258, 1269, 1276-7 e 1477-8.

29. Cf. Michel Hardt e Antonio Negri, *Il lavoro di Dioniso, per la critica dello Stato post-moderno*, Manifestolibri, Roma, 1995. Ver também Pietro Barcellona, *Diario Politico. Il vento di destra e le ragioni della sinistra*, Datanews Editrice, Roma, 1994.

30. Sobre isso ver a obra clássica do economista E. Varga: *L'economie de la période de déclin du capitalisme après la stabilisation*, Moscou, 1938 publicado pelo Bureau d'Éditions, Paris. A política da Classe contra classe foi o seu ápice. E a demonstração de sua incapacidade de ler e transformar o real.

31. Cf. Michel Aglietta, e Anton Brender, *Les métamorphoses de la société salariale*, Paris, Calmann-Lévy, 1984. “Conforme essa ideologia, a regulação se produz diante da necessidade universal de ajustamento (segundo certas regras e normas) de uma pluralidade de causas, de ações ou atos, e de seus efeitos, resultados ou produtos, na medida em que a diversidade, a sucessão ou o ritmo destes os torna igualmente disjuntos, estrangeiros ou colonizadores uns dos outros.” Flávio Bezerra de Farias, *O Estado capitalista contemporâneo*, São Luís, 1998, p. 5.

32. Farias, op. cit., p. 9.

33. Jean Lojkine, *A Revolução Informacional*, São Paulo, Cortez Ediotra, 1995.

34. É preciso sempre ter em mente a famosa Tese XI, sobre Feuerbach, que afirma a necessidade de transformar o mundo e não apenas interpretá-lo.

Dileno Dustan Lucas de Souza <sup>1</sup>

# Gramsci e a formação humanística

*Este texto tem o objetivo de sintetizar alguns aspectos do pensamento humanístico a partir do pensamento de Antonio Gramsci.*

Nas palavras de Gramsci, é preciso recuperar o valor do pensamento marxista, que supera o de uma teoria do conhecimento, e que é antes de mais nada uma postura filosófica, uma tomada de posição:

*O marxismo não é apenas um pensamento limitado, a pequenos grupos de intelectuais: ele é a filosofia da classe operária, a ideologia que organiza esta classe para a conquista e exercício da hegemonia. Em outras palavras, como diz Gramsci, o marxismo é uma religião (no especialíssimo sentido croceano da palavra), isto é, uma concepção atuante do mundo, com uma moral que lhe é adequada. Organizar a vontade coletiva, que concretiza esta moral através da subversão da práxis é a tarefa política do marxismo.<sup>2</sup>*

Considerando a diversidade e a profundidade dos temas abordados por Gramsci em seus escritos, optei por uma análise e discussão sobre a formação do homem, considerando os seguintes pontos: desmistificação da formação humana a partir da afirmação que todos os homens são “filósofos” e do conceito de homem para compreender o processo de formação humana.

## **Desmistificando a formação humana**

Para propor uma nova formação hu-



mana seria preciso que Gramsci rompesse com alguns paradigmas estabelecidos anteriormente, como o de que a filosofia é algo muito difícil, e que deve ser desenvolvida por cientistas especializados, por filósofos profissionais ou sistemáticos. Gramsci então propõe uma completa inversão dos conceitos estabelecidos, o que nos remete a Marx no livro, *A Ideologia Alemã*, quando inverte o pensamento hegeliano e afirma que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”<sup>3</sup>, é essa inversão que o leva a afirmar que todo homem é “filósofo” ao mesmo tempo que não se esquece de resguar-

dar a diversidade contida na peculiaridade de cada homem, ou seja, de cada filósofo:

*Deve-se destruir o preconceito muito difundido, de que a filosofia seja algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. Deve-se portanto demonstrar, preliminarmente que todos os homens são ‘filósofos’ definindo os limites e as características desta filosofia espontânea peculiar a ‘todo mundo’, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que o conjunto de*

noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom-senso; 3) na religião popular e consequentemente em todos o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente como 'folclore'.<sup>4</sup>

Gramsci parte do pressuposto de que todo homem é filósofo, exatamente por compreender, que toda atividade humana corresponde a uma determinada concepção de mundo. Porém Gramsci formula algumas hipóteses para se chegar ao que chama de "momento da crítica e da consciência", e indaga: é preferível "pensar" sem ter consciência crítica, ou seja, "participar" de uma concepção de mundo imposta por outros grupos sociais ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente, participando da construção histórica do mundo? Dessa forma, Gramsci aponta para uma construção humana que possa criticar sua própria concepção de mundo a fim de torná-la unitária e coerente para iniciar uma elaboração crítica e consciente daquilo que somos. Por isso, Gramsci se apressa em dizer que "se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar da maior ou menor complexidade da sua concepção de mundo"<sup>5</sup>, assim, insiste no fato de que é mais coerente uma multidão de homens pensar de forma unitária uma determinada realidade, do que a descoberta de uma nova verdade por um "gênio filosófico" que deterá tal verdade como patrimônio de pequenos grupos intelectuais privilegiados.

*A diferente posição de classe e,*

*portanto, a diversa concatenação entre vida e responsabilidade (prática social) e vida de formação (escola), levam Gramsci a fazer uma avaliação diferenciada dos limites e defeitos da formação escolar proletária e da do burguês. É claro que é defeito da escola suscitar nos alunos entusiasmos presunçosos, auto-convencimento exagerado que não corresponde a uma efetiva e proporcional aprendizagem científica; entretanto, esse defeito é mais perigoso para o jovem burguês que sai da escola sem conteúdo e pensando que sabe tudo torna-se um perigo objetivo para a hegemonia burguesa; sua classe sabe disso e providencia escolas adequadas. O trabalhador, ao contrário, cujo conteúdo de certa maneira já lhe foram oferecidos informalmente pela própria prática produtivo-política, mas que foi sistematicamente afastado das ciências gerais, criou de si uma baixíssima auto-estima. Para este caso, o defeito da escola que eleva 'exageradamente' sua auto-estima, mesmo através dos métodos um tanto dogmáticos, não é tão grave como seria para o burguês: O operário acredita sempre ser mais ignorante e mais incapaz de quanto efetivamente é; o operário tem sempre medo de expressar suas opiniões porque acredita que elas tem pouco valor uma vez que foi acostumado a pensar que a sua função na vida não é produzir idéias, dar a direção, ter opiniões, mas, ao contrário, é seguir as idéias dos outros, executar a direção estabelecida pelos outros e escutar de boca aberta as opiniões alheias. Não devemos, por tanto, nos apavorar demais diante do perigo dos alunos da nossa escola creditarem ser grandes e sábios e terem esgotado o universo só porque decoraram as dispensas e conseguiram repetir mecanicamente as noções aprendidas.<sup>6</sup>*

Aqui se estabelece a dicotomia no processo educativo em que Gramsci denuncia que há um tipo de educação para a classe trabalhadora e um para a burguesia. "Só faltava essa. Um Estado que sempre criou escolas de cultura humanistas para os ricos e uma outra escola pobre para os filhos dos trabalhadores, apela agora de repente para uma renovação da escola do trabalho. Algo de podre se escondia atrás dessa retórica".<sup>7</sup> Porém Gramsci aponta a grande diferença da escola do trabalho proposta pelo Estado e pelo movimento socialista: a escola do trabalho proposta pelo Estado é interessada, para que pudesse imediatamente dar conta das demandas do Estado, que eram naquele momento, suprimentos para a guerra<sup>8</sup>, a escola do emprego, por outro lado, a escola do trabalho proposta pelo movimento socialista era desinteressada, ou seja, uma escola que propunha uma formação integral, considerando a parte técnica-filosófico-política, através da escola unitária.

Dessa forma, Gramsci, prossegue a desmistificação do que seria a filosofia para afirmar o homem fazendo uma conexão entre: o senso comum, a religião e a filosofia, afirmando que a filosofia é a crítica da religião e do senso comum, o que ao seu ver se confunde com o "bom senso" e que se contrapõe ao senso comum, em seguida reflete nas relações entre ciência-religião-senso comum, onde afirma que não existe uma filosofia geral e sim diversas filosofias, ou seja, diversas concepções de mundo, sendo assim, a intelectualidade parte da atividade real de cada um, isso porque o homem de formação prática nem sempre tem uma clara consciência teórica desta sua ação, podendo em alguns momentos ser contraditória a sua prática teórica e o seu agir.

Esse processo de formação humana em Gramsci é fundamental, pois é a

partir dessa formação que será forjado um novo homem, ou seja, o homem socialista, daí a importância em ressaltar a presença do partido político que contribuirá na elaboração e difusão das concepções do mundo, bem como lembrar da importância da passagem de uma concepção mecanicista para uma concepção ativista, onde dar-se-á uma justa compreensão da unidade entre teoria e prática. Por isso, Gramsci acreditava ser importante nesse processo de construção humana compreender a igreja e a escola, já que, a seu ver:

*A escola - em todos os seus níveis - e a igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoal que utilizam. Os jornais, as revistas e a atividade editorial, as instituições escolares privadas tanto quanto integram a escola de Estado, como enquanto instituições de cultura do tipo das universidades populares.<sup>9</sup>*

Sendo assim, Gramsci compreende que o processo educativo é decisivo na formação humana, pois avalia que a escola é tão importante quanto a igreja. Isso porque as duas são as maiores organizações culturais de seu tempo, não podendo, a seu ver, ser dicotomizadas<sup>10</sup> as práticas culturais da teoria, é preciso integrá-las e lembrar que “antes do operário existe o homem que não deve ser impedido de percorrer os mais amplos horizontes do espírito, subjugado às máquinas”<sup>11</sup>. Já naquele momento, Gramsci alertava para o divórcio entre os grupos intelectuais e as camadas populares, e insistia na necessidade de conformá-las como parte integrante do processo educativo, onde o espaço escolar não pode ser um espaço de segregação e sim um local de integração:

*A escola, mediante o que ensina, luta contra o folclore, contra todas as*

*A escola do trabalho proposta pelo movimento socialista era desinteressada, ou seja, uma escola que propunha uma formação integral, considerando a parte técnica-filosófico-política, através da escola unitária.*

*sedimentações tradicionais de concepção de mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, bem como de leis civis e estatais que são produto de uma atividade humana estabelecida pelo homem e podem ser por elas modificadas visando o seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens de modo historicamente mais adequado à dominação de leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente da vida da natureza visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente.<sup>12</sup>*

Isso porque esses aspectos trazem noções científicas que se apresentam contrárias às absorvidas nos ambientes comunitários, o que reflete relações diferenciadas daquelas em que o processo educativo tenta imprimir, o que demonstra um certo anacronismo, já que “não existe unidade entre escola e vida e, por isso, não existe unidade entre instrução e educação”<sup>13</sup>

*A violenta dicotomia em que esbarra desde seus primeiros anos de vida, até os anos do cárcere, ritimiza-se dolorosamente entre a contraposição do continente explorador e a sua província explorada (regionalismo); entre os ricos que podiam estudar e os pobres que não podiam; entre o campo atrasado e estagnado e a ci-*

*dade moderna e em desenvolvimento; entre o intelectual que pensa e o trabalhador que faz; entre a mão e a cabeça; entre a prática e a teoria; entre a escola e a oficina; entre o dirigente e o dirigido; entre a cultura ‘desinteressada’ do intelectual tradicional e a cultura ‘interessada’ ou estreitamente profissionalizante do operador, do funcionário ou do orgânico; entre as direções políticas e as massas; entre o sujeito (espírito) e o objeto (matéria); entre a filosofia política e a economia; enfim entre o reino da liberdade e o reino da necessidade.<sup>14</sup>*

O que nos leva a refletir acerca do processo educativo diretamente:

*Daí é possível dizer que, na escola, o nexos educação-instrução somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa pelos alunos, sendo também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e em disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior de luta com o tipo inferior. Se o corpo docente é deficiente e o nexos educação-instrução é relaxado, visando resolver a questão do ensino de acordo com os esquemas de papel nos quais se exalta a educatividade, a obra do professor se torna ainda mais deficiente: ter-se-á uma escola retórica, sem seriedade, pois faltará a corporeidade material do certo, e o verdadeiro será verdadeiro de palavra, ou seja, retórica.<sup>15</sup>*

É partindo dessa concepção de formação humana que Gramsci forja o aparecimento de um novo tipo de filósofo, ou seja, o “filósofo democrático”, que consciente de seu papel social unifica na prática a ciência e a vida e a transforma numa unidade ativa, em que afirma ser ela a responsável pela liberdade de pensamento, o que relaciona o homem dialeticamente com a natureza.

Nesse sentido, o ensino passa a ser encarado como um ato de libertação, afirmando a sua eficiência no trato com as camadas mais oprimidas da sociedade, facilitando o aparecimento da solidariedade desinteressada, o desejo de buscar a verdade, porém esse ensino, defende Gramsci, deve ser um pouco acima da média, para que se possa estimular o progresso intelectual, para que os trabalhadores saiam da simples reprodução de palavras panfletárias e consolidem uma visão crítica do mundo onde se vive e se luta. Dessa forma, o ambiente escolar tende a ser mais rico e orgânico nas suas relações<sup>16</sup>.

### O homem e sua formação

Para Gramsci, o homem deve ser encarado como um processo de seus atos, como uma série de relações, e é partindo dessa compreensão que pergunta, quem é o homem? E tenta defini-lo, afirmando que a resposta se encontra no próprio homem. Porém essa pergunta representa a compreensão do que o homem pode se tornar o próprio definidor de seu destino, por isso, na sua definição conceitual, Gramsci se preocupa com desvelar se esse homem é criador de si mesmo ou se é criatura da imposição social.

*Creio que em cada um deles existem todas as tendências, assim como em todas as crianças quer para a prática quer para a teoria ou para a fantasia e que seria correto guiá-las,*

*nesse sentido, para uma harmoniosa e orgânica mistura de todas as faculdades intelectuais e práticas que a seu tempo terão oportunidade de se especializarem, com base numa personalidade vigorosa formada, total e integralmente. O homem moderno deveria ser a síntese dos caracteres que são tipicizados como caráter nacionais: o engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando por assim se dizer, o homem italiano do renascimento, o tipo moderno de Leonardo Da Vinci que se tornou homem coletivo mesmo mantendo a sua forte personalidade e originalidade individual.(..)<sup>17</sup>*

O conceito de homem em Gramsci vem exatamente contestar a definição dada pela igreja católica que o colocava como indivíduo bem definido e limitado, isto é, concebia o homem como indivíduo limitado a sua individualidade e o espírito como sendo essa individualidade. É nesse ponto que Gramsci ressalta que o conceito de homem deve ser reformulado:

*Deve-se se conceber o homem como uma série de relações ativas(um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é toda via o único elemento a ser considerado, a humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elemento não são tão simples quanto poderiam parecer. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justa posição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relação com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativa-*

*mente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: essas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, corresponde a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenham o homem individual. Dai ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo conjunto de relações do qual ele é o ponto central. Nesse sentido o verdadeiro filósofo é - e não pode deixar de ser - nada mais que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, intendido por ambiente o conjunto de relações que o indivíduo faz parte.<sup>18</sup>*

É partindo da análise desse tipo de relação social que o conhecimento é analisado enquanto instrumento de poder, pois “na verdade, esse princípio pedagógico originário do mundo do trabalho e que procura a escola para melhor identificar-se, explica-se, reforçar-se e atuar-se, nada mais é do que o próprio princípio da liberdade concreta e da autonomia universal do homem”<sup>19</sup>, o que provoca a necessidade de elaborar uma doutrina na qual essas relações devam estar bem claras a partir da consciência individual de cada homem que conhece, que admira, na medida em que desenvolve o saber, saber esse que não se constrói isoladamente mas dialeticamente através das possibilidades oferecidas pelos outros e no contato com as coisas que refletem um conhecimento social, o que gera a perspectiva em Gramsci de afirmar, não mais que todo “homem é um filósofo” e, sim, que, nesse momento, todo homem, além de ser um filósofo, é também um cientista.

É partido dessa concepção de formação do homem que Gramsci afirma:

*Essas orientações didático-pedagógicas expressam, sem dúvida, a*

sua concepção de vida mais geral segundo a qual o ser humano deve educar-se científica e culturalmente até os níveis mais complexos, sofisticados e modernos, partindo (e mantendo), porém, uma forte e vital ligação com sua base popular e com o seu senso comum.<sup>20</sup> Essa base constitui-se na fonte perene de inspiração, sentimento, fantasia e solidariedade de todo homem culto, caso contrário teremos um técnico abstrato, um intelectual desenraizado e não orgânico (...)<sup>21</sup>

É nesse processo de conceituação do homem que entendo ser primordial o aspecto educativo que Gramsci desenvolve, pois ao tomar o homem como potencialidade de uma unidade, trabalha com uma concepção de educação/escola que vise essa formação completa do homem, denominada *Escola Unitária*, que propõe abolir as escolas do tipo interessada, ou seja, instrumental que estejam preocupadas com o imediato, partindo para a formulação de uma escola que propicie equanimemente a capacidade de se trabalhar a parte manual (técnica e industrial), ao mesmo tempo que é desenvolvida a sua capacidade de trabalho intelectual.

*Eis porque, na escola unitária, a última fase deve ser concebida e organizada como a fase decisiva, na qual se tende criar os valores fundamentais do 'humanismo', a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessária a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, organização das trocas, etc.). O estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida deve começar nesta última fase da escola, e não deve ser mais um monopólio da uni-*

***A escola unitária dá suporte a essa concepção de homem através da construção de um conhecimento que pressupõe um método autônomo e espontâneo, a partir da criação coletiva.***

*versidade ou ser deixado ao acaso da vida prática: essa fase escolar já deve contribuir para desenvolver o elemento da responsabilidade autônoma nos indivíduos, deve ser uma escola criadora.*<sup>22</sup>

Assim, a escola unitária dá suporte a essa concepção de homem através da construção de um conhecimento que pressupõe um método autônomo e espontâneo, a partir da criação coletiva, o que não significa uma escola - como ressalta Gramsci - de "inventores e descobridores", mas, sim, que a aprendizagem se desenvolva naturalmente a partir da postura amigável do professor com o aluno, de modo que este possa autonomamente descobrir as verdades que, mesmo sendo velhas, demonstrem a absorção do método, demonstrando uma certa maturidade intelectual no processo de descoberta de novas verdades. Com isso, a escola unitária significa não só um novo tipo de relacionamento entre o campo intelectual e o manual, como também um novo tipo de relação social de produção, fomentando um novo homem<sup>23</sup>.

Essa formação educativa, voltada para uma concepção de educação diferenciada, é imprescindível na consolidação social da classe trabalhadora para estabelecer o seu potencial no processo de aquisição de conhecimento. É preciso considerar as mudanças pelas quais o mundo vem passando, para que o homem não tenha uma formação aquém dos avanços tecnológicos e sociais, tornando-se abstrato. Pois a escola regular do sistema de ensino vigente, além de não atender às

necessidades educacionais dos trabalhadores, é excludente e elitista, organizada de acordo com os interesses de uma minoria privilegiada, promovendo a ideologia de que a escola é um espaço democrático de aquisição do saber historicamente acumulado.

*A tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada 'cidadão' possa se tornar governante e que a sociedade o coloque, ainda que 'abstratamente', nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar. Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende mais nem sequer a conservar a ilusão, já que ela cada vez mais se organiza de modo a restringir a base da camada governante tecnicamente preparada, num ambiente social político que restringe ainda mais a 'iniciativa privada' no sentido de fornecer esta capacidade e preparação técnico-política, de modo que, na realidade, retorna-se às divisões em ordens "juridicamente" fixadas e cristalizadas ao invés de superar as divisões em grupos: a multiplicação das escolas profissionais, cada vez mais especializadas desde o início da carreira escolar, é uma das mais evidentes manifestações deste tendência<sup>24</sup>.*

Sendo assim, é preciso que se repense o espaço educativo, pois “o ambiente não-educado e rústico dominou o educador, o vulgar senso comum se impôs à ciência e não vice-versa; se o ambiente é o educador, ele deve ser por sua vez o educado”.<sup>25</sup> Sendo assim, Gramsci apontava naquele momento:

*A luta contra a velha escola era justa, mas a reforma não era uma coisa tão simples como parecia, não se tratava de esquemas programáticos, mas de homens, e não imediatamente de homens que são professores, mas de todo o complexo social do qual os homens são expressão. Na verdade um professor medíocre pode conseguir que os alunos se tornem mais instruídos, mas não conseguirá que sejam mais cultos(...)*<sup>26</sup>

Ainda a propósito:

*A multiplicação de tipos de escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática. (...) Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir em que apenas um operário manual se torne qualificado, mas em que cada ‘cidadão’ possa se tornar ‘governante’ e que a sociedade o coloque, ainda que ‘abstratamente’, nas condições gerais de fazê-lo: A democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados) assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessária ao fim de governar. Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende mais nem sequer a conservar a ilusão, já que ela cada vez mais se organiza de modo a restringir a base da camada governan-*

*te tecnicamente preparada, num ambiente social político que restringe ainda mais a ‘iniciativa privada’ no sentido de fornecer esta capacidade de preparação técnico-político, de modo que, na realidade, retorna-se às divisões em ordens ‘juridicamente’ fixadas e cristalizadas ao invés de superar as divisões em grupo: a multiplicação das escolas profissionais cada vez mais especializadas desde o início da carreira escolar, é uma das mais evidentes manifestações desta tendência.*<sup>27</sup>

Por isso, um ponto importante ao qual deve-se estar atento na organização da prática escolar, no pensamento gramsciano, é de que uma escola unitária ou de formação humanista, que busca uma formação omnilateral do homem, que considere a práxis educativa e a relação educador-educando, dê suporte a uma concepção formação das novas gerações de acordo com a ótica do trabalho, isto é, deve ser um dos elementos fundamentais do projeto social da classe trabalhadora. Nesse sentido, em tempos neoliberais, Gramsci não poderia ser mais oportuno ao afirmar:

*A escola unitária deveria corresponder ao período representado hoje pelas escolas primárias e médias, reorganizadas não somente no que diz respeito ao conteúdo e ao método de ensino, como também no que toca à disposição dos vários graus da carreira escolar. O primeiro grau elementar não deveria ultrapassar três-quatro anos e, ao lado do ensino das*

*primeiras noções ‘instrumentais’ da instrução (ler, escrever, contar, geografia e história), deveria desenvolver notadamente a parte relativa aos ‘direitos e deveres’, atualmente negligenciados, isto é, as primeiras noções do Estado e sociedade, como elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contra as concepções que poderíamos chamar de folclóricas. O problema didático a resolver é o de temperar e fecundar a orientação dogmática que não pode deixar de existir nestes primeiros anos. O resto do curso não poderia deixar de durar por mais de seis anos, de modo que aos quinze-dezesseis anos, dever-se-ia concluir todos os graus da escola unitária.*<sup>28</sup>

Depois de ter desmistificado a formação humana definindo o homem como um conjunto das relações sociais, Gramsci revela que toda comparação entre os homens é impossível devido ao conjunto de suas condições de vida e a sua relação com a natureza e com a sociedade. O homem então passa a ser visto como bloco histórico:

*O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa - objetivos ou materiais - com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo. É uma ilusão, e um erro, su-*

*por que o 'melhoramento' ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é 'individual'; mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para o exterior, atividade transformadora das atividades externas, desde as com a natureza e com os outros homens - em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive - até a relação máxima, que abraça todo o gênero humano. Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente 'político', já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua 'humanidade', a sua 'natureza humana'.<sup>29</sup>*

É considerando esse processo pelo qual o homem passa e o compreendendo enquanto bloco histórico que Gramsci nos alerta para o momento caracterizado de catarsis, no momento da passagem do egoísmo individualizado (no qual o homem busca uma forma de propriedade), a um momento de consciência humana. "A fixação do momento 'catártico' torna-se assim, creio, o ponto de partida de toda filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de síntese que resulta do movimento dialético".<sup>30</sup>

Sendo assim, não bastaria Gramsci simplesmente propor uma nova concepção de homem. Era preciso que houvesse uma formulação concebendo esse novo homem, era preciso desfazer o fetiche imposto socialmente de que a cada homem caberiam certas atribuições, por isso, Gramsci condena e caracteriza como preconceituosa tal concepção e afirma:

*A questão é sempre a mesma: o que é o homem? o que é a natureza humana? Se divide o homem como indivíduo, psicológica ou especulativamente, estes problemas do processo ou do devenir são insolúveis e puramente verbais. Se se concebe o ho-*

*mem como um conjunto de relações sociais entretanto revela-se que toda comparação no tempo entre homem é impossível, já que se trata de coisas diversas se não mesmo heterogêneas. Por outro lado, dado que também o homem é o conjunto de suas condições de vida, pode-se medir quantitativamente a diferença entre o passado e o presente, já que é possível medir a proporção na qual o homem domina a natureza e o acaso.<sup>31</sup>*

Deve-se considerar então que:

*A 'natureza humana' é o 'conjunto das relações sociais' é a resposta mais satisfatória porque inclui a idéia do devenir: o homem 'devém' transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também, porque nega o 'homem em geral': de fato, as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõe uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal(...) Por isso, a 'natureza humana' não pode ser encontrada em nenhum homem particular, mas em toda história do gênero humano.<sup>32</sup>*

É partindo dessa compreensão que Gramsci firma a sua forma de construir a consciência humana:

*O fato de que uma multidão de homens seja levada a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato 'filosófico' bem mais importante e 'original' do que a descoberta, por parte de um 'gênio filosófico', de uma nova verdade que permaneça como patrimônio*

*de pequenos grupos de intelectuais.<sup>33</sup>*

Assim não basta fazer grandes descobertas ou buscar originalidade, é preciso socializá-las para que ao tomar contato com essa nova verdade o homem possa incorporá-las e transformá-las a medida de suas peculiaridades individuais e coletivas.

### Considerações finais

É interessante ressaltar que, no pensamento gramsciano, os aspectos teóricos não são trabalhados isoladamente, mas articulados de forma intrínseca, numa relação de mútua determinação, sendo impossível estabelecer o determinante e o determinado, são partes de um "todo" orgânico. Ao discutir o processo educacional, por exemplo, são utilizados todos os conceitos formulados, seja de cultura, de homem, educação, etc. E, em se tratando do homem, ele é visto como um conjunto de relações sociais dos mais diversos níveis.

*O homem conhece objetivamente na medida em que o conhecimento é real para todos os gêneros humano, historicamente unificado em um sistema educacional unitário, mas este processo de unificação histórica ocorre com o desaparecimento, contradições internas de que dilaceram a sociedade humana, contradições que são condições da formação dos grupos e do nascimento da ideologia não universal-concretas, mas que envelhecem imediatamente, graças à origem de prática da sua substância. Trata-se, portanto, de uma luta*

***Toda comparação entre os homens é impossível devido ao conjunto de suas condições de vida e a sua relação com a natureza e com a sociedade.***

***O homem então passa a ser visto como bloco histórico.***

*pela objetividade(para liberta-se da ideologia parciais e falazes) e está luta é própria pela luta unificação cultural do gênero humano, o que os idealistas chamam de 'espírito' não é um ponto de prática, mas na chegada: o conjunto das superestruturas em devenis para a unificação concreta e objetivamente universal, e não mais um pressuposto unitário, etc(..) conhecemos a realidade apenas em relação ao homem, e como o homem é um devenir histórico, também o conhecimento e a realidade são um devenir, também a realidade é um devenir, etc<sup>34</sup>.*

Com isso, as críticas de Gramsci continuam bastante atuais, na medida em que levamos em consideração a formação humana e a educação instrumental/interessada, bem como os conceitos de escola desinteressada/ininteressada, no processo de construção educacional do homem. Isso porque, quando Gramsci trabalha com o conceito de escola interessada/desinteressada, é exatamente para apontar o tipo de educação que está sendo aplicado para os filhos da classe trabalhadora, pois interessada é aquela educação que tem a imediata preocupação com a formação do trabalhador e não a possibilidade de uma formação ampla, omnilateral sem vínculo imediato com o mercado de trabalho.

#### NOTAS

1. Dileno Dustan Lucas de Souza é Professor da Universidade Federal de Viçosa e Doutorando da FAGED/UFRGS.
2. Gramsci, A. **Concepção dialética da história**. ed. Civilização brasileira, edição 2º, 1978, p. 5.
3. Marx, K. e Engels, F. **A ideologia alemã**. ed. Hucitec, edição 9º, 1993, p.37.
4. Gramsci, A. Op. Cit. p. 11.
5. Ibidem, p.13.
6. Nosella, P. Op. Cit. p. 63.
7. Ibidem, p.16.
8. A retórica governamental é de que: os

jovens alunos que circularão, entre os operários, em contato com uma vida menos artificial, menos mole das que levam nas famílias, se transformarão e seguirá assim a geração que se espera para se renovar a vida italiana tornando-a mais realista e saborosa(...) E os professores, para não parecerem anti-práticos, deverão baixar a cabeça. E os pais de família, para não parecerem sabotadores da guerra, deverão permitir que seus filhos deixem de estudar para produzir munição, sem que porém, ao mesmo tempo se especializem no trabalho, sem que se exagerem tornar-se operários demais, porque afinal terão que se tornar alguém pela escola e não pela oficina. A costumeira retórica esta construindo a malha de prejuízos e oportunismos na qual será sufocada a escola e com ela uma quantidade de jovens.(NOSELLA, 1992: P. 16/17)

9. Gramsci, A. Op. Cit. p. 29.

10. Nesse momento na Itália a câmara municipal de Turim discutia a formação curricular do instituto profissional operário, quando um vereador liberal defendeu que naquela escola fosse se ministrasse um ensino profissional útil e acessível aos operários, defendia o ensino da prática profissional e não filosófico como queriam os socialistas(Nosella, P. p.19)

11. Ibidem, p. 19.

12. Gramsci, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. ed. Civilização brasileira, edição 7º, 1989, p. 130.

13. Ibidem, p. 131.

14. Nosella, P. Op. Cit. p. 121.

15. Gramsci, A. Op. Cit. p. 131-132.

16. Nesse sentido, Gramsci toma como exemplo de formação Leonardo Da Vinci, que é apresentado como um símbolo da unidade entre tecnologia e cultura humanística, entre rigor científico e dimensão estética, entre disciplina produtiva e liberdade.(Nosella, 1992: p. 94)

17. Ibidem, p. 90.

18. Gramsci, A. Op. Cit. p. 39-40.

19. Nosella, P. Op. Cit. p. 38.

20. Gramsci caracteriza como senso comum a síntese mecânica de como pensam as moléculas sociais, isto é, é o pensar difuso do ambiente social. Ibidem, p. 79.

21. Ibidem, p. 73.

22. Gramsci, A. Op. Cit. p. 124.

23. Em relação ao homem Gramsci faz o seguinte alerta após a derrota dos operários da FIAT, no seu artigo intitulado homens de carne e osso: "os operários da FIAT são homens de carne e osso, resistiram por um mês,

completamente ilhados da nação(...) não há vergonha nessa derrota(...) não abusem demais da resistência e da virtude de sacrifício do proletariado; trata-se de homens, de homens reais, submetidos às mesmas fraquezas de todos os homens comuns que passam pelas ruas, que bebem nos bares, que conversam em grupinhos nas praças, que se cansam, que tem fome e sentem frio, que se comovem quando ouvem o choro de suas crianças e o lamento de suas mulheres. Nosso otimismo revolucionário foi sempre substanciado por essa visão cruelmente pessimista quanto a realidade humana. Precisamos inexoravelmente mudar essa visão. (Gramsci, apud Nosella, 1992: p. 51.) O operário que voltou a trabalhar porque não agüentou de fome, não deixou de ser revolucionário. (Ibidem, p. 52.)

24. Gramsci, A. Op. Cit. p. 137.

25. Ibidem, p. 132.

26. Ibidem, p. 137.

27. Ibidem, p. 122.

28. Ibidem, p. 122.

29. Gramsci, A. Op. Cit. p. 47/48.

30. Ibidem, p. 53.

31. Ibidem, p. 43.

32. Ibidem, p. 43.

33. Gramsci, A. Op. Cit. p. 13-14.

34. Ibidem, p. 170.

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 7ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Concepção Dialética da História**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 7ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- MANACORDA, Mário. A. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, ed. Hucitec, 1993.
- MOCHCOVITCH, Luna. G. **Gramsci e a Escola**. São Paulo, ed. Ática, 1988.
- NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1992.
- UFF. MESTRADO EM EDUCAÇÃO. **TEXTOS PARA DISCUSSÃO. Pensando (com) Gramsci**. Niterói, UFF, 1995.
- SOUZA, José. S. **A Escola Unitária de Gramsci**. Rio de Janeiro, Mimeo.1995.

Lilian Arruda Marques

# DIEESE lança livro: A situação do trabalho no Brasil

Construir uma sociedade justa no Brasil exige responder a uma pergunta fundamental: qual é a situação dos trabalhadores do país? O que lhes aconteceu após uma década de mudanças e de profundos desequilíbrios, tal como foram os anos 90? Esta resposta não é simples e requer que diferentes aspectos da realidade brasileira sejam levados em consideração.

Para respondê-la, a equipe técnica do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - elaborou um conjunto de publicações encabeçado pelo livro *A Situação do Trabalho no Brasil*, e acompanhada por três livretos com temas estruturantes da produção técnica da entidade: *O Mercado de Trabalho no Brasil*; *Os Rendimentos do Trabalho no Brasil* e *As Negociações Coletivas no Brasil*, além de um mural informativo.

Estas publicações são parte de uma iniciativa de solidariedade internacional que reúne várias instituições de pesquisa vinculadas ao movimento sindical em todo o mundo. Segue proposta do Economic Policy Institute

(EPI), dos EUA, que vem realizando a publicação *The State of Working America*, ao longo dos anos 90. Livros semelhantes foram produzidos também no México e Canadá. No Brasil, o DIEESE contou, na realização do trabalho, com apoio financeiro do Solidarity Center da AFL-CIO.

O livro constata a heterogeneidade existente no país, ressaltando as diferenças existentes na distribuição de renda e na situação das famílias brasileiras, tema tratado no capítulo 1. Os dados ratificam a conhecida situação de disparidade existente no Brasil e que se configura em diferenças marcantes entre as várias regiões brasileiras determinadas por um tardio processo de industrialização que se concentrou, a princípio, na região Sudeste do país, expandindo-se posteriormente para o Sul e, só mais recentemente, atingindo o Norte e Nordeste.

As disparidades existentes entre as regiões do país ocorrem também intra-regionalmente, com grande distanciamento entre os ganhos de trabalhadores - e famílias - mais bem remunerados e aqueles auferidos pelas populações de menor poder aquisitivo. A Tabela 1 retrata esse quadro nas seis regiões em que o DIEESE, em parceria com instituições e governos locais, realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego.

As disparidades na renda familiar foram, ao longo dos anos 90, agravadas pelo crescente desemprego. Na década de 90, o desemprego atingiu

Tabela 1  
**Rendimento Familiar Mensal Médio por Quartis**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1999**  
(valores em reais de janeiro de 2000)

QUARTIS	SÃO PAULO	BELO HORIZONTE	DISTRITO FEDERAL	PORTO ALEGRE	SALVADOR	RECIFE
1° QUARTIL	179,29	130,14	153,57	168,21	82,40	84,71
2° QUARTIL	564,75	416,41	563,64	486,15	303,68	283,97
3° QUARTIL	1.137,68	803,96	1.380,34	893,52	648,20	574,95
4° QUARTIL	3.706,28	2.749,50	5.042,46	2.536,12	2.385,73	2.189,49
RENDA MÉDIA	1.397,00	1.025,00	1.785,00	1.021,00	855,00	783,00
4°/1° QUARTIL	29	21	33	15	29	26

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE

Obs. (a) Inflator utilizado: IPCA/BH/Ipead; ICV-DF/Codeplan; IPC-IEPE/RS; IPC-Descon/Fundaj/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

(b) O rendimento familiar corresponde ao total de rendimentos provenientes do trabalho, pensões, aposentadorias e seguro desemprego dos membros da família (chefe, cônjuge, filho, outro parente e agregado).

(c) Grupo 1° Quartil = 25% das famílias com menor renda

Grupo 2° Quartil = 25% das famílias com renda familiar imediatamente superior ao Grupo 1

Grupo 3° Quartil = 25% das famílias com renda familiar imediatamente superior ao Grupo 2

Grupo 4° Quartil = 25% das famílias com maior renda

Tabela 2  
**Distribuição dos Ocupados, segundo Setor de Atividade Econômica, por Regiões Metropolitanas 1989-1999**

Setor de Atividades	São Paulo			Distrito Federal			Porto Alegre			Belo Horizonte			Salvador			Recife	
	89	98	99	92	98	99	93	98	99	96	98	99	97	98	99	98	99
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Indústria	33,00	19,8	19,6	4,3	3,9	3,8	24,2	18,9	19,0	16,1	15,3	14,4	8,3	8,0	8,1	10,0	9,3
Construção Civil	5,5	5,6	5,4	5,6	4,4	3,9	5,9	6,2	5,8	8,2	8,6	8,3	5,4	5,5	5,4	4,8	4,7
Comércio	14,8	16,7	16,1	15,2	14,8	14,2	16,3	16,8	16,9	15,1	15,3	15,0	17,9	17,0	15,9	20,7	21,5
Serviços	39,7	48,8	49,6	61,7	63,8	65,3	46,9	50,0	50,2	49,6	49,8	51,3	55,6	57,3	58,5	51,5	51,5
Serviços Domésticos	6,1	8,4	8,9	11,7	12,0	11,8	6,1	7,6	7,6	10,0	10,1	10,2	10,8	10,2	10,4	9,7	9,6
Outros	0,9	0,7	0,4	1,4	1,1	0,9	(1)	(1)	(1)	0,9	0,9	0,8	1,9	1,9	1,6	3,4	3,4

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

patamares recordes em todas as regiões em que a PED é realizada. Em 1999, apenas nas seis regiões onde este levantamento é realizado, 3.270.000 pessoas estavam desempregadas, enquanto outras 12.905.000 encontravam-se ocupadas. Ou seja, cerca de um quinto da população economicamente ativa deste conjunto de regiões não tinha emprego, boa parcela dela estava desempregada há mais de um ano.

A parcela da população que se manteve ocupada, ou que conquistou nova ocupação, também viu as condições de trabalho se deteriorarem no período. Contratos de trabalho fora dos marcos legais em expansão, extensas jornadas de trabalho, modificações na legislação trabalhista, entre outros fatores, aprofundaram o caráter heterogêneo do mercado de trabalho nacional. Um reflexo destas mudanças é verificado com a redução da importância do emprego industrial nas seis regiões pesquisadas e o aumento, em contrapartida, do emprego doméstico e no setor serviços, mais flexíveis e menos estruturados, apontados no capítulo 2, e que pode ser visto na Tabela 2.

A insegurança no emprego aumentou. O que antes era um paradigma de relações de trabalho, o emprego por tempo integral, de longa duração, pro-

Tabela 3  
**Rendimento Mensal Médio, Nível de Ocupação e Massa de Rendimentos dos Ocupados Regiões Metropolitanas 1989-1999** (valores em reais de janeiro/2000)

Anos	Rendimento Médio Mensal (1)		Ocupados com Rendimento		Índice da Massa de Rendimentos (2) e (3)
	Valor em R\$	Índice (2)	Milhares de pessoas	Índice (2)	
1989	1.079	100,00	6.192	100,0	100,00
1990	937	86,8	6.208	100,2	87,1
1991	801	74,2	6.413	103,6	76,9
1992	719	66,6	6.337	102,3	68,2
1993	807	74,8	6.494	104,9	78,4
1994	862	79,9	6.599	106,6	85,1
1995	971	90,0	6.860	110,8	99,7
1996	968	89,7	6.925	111,8	100,3
1997	970	89,9	6.964	112,5	101,1
1998	938	86,9	6.899	111,4	96,8
1999	886	82,1	6.950	112,2	92,2

Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Convênio DIEESE/Seade

(1) Excluídos os assalariados e empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: ICV/DIEESE

(2) Base: Média de 1989 = 100

(3) O cálculo da massa de rendimentos considerou o total de ocupados com rendimentos e a média dos rendimentos mensais dos ocupados com rendimentos.

Tabela 4  
**Salário Mensal Médio (1), Nível de Emprego e Massa de Rendimentos Empregados Regiões Metropolitanas de São Paulo 1989-1999** (valores em reais de janeiro/2000)

Anos	Salário Médio Mensal (1)		Emprego		Índice da Massa de Salários (2) e (4)
	Valor em R\$	Índice (2)	Milhares de pessoas	Índice (2)	
1989	1.020	100,00	4.887	100,0	100,00
1990	890	87,3	4.865	99,5	86,9
1991	757	74,2	4.820	98,6	73,2
1992	710	69,6	4.754	97,3	67,7
1993	792	77,6	4.825	98,7	76,7
1994	813	79,7	4.889	100,0	79,7
1995	858	84,1	5.060	103,5	87,1
1996	868	85,1	5.004	102,4	87,1
1997	880	86,3	4.960	101,5	87,6
1998	869	85,2	4.951	101,3	86,3
1999	828	81,2	4.959	101,5	82,4

Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Convênio DIEESE/Seade

(1) Excluídos os assalariados e empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês  
 (2) Os empregados incluem os assalariados, os empregados domésticos assalariados e os empregados contratados por tarefas.

(3) Base: Média de 1989 = 100

(4) O cálculo da massa de rendimentos considerou o total de empregados com rendimentos e a média dos salários mensais dos empregados com rendimentos.

Obs: Inflator utilizado: ICV/DIEESE

tegido pela legislação trabalhista e pelos contratos de trabalho acordados pelos sindicatos, passa na década de 90 por uma implacável demolição. Os vínculos vulneráveis vão aumentando sua participação no mercado de trabalho. Crescem o assalariamento sem carteira assinada, o trabalho de autônomos que operam em condições precárias, o emprego doméstico, a ocupação de crianças e idosos. O núcleo protegido dos empregos diminui e aumenta a margem dos vulneráveis.

A renda do trabalho, assunto do capítulo 3, também teve comportamento negativo no período, e não acompanhou, ao longo dos anos 90, os ganhos de produtividade da economia. Nem mesmo se manteve o poder de compra dos que vivem de seus salários. Ao contrário, apesar de alguns momentos de recuperação, o saldo do período é de diminuição do poder aquisitivo de todos os que têm no trabalho a sua fonte de renda, como mostram as tabelas 3 e 4<sup>3</sup>.

O salário mínimo, importante instrumento distributivo e de regulação do mercado de trabalho, continuou sua caminhada melancólica, sem uma política de valorização contínua, conseguindo apenas pequenos aumentos esporádicos em seu valor real, contribuindo para a manutenção de amplos segmentos da população na pobreza e exclusão social. Ao longo da década, o salário mínimo perdeu 34,52% do que valia em 1989. A estagnação relativa do salário mínimo é responsável também pelo aumento do desemprego, que sobe em função da pressão de contingentes que ou permanecem no mercado de trabalho, como é o caso de trabalhadores aposentados, ou entram prematuramente, como é o caso de jovens em idade escolar.

As desigualdades econômicas do país estão presentes, ainda, nos diferentes segmentos sociais que com-

põem a população brasileira. As mulheres (tema do Capítulo 4), cada vez mais presentes no mercado de trabalho, detêm taxas de desemprego entre 4 e 6 pontos percentuais superiores às dos homens e ainda têm dificuldades em ascender na hierarquia profissional. Encontram-se predominantemente em atividades de execução e de apoio, com remuneração inferior à auferida pelos homens. Nem mesmo a educação, pois hoje é proporcionalmente maior o número de mulheres que faz um curso superior em relação ao dos homens, lhes garante paridade salarial e acesso a melhores postos de trabalho.

Para os negros - cuja situação é analisada no capítulo 5 -, o quadro é ainda mais grave. As taxas de desemprego são sempre superiores às dos brancos (conforme a região metropolitana considerada, chega a mais de 8 pontos percentuais) e seus salários, muito inferiores, mesmo nas regiões onde a população negra é majoritária. Sua inserção no mercado de trabalho ocorre frequentemente nas situações mais frágeis e com vínculos mais precários. Numa escala de rendimentos, os homens brancos, em qualquer região do país encontram-se no topo, seguidos, normalmente das mulheres não-negras. Mas as mulheres negras encontram-se na situação menos privilegiada.

Os jovens com idade entre 16 e 24 anos também enfrentam dificuldades, como mostra o Capítulo 6. No conjunto das seis regiões em que a PED é

realizada, eles correspondem a 27% da população economicamente ativa com mais de 16 anos, mas são quase a metade (45,2%) dos desempregados. Grande parte desse desemprego está concentrado entre os mais novos (entre 16 e 17 anos), cuja taxa de desemprego chega, em algumas regiões a superar 50% da PEA da faixa etária. Para aqueles que conquistam uma ocupação, esta ocorre, com frequência em funções mais instáveis, sem proteção de leis trabalhistas e com rendimento extremamente baixo. Além disso, têm que acumular as tarefas profissionais com a educação, que no entanto, não será garantia futura de bons empregos. As melhores oportunidades ficam reservadas para aqueles que conseguem freqüentar boas escolas e que constituem uma minoria. Os jovens de famílias de menor renda tendem a se transformar em adultos que estarão nos patamares mais baixos da distribuição de renda.

Contrariando a legislação, muitas crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos estão também no mercado de trabalho (Capítulo 7). Na verdade, muitas começam suas atividades muito antes disso. Tanto que, em 1999, dados do IBGE indicavam que quase 9% das crianças com idade de 5 a 14 anos trabalhavam, 65% delas na área rural e, muitas vezes, sem remuneração. Nos grandes pólos urbanos também há parcelas variáveis de crianças e adolescentes trabalhando, em sua grande maioria como assalariados mas, invariavelmente, em condições precárias, uma vez que a situação é sempre irregular. Este trabalho infantil tem como raiz, a pobreza, pois os baixíssimos rendimentos das famílias levam mais crianças a trabalharem que o desemprego dos pais, ainda que sua remuneração seja ínfima. Para as famílias mais pobres e mais dependentes do trabalho para a sobrevivência, mais

trabalho - e não mais salário - serve para resolver seu problema imediato de renda. Como este trabalho é, muitas vezes, realizado em detrimento da educação, ou, no mínimo, prejudicando o aprendizado, torna-se uma forma de reprodução e aprofundamento da desigualdade social existente.

A organização dos trabalhadores também vem sendo afetada, principalmente pela predominância da ideologia de que o sindicato é um elemento disfuncional para o mercado capitalista. Não foram poucas as ações no sentido de retirar dos sindicatos a legitimidade social e quebrar a coluna vertebral de seu papel regulador das relações de trabalho, a partir dos mínimos estabelecidos pela Constituição Federal e pela CLT. Mas o elemento fundamental para esse enfraquecimento foi a longa prevalência de uma política econômica que mantém as taxas de desemprego elevadas. Houve uma queda significativa das negociações trabalhistas nos anos 90 - objeto de análise do capítulo 8 - acompanhada por uma redução não menos importante das greves de conquistas de direitos. Dentre as poucas greves do período, predominaram as de natureza defensiva, relacionadas a atrasos de salários, 13º salário, não pagamento de benefícios, por desrespeito aos acordos e convenções coletivas. E, no caso dos servidores públicos, greves relacionadas ao mais longo arrocho salarial da história do país.

Não se pode olhar o trabalho somente de uma perspectiva das regiões urbanas e, por isso, o Capítulo 9 é dedicado à ocupação agrícola. O drama da terra no Brasil se desenrola cotidianamente, palco de uma intensa luta

dos que buscam a terra para nela trabalhar. No campo brasileiro convivem formas e relações de trabalho diversas. Encontram-se desde técnicas primitivas - inclusive com numerosos registros de trabalho escravo - até trabalho assalariado com alto conteúdo tecnológico (mecanização e automação da produção). Ao lado da agricultura com grandes propriedades, com ampla utilização de trabalhadores assalariados, há também a ocupação em pequenas propriedades (ou posses) com base no trabalho familiar, muitas vezes em uma economia de subsistência. Estas diferenças também refletem a péssima distribuição de renda no país. Segundo o INCRA, em 1998 existiam mais de 59,7 mil imóveis rurais não produtivos, ocupando uma área total de 166 milhões de hectares, suficientes para assentar cerca de 2,6 milhões de famílias.

Não é possível, ainda, pensar o trabalho sem considerar aqueles que dele já fizeram suas vidas e têm direito ao descanso e os que são ou estão impossibilitados de ganhar seu próprio sustento. Essa é a importância dos sistemas de seguridade social e de compreender os desafios que se colocam para a Previdência Social brasileira que, em janeiro de 2000, respondia pela concessão de aproximadamente 18,9 milhões de benefícios, como mostra o Capítulo 10. Sobreviver com os benefícios da Previdência, porém, é tarefa difícil para aposentados e pensionistas brasileiros, pois 63,84% deles recebem apenas um salário mínimo.

Em um país com tamanhas disparidades, com taxas de desemprego elevadas, grande número de pessoas que passam longos períodos sem conse-

guir uma ocupação e baixos níveis de rendimento, os trabalhadores têm dificuldades para se prevenir, através de alguma forma de poupança, para períodos mais difíceis. Por isso, seria necessária a existência de políticas públicas de emprego e renda. No entanto, o pouco que existe - e que está analisado no Capítulo 11 - os programas que compõem o Sistema Público de Emprego, entre eles o seguro desemprego e o FGTS, estão longe de assegurar garantias mínimas ao trabalhador ou àquele que deixa o emprego, por demissão ou aposentadoria.

Por fim, é preciso situar o país em relação ao mundo, do ponto de vista dos trabalhadores. Daí a importância de comparar alguns indicadores de vida e trabalho brasileiros aos de outros países, em especial da América Latina. Indicadores que não mostram um quadro muito favorável ao Brasil, como evidencia o Capítulo 12.

A década de 90 é um divisor de águas nas trajetórias dos principais indicadores da situação do trabalho no Brasil. Após cinquenta anos de progressivo aumento no trabalho assalariado e formalização das relações de trabalho, houve uma drástica regressão no mercado de trabalho, com aumento de todas as formas de desemprego, aumento dos vínculos vulneráveis, queda dos rendimentos reais e concentração da renda.

#### NOTAS

1. Originalmente, Tabela 5, do Capítulo 1 - Renda Familiar e Trabalho
2. No livro, Tabela 9, do Capítulo 2 - Emprego e Desemprego.
3. Tabelas 3 e 4, do Capítulo 3 - Rendimentos do Trabalho.

# Acesso à assistência médico-hospitalar:

## CENAS DE UM CALVÁRIO



Por Antônio Ponciano Bezerra \*

Fotos: Folha Imagem

Os direitos sociais no Brasil (condições de vida, trabalho, educação, saúde e assistência em situação de risco social) se associaram e se colaram às maiores dificuldades e às mais intransponíveis resistências do Governo para a sua implementação. A Constituição Federal de 1988 reconhece (o que, no Brasil, nada significa) o direito à saúde como universal, mas esse reconhecimento se esbarrou nos voluntários entraves que o governo federal planta para não ultrapassar o mero reconhecimento formal do texto constitucional.

O estado de trauma já é conhecido como a segunda causa mais importante da mortalidade nas grandes cidades (hoje, nas médias e até mesmo em pequenas também) acometida pela epidemia de violência (física e simbólica) de nossos tempos.

As imagens deste ensaio focalizam, com detalhe, o sucateamento dos serviços de saúde, o abandono das políticas sociais e o desmonte da rede hospitalar e de assistência médica pública no país.

Ora, o temor que assalta a população, ao se imaginar plantada num corredor dos hospitais públicos e exposta às formas mais aviltantes de humilhação, pode ser mais fatal que a doença que busca remediar. O quadro é desolador: pacientes chegam à noite, enfrentam filas intermináveis, para marcar um exame que pode acontecer, com sorte, dois ou três dias depois, para fazer uma consulta que pode ser "rodada" (jogada) para um outro dia, em favor de um outro paciente conveniado, ou ainda, numa situação mais crítica, pacientes

que necessitam de cuidados urgentes e o pronto-socorro se acha lotado e desassistido profissionalmente.

Na maioria dos hospitais públicos e universitários quem toca os serviços são os residentes e os estudantes de medicina. Também a maioria dos usuários desses serviços conhece o "sistema de dupla porta" que esses hospitais mantêm e alimentam. Despedaçando a teia social, a saúde pública segrega pacientes, na cisão criticável, anti-social, entre pacientes do SUS versus pacientes conveniados. Saúde pública não se vende, mas numa sociedade moribunda como a brasileira, teme-se também enfrentar o setor obscuro e tenebroso do exercício médico nos hospitais públicos, enquanto isso, a deficiência crônica e escandalosa do sistema público de saúde se alastra, como epidemia, e se mercantiliza como mercadoria.

As imagens que se seguem representam um apelo veemente à defesa, com afinco, ao direito à saúde, tal como tem sido uma das bandeiras do movimento sindical dos professores. A cada dia, assiste-se ao rebaixamento do nível de assistência médica pública e à sua redução à mercadoria, sob os auspícios do neoliberalismo que tem arrebatado do povo essa prerrogativa, cujos efeitos, em todos os âmbitos, são medonhos e inocultáveis, para além de constituírem num opróbrio para a sociedade brasileira em geral. O próprio povo não pode permitir que, no Brasil, se eternize saúde como *apartheid* social.

\* Dr. Antônio Ponciano Bezerra é professor titular da Universidade Federal de Sergipe.



**Miséria e solidão  
num hospital público**



**Corredor hospitalar  
típico dos moribundos  
e desassistidos**



**Quarto de despejo  
dos pacientes do SUS**

**A morte ronda  
os desassistidos  
do corredor "brilhante"**



**Na fila: um dia,  
eu chego lá...  
no circo dos horrores**



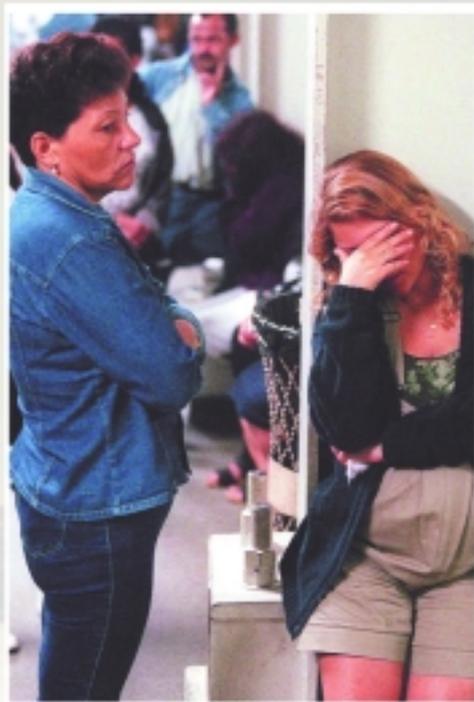


**Nas longas filas  
de espera, noite a dentro,  
só os cães dormem**

**A fila nossa de  
cada dia. Amém**



**Desengano e desespero  
nos corredores dos  
hospitais públicos**



**No corredor,  
a UTI dos miseráveis**





**Como enganar o cansaço  
quando se espera  
assistência médica**



**Num cubículo  
imundo uma  
criança aguarda  
os cuidados médicos**